

II.5.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO

II.5.3 - Meio Socioeconômico

II.5.3.1 - Introdução

O presente estudo refere-se ao diagnóstico do meio socioeconômico da Área de Influência das atividades relativas aos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal, na Bacia de Santos.

Os critérios utilizados para a definição da Área de Influência das atividades supramencionadas seguiram o “Termo de Referência – Definição de Área de Influência” elaborada pela CGPEG/DILIC/IBAMA, a seguir enunciados:

- a interferência com a atividade de pesca artesanal;
- a distribuição de *royalties* estabelecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- as rotas das embarcações utilizadas durante a atividade até as bases de apoio, incluindo os próprios portos ou terminais;
- municípios que possuem instalações de apoio ao desenvolvimento da atividade.

Com base na definição desses critérios, a Área de Influência (AI) relativa aos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal na Bacia de Santos compreende assim, o município de Ilhabela no estado de São Paulo, os municípios de Maricá, Rio de Janeiro, Mangaratiba e Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, por serem beneficiários de *royalties*. O município do Rio de Janeiro também faz parte da Área de Influência por sediar a base de apoio marítima e aérea e o município de Itanhaém por sediar a base de apoio aérea. (**Mapa II.4.1-1 - Mapa da Área de Influência da Atividade**).

As atividades que potencialmente podem ser afetadas pelo empreendimento são aquelas ligadas diretamente à região costeira: a pesca artesanal e as atividades náuticas voltadas para o turismo. Entretanto, não foi verificada a utilização do espaço marítimo na área das atividades do Pólo Pré-Sal da Bacia de

Santos, para o desenvolvimento dessas atividades, fato que pode ser explicado pela distância do ponto mais próximo desta área da região costeira, distando cerca de 204 km do município do Rio de Janeiro (Bloco BM-S-11– Área de Parati Loc A e B) e cuja lâmina d'água varia de 2118 a 2239 metros (**Figura II.5.3-1**). A **Figura II.5.3-1** também ilustra, de forma conservadora, a distância de aproximadamente 175 km do limite da área de pesca artesanal dos municípios da Área de Influência e a Área de Biguar (BM-S-8), visto ser esta a área de maior proximidade com a região costeira.

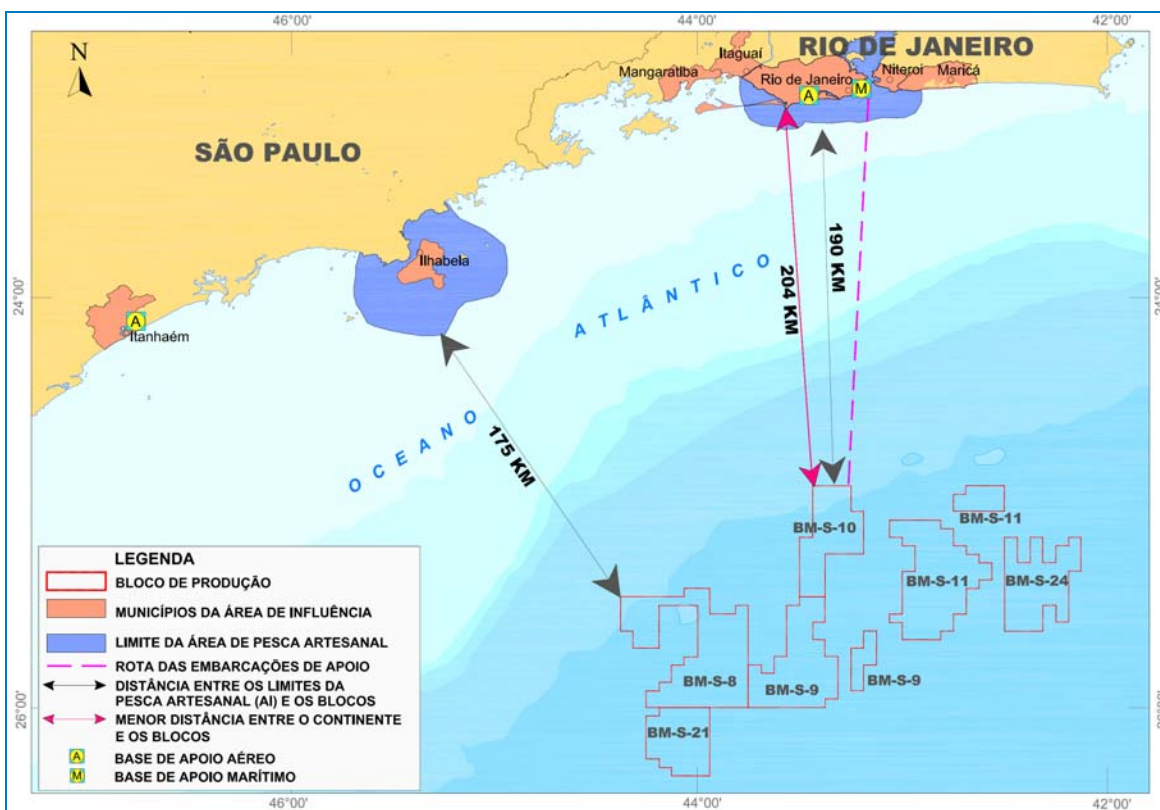


Figura II.5.3-1 - Distância entre o Bloco BM-S-10 (Área de Parati Loc A e B) e a região costeira do município do Rio de Janeiro (ponto de proximidade) e Distância do limite de atuação da pesca artesanal dos municípios pertencentes à AI com relação ao Bloco BM-S-8 mais próximo a costa (Biguar).

Fonte: ICF, 2010

O município do Rio de Janeiro será contemplado na Área de Influência por sediar a base de apoio marítimo, ser rota de navegação dos barcos de apoio entre o FPSO e a base de apoio, pelo critério da interferência com a atividade de pesca artesanal. Além de sediar a base de apoio aéreo.

O município de Niterói embora não seja beneficiário de *royalties* e nem utilize a área de localização dos poços como ponto de pesca, será contemplado no diagnóstico, sendo caracterizado juntamente com os cinco municípios da Área de Influência, uma vez que embarcações de pesca artesanal do município circulam no interior da baía de Guanabara, tanto para fundeio quanto para desembarque pesqueiro. Neste mesmo local ocorrerá o deslocamento das embarcações de apoio marítimo onde de alguma forma poderão interferir de alguma forma na dinâmica de deslocamento das embarcações dos pescadores artesanais.

Com relação às possíveis interferências oriundas do tráfego das embarcações de apoio nas atividades pesqueiras artesanais ocorrentes na baía da Guanabara, a Petrobras informa que esta movimentação corresponderá ao deslocamento, conforme número de viagens previstas de serem regulares e citadas anteriormente, entre a Base de Apoio, o terminal Bric *Brazilian Intermodal Complex S.A.*, no Rio de Janeiro, e a área onde serão realizadas as atividades dos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal. Dessa forma, o impacto referente à pressão sobre o tráfego marítimo foi considerado baixo, tendo em vista que as rotas de navegação já são predefinidas com a existência de zonas de exclusão predeterminadas, não alterando de forma significativa as atividades pesqueiras artesanais na região da baía de Guanabara.

Quantos aos municípios mencionados acima, ressalta-se que em relação aos *royalties*, utilizando-se o critério de municípios confrontantes às Áreas do Pólo Pré-sal, devido à projeção de suas linhas ortogonais a partir de seus limites intermunicipais, conforme o Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural (ANP, 2001), estima-se que os municípios possivelmente beneficiários do recebimento de *royalties* são os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Rio de Janeiro e Maricá, localizados no estado do Rio de Janeiro, bem como Ilhabela, localizado no estado de São Paulo. (**Figura II.5.3-2**).

Contudo, após a avaliação final do IBGE é possível ocorrer alteração, ou complementação, nas informações aqui prestadas. Portanto, quem define os municípios que serão beneficiados por *royalties* é o IBGE, por solicitação da ANP, que encaminha as coordenadas dos poços produtores após o início da produção dos mesmos.



Figura II.5.3-2 - Projeção do limite municipal, ortogonal à linha de costa, mostrando os municípios confrontante aos poços onde serão realizadas as relativas aos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal.

Fonte: ICF, 2010.

Considerando essas premissas e atendendo os critérios de recorte para delimitação de Área de Influência, foram caracterizados no Diagnóstico Socioeconômico 06 municípios a saber:

- Estado de São Paulo: **Ilhabela**.

- Estado do Rio de Janeiro: **Itaguaí; Mangaratiba; Rio de Janeiro; Niterói e Maricá.**

Embora **Itanhaém** faça parte da Área de influência, este não será caracterizado como os demais municípios, uma vez que entre os voos de helicópteros para transporte de passageiros previstos não são identificadas interferências com a dinâmica econômica e social (geração de empregos, arrecadação de tributos) da região.

A seguir será apresentada a descrição das bases de apoio aérea e marítima que serão utilizadas para este empreendimento.

Bases de Apoio

As Bases de Apoio que deverão ser utilizadas estão sediadas nos municípios de Itanhaém/SP, e do Rio de Janeiro/RJ respectivamente, aéreo e marítimo, conforme descrição a seguir.

A Base de Apoio Aéreo encontra-se localizada no município de Itanhaém – Aeroporto Dr. Antonio Ribeiro Nogueira Júnior - será utilizado como terminal de apoio aéreo para embarque e desembarque dos trabalhadores. O transporte de trabalhadores para a Unidade do FPSO será normalmente realizado por via aérea (helicóptero) a partir deste aeroporto.

Sob administração da DAESP - Aeroportos de São Paulo, o aeroporto Dr. Antonio Ribeiro Nogueira Júnior está instalado em uma área patrimonial de 644.000 m², sendo 500 m² do terminal de passageiros e 25,8 m² de uma sala para uso exclusivo da Petrobras.

Os dados da DAESP (disponível em: <http://www.daesp.sp.gov.br>) indicam que no ano de 2009 o Aeroporto de Itanhaém efetuou 9.466 pousos/decolagens, todos domésticos, nenhum transportando carga aérea. O aeroporto, no referido ano, atendeu a um total de 18.210 passageiros.

O aeroporto está localizado no seguinte endereço comercial:

Endereço:	Rua José Batista Campos nº 1563, Jardim Oásis, Itanhaém, SP, CEP 11.740-000.
Telefone:	(13) 3422-2852 / Fax: (13) 3422-2852
E-mail:	itanhaem@daesp.sp.gov.br

Aeroporto de Jacarepaguá/RJ - O Aeroporto de Jacarepaguá será utilizado como terminal de apoio aéreo para embarque e desembarque dos trabalhadores. O transporte para as plataformas será normalmente realizado por via aérea (helicóptero) a partir deste aeroporto. A base aérea está localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, tem área total de 2.364.721,80 m² e possui uma pista de 900 X 30 m. Operam no aeroporto 17 empresas de táxi aéreo, que contabilizam um total de 15 pequenos aviões e 30 helicópteros.

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado no seguinte endereço comercial:

Endereço Contato:	Av. Ayrton Senna nº 2541, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP: 22.775-001
Telefone Contato:	(21) 2432-7070 / Fax: (21) 2432-7040

Os dados da Infraero (*in <http://www.infraero.gov.br>*), indicam que no período janeiro-setembro de 2006, o aeroporto de Jacarepaguá recebeu cerca de 33.885 pousos e decolagens, sendo 33.869 domésticos. No mesmo período circularam 49.666 passageiros sendo 49.648 em vôos domésticos.

Porto do Rio de Janeiro - A Base de Apoio Marítimo - *Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.*, antiga Poliportos, está localizada no bairro do Caju, zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, na costa oeste da baía de Guanabara.

Endereço Contato:	Rua General Gurjão 2, Caju - Rio de Janeiro
Telefone Contato:	(21) 3295-8750

No Complexo Portuário onde está inserida a *Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.*, destacam-se também os seguintes terminais: (i) Multi-Rio (Terminal de Container); (ii) Multi-Car (Terminal de veículos) e (iii) TRA (Terminal Retroportuário Alfandegário).

O Porto do Rio de Janeiro é um porto da cidade do Rio de Janeiro, capital do estado homônimo, Brasil. Seu cais compreende as orlas marítimas do Centro e dos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo e Caju.

O Porto do Rio de Janeiro atende aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e sudoeste de Goiás, entre outros.

É um dos mais movimentados do país quanto ao valor das mercadorias e à tonelagem. Minério de ferro, manganês, carvão, trigo, gás e petróleo são os principais produtos escoados.

Administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), conta com 6.740 metros de cais contínuo e um píer de 883 metros de perímetro, que compõem os seguintes trechos: Cais Mauá (35.000 m² de pátios descobertos), Cais da Gamboa (60.000 m² de área coberta em 18 armazéns e pátios com áreas descobertas de aproximadamente 16.000 m²), Cais de São Cristóvão (12.100 m² em dois armazéns cobertos e uma área de pátios com 23.000 m²), Cais do Caju e Terminal de Manguinhos. Existem ainda dez armazéns externos, totalizando 65.367 m², e oito pátios cobertos (11.027 m²), com capacidade de estocagem para 13.100 toneladas, além de outros terminais de uso privativo na Ilha do Governador (exclusivo de Shell e Esso), na baía de Guanabara (Refinaria de Manguinhos) e nas ilhas d'Água e Redonda (Petrobras).

Principal acesso à cidade do Rio de Janeiro durante séculos, acabou tragada pelo crescimento urbano a partir da segunda metade do século XX. Atualmente conta com um tráfego intenso de navios, sendo significativa também a circulação das balsas, catamarãs e aero-barcos que ligam o centro do Rio de Janeiro à Ilha de Paquetá, à Ilha do Governador, ao centro de Niterói e a Charitas (Niterói). O trajeto para Niterói pode ser feito, desde 1974, pela Ponte Presidente Costa e Silva, mais conhecida como Ponte Rio-Niterói.

II.5.3.A - Uso e Ocupação do Solo

Os principais instrumentos para a gestão do uso e ocupação do solo na Área de Influência do empreendimento incluem planos e programas federais, com abordagens setoriais, visando à gestão da zona costeira e os planos diretores municipais, que visam disciplinar o uso e ocupação do solo dos municípios que compõem a Área de Influência do empreendimento, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A principal ação identificada na esfera federal e que visa o ordenamento do uso e ocupação do solo na zona costeira pertinente a atividade em questão é o Programa de Gerenciamento Costeiro – GERCO, que tem vinculado em suas diretrizes várias iniciativas como a geração e atualização de um sistema de informações geográficas com o objetivo de balizar as implementações das políticas estaduais de gerenciamento costeiro, monitoramento regular de indicadores ambientais e o desenvolvimento de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro em atendimento às diretrizes federais e estaduais para a zona costeira, além da elaboração de relatórios de monitoramento (Relatórios da Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC), que visam aferir a eficácia das ações de gerenciamento costeiro. Estes dados são utilizados para balizar o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira – ZEEC e o Plano de Gestão da Zona Costeira – PGZC, que contempla as ações para o ordenamento territorial nessa região.

O ZEE, como instrumento da Política Estadual do Meio Ambiente, objetiva organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Outro instrumento de ordenamento territorial é o Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. Por exigência constitucional, a sua elaboração é obrigatória para municípios com mais de 20.000 habitantes.

As regiões litorâneas são áreas nobres, onde predominam os usos residenciais, comerciais e de serviços de melhor padrão e que concentram a principal atividade turística do país, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. A concentração de investimentos públicos em determinadas áreas em detrimento de outras, conduz à valorização excessiva do solo, dificultando o acesso à terra urbana e favorecendo os processos de favelização e periferização, o que vêm ocorrendo em Niterói e no Rio de Janeiro, com maior intensidade, mas também já se observa o mesmo processo nos demais municípios fluminenses integrantes da Área de Influência.

Este processo remete à idéia apontada em Portas¹ (op.cit.), de “cidade partida”: áreas de separação e de segregação pelo intenso investimento nas áreas consideradas “nobres” e áreas onde os investimentos são ínfimos perto daqueles. Outro aspecto presente nas duas metrópoles é o adensamento e a verticalização do ambiente construído, que descaracterizam bairros e afetam a qualidade de vida das populações.

Estado do Rio de Janeiro

De acordo com a Secretaria Estadual do Ambiente, o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico iniciou-se no estado do Rio de Janeiro a partir da necessidade de monitoramento da cobertura vegetal de seu território. Foi criado um projeto denominado SIG-VERDE, que se utilizaria da ferramenta dos sistemas de informação geográfica para avaliar as alterações no tamanho dos remanescentes florestais do estado.

Em um âmbito mais localizado, nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, existe outro tipo de instrumento de gestão do uso e ocupação do solo denominado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU.

¹ PORTAS, Nuno. “Urbanismo e sociedade: Construindo o Futuro. In PINHEIRO MACHADO, D.B. e VASCONCELLOS, E. M. (Orgs.). **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB,1996, p.30-39.

Segundo dados da Fundação CIDE, em 2001 (**Quadro II.5.3.A-1**), nos municípios fluminenses integrantes da Área de Influência, o uso predominante era urbano, com cerca de 37,5% da área ocupada, seguido da ocupação por cobertura vegetal, representando aproximadamente 36,7%. Destacam-se os municípios de Niterói e o Rio de Janeiro, que apresentaram as maiores áreas com ocupação urbana no estado. Ambos os municípios representam as duas maiores cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, com características essencialmente urbanas. São áreas complexas, com presença de usos residenciais, comerciais, de serviços e industriais, com expressiva presença de usos institucionais, decorrentes de suas funções como capital estadual (Rio de Janeiro) e da sua função como antiga capital federal.

O uso agrícola é praticamente inexistente correspondendo a cerca de 2% do total do território, concentrado nos municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro. O uso com pastagem também se destaca em Itaguaí, seguido por Maricá, ambos os municípios que registraram os menores percentuais de áreas urbanas.

Os corpos d'água representam aproximadamente 3,2% do território da região, estando praticamente representados pela Lagoa de Maricá, pelo sistema lagunar de Jacarepaguá, pelas lagoas de Marapendi, e Rodrigo de Freitas. As áreas degradadas são bastante expressivas constituindo 4,9% do território (Fundação CIDE, 2009).

Com percentuais significativos de cobertura vegetal aparece Mangaratiba (85,7%). O município de Maricá registra os maiores percentuais de uso com campo/pastagens e áreas ocupadas com rios, lagoas, praias e dunas.

Quadro II.5.3.A-1 - Percentuais das áreas, por tipo de uso e cobertura do solo, segundo os municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2001

Municípios	Campo / Pastagem	Cobertura Vegetal	Culturas	Área Urbana	Rios / Lagoas / Praias e Dunas	Área Degradada	Afloramento Rochoso
Itaguaí	49,25	34,22	3,22	12,03	1,27	0,00	0,00
Mangaratiba	8,21	85,73	0,45	2,72	1,02	1,87	0,00
Maricá	45,71	23,67	1,17	18,58	10,72	0,00	0,16
Niterói	5,53	25,74	0,00	63,70	4,18	0,66	0,19
Rio de Janeiro	5,36	27,86	2,70	56,65	1,78	5,55	0,08
Total	17,39	36,73	2,02	37,46	3,15	3,17	0,08

Fonte: Fundação CIDE. Mapa de Uso e Cobertura do Solo. Estado do Rio de Janeiro - 2001.

A seguir é apresentada a **Figura II.5.3.A-1** com os percentuais das áreas por tipo e cobertura do uso do solo em 2000, para o total dos municípios da Área de Influência, pertencentes ao estado do Rio de Janeiro.

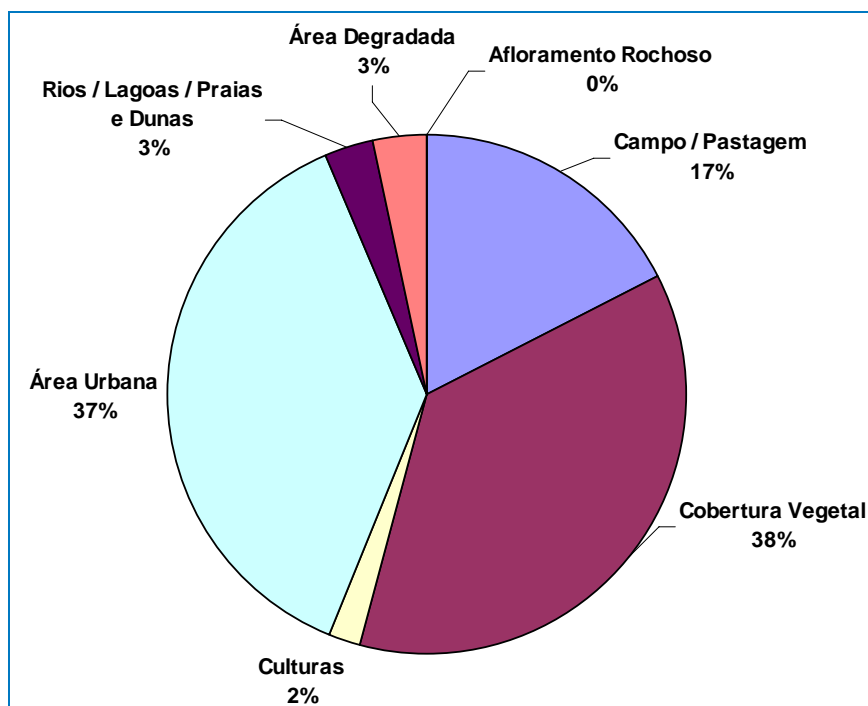


Figura II.5.3.A-1 - Percentuais das áreas, por tipo de uso e cobertura do solo, segundo total dos municípios da AI do Estado do Rio de Janeiro - 2001

Fonte: Fundação CIDE. Mapa de Uso e Cobertura do Solo. Estado do Rio de Janeiro - 2001.

O crescimento populacional na região de interesse não foi acompanhado de estratégias sustentáveis de desenvolvimento, o que originou problemas de ordem ecológica e social. Parte dos manguezais que bordejavam a baía de Guanabara foram aterrados para o estabelecimento de centros urbanos e indústrias de grande porte. A Mata Atlântica aos poucos veio dando lugar a habitações subnormais nas encostas dos morros, residência de grande parte dos imigrantes que chegaram no Rio de Janeiro para trabalhar na construção civil e no comércio.

Embora litorâneos e historicamente apresentando processos similares de ocupação, os municípios de Mangaratiba e Itaguaí, assim como Niterói e Maricá, com traços semelhantes como a beleza cênica, o acervo histórico, potencial turístico, os problemas de uso e ocupação se refletem em menor ou maior escala em toda a região.

Essa região, nos últimos anos, vem sofrendo pressão pela ocupação desordenada devido à predominância do sistema de apropriação privada em áreas de uso comum, conduziu estes espaços a um intenso processo de uso, gerando desta forma inúmeros problemas e conflitos, em praticamente toda a extensão costeira. Este fato associado à importância dos ecossistemas, particularmente, dos ambientes litorâneos e insulares, gerou como forma protetiva, um conjunto expressivo de Unidades de Conservação, que serão relacionados no item **K** deste relatório.

Em Niterói, com a elaboração dos Planos Urbanísticos Regionais – PUR, ocorreu grandes movimentos em certos bairros mais nobres – como São Francisco e na Região Oceânica – contra o aumento indiscriminado do gabarito, que o poder público tentou impor com a aprovação dos PURs, assim como na Zona Sul do Rio de Janeiro, com a tentativa de alteração da legislação de construção urbana.

Estes bairros tiveram sucesso, ainda que temporário ou parcial, em barrar estas tentativas enquanto outros, com menor poder aquisitivo e/ou em locais menos “nobres”, sofrem adensamentos de construções verticais e consequente aumento de população, sem os investimentos adequados em infraestrutura.

Em lugares em que o sistema viário já está no seu limite, com engarrafamentos constantes e poluição crescente, vê-se a construção de novos prédios residenciais, sem o devido acompanhamento da infraestrutura necessária para receber os novos moradores.

Esta situação, reflexo do processo histórico de uso e ocupação já se faz sentir em quase todos os grandes centros, em perda da qualidade de vida da cidade como um todo, com o aumento do caos no trânsito, saturação dos serviços públicos, violência e todos os aspectos negativos de cidades que não souberam planejar o crescimento.

Na Região Oceânica de Niterói, área muito valorizada pela balneabilidade das praias destaca-se pela expansão urbana com o aumento de construções de

condomínios de luxo na região (Paez, 2006). A necessidade de mão de obra, no entanto, cria áreas com tendências de desvalorização na mesma região, uma vez que atrai populações com baixas rendas, iniciando um processo de favelização.

A cidade do Rio de Janeiro no contexto da Gestão Costeira apresenta-se como um caso à parte, uma vez que é o município com maior complexidade de ocupação e de usos do solo. Os bairros litorâneos onde estão as praias de maior apelo turístico e habitacional, como Copacabana, Ipanema, Gávea, Leblon e Barra da Tijuca, são locais de alta concentração urbana, requerendo estratégias de gestão diferenciadas.

As atividades humanas exercem um fator de pressão direta sobre o ambiente costeiro. A zona Sul, situada entre o Maciço da Tijuca, o Oceano Atlântico e a baía de Guanabara possui a segunda maior densidade demográfica dentre as regiões da cidade, com muito poucos espaços passíveis de ocupação, constituindo-se umas das mais importantes zonas residenciais da cidade. O bairro do Leblon, constituinte desta zona, configura um exemplo dentro desta situação de saturação do espaço. Com base nesta visão, o adensamento populacional no bairro traz consequências para o meio e se traduz em um fator específico de pressão sobre este ambiente, considerando que o bairro forma uma importante área residencial concentradora de população de alta renda na orla do Rio de Janeiro.

No município de Maricá, como os demais municípios fluminenses, apresenta uma zona urbana concentrada no litoral e no entorno da lagoa. São áreas destinadas principalmente ao uso residencial, com especial destaque para as residências de temporada, que caracterizam a atividade turística local, e o uso comercial e de serviços, também direcionados para a atividade turística. As áreas ocupadas com agricultura perderam espaço para a expansão urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse crescimento desordenado resultou, entre outras consequências, no aterro de áreas de manguezais, na drenagem de áreas úmidas e na abertura e fechamento de canais.

Em 2007, com a intenção por parte de uma empresa imobiliária representante de um grupo luso-espanhol em construir um *resort* para turistas na área da restinga de Maricá acabou por caracterizar um conflito de uso do solo,

reproduzindo situação vivenciada em quase toda a zona costeira brasileira onde as populações tradicionais se vêem ameaçadas e isoladas pelos empreendimentos turísticos. O povoado de Zacarias, tradicional comunidade de pescadores de Maricá, viu-se cerceado em sua liberdade de locomoção no cotidiano devido à instalação de cancelas, guaritas e cercas.

Em 16 de outubro de 2007, foi realizada uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro referente aos planos de manejo de APAS em Maricá, Armação dos Búzios e Cabo Frio. A audiência foi marcada pela forte presença de membros da comunidade de Zacarias, além de ambientalistas e da população de Maricá, que realizaram uma manifestação de repúdio aos empreendimentos imobiliários previstos de serem realizados em APAs, envolvendo as áreas de restinga, contrariando o previsto no Plano Diretor do município.

Os municípios de Itaguaí e Mangaratiba integram a Região Sul Fluminense, também conhecida como Costa Verde, situada entre a Serra do Mar e o oceano, apresentando um relevo bastante escarpado, sendo as áreas de planície litorâneas bastante restritas, o que moldou de forma indelével o processo de ocupação local.

Diferentemente dos demais municípios integrantes dessa região, como Agra dos Reis e Paraty, onde o turismo apresenta-se como a principal atividade econômica, em Mangaratiba e Itaguaí este ainda é incipiente, sem infraestrutura de suporte a atividade, caracterizando-se como de ocupação esparça, concentrada especialmente na sede municipal de Itaguaí.

Essa concentração reflete a ocupação no município de distritos industriais, abrigando empreendimentos de grande porte em operação ou em fase de instalação, como o Porto de Itaguaí, com importantes terminais de alumínio, de minério, contêineres, granéis sólidos, o Porto Sudeste, consolidando uma vocação industrial nas últimas três décadas.

O município de Mangaratiba, por sua vez, com a construção da rodovia Rio – Santos (parte da BR-101) nos anos setenta, assistiu a valorização do solo urbano,

bem como um incremento da construção de residências de fins de semana e férias. A nova estrada gerou ainda diversas atividades ligadas ao turismo, um processo de ocupação de áreas até então inacessíveis e desertas.

Atualmente, as atividades urbanas vêm tomando maior vulto no município, em detrimento da economia agrícola. A população rural vem sendo atraída pelas melhores condições de emprego oferecidas pelas áreas urbanas. Paralelamente tem sido intenso o parcelamento do solo municipal a partir de loteamentos e também por ocupações desordenadas.

Mangaratiba apresenta uma atividade turística já relativamente desenvolvida, Suas características fisiográficas, sua localização geográfica próxima às áreas de grande densidade populacional e concentração econômica e a existência de um sistema viário satisfatório, que contribui de modo efetivo para a ligação do município aos centros emissores potenciais de turistas. A implantação de grandes empreendimentos como o Hotel Portobello, o Club Mediteranée e o Porto Real Resort, ajudaram a consolidar o turismo como sua principal fonte de renda.

O município, atualmente, mesmo não tendo se desenvolvido como os outros municípios da Região Metropolitana e mesmo da Costa Verde, sofre de problemas ambientais e sociais comuns, tais como: falta de saneamento básico, pobreza urbana, populações rurais e pesqueiras empobrecidas e desestimuladas, problemas de abastecimento de água e luz, ocupações desordenadas, solo empobrecido, comércio desestimulado, desmatamentos, queimadas, pesca predatória, poluição doméstica e industrial, disposição inadequada de lixo, dentre outros.

Estado de São Paulo

Em São Paulo, Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 10.019/98) previu uma gestão tripartite (estado, municípios e a sociedade organizada com sede e atuação na Zona Costeira), por meio de um Grupo de Coordenação Estadual, cuja incumbência principal foi detalhar e implantar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Foram criados subgrupos de coordenação, correspondentes à setorização estabelecida para o litoral: Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte, onde está situada o município de Ilhabela, o Grupo

Setorial de Coordenação da Baixada Santista, Grupo Setorial de Coordenação do Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida e Grupo Setorial de Coordenação do Vale do Ribeira.

O Decreto nº 49.215 de 2009 consolidou um ciclo de trabalho que começou em 1998, com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, estabelecido pela Lei Estadual nº 10.019, que envolveu todos os segmentos interessados e contou com a participação dos representantes das áreas técnicas dos órgãos estaduais e das prefeituras, assim como dos representantes da sociedade civil. Este é o instrumento que regulamenta o uso e ocupação do solo nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, integrantes da região comumente denominada de Litoral Norte.

No Litoral Norte Paulista o setor econômico predominante é o de comércio e serviços, que ocupam a maior parte da população fixa. Entretanto, cada município apresenta características próprias, cabendo apenas ao turismo e atividades correlatas uma função homogeneizadora da região como um todo. A proximidade com a Baixada Santista onde a presença de equipamentos turísticos, equipamentos energéticos, indústrias e, ainda, ao Porto de Santos, o maior porto exportador brasileiro, especializado em movimentação de cargas gerais e de grãos, faz desta região – Litoral Norte - um importante pólo de atração demográfica em nível estadual.

As sedes dos municípios no Litoral Norte, seguindo a característica dos municípios litorâneos, constituíram-se a beira mar, concentrando as atividades tipicamente urbanas – comércio e serviços, e aquelas ligadas à indústria do turismo.

Ilhabela junto à São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba apresentam em comum um território de restrita expansão urbana: em média seus espaços são ocupados em 85% por uma unidade de conservação de proteção integral, o Parque Estadual da Serra do Mar.

Nas áreas restantes, por conta de um acidentado relevo, de raras planícies e dominado por morrotes, promontórios e encostas, com predomínio de vegetação de Mata Atlântica e centenas de cursos d'água, há a configuração de um território

com severas restrições para ocupação, dominado por áreas de preservação permanente e vegetação protegida. Com a melhoria das estradas de ligação entre São José dos Campos e Caraguatatuba, e entre esta cidade e São Sebastião, o turismo começou a ganhar importância econômica em Ilhabela e região a partir da década de 1970.

A construção de residências de veraneio, por moradores das classes média e alta do planalto paulista, também começou a ganhar impulso. A pavimentação da SP-55 – rodovia Dr. Manoel Hypólito do Rego – na década de 1980, provocou um grande aumento na atividade da construção civil voltada para edificação de residências de veraneio e, em consequência, Ilhabela e as demais cidades do Litoral Norte começaram a receber um grande afluxo de migrantes oriundos de diversos estados brasileiros. Desde a década de 1990, as cidades da região têm enfrentado o maior crescimento demográfico do estado, o que tem provocado o crescimento urbano desordenado, em detrimento de políticas públicas de habitação e proteção ambiental.

Para minimizar este problema, desde 1997 a prefeitura de Ilhabela tem realizado um rígido controle de edificações em áreas de risco e/ou de preservação permanente, o que provocou uma importante redução no crescimento desordenado em relação às demais cidades do Litoral Norte.

Cabe mencionar que os dados disponíveis do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) não há registro de informações referentes uso do solo no município de Ilhabela, por tipologia.

II.5.3.B - Grupos de Interesse

Os municípios que integram a Área de Influência, situados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, por sua localização no litoral fluminense, paulista, e catarinense, apresentam em destaque duas atividades relacionadas ao espaço marinho, a atividade pesqueira e a atividade turística no litoral.

Considerando os grupos de interesse inclusos na área pertinente, descrevemos a seguir as partes interessadas, subdivididas em grupos, sendo estes:

- Instituições governamentais;
- Setor empresarial;
- Organizações da sociedade civil
- Outros Interessados

Neste item serão identificados os grupos de interesse para os Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-Sal, Bacia de Santos observadas as instruções normativas que orientam os estudos socioeconômicos para licenciamento ambiental deste empreendimento. Os grupos de interesse foram selecionados de acordo com a interação das suas atividades com os projetos propostos para estudo. Foram agrupados de acordo com suas atribuições e seus níveis de competência nos estados e municípios do Rio de Janeiro e São Paulo.

II.5.3.B.1 - Instituições Governamentais

1) Âmbito Federal

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Conforme definido por lei, as atividades *off-shore* são passíveis de licenciamento ambiental na esfera federal, representada pelo IBAMA, que exerce a função de coordenar, supervisionar, regulamentar e orientar a execução e implementação das ações e atividades relacionadas à gestão do uso dos recursos pesqueiros, além de gerenciar as demandas inerentes aos dispositivos dos acordos nacionais e internacionais, relativos a recursos pesqueiros.

Através do Decreto nº 6.099/07, foi aprovada a nova estrutura regimental do IBAMA fazendo parte de sua estrutura a Coordenação Geral de Autorização de

Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros subordinada à Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas. Compete a essa diretoria coordenar, controlar, supervisionar, normatizar, monitorar, orientar e avaliar a execução das ações federais referentes à autorização de acesso, manejo e uso dos recursos florestais, florísticos e faunísticos.

Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG

Na Gerência Executiva do IBAMA no estado do Rio de Janeiro está situada a Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG), que tem como principal atribuição o licenciamento ambiental de empreendimentos no setor de Petróleo e Gás Natural.

Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul – CEPSUL

O Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL) é um Centro Especializado do IBAMA vinculado à Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros (CGREP) da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP). Sua área de atuação abrange o litoral dos estados do ES, PR, SP, RJ, SC e RS, onde opera articulado aos Núcleos de Pesca das respectivas Gerências Executivas estaduais.

Secretaria Especial de Portos

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) foi criada por meio da Medida Provisória nº 369 de 07 de maio de 2007. Após aprovação pelo Congresso Nacional, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em setembro daquele mesmo ano, a Lei 11.518 que consolidou o funcionamento da SEP/PR e o novo modelo de gestão do setor portuário com a revogação das leis, decretos-lei e dispositivos legais diversos.

Entre as atribuições e competência da Secretaria está a formulação de políticas e diretrizes para o fomento do setor, além da execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura portuária,

com investimentos orçamentários e do Programa de Aceleração do crescimento (PAC). Compete ainda à SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, tudo isso visando assegurar segurança e eficiência ao transporte aquaviário de cargas e de passageiros no país. Quanto às metas estabelecidas pela Secretaria Especial de Portos, destaca-se a elaboração do Plano Nacional Estratégico dos Portos – PNE/PORTOS, que vai priorizar investimentos públicos e viabilizar o conceito dos portos concentradores e alimentadores, tendência operacional verificada mundialmente.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foi criado sob a Lei nº 11.958-2009 com a finalidade de atuar na política nacional pesqueira e aquícola artesanal e industrial, abrangendo produção, fiscalização, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento, armazenagem, fomento da produção (pesqueira e aquícola), entre outras atribuições.

Cabe ao Ministério da Pesca e Aquicultura, além de outras atribuições relacionadas à formulação de políticas e diretrizes para a estimulação e o desenvolvimento da aquicultura e da pesca, normalizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos recursos que estejam subexplorados ou inexplorados, como no caso da pesca de atum.

O Ministério da Pesca e Aquicultura, junto com o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA, também participa do ordenamento da pesca dos recursos pesqueiros sobrexplotados e ameaçados de sobrexplotação, como a pesca da lagosta, do camarão, da piramutaba, do pargo e da sardinha, além da pesca nas bacias hidrográficas, como a Bacia Amazônica e a Bacia do Rio São Francisco.

O Ministério da Pesca e da Aquicultura é um órgão da administração federal direta e, entre as várias competências definidas pelo decreto 6.972/09, é responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola, transformando esta atividade econômica em uma fonte sustentável de trabalho, renda e riqueza.

EMBRATUR- Ministério do Turismo

O Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR é a autarquia responsável pela execução do Plano Nacional de Turismo no que diz respeito à promoção, marketing e apoio à comercialização dos produtos, destinos e serviços turísticos brasileiros.

No **Quadro II.5.3.B-1** abaixo estão listados os órgãos federais, endereços e telefones.

Quadro II.5.3.B-1 - Quadro Síntese das entidades componentes do Grupo de Interesse no âmbito federal

Âmbito Federal	
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis	SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Cx. Postal nº 09870 - Brasília-DF - CEP: 70818-900 Tel: (61)-3316-1001 Presidente: Abelardo Bayma
Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Floresta	Ed. Sede do IBAMA - SCEN - Trecho 2 - Bloco B - Brasília-DF - CEP 70.818-900 - Caixa Postal 09.870 – Tel: (61) 3316-1171 / (61) 3316-1719 Diretor-geral: Américo Tunes
Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros	Ed. Sede do IBAMA - SCEN - Trecho 2 - Bloco B - Brasília-DF - CEP 70.818-900 - Caixa Postal 09.870 – Tel: (61) 3316-1238 Diretor: José Dias Neto
Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros - CGREP	Ed. Sede IBAMA - SCEN Trecho 2 - Bloco B - Cx. Postal nº 09870 - Brasília-DF - CEP 70818-900 Tel: (61) 3316-1480/3316-1481 Fax: (61) 3316 1238 e-mail: coordenação.pesca.sede@ibama.gov.br Coordenador-substituto: Clemesom José Pinheiro da Silva
Coordenação Geral de Petróleo e Gás - CGPEG	Praça XV de Novembro, 42; Centro, Rio de Janeiro – RJ Tel: (21) 3077-4266/3077-4267 Responsável: Edmilson Comparini Maturana
Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul - CEPSUL	Av. Ministro Victor Konder, nº 374 - Centro - Itajaí-SC. - CEP: 88301-700 Tel: (47) 3348-6058. Chefe de centro especializado: Luiz Fernando Rodrigues
MPA- Ministério Da Pesca e Aquicultura	Esplanada dos Ministérios Bloco D - Ed. Sede - 4º Andar - Sala 402 CEP: 70043-900 Brasília - DF Telefone (61) 3218-3812 Fax: (61) 3218-3732 Ministro: Altemir Gregolin
Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - Conape	Secretario: Francisco Veríssimo francisco.verissimo@mpa.gov.br (61)3218.3883
Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura	Secretario: Eloy de Sousa Araujo eloy.araujo@mpa.gov.br (61)2023-3535
Ministério Público da União	SAF Sul. Quadra 4. Conjunto C - Brasília-DF - CEP 70050-900 Tel: (61) 3105-5100 Ministro: Luís Inácio Lucena Adams
EMBRATUR – Ministério do Turismo	Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andar - Brasília-DF - CEP: 70065-900 Tel: (61) 2023-7024 Ministro: Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho
Secretaria Especial de Portos	CN Quadra 04 Bloco B Centro Empresarial VARIG Pétala C - Mezanino, Sala 1403 CEP 70714-900 Brasília-DF Secretário Executivo e Ministro Interino: Augusto Wagner Padilha Martins

2) Âmbito Estadual

Os estados possuem órgãos e entidades responsáveis pelas execuções de políticas públicas relacionadas aos setores envolvidos direta ou indiretamente com a atividade aqui analisada. Turismo, Pesca, Meio Ambiente, Desenvolvimento, Cultura, Saneamento Básico, entre outras, e os escritórios regionais dos órgãos federais constituem o grupo de interesse, abaixo relacionados.

A Gerência Executiva do IBAMA nos estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro é o órgão gestor do meio ambiente nas suas jurisdições e têm, sob sua responsabilidade, executar o ordenamento pesqueiro e todas as portarias federais sobre a pesca no nível do Estado, com amplos poderes de fiscalização e aplicação de penalidades.

Ministério Público

O Ministério Público (MP) é uma instituição que tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para dar conta de atender às demandas de todo território nacional, nas mais diversas questões e instâncias judiciais, o MP está estruturado em Ministério Público Estadual e Ministério Público da União.

No primeiro caso a estrutura é mantida pelos estados, no segundo, pela União. Assim, se os problemas que couberem a intervenção do MP forem relacionados à União, serão de competência do Ministério Público da União, caso contrário, serão tratados pelo MP dos estados.

Capitania dos Portos

Estão a cargo da Capitania dos Portos todos os aspectos relativos à segurança das embarcações e de navegação. Desse modo, estão dentre suas atribuições o cumprimento das normas que regulam os tráfegos marítimos, fluvial e lacustre; exercer a fiscalização do serviço de praticagem; exercer a fiscalização do tráfego aquaviário (FTA), anteriormente denominada "Polícia Naval" e auxiliar o serviço de salvamento marítimo; dentre outras.

A Marinha do Brasil é uma das três forças armadas do país. É responsável pelas operações navais em geral. Dentre suas competências, está a de policiar a costa brasileira. Fazem parte do seu organograma o Comando do Controle Naval do Tráfego Marinho e a Diretoria de Hidrografia e Navegação.

A seguir são listadas as secretarias por estado.

2.1) Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente – SEA

Constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, e tem como missão formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro.

Instituto Estadual do Ambiente- INEA:

O Governo do Estado do Rio de Janeiro criou através da Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com a missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável. O novo instituto, instalado em 12 de janeiro de 2009, unifica e amplia a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer – SETE/TURISRIO

A SETE tem como função formular e executar a política estadual na área de desenvolvimento do turismo e do esporte amador.

TurisRio - Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Empresa gestora do turismo fluminense, é vinculada à Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer. Seu objetivo é promover o turismo e as atividades correlatas, em

consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Estado e o Plano Diretor de Turismo.

Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão – SEPLAG

Tem como atribuições planejar e coordenar a ação governamental, através da elaboração, acompanhamento e controle de planos, programas e projetos globais e regionais, de duração anual e plurianual, bem como o estudo e a proposição de diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Estado; Também executa, acompanha e controla as atividades orçamentárias, de administração financeira e de contabilidade, e a elaboração e execução dos orçamentos fiscal e de investimento das empresas controladas pelo Estado.

2.2) Estado de São Paulo

Secretaria do Meio Ambiente

Estabelece o Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA para promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, coordenar e integrar as atividades ligadas à defesa do meio ambiente, promover a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente, incentivar o desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológico destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental e estimular a realização de atividades educativas e a participação da comunidade no processo de preservação do meio ambiente.

Instituto Florestal do Estado de São Paulo

É um órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente. A instituição é responsável por pesquisas de adaptação e desenvolvimento dos planos de manejo das áreas naturais, repassando a tecnologia para a esfera federal.

Secretaria de Turismo: tem como objetivo consolidar o Estado como produto e destino turístico, determinando diretrizes para fomentar e desenvolver o turismo sustentável, visando proporcionar a geração de postos de trabalho, a inserção social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB é a agência do Governo do Estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Está incluída no rol dos 16 Centros de referência da ONU para questões ambientais e coopera com 184 países no gerenciamento do ambiente, especialmente com a transferência de informações e tecnologia. É, também, uma das cinco instituições mundiais da Organização Mundial da Saúde que analisa a qualidade da água para o abastecimento e presta consultoria, dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sobre resíduos perigosos na América Latina.

Quadro II.5.3.B-2 - Quadro Síntese das entidades componentes do Grupo de Interesse no âmbito Estadual

Âmbito Estadual	
Estado de São Paulo	
Superintendência do IBAMA São Paulo	Alameda Tietê, nº 637 Jardim Cerqueira César 01417-020 São Paulo – SP Tel: (11) 3066-2633 Fax: (11) 3066-2675 Superintendente: Analice de Novais Pereira
Escritório Regional do IBAMA em Santos	Av. Cel Joaquim Montenegro, Nº 297 Canal 06, Aparecida CEP: 11035-001 Santos – SP Tel: (13) 3227-5775 e 3227-5776 - Fax:(13) 3227-4649 Chefe do Escritório: Ingrid Maria Furlan Oberg
Ministério Público do Estado de São Paulo	Sede: Rua Riachuelo, 115 - Centro - São Paulo - - Brasil - CEP: 01007-904 Tel: 3119-9000 Promotor: Darcy Ribeiro
Capitania dos Portos no Estado de São Paulo	Cais da Marinha s/nº, Porto de Santos, Santos-SP. CEP: 11.015-911 Tel: (13) 3221-3454. Responsável: Antônio Sérgio Caiado de Alencar
MPA Escritório São Paulo	Av. 13 de Maio, 1558 , 5º andar, Sl. 53 - São Paulo/SP - CEP 01327-002 – Tel: (11) 3541-1383/ 1380 - 3541-1380 – José Vinhote Tel: (11) 7335-4038 – Chefe de Escritório SP: Leinad Ayer de Oliveira
Secretaria do Meio Ambiente	Av. Prof. Frederico Herman Jr., nº 345 - São Paulo-SP - CEP: 05489-900 Tel: (11) 3133-3000 Responsável: Secretário Francisco Graziano Neto
Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	Praça Antônio Prado, nº 9 - São Paulo - CEP: 01010-904 Tel: (11) 3241-5822 / 3105-9877 Secretário: José Benedito Pereira Fernandes
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo-SP CEP: 05459-900 Tel: (11) 3133-3000 Diretor Presidente: Fernando Cardoso Fernandes Rei

Continua

Quadro II.5.3.B-2 (conclusão)

Âmbito Estadual	
Estado do Rio de Janeiro	
Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro	Praça 15 Novembro, nº 42, 10º Andar, Centro 20010-010 Rio de Janeiro – RJ Tel: (21) 3077-4287 / 4294 - Fax: (21) 3077-4288 Superintendente: Adilson Gil
Capitania dos Portos - CPRJ	Av. Alfred Agache, s/nº - Praça XV - Centro - Rio de Janeiro-RJ CEP: 20021-000 Tel: (21) 2104-5320 Responsável: Capitão-de-mar-e-guerra Nilo Moacyr Penha Ribeiro
Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo	Barão de Ladário, s/nº - Edifício Almirante Tamandaré - 6º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20091-000. Tel: (21) 2104-6338 Responsável: Capitão-de-mar-e-guerra Antônio César Almeida de Souza
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Marechal Câmara, 370 - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20020-080 Tel: (21) 2550-9050 Procurador-geral: Dr. Cláudio Soares Lopes
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAAPA	Alameda São Boaventura, 770, Fonseca - Niterói-RJ - CEP: 20030-001 Tel: (21) 2627-1580 Responsável: Alberto Mofati
Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer – SETE/TURISRIO	Av. Venezuela, nº 110 - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20081 312 Tel: (21) 2332-4604 Secretária: Marcia Beatriz Lins Izidoro
TurisRio - Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro	Rua da Ajuda 5, 8º andar, Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20040-000 Tel: (21) 2299-3070 Presidente: Nilo Sérgio Felix
Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão – SEPLAG	Rua Pinheiro Machado s/nº Prédio Anexo, Laranjeiras - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 22231-090 Tel: (21) 2299-5438 Secretário: Sérgio Ruy Barbosa
Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ CEP: 20081-312 Tel: 2332-5620 / 2332-5621 / 2332-5622 Email: ambiente@ambiente.rj.gov.br Secretária Estadual do Ambiente: Marilene Ramos
Instituto Estadual do Ambiente- INEA	Av. Venezuela, nº 110 - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20081-312 Tel: (21) 2332-4604 Responsável: Luis Firmino Martins Pereira
FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Alameda São Boaventura, 770. Fonseca, Niterói-RJ - CEP: 24.120-191 Tel: (21) 2625-6742 fiperj@fiperj.rj.gov.br Diretor-presidente: Antonio Emílio Santos
Secretaria de Estado de Agricultura Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro	Alameda São Boaventura, 770. Fonseca, Niterói-RJ - CEP: 24120-191. Tel: (21) 2627-1580. Secretário: Alberto Mofati
Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro	Praça 15 Novembro, nº 42, 10º Andar, Centro 20010-010 Rio de Janeiro – RJ Tel: (21) 3077-4287 / 4294 / Fax: (21) 3077-4288 e-mail: adilson.gil@ibama.gov.br Superintendente: Adilson Gil
Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha	R. Barão de Jaceguay, s/n - Ponta da Armação - Niterói-RJ - CEP:24.048-900 Tel: (21) 2189-3337 Diretor: Vice Almirante Luiz Fernando Almer Fonseca
MPA Escritório Rio de Janeiro	Rua Rodrigues Alves, 129/904 Rio de Janeiro/RJ - CEP 20081-250 Tel: (21) 2233-1895/ 2291-4141 r. 1904/1901 - 2233-1895 - 2213-3321 Chefe de Escritório RJ: Jayme Tavares Ferreira Filho

3) Âmbito Municipal

Em cada municipalidade da Área de Influência, existem secretarias municipais relacionadas às atividades de pesca, turísticas e de meio ambiente,

vinculadas às Prefeituras, estando em alguns destes com dedicação compartilhada com outras secretarias municipais.

Secretaria de Turismo

A secretaria de turismo tem como objetivo consolidar o município como produto e destino turístico, determinando diretrizes para fomentar e desenvolver o turismo sustentável, visando proporcionar a geração de postos de trabalho, a inserção social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Secretaria de Meio Ambiente

A Secretaria do Meio Ambiente tem a função de promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, coordenar e integrar as atividades ligadas à defesa do meio ambiente, promover a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente, incentivar o desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológico destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental e estimular a realização de atividades educativas e a participação da comunidade no processo de preservação do meio ambiente.

O **Quadro II.5.3.B-3** abaixo apresenta uma listagem dos principais órgãos municipais de interesse, como prefeituras, câmaras municipais e secretarias de meio ambiente e turismo dos municípios da Área de Influência.

Quadro II.5.3.B-3 - Listagem do principais órgãos municipais.

Âmbito Municipal	
Município de Ilhabela	
Prefeitura Municipal de Ilhabela	Rua Antônio Carlos Aires da Fé, 55 - Fundo Social - Ilhabela-SP. Tel: (12) 3895-8605 Prefeito: Antonio Luiz Colucci
Secretaria de Meio Ambiente	Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, nº 128, Perequê. Tel: (12) 3896-9219 Secretária: Cássia Redó
Secretaria de Turismo e Fomento	Praça Ver. José Leite dos Passos, 14 - Barra Velha - Ilhabela-SP. Tel: (12) 3895-7220 / 7259 Secretária: Djane Vitoriano de Jesus

Continua

Quadro II.5.3.B-3 (continuação)

Âmbito Municipal	
Município de Itanhaém	
Prefeitura Municipal de Itanhaém	Av. Washington Luiz, 75 , Centro. Tel: (13) 3421 1618 Prefeito: João Carlos Forssell
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	Av. Washington Luiz, 75 , Centro, Bloco 2 – sala 12, 2º andar. tel: 13) 3421 1600 ramal 1652 Secretária: Rosana Filippini Bifulco Oliveira
Secretaria de Educação, esporte, Lazer e Cultura	Centro Municipal Tecnológico(CMTCE) Av. Condessa Vimieiros N 1131 Centro. Tel: (13)3421 1700 Responsável: Cilene Forssell
Município do Rio de Janeiro	
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	Rua Afonso Cavalcanti 455/ sl. 1271 Cidade Nova - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20211-010 Tel: (21) 2503-3000. Prefeito: Eduardo Paes.
Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro – SMAC	Rua Afonso Cavalcanti 455/ sl. 1271 Cidade Nova - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20211-010. Tel: (21) 2293-3484 Secretário: Carlos Alberto Vieira Antunes
Secretaria Especial de Turismo – SETUR	Praça Pio X, nº 119, 9º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20040-020. Tel: (21) 2271-7000 Secretário: Antônio Pedro Viegas Figueira de Mello
Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. – RIOTUR	Praça Pio X 119, 10º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20040-020. Tel: (21) 2588-9146. Responsável: Antônio Pedro Viedas Figueira de Mello
Município do Niterói	
Prefeitura Municipal de Niterói	Rua Visconde de Sepetiba, 987 - Centro - Niterói-RJ - CEP: 24020-206. Tel: (21) 2620-0403 Prefeito: Jorge Roberto da Silveira
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Niterói	Rua Almirante Tefé, 632 - Centro - Niterói-RJ. Tel: (21) 2613-2283 Secretário: José Antônio Fernandez
Niterói Lazer e Turismo. – NELTUR	Estrada Frões, 773 - São Francisco - Niterói-RJ - CEP: 24360-005 Tel: (21) 2710-2727. Diretor-presidente: José Mauro Hadd
Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói	R. São João, 214 - Centro - Niterói - RJ - CEP: 24.020-971. Tel: (21) 2613-2283 Subsecretário: Roberto Vass
Subsecretaria Municipal de Aquicultura e Pesca de Niterói	R. Visconde de Sepetiba, 987/10º andar - Centro - Niterói - RJ - CEP: 24.020-206. Tel: (21)2620-0403 - ramal 292 Subsecretário: José Augusto Monteiro
Município de Itaguaí	
Prefeitura Municipal de Itaguaí	Rua General Bocaiúva, 636 - Centro, Itaguaí - RJ - Brasil - CEP: 23.815-310. Tel: (21) 2688.1710 - (21) 2688.1165 - (21) 2688.2446 Prefeito: Carlos Busatto Júnior (Charlinho)
Secretaria Municipal de Indústria, Turismo e Esportes	Rua General Bocaiúva, 636 - Centro, Itaguaí RJ, Brasil 23.815-000. Tel: 2688-1884 Secretário: Alexandre Valle Cardoso
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Av. Isoldakson Cruz de Brito nº 18.745 (antiga Est. RJ-99) V. Margarida Itaguaí RJ, Brasil Tel: 2688-8633 Secretário: Jailson Barbosa Coelho
Município de Mangaratiba	
Prefeitura Municipal de Mangaratiba	Praça Robert Simões, nº 92 - Centro – Mangaratiba, RJ. Tel: (21)2789 6000 Prefeito: Aarão de Moura Brito Neto
Secretaria Municipal de Ind. Com. Tec. da Informação e Turismo	Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba – RJ. E-mail: sicti@mangaratiba.rj.gov.br Secretário: Pedro Lemelle
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba – RJ. Secretário: Cosme Giovanni Kede

Continua

Quadro II.5.3.B-3 (conclusão)

Âmbito Municipal	
Município de Maricá	
Prefeitura Municipal de Maricá	R. Álvares de Castro, 346 - Centro - Maricá - RJ - CEP: 24.900-000. Tel: (21) 2637-2052 Prefeito: Washington Quaqué
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Maricá	R. Álvares de Castro, 346 - Centro - Maricá - RJ - CEP: 24.900-000. Tel.: (21) 2637-2052 Secretário: Alan Novais
Secretaria de Municipal de Turismo, Lazer, Indústria e Comércio	Av. Vereador Francisco Sabino da Costa, 945 - Centro - CEP: 24.900-000. Tel.: (21) 3731-5094 Secretário: Carlos José Moreira Soares

4) Setor Empresarial

O setor empresarial está representado pelas entidades do comércio, da indústria e de serviços, dada a importância das atividades e a sua representatividade para as economias dos municípios da Área de Influência. Dentre estas entidades, destaca-se:

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH

No âmbito nacional, a entidade que se destaca no setor de turismo é a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, que vem atuando como um órgão técnico consultivo e solução dos problemas do setor. Tem como principal objetivo a defesa dos interesses de ordem jurídica, moral e econômica dos hoteleiros do Brasil, a ABIH consolidou-se no decorrer dos anos como uma confiável fonte de dados e informações. A entidade conta com representações nos diversos estados da Federação.

Sendo assim, foram identificadas algumas entidades do setor empresarial destacadamente presentes na Área de Influência:

Quadro II.5.3.B-4 - Listagem de entidades do setor empresarial

Entidades Empresariais	Endereço
Âmbito Federal	
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH	SCN, Quadra 01, Bloco F, Salas 1712/1713 Térreo, Ed. América Office Tower, Brasília-DF - CEP. 70.711-905. Tel/Fax: (61) 3326-1177 Presidente: Álvaro Brito Bezerra de Melo.

Continua

Quadro II.5.3.B-4 (continuação)

Âmbito Estadual	
Estado de São Paulo	
Entidades Empresariais	Endereço
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP	Edifício Sede FIESP. Avenida Paulista, 131, São Paulo-SP - CEP: 01311-923. Tel: (11) 3549-4499 E-mail: atendimento@fiesp.org.br. Presidente: Paulo Skaf
SEBRAE	Av. Adolfo Pinheiro, 712, Santo Amaro - São Paulo-SP. Tel: (11) 5522-0500. Diretor Superintendente: Ricardo Tortorella
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis / São Paulo - ABIH	Rua André Saraiva, 783, VL Sônia - São Paulo-SP. Tel: (11) 3739-0302 Presidente: Maurício Alves Bernardino
Estado do Rio de Janeiro	
ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis / Rio de Janeiro	Avenida Américas, 3120, Bl 1, Lj 213 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 22640-102. Tel: (21) 3410-5131. Diretor-geral: Dr. Alfredo Lopes
Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN	Avenida Graça Aranha, nº 1 - Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20030-002. Tel: (21) 2563-4455. Presidente: Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
SEBRAE	Rua Santa Luzia 685 6º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20030-041. Tel: 2212-7700 Diretor-superintendente: Sérgio Malta
Federação do Comércio – FECOMERCIO	Rua Marques de Abrantes 99/11 - Flamengo - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 22230-060 Tel: (21) 3138-1105 / 2246-9067 Superintendente: Cléber Meira
Âmbito Municipal	
Município de Ilhabela	
Associação Comercial e Empresarial	Av. Princesa Isabel, 3039 Loja 02 - Barra Velha - Ilhabela - CEP: 11630-000. Tel: (12) 3895-8523 E-mail: acilhabela@acilhabela.com.br Presidente: Mario Sergio Gonçalves Perrechil
Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela	Av. Princesa Isabel, 2875 Barra Velha - CEP 11630-00. Tel: (12) 3895-8523 / 3895 7102 Presidente: Mário Sérgio Gonçalves Terrechil
Associação Ilhabela Receptivo, Hotelaria e Gastronomia do Sul	Avenida Riachuelo, nº: 1909, Praia Grande – Ilhabela – SP. Tel: (12) 3894-9278 Presidente: Luís Maia
Posto Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) de Ilhabela	Endereço: Av. Almirante Tamandaré, 651 - Secretaria de Turismo, Bairro: Itaquanduba - Cidade/estado: Ilhabela (SP). Tel: (12) 3895-7220 Responsável: Ivana Tomie de Boris Davidoff
Município do Rio de Janeiro	
ACRJ- Associação Comercial do Rio de Janeiro	Rua da Candelária - 09, 11º e 12º andares, Cep 20091-020, Centro / RJ. Tel: 21 2514-1229 Gerente-geral: Maria Alves Barbosa
SEBRAE - Escritório Regional Rio de Janeiro	Av. Calógeras, 23, loja - Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 2003040 Tel: (21) 2212-7800 Fax: (21) 2212-7808 Diretor-superintendente: Sérgio Malta
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	Endereço: Rua da Ajuda, 5/20º andar - Centro 20040-000 Rio de Janeiro, RJ. Tel: (21)2333-0495 - Fax: 2333-0487 / 2333-0486 E-mail: faleconosco@codin.rj.gov.br Diretora-presidente: Estela Maria Praça de Almeida

Continua

Quadro II.5.3.B-4 (conclusão)

Âmbito Municipal	
Entidades Empresariais	Endereço
Município do Niterói	
SEBRAE Escritório Regional Niterói	Rua São João, 119 loja 101 - Centro - Niterói-RJ - CEP: 24020-042. Tel: (21) 2622-3610 / 2722-4656. Gerente: Américo Diniz Neto
Associação Comercial e Industrial do Estado do Rio de Janeiro	Av Ernani Amaral Peixoto, 286 s 204 - Centro - Niterói - RJ - CEP: 24020-076. PABX: (21) 2620-8100 Presidente: Luís Paulino de Carvalho Moreira Neto
Associação Comercial de Niterói	Av Ernani Amaral Peixoto 286 2º andar, Niterói. Tel: (21) 26222575 Responsável: Paulo Moreira Leite
Município de Mangaratiba	
SEBRAE - Mangaratiba	Rua XV de Novembro , 51 A / 2º. Andar. Tel: (21)27891591 E-Mail: sebraerj.mangaratiba@bol.com.br Coordenadora: Adriana da Silva Ramos
Associação Comercial, Industrial e Agropastoril do Município de Mangaratiba	Rua XV de Novembro , 51a / 2º Andar. E-Mail: mailto:aciapmangaratiba@oi.com.br *
Município de Maricá	
SEBRAE	Rua Ribeiro de Almeida, 36, Centro, Maricá (RJ). Tel: (21) 37312067 Subsecretário: Paulo Feijó Superintendente: Sandro Lima
Associação Comercial de Maricá	Av: Francisco Sabino da Costa 398, Marica 24900000, RJ T: (21) 26373819 Responsável: Luciézio de Almeida Melo
Município de Itaguaí	
Montanha do Oeste - Turismo de Aventura - Costa Verde - RJ	Landulfo Alves Nº 207 - Centro - Itaguaí – RJ. Tel: (21) 2688 - 5845 - 7899 - 4280 - ID: 24*56179 Diretor-executivo e responsável técnico: Marcelo Valverde
SEBRAE - Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas RJ	Rua Dr Curvelo Cavalcante, 551 - Centro - Itaguaí – RJ. Tel: (21) 2688-2416 Diretor Superintendente: Sergio Malta Diretor: Cezar Vasquez Diretor: Evandro Peçanha Alves:
Associação Com., Ind. e Agrop. de Itaguaí - Aciapi	Rua Santo Inácio, 40 - Itaguaí/RJ - Centro - 23.810-515. Tel: (21) 2688-3306 E-mail: aciapi@hotmail.com Presidente: José Almeida Ribeiro

5) Organizações da sociedade civil relacionadas as atividades pesqueiras

A seguir são apresentadas como organizações da sociedade civil as entidades ligadas ao setor pesqueiro, como federações, sindicatos, colônias e associações, que atuam como representantes dos trabalhadores na pesca nos dois estados da Área de Influência (Rio de Janeiro e São Paulo).

Quadro II.5.3.B-5 - Listagem de organizações da sociedade civil ligadas a pesca

Entidades de Pesca	Endereço
Âmbito Federal	
Confederação dos Pescadores e Aquicultores	Sede: SCS Quadra 1 Bloco M - Edifício Gilberto Salomão 10º andar, 1016 - Brasília-DF Responsável: Abraão Lincoln Ferreira da Cruz
Conselho Pastoral dos Pescadores	Sede: Av. Gov. Carlos Lima Cavalcanti, 4688, Casa Caída - CEP: 53040-000 Olinda-PE Presidente: D. José Haring
Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE	Sede: Trav. Tupinambás, 262 - CEP: 66025-610 - Belém-PA. Presidente: José Alcides Barbosa dos Santos
Âmbito Estadual	
Estado de São Paulo	
FEPEP - Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo	Av. Dino Bueno, 114 - Ponta da Praia - Santos-SP - CEP: 11030-350 Tel: (13) 3261-2992 Fax: (13) 3261-4700 Presidente: Celso Napolitano
SINPESCATRAESP - Sindicato de Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo	Rua Ver Henrique Soler, 279 - Santos-SP Tel: (13) 3261-2585 ou 3261-2930 E-mail: sinpescatraesp@uol.com.br Responsável: Luís Demétrio de Araújo Filho
SAPESP - Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo	Rua Vereador Henrique Soler, 258 - Santos-SP Tel: (13) 3261-5380 Presidente: José Seaglia
SIPESP - Sindicato da Indústria da Pesca no Estado de São Paulo	Av. Paulista, 1.159 - 12º andar sala 1.210 - Bela Vista - CEP: 01311-200 Tel: (13) 3227-5728 Presidente: Roberto Kikuo Imai
Estado do Rio de Janeiro	
FEPERJ - Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro	Rua Visconde de Rio Branco, nº 10-A - Ponta da Areia - Niterói-RJ - CEP: 24020-000 Tel: (21) 2629-7178 Presidente: José Maria Pugas.
FAPESCA - Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro	Av. Carlos Ermelindo Marins, 294, Jurujuba, Niterói- Cep: 24370-195 Telefone: (21)2610-2599 Presidente: Mizael de Oliveira
FAPA - Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aquiculturas do RJ	Av. Amaral Peixoto, 450 sala 804 - Niterói-RJ Tel: (21) 2648-7313 Coordenador: Jorge Nunes de Souza
SIPERJ - Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro.	Rua Visconde do Uruguai, 535/ 11º andar - Centro - Niterói-RJ - CEP: 24030-077 Tel: (21) 2717-6892 Presidente: Antônio Moreira da Silva
UEPA - União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado	Rua José de Castro Neto, Pontal do Atalaia, lote 56, Arraial do Cabo- Cep: 28930-000 Tel: (22) 2622- 7587 Coordenador: Ricardo Montovani
SAPERJ - Sindicato dos Armadores do Estado do Rio de Janeiro	Rua Fábio Goulart, Eng, 605 - Niterói-RJ Tel: (21) 2719-0455 Presidente: Alexandre Guerra Espogeiro

Colônias e Associações de Pesca

As colônias de pesca representam uma forma de associação de pescadores vinculados principalmente à pesca artesanal, que residem nos municípios costeiros. São locais de congregação dos pescadores pertencentes às colônias e associações, onde os mesmos encontram maior facilidade para a estocagem e distribuição do pescado, guarda e manutenção de embarcações, e o contato social com outros associados. Apesar de não ter representação de classe, como sindicatos e colônias de pesca as associações de pescadores passaram a ser reconhecidas como órgãos de representação social do grupo pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca a partir de 2003, atual Ministério da Pesca e Aquicultura, com o intuito de fomentar a atividade pesqueira e ao mesmo tempo dirimir os conflitos existentes entre as entidades de pesca. Tais entidades encontram-se descritas no **Quadro II.5.3.B-6**.

Tiveram como fonte o Cadastro Nacional de Pescadores, produzido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP, 2006), atual MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura e consulta junto as Colônias de Pescadores durante o levantamento de campo entre 2009 e 2010 pela empresa de consultoria ICF.

Cabe ressaltar que os pescadores de Marica são representados e cadastrados pela Colônia Z-07 de Itaipu e os pescadores de Sepetiba são representados pela Colônia Z-14 de Pedra de Guaratiba.

Quadro II.5.3.B-6 - Listagem de associações e colônias de pesca na Área de Influência.

Municípios	Colônias/ Associações/ Cooperativas	Endereço
Ilhabela-SP	Colônia de pescadores Z-06	Rua Dr. Carvalho, 150- Centro - CEP: 11630-000 Tel: (12) 3896-2762 Presidente: Roberto Lourdes Nascimento
Rio de Janeiro- RJ	Colônia de pescadores Z-10	Praça São Pedro, 04 Zumbi, Ilha do Governador. CEP 21930-160 Tel: 21 3396-9051 / 9279-8068 Presidente: Aníbal Ferreira de Almeida Nolau
	Colônia de Pesca Z-11	Av. Brasil, 8.666, Ramos. Tel: 21 2270-5989 Presidente: Gilberto Gonçalves
	Colônia de Pesca Z-12	Rua Carlos Seidl, 910. Caju. Tel: 21 2580-8676 Presidente Jorge Santos
	Colônia de Pesca Z-13	Av. Atlântica, s/nº - Posto 6 Copacabana. Tel: 21 2522-1768 Presidente: Joaquim Fernandes

Continua

Quadro II.5.3.B-6 (conclusão)

Municípios	Colônias/ Associações/ Cooperativas	Endereço
Rio de Janeiro- RJ	Colônia de Pesca Z-14	Rua Barros de Alarcão, 401. Pedra de Guaratiba Tel: 21 3404-7952 Presidente: Ubirajara Dias
	APEBALATA - Associação de Pescadores da Barra da Tijuca	Avenida Autódromo nº 16. Tel: (21) 2421-3376 Presidente: Altair Antunes-
	Cooperativa Mista dos Pescadores de Colônia Caju – COOPESCAJU	Rua Carlos Seidl, 910. Caju. Tel: 21 2580-8676 Presidente Jorge Santos
Niterói-RJ	Colônia de Pescadores Z-07	Endereço: Praia de Itaipu s/n - Itaipu - Niterói CEP: 24340-005 Tel: 2609-4332 Presidente: Aurivaldo Jose Almeida
	Colônia de Pescadores Z-08	Rua Visconde do Rio Branco, 10 Centro - Niterói CEP: 240200-000 Tel: 2618-0032 / 2621-8488 Presidente: Gilberto Alves
	AMALJ - Associação dos Maricultores Livres de Jurujuba	Av. Carlos Hermelindo Marins, 294 - Jurujuba - Niterói CEP:24.370-195 Tel: 21 2610-2599 Presidente: Mizael de Lima
	Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu	Travessa Tereza, 22 Itaipu - Niterói CEP: 24.340-005 Tel: * Presidente: Chico de Itaipu.
	Associação dos Pescadores e Amigos da Praia Grande	Rua da Lama s/n - Centro – Niterói Tel: * Presidente: Robson Barbosa
Mangaratiba	Colônia dos Pescadores Z- 16 de Itacuruçá	R Manoel Valentim e Siq, 218 - Loja - Itacuruçá - Mangaratiba Estado: RJ - CEP: 23860-000 Tel: 9929-0330 Presidente: Expedito Luis de Melo (Cabo)
	Abit - Associação dos Barqueiros de Itacuruçá	Orla Itacuruça, s/nº Itacuruçá - Mangaratiba - RJ. *

* Responsável e/ou telefone de contato não identificados

II.5.3.C - Organização Social

Além dos Grupos de Interesse descritos neste diagnóstico, como sindicatos e federações de pesca de cada estado envolvido, existem outros tipos de organizações com interesse na atividade e identificadas a seguir.

Estas entidades apresentam objetivos diversos, mas estão envolvidos em causas ligadas à conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades sociais e desenvolvem projetos voltados para o atendimento desses objetivos, com uma ampla relação com as comunidades onde atuam.

De acordo com a linha de atuação e objetivos das organizações sociais localizadas na Área de Influência do empreendimento, existe o empenho na atuação

em tópicos abordados, como a promoção e valorização dos direitos humanos e cidadania; a capacitação do público-alvo das organizações em gestão comunitária e defesa dos interesses sociais e a preservação e conservação ambiental.

Os levantamentos realizados para descrição do sistema de organização social da Área de Influência priorizaram as entidades que atuam na área costeira e na defesa do meio ambiente. Os dados foram obtidos nos *sites* dos cadastros da Abong; do CNEA/CONAMA; do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms) e no Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas (Ecolista).

Os órgãos representativos das atividades de turismo e pesca estão identificados no item II.5.3.B - Grupos de Interesse, dadas as suas características de fomento e gestão dessas atividades no país e na região.

II.5.3.C.1 - Organização social dos pescadores no Brasil

Oficialmente, as áreas de pesca ou jurisdições pesqueiras surgiram em 1846, com a promulgação da Lei 447, que atribuía à Marinha do Brasil a responsabilidade administrativa pelas áreas de pesca ou distritos de pesca, como foi denominada a divisão da costa brasileira. Cabia à Marinha a identificação matrícula de todos os pescadores que atuavam nos distritos.

Posteriormente, em 1912, o governo brasileiro criou a Inspetoria de Pesca, com a determinação da criação de colônias de pescadores, ampliando a responsabilidade do Ministério da Marinha sobre as embarcações, as colônias e a fiscalização da pesca.

As primeiras colônias de pescadores foram criadas através das cruzadas da Marinha, a partir de 1919 (LOPES, 2004), denominadas de “tríplice missão” por terem como pontos norteadores: a nacionalização da pesca, a organização dos serviços de pesquisas oceanográficas e o saneamento do litoral. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização.

Junto à criação das colônias, foram criadas as federações de pesca, responsáveis pela supervisão e apoio às colônias existentes em determinada Unidade da Federação, que por vez estavam submetidas à Confederação Nacional da Pesca – CNP, criada em 1920.

Com a I Guerra Mundial, a defesa e a fiscalização da costa brasileira foram intensificadas. O lema das colônias passou a ser “Pátria e Dever”. O objetivo era mobilizar os pescadores para a defesa da costa nacional. No entanto, a estrutura dessas novas colônias determinava que somente seus sócios pudessem exercer oficialmente a profissão de pescador, o que apesar de ter contribuído para um sentido de corporação, não permitia esquecer que eram entidades criadas pelo governo, não sendo livres associações de classe (LOPES, 2004).

Com a instituição do Estado Novo, na Era Vargas, a organização dos pescadores passou a se subordinar ao Ministério da Agricultura deixando de estar sob o controle do Ministério da Marinha. Foi criada a Divisão de Caça e Pesca para o gerenciamento da atividade pesqueira no Brasil. Durante muito tempo as federações e a confederação de pesca estiveram fortemente relacionadas ao aparelho do Estado, de forma que o cargo de presidente da confederação, segundo o próprio estatuto, teria que ser de confiança do Ministro da Agricultura (DIEGUES, apud. DIAS-NETO; MARRUL-FILHO).

Com o início da II Guerra Mundial, as entidades pesqueiras deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura e o controle das colônias voltou a ser do Ministério da Marinha.

Na década de 1960, a Divisão de Caça e Pesca foi extinta e foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE para promover, desenvolver e fiscalizar a atividade. A verba destinada à pesca foi centralizada no desenvolvimento da indústria pesqueira nacional (DIAS-NETO; MARRUL-FILHO, op. cit.).

Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, as entidades de classe, em geral, tiveram dificuldade de organização e articulação, em especial as colônias

de pesca, que não possuíam autonomia legal para representar os interesses dos pescadores. Diante disso, em 1980, surgiu a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que atuava na mobilização e articulação dos interesses dos pescadores, além de orientá-los com relação à comercialização, aposentadoria e previdência social.

Somente em 1988, com a equiparação das colônias aos sindicatos rurais, estabelecida na Constituição Federal, ganham autonomia para aprovarem seus próprios estatutos e estabelecerem suas normas e regras. No mesmo ano, foi criado o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE para levar adiante o trabalho de organização. Juntas, as duas entidades são consideradas mais modernas do que a própria Confederação Nacional da Pesca.

Os adeptos da pesca de lazer, os proprietários de terrenos na praia e outros indivíduos também podiam afiliar-se às colônias. A diversificação de associados enfraquecia a organização e a representação da classe pesqueira, uma vez que a entidade representava múltiplos interesses.

Em 1989 o setor foi transferido da competência do Ministério da Agricultura e Abastecimento e passou a ser gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente / IBAMA, deixando de pertencer ao órgão de fomento para pertencer ao órgão fiscalizador. A atividade passou por diversas restrições entre 1989-1998, levando a uma grande desmobilização dos pescadores em função da dificuldade encontrada para desenvolver a atividade.

Com o intuito de fomentar a atividade pesqueira e ao mesmo tempo dirimir os conflitos existentes entre as entidades de pesca, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, criada pelo governo federal em 2003, passou a reconhecer as associações de pescadores como órgãos de representação social do grupo, apesar de não ter representação de classe, como sindicatos e colônias de pesca.

Quanto à pesca industrial, seus representantes são associados ao Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE, que se destaca na mobilização pela manutenção dos incentivos fiscais e pela associação de empresas brasileiras ao capital estrangeiro.

A CONEPE tem se caracterizado pela alternância de lideranças regionais que defendem interesses específicos, como incentivos e exportações, não se verificando a preocupação em se organizar um setor social, mas sim de apoiar interesses particulares em circunstâncias determinadas (SILVA FILHO, 1985, apud. DIAS-NETO; MARRUL-FILHO, op. cit.).

Organização social dos pescadores de representação estadual Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ, presidida atualmente pelo Sr. José Maria Pulgas.

Sindicato dos Armadores do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ, entidade situada no pátio do entreposto pesqueiro de Niterói, que também abriga duas outras: o Sindicato dos Pescadores do RJ e do ES e a Associação dos Pregoeiros de Pesca de Niterói – APPANIT, responsável pela administração do complexo do porto e do mercado; além de uma fábrica de gelo.

Criado em 8 de abril de 1969, o Instituto de Pesca desenvolve pesquisas sobre ecossistemas aquáticos; biologia e pesca de organismos marinhos e de águas continentais; aquicultura de organismos marinhos e continentais; dinâmica de frotas pesqueiras; e tecnologia e aproveitamento integral de pescados. O objetivo é o aperfeiçoamento da cadeia produtiva pesqueira. Atualmente, o Instituto conta com 70 pesquisadores.

Endereço contato:	Telefones: (011) 3871-7530 e 3871-7569; fax: (011) 3872-5035
E-mail:	E-mail: antoniosimoes@sp.gov.br

Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo localizada no mesmo endereço da Colônia de Pesca Z-01 em Santos, presidida por Tsuneo Okida.

Endereço contato:	Av. Dino Bueno, 114 – Ponta da Praia, CEP 11030-350, Santos (SP) Telefone: (13) 3261-2992, Fax: (13) 3261-4700
E-mail:	colonia.pescadores@terra.com.br

II.5.3.C.2 - Organizações Ambientalistas Não Governamentais

O ambientalismo abre espaço para questionamento do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e educacional dominantes, defendendo a construção de uma nova realidade social, não só com ênfase no uso responsável dos recursos naturais, mas com respeito a grupos étnicos, à diversidade cultural e à saúde e segurança do indivíduo, inserindo-o no contexto onde vive e possibilitando-lhe exercer a sua cidadania.

Há nacionalmente reconhecimento da existência de um movimento ambientalista no Brasil, portador de um projeto coletivo de mudança da sociedade, que busca a transformação do atual modelo de desenvolvimento, cujo princípio integrador é a busca da sustentabilidade.

No processo em curso de recomposição social na zona costeira, tanto a partir do marco legal quanto dentro do movimento ambientalista, articulam-se as lutas das comunidades indígenas, quilombolas, pescadores, marisqueiras, caiçaras e adeptos dos programas de turismo solidário e comunitário.

Nessa expansão do ambientalismo e dentre os diversos atores que buscam o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, destacam-se as ONGs, que são tidas como parceiras das diversas instituições públicas e/ou privadas e foco de interesse do item aqui tratado. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, são partícipes na implementação da Agenda 21, em toda a região de estudo.

A comunidade das organizações não-governamentais, além da ação local oferece uma rede virtual mundial, que se interliga em todas as esferas: internacional, nacional, regional e local, respondendo ao enfrentamento das demandas surgidas. Há preferência de localização de suas sedes em grandes centros econômicos e políticos do país, mas atuam em diversas outras regiões do país.

Na área de influência do projeto, por conter municípios com significâncias e características diferentes e pertencendo à estados também diferentes, detectou-se a presença de sedes e atuação das mais diversas entidades, que desenvolvem

trabalhos inseridos nas necessidades locais com as seguintes linhas de ação: provêm bens coletivos; promovem o respeito à diferença, liberdade e diversidade; fortalecem os movimentos sociais democráticos; têm capacidade de chamar a atenção pública para problemas ambientais e sociais; guardam proximidade com a comunidade beneficiária dos serviços e podem partilhar com o Estado a formulação e implementação de políticas públicas.

Possuem capacidade de pressão nas três esferas governamentais, organismos internacionais, empresas privadas e agências bi e multilaterais e, ainda, facilitam a divulgação dos trabalho desenvolvido por atuarem em rede.

As ONGs ambientalistas por um lado, objetivam fortalecer a concepção de desenvolvimento sustentável, sendo consideradas a justiça social, o exercício da cidadania, a equidade social, a democracia plena e o equilíbrio ambiental e por outro querem ser reconhecidas como atores estratégicos para tal desenvolvimento e agentes transformadores da sociedade. (Fonte: Cunha Gomes, Zeide Lúcia Gusmão, *Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais V. 4 N. 3 Set./Dez. 2008*)

Neste item estão elencadas as entidades relevantes, que além de atuarem em rede que tem expressão internacional, nacional e regional, situadas e/ou cujas sedes estão nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo e cujas linhas de ação envolvem os municípios da área de influência e/ou a Zona costeira e suas populações tradicionais. Para esta listagem, foi consultado o cadastro do CNEA/MMA.

Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG

Fundada em 10 de agosto de 1991, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista, com duração ilimitada.

São consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o

fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

A ABONG tem por objetivos:

- I. promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa;
- II. consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares;
- III. defender os interesses comuns de suas associadas;
- IV. estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento;
- V. combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;
- VI. ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento.

Endereço contato:	Rua Dr. Renato de Barros, 684 Itaim-Bibi - São Paulo - SP - CEP 04530-001
E-mail:	abong@uol.com.br

Fundação SOS Mata Atlântica

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não-governamental. Entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos, foi criada em 1986 e tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência, estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a Mata Atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socioambiental.

Abrangência: os 2.815 municípios, pertencentes aos 17 estados inseridos no domínio do bioma.

Projetos: Dentre os vários projetos desenvolvidos pelo SOS Mata Atlântica destacam-se:

Costa Atlântica: Iniciativa lançada em 2006, o Programa Costa Atlântica é capitaneado pela Fundação SOS Mata Atlântica visando contribuir com a conservação da biodiversidade, a manutenção do equilíbrio ambiental, a integridade dos patrimônios naturais, históricos e culturais e o desenvolvimento sustentável dos territórios costeiros e marinhos.

Dois fundos constituem o Programa: o Fundo para a conservação e fomento ao desenvolvimento regional nas Zonas Costeira e Marinha sob influência do bioma Mata Atlântica - Fundo Costa Atlântica e o Fundo de apoio às Unidades de Conservação marinhas – Fundo pró-Unidade de Conservação Marinha, cujo projeto-piloto é desenvolvido na Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas.

O Fundo Costa Atlântica é voltado à conservação e ao fomento ao desenvolvimento regional nas zonas Costeira e Marinha sob influência do bioma Mata Atlântica, e foi criado para apoiar projetos de conservação da biodiversidade, por meio do apoio à criação e consolidação de unidades de conservação públicas na zona marinha e o uso sustentável dos recursos costeiros e marinhos.

O segundo é o Fundo Pró-Unidade de Conservação Marinha, estabelecido como um fundo de perpetuidade, com vistas a garantir a proteção, gestão e sustentabilidade das áreas marinhas protegidas atualmente. O Programa Costa Atlântica conta com o aporte da iniciativa privada.

Na primeira fase, de 2008-2010, o programa contemplou ações em áreas prioritárias dentro da região abrangida pelo Programa Costa Atlântica: o Estuário do Jaguaribe (CE), a Costa dos Corais (PE/AL), Canal de Santa Cruz-Itamaracá (PE), a Baía de Camamu (BA), a Baía de Todos os Santos (BA), a Baía de Ilha Grande (RJ), o Complexo Estuarino-Lagunar Iguape-Cananéia (SP) e as Baías Babitonga-São Francisco do Sul (SC), Lagoa do Peixe (RS).

Plataforma Ambiental: Em associação com o Atlas dos Municípios da Mata Atlântica, a Plataforma Ambiental aos Municípios, lançada pela Fundação em 2004, constitui um documento com as principais diretrizes para a implantação de uma agenda ambiental local nas cidades situadas no bioma. O objetivo principal da Plataforma servir de referência para as questões ambientais locais. Três eixos temáticos estruturais - desenvolvimento sustentável educação e saúde e saneamento ambiental - são os indutores para a abordagem de questões que demandem o posicionamento de prefeitos e vereadores. Entre elas, a criação do zoneamento municipal, de áreas verdes, parques e Áreas de Preservação Permanente, políticas de parcelamento do solo e proteção aos mananciais, gerenciamento integrado de resíduos sólidos, promoção do turismo e da agricultura sustentáveis, entre outros temas.

Atlas da Mata Atlântica: O Atlas, voltado para fornecer sistematicamente dados sobre a situação da Mata Atlântica, não faz só a sinalização das perdas de áreas como enfoca as áreas que vêm se recuperando em consonância com a legislação. O estudo indica os trechos mais preservados e a situação do entorno das áreas com elevada taxa de biodiversidade, contribuindo para o planejamento e a proteção do patrimônio ambiental. Desde 2004, a SOS Mata Atlântica realiza um trabalho de diagnóstico e monitoramento de áreas prioritárias para a conservação.

O mais recente avanço do Atlas foi a criação, em 2005, do projeto "De Olho na Mata", que em sua primeira fase, compreendeu o trecho litorâneo entre os municípios de Guarujá (SP) e Paraty (RJ). O estudo avaliou a realidade desta área desde 1962, sua situação atual e a criação de cenários futuros que apontem como estarão os remanescentes daqui a 10 e 20 anos. Foi possível neste trecho constatar o adensamento da população em áreas irregulares, o que, aliado à falta de infra-estrutura básica, leva à poluição da água. O próximo trecho do bioma Mata Atlântico a ser pesquisado será o litoral norte de Santa Catarina.

Atlas dos Municípios: Para dar continuidade ao trabalho de mapeamento dos remanescentes da Mata Atlântica, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) lançaram, em 2004, um novo gerenciador de mapas na Internet. A iniciativa veio acompanhada da disponibilidade de imagens da situação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica por município, entre aqueles abrangidos pelo bioma. O produto, conhecido como Atlas dos Municípios da Mata Atlântica, monitora a distribuição espacial da Mata Atlântica em 2.815 municípios dos 17 estados inseridos no domínio do bioma, e traz os índices de representatividade da vegetação de mangue e restinga. A interpretação de imagens de satélites alcança áreas mínimas de dez hectares.

O Atlas estabelece ainda um Índice de Preservação da Mata Atlântica - IPMA, indicador criado pela entidade para apontar a situação quantitativa dos remanescentes florestais por município. Tal indicador possibilitou a divulgação, de um ranking com as cem cidades com maior índice de Mata Atlântica. É possível acompanhar também os limites das unidades de conservação, a localização e monitorar pressões, invasões e desmatamentos no seu entorno.

Endereço contato:	Rua Manoel da Nóbrega, 456 - São Paulo-SP - CEP 04001-001
E-mail:	smata@ax.apc.org - sosmatatlantica@sosmatatlantica.org.br

Greenpeace

O Greenpeace é uma ONG internacional, fundada em 1971, de alcance mundial, possuindo mais de um milhão de adeptos. Caracterizada pela ação imediata e militância voluntária, tem como estratégia mais divulgada, criar situações de denuncia e/ou enfrentamento nos locais onde o ambiente do planeta possa estar sendo ameaçado pela atividade antrópica.

O Greenpeace definiu como escopo de seu trabalho em favor do ambiente os seguintes temas: florestas, clima, energia, oceanos, agricultura sustentável (transgênicos), tóxicos e desarmamento/promoção da paz.

A partir de objetivos e estratégias determinados, esses temas transformam-se em “campanhas” – um trabalho de investigação, exposição e confronto a partir das demandas da organização em cada país onde ela atua.

Com representação no Brasil, definiu para o país a atuação através de campanhas voltadas para a Amazônia; questões climáticas (aquecimento global); energia renovável; oceanos e transgênicos.

Em 2007 iniciou-se a Campanha de Oceanos do Greenpeace, que tem com o objetivo primordial a criação de Áreas Protegidas em 30% da extensão da zona marítima sob jurisdição brasileira e conscientizar as pessoas sobre a relevância da conservação marinha.

Objetivos

- Proteger a floresta amazônica, bioma de grande biodiversidade, habitat de milhares de espécies, milhões de pessoas e fundamental para o equilíbrio climático do planeta;
- Estimular o investimento em energia renovável e eficiência energética, reduzindo as emissões de gases do efeito estufa, que causam aquecimento global;
- Defender os oceanos com a criação de uma rede de unidades de conservação e o estímulo da pesca sustentável;

- Trabalhar pela paz, enfrentando as causas de conflito e eliminando a produção de energia e armas nucleares;
- Incentivar a agricultura segura e sustentável, rejeitando os organismos geneticamente modificados.

Endereço:	Rua dos Pinheiros, 240 Conjunto 12/32, Pinheiros - São Paulo-SP CEP 05422-000
Contatos:	Diretor Internacional: Kumi Naidoo, Ruy de Góes, Flavio Montiel
E-mail:	ruygoes@dialb.greenpeace.org; flavio.montiel@dialb.greenpeace.org
Redes Sociais:	Greenpeace online: Twitter; Orkut; Facebook

Instituto Socioambiental – ISA

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil.

O ISA tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos e valorizar a diversidade socioambiental.

Programas e projetos:

- Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo;
- Monitoramento de Áreas Protegidas;
- Política e Direito Socioambiental;
- Povos Indígenas no Brasil;
- Rio Negro;
- Vale no Ribeira;
- Xingu.

Endereço:	Av. Higienópolis, 901b - São Paulo-SP - CEP 012328-000
Contatos:	Adriana Ramos, André Lima
E-mail:	adriana@socioambiental.org; alima@socioambiental.org

Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IARBMA

O Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IARBMA, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e sócio-culturais, que tem sua atuação consolidada em rede de parcerias públicas e privadas, com entidades nacionais e internacionais .

Os objetivos institucionais do IARBMA são:

- apoiar a implantação e o fortalecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica- RBMA, em todos seus campos de atuação, em conformidade com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- captar e gerenciar recursos voltados à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e de projetos de conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

O IARBMA integra o sistema de gestão da Reserva da Biosfera na condição de entidade vinculada. Atualmente, dentre os projetos já realizados ou em curso, destaca-se o o Programa “Mercado Mata Atlântica – RBMA”, que tem a missão de identificar, qualificar e promover produtos, serviços e negócios sustentáveis na Mata Atlântica – especialmente os comunitários, associativos, cooperativos, e de micro e pequenas empresas, na área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, definida em 16 Estados brasileiros.

O coordenador do Programa Mercado Mata Atlântica – RBMA, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, ressalta que o levantamento dos negócios sustentáveis é realizado em caráter permanente. Com base nesse mapeamento, a equipe e os parceiros do Mercado Mata Atlântica – RBMA atuam na melhoria, promoção e divulgação dos empreendimentos em feiras, exposições e rodadas de

negócios. A meta é colaborar com a comercialização desses produtos e incentivar a melhoria da qualidade de produtos e serviços locais – realizada por meio de seminários, oficinas, processos de certificação e mecanismos de capacitação. O programa atua para valorizar os produtos ao agregar valores sociais aos serviços ambientais, além de promover a conscientização de consumidores e, em especial, das populações urbanas. De acordo com Clayton Ferreira Lino, presidente do IA-RBMA, essa é uma forma de consolidar o mercado de produtos sustentáveis de maneira ampla. “(www.rbma.org.br/mercadomataatlantica).

Endereço contato:	Rua João Júlião, 296, apto. 11ª - Paraíso - São Paulo-SP CEP 01323-020
Telefone:	(11) 6231.8555 r. 2044/2138
Fax:	(11) 6232.5728
E-mail:	cnrbma@uol.com.br
Home Page:	http://www.rbma.org.br/

Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA

Criado em 2006, o Instituto de Energia e Meio Ambiente é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como missão contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos do país. O Instituto atua em três linhas estratégicas: apoio ao fortalecimento da gestão pública da qualidade do ar; contribuição à adoção de ações voltadas à redução de emissões veiculares; e apoio à implementação de uma política de mobilidade urbana voltada à construção de cidades sustentáveis, priorizando o transporte coletivo sustentável ambientalmente. O Instituto tem apoiado a formulação de uma Política Nacional de Qualidade do Ar que possa consolidar medidas que resultem em melhorias técnicas, institucionais, políticas, econômicas e de recursos humanos. Em outra linha de atuação, o Instituto direciona esforços para que o controle de emissões veiculares no Brasil avance gradativamente nos próximos anos, tendo como meta o aperfeiçoamento da tecnologia veicular e de combustíveis de forma que seja assegurada a proteção da saúde pública.

Endereço contato:	Rua Ferreira de Araújo, nº 2002, 10º andar, cj. 101 - Pinheiros - São Paulo-SP CEP: 05428-000
Telefone:	(11) 3476 2850
Fax:	(11) 3476 2853
E-mail:	andre@energiaeambiente.org.br
Home Page:	http://www.energiaeambiente.org.br/
	energiaeambiente@energiaeambiente.org.br

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) foi criado em 1981. É instituição sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e partidária, voltado para a implementação da cidadania e dos direitos humanos fundamentais. O Ibase desenvolve projetos e/ou iniciativas nas seguintes linhas: Alternativas Democráticas à Globalização; Desenvolvimento e Direitos; Direito à Cidade; Economia Solidária; Processo Fórum Social Mundial; Juventude Democracia e Participação; Observatório da Cidadania: direitos e diversidade; Responsabilidade Social e Ética nas Organizações; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O Ibase também atua na linha da democratização do acesso à informação / comunicação, com o objetivo de levar ao público um olhar diferenciado sobre as temáticas em que atua. Para isso, produz publicações como o Jornal da Cidadania – distribuído em escolas públicas em todo o país, especialmente na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro – e a Revista Democracia Viva – distribuída para formadores(as) de opinião. Realiza pesquisas nas áreas referidas aos projetos e participa de redes de entidades sociais e ambientais em nível nacional e internacional.

Dentre os principais projetos que desenvolve, destacam-se:

- Controle social da indústria extrativista no Brasil – projeto exploratório. Entre os objetivos do projeto está a realização do mapeamento da organização, da operação e das questões sociais decorrentes dos complexos industriais extrativistas do petróleo, e do complexo mineral siderúrgico;

- Núcleos de Integração Furnas/Coep/Ibase: O projeto tem como foco cinco grupos populacionais: remanescentes de quilombo, atingidos(as) por barragem, população indígena, comunidade situada no entorno de lixão e em assentamento agrário. O objetivo é fortalecer as relações sociais e impulsionar a participação de moradores(as) no processo de desenvolvimento comunitário;
- Observatório da Cidadania para o PAC/Favelas: O Ibase propõe desenvolver ações para fomentar a participação social de toda a cidade do Rio de Janeiro na implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas favelas;
- Fórum Social Mundial: O Ibase tem compromisso político e institucional com o Fórum Social Mundial (FSM). Participa ativamente do processo FSM desde o primeiro evento, realizado em Porto Alegre, em 2001;
- Diálogo entre os Povos: O projeto reúne representantes de organizações e movimentos da sociedade civil com atuação na América Latina e na África. O objetivo é a criação de espaços de interlocução para a promoção de ações que fortaleçam atuações de forma a construir um modelo de desenvolvimento baseado em princípios democráticos e éticos, que considere a diversidade de países, movimentos e perspectivas políticas envolvidas;
- Desenvolvimento local e inclusão socioproductiva das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: O projeto, implementado pelo Ibase e Instituto Pólis, tem como objetivo contribuir para a gradativa autonomia de famílias que, hoje, dependem da transferência de renda;
- Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária: Com o objetivo de incentivar a formação de redes e cadeias produtivas solidárias, o Ibase atua na atualização do mapeamento nacional de economia solidária. (Fonte: <http://www.ibase.br>).

Endereço contato:	Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-916 - Telefone (21) 2178-9400
--------------------------	---

Estado de São Paulo

Ambiental Litoral Norte

A ALNorte é uma organização não-governamental composta por moradores e frequentadores do litoral norte de São Paulo que estão preocupados com a forma como a região vem se desenvolvendo nos últimos anos.

A degradação das praias, a ocupação irregular do solo, o grande crescimento populacional e a especulação imobiliária em conjunto com a construção civil, fazem desta, uma região que merece atenção especial quanto à maneira com que se desenvolverá nos próximos anos. O empenho dos membros e voluntários da ALNorte é a busca da preservação das características naturais, sociais e culturais do litoral norte de São Paulo.

Destacam como metas:

- Conscientizar e organizar os moradores das praias e incentivá-los a buscar soluções simples e práticas para as questões socioambientais de suas comunidades;
- Lutar para que o município de São Sebastião e Ilhabela tenham condições fitossanitárias melhores (<http://www.alnorte.org>. fevereiro de 2010).

Endereço contato:	Caixa Postal 114 - Centro - São Sebastião SP - CEP: 11600-000
Telefone:	(12) 3892 3834

REAL NORTE

O REALNORTE é um Colegiado de Entidades Ambientalistas do Litoral Norte de São Paulo que se articula como um fórum permanente das entidades ambientalistas e sócioambientalistas do Litoral Norte de São Paulo, cujo objetivo principal é articular as ONGs e OSCIPs, frente as políticas de meio ambiente federais, estaduais e também as municipais que tenham repercussão regional. É onde também ocorrem as discussões para as candidaturas e eleições para representantes nos fóruns regionais ligados ao meio ambiente, como Comitê de

Bacias Hidrográficas do Litoral Norte CBH-LN, Conselho Estadual do Meio Ambiente CONSEMA, Conselhos Consultivos dos Parques Estaduais, Mosaicos, APAs entre outros.

Endereço contato:	Rua Três Bandeirantes, 116 - Centro - São Sebastião - SP - CEP 11600-000
Contato:	Roberto Francine Jr – RealNorte
Telefone:	(12) 3892 4143

CEDS/Real Norte - Centro de Experimentação para o Desenvolvimento Sustentável

Trata-se de, colegiado que reúne 12 ONG's da região, pelo Fórum Regional da Agenda 21 do Litoral Norte de São Paulo, pelos Fóruns Municipais de Agenda 21 (Caraguatatuba, **Ilhabela**, São Sebastião e Ubatuba), e pelo GTEA - Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Comitê de Bacias do Litoral Norte de São Paulo. O convênio que criou oficialmente o CEDS foi assinado durante o ECOADVENTUR LN-2008, entre a Universidade Católica de Santos, a Petrobras e o RealNorte. Este convênio estabelece uma cooperação para a construção de um processo de Diálogo para a sustentabilidade do Litoral Norte de São Paulo.

O CEDS tem uma Comissão de Coordenação com a seguinte composição:

- Ícaro A. da Cunha, pela Unisantos;
- Roberto Francine Jr. (Beto Francine), pelas ONGs Ambientalistas;
- Tatiana Nader, pela Petrobras.

Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo - Adema-Sp

Entidade vinculada ao setor empresarial, conservacionista, tem como preceiros as associações coligadas como a Associação das Micro Empresas do Estado De Sao Paulo , Associação dos Dirigentes de Empresas Públicas e a Associação Paulista da Pequena Empresa. Promove seminários e cursos de capacitação voltados para questões ambientais como legislação, sistema de fiscalização e controle, entre outros.

Endereço contato:	Rua Pedroso Alvarenga, 1245 5º Andar - Itaim Bibi - São Paulo-SP - CEP: 04531-012
Telefone:	(11) 3086.0221 – 1490
Fax:	(11) 3088.7354
E-mail:	nogueira-neto@uol.com.br

Ilhabela

Instituto Ilhabela Sustentável - IIS

O IIS foi criado por um grupo de voluntários, cidadãos de Ilhabela que acreditam que a sociedade civil mobilizada e organizada pode influenciar decisivamente junto aos gestores públicos e transformar a cidade em modelo de qualidade de vida e de sustentabilidade.

O Movimento Nossa Ilha Mais Bela nasceu inspirado no movimento de São Paulo - Nossa São Paulo: Outra Cidade (www.nossasaopaulo.org.br), e pela constatação de que é necessário haver maior participação cidadã lutando ao lado de todos os setores da Sociedade na construção de uma Ilhabela melhor.

O Movimento tem o apoio logístico, jurídico e financeiro do Instituto Ilhabela Sustentável (www.iis.org.br) e foi oficialmente lançado em 20 de outubro de 2007. De acordo com os dados contidos no *site*, é um movimento totalmente apartidário, democrático, de fortalecimento de um poder público eficaz e transparente.

Participam do movimento indivíduos, entidades e organizações da sociedade civil, associações de bairros, associações empresariais e profissionais, empresas, ONGs, fundações, etc.

Endereço contato:	Av. Princesa Isabel, 1.243, CJ 2, Perequê, Ilhabela - SP – Brasil
Telefone:	(12) 3896-3015

Ilhabela.org

Voltada para ações ambientais tem como linhas de atuação local:

- Regularização de trilhas de ecoturismo no Parque;

- Monitoria de ecoturismo: jovens de comunidades carentes e universitários;
- Replanteio da Mata Atlântica;
- Programa de Voluntários do Parque Estadual de Ilhabela.

Tem assento no Conselho Consultivo do Parque Estadual de Ilhabela; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ilhabela; Plano Diretor de Ilhabela e é do Coletivo de Entidades da Sociedade Civil de Ilhabela.

Linhas de atuação regional:

- Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte;
- Plano de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte;
- Real Norte: Rede de ONGs ambientalistas do Litoral Norte;
- De Olho nos políticos.

Linha de atuação estadual:

- Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

Endereço contato:	Rua do Retiro 787, Retiro, Ilhabela
Telefone/Telefax:	(012) 3896-3235

Estado do Rio de Janeiro

Itaguaí

Centro de Ecologia e Cidadania de Itaguaí

O projeto – VIVATERRA elaborou o projeto do CEC ITAGUAÍ - estruturas para capacitação profissional e educação ambiental, instalações agropecuárias, ecoturísticas e de silvicultura:

- núcleo de capacitação – salas de aula, oficinas, sala de informática, cozinha escola, refeitório, banheiros, etc.;
- eco-mercado;

- viveiro de produção de mudas;
- equinocultura (cavalgadas ecológicas);
- piscicultura;
- avicultura (galinhas caipiras; gansos e marrecos);
- meliponicultura (criação de abelhas indígenas sem ferrão);
- apicultura;
- áreas de lazer/atividades recreativas.

Mangaratiba

Vivaterra - Sociedade de Defesa, Pesquisa e Educação Ambiental

Trata-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada em 02 de fevereiro de 1993, em Guity, no município de Mangaratiba, Costa Verde, litoral sul fluminense, RJ, Brasil.

Nos primeiros anos de atuação estava restrita à Região da Costa Verde Fluminense, formada pelos municípios do Rio de Janeiro: Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati e Rio Claro. Esta região ainda é riquíssima em recursos naturais, possuindo ecossistemas marinhos perfeitamente integrados à Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta.

A Vivaterra tem como objetivos:

- Promover a defesa do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais;
- Divulgar, realizar e incentivar pesquisas sobre fauna, flora, agroecologia, silvicultura, pesca, maricultura, artes, poluição, recuperação ambiental, cultura e sociologia;
- Identificar, proteger e conservar áreas ameaçadas ecologicamente, assessorando, incentivando e lutando para a criação de unidades de conservação, principalmente de RPPNs (Reservas Particulares de Patrimônio Natural) junto a proprietários rurais;

- Desenvolver a extensão ambiental, rural e pesqueira junto a comunidades carentes e a educação ambiental em escolas e comunidades;
- Prestar assessoria e desenvolver campanhas, eventos, materiais de divulgação e projetos nas áreas de meio ambiente, agrossilvicultura, pesca, ecoturismo, educação ambiental, social, artística e cultural.

Contato:	Ricardo Marandino Teixeira
Telefone:	21-3342-7591/8877-7591
E-mail:	vivaterra@vivaterra.org.b

Rio de Janeiro

Instituto Baía de Guanabara – IBG

O Instituto Baía de Guanabara (IBG) é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e autônoma frente ao Estado, às igrejas e aos partidos políticos. Está comprometido, exclusivamente, com ações de caráter público.

Fundado em 30 de julho de 1993, tem como objetivos o estudo, a pesquisa e a solução dos problemas ambientais, sociais e urbanos, com prioridade na Região Hidrográfica drenante para a baía de Guanabara, que abrange, total ou parcialmente, 16 municípios, todos no estado do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá. A área foco de atuação do IBG tem sido o leste da baía de Guanabara.

Desde julho de 2002, o IBG detém a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O ato do Ministério da Justiça concedendo o certificado ao IBG consta do Diário Oficial da União, de 26 de julho de 2002. (<http://www.baiadeguanabara.org.br/>).

Endereço:	Alameda São Boaventura, 770 - Fonseca - Niterói-RJ - CEP: 24120-192
Telefone:	(21) 2625-4311/2625/0226
Fax:	(21) 2625-4311/2625/0226
E-mail:	ibg@baiadeguanabara.org.br
Home Page:	http://www.baiadeguanabara.org.br/

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

Fundado em 1997, o CEBDS é uma associação de grandes grupos empresariais do Brasil. Como é representante do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), o CEBDS integra uma rede global de mais de 50 conselhos nacionais que estão trabalhando para disseminar uma nova maneira de fazer negócios ao redor do mundo. Para viabilizar esta estratégia, o CEBDS vem estreitando sua relação com o governo federal e hoje integra a Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, Grupo Institucional de Produção Mais Limpa, Fórum Brasileiro de Mudança Climática, Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Fórum de Competitividade e Biotecnologia e outros órgãos que operam em nível ministerial.

Atuação

O CEBDS atua através de câmaras técnicas, sobre temas específicos: Legislação Ambiental; Energia e Mudança do Clima; Biodiversidade e Biotecnologia; Comunicação e Educação para a Sustentabilidade e Gestão Sustentável. Estas Câmaras são presididas por representantes das empresas associadas, que propiciam um fórum adequado para concepção, discussão e implementação de ações conjuntas nas questões relevantes ao desenvolvimento sustentável.

A ação do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) tem sido de estimular e apoiar o estudo e a implantação da regulamentação dos instrumentos da lei, dentre os quais o zoneamento e o licenciamento ambiental; o estabelecimento de padrões ambientais; a criação de incentivos; a implantação do Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente; e das penalidades disciplinares ou compensatórias a infrações ambientais.

Objetivos:

- Servir de Fórum de estudos e debate dos associados do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) quanto ao aperfeiçoamento da legislação ambiental;
- Elaborar e apresentar ao Poder Público sugestões de regulamentação dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Uniformizar opiniões quanto a interpretação e aplicação da legislação;
- Manter intercâmbio com as Comissões Ambientais das entidades oficiais ou não governamentais;
- Catalisar ações visando ao melhor conhecimento e divulgação da legislação ambiental.

Endereço:	Av. das Américas, 1155, Sala 901, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro-RJ - CEP 22631-000.
Home Page	(http://www.cebds.org.br/cebds/).

Instituto Acqualung

Organização não-governamental, localizada no Rio de Janeiro, criada em 1994. Atua na área de preservação e educação ambiental, realiza campanhas, divulga informações sobre as causas ecológicas e publicações sobre o meio ambiente e a fauna marinha. Também apóia projetos ecológicos de entidades preservacionistas e oferece cursos em meio ambiente.

Na Bacia de Campos atua com solturas de filhotes e monitoramento da pesca.

Endereço:	Rua do Russel, 300/401, Glória, Rio de Janeiro-RJ - CEP 22210-010
Telefone:	(21) 2558-3428 / 2558-3429 / 2556-5030
Fax:	(21) 2556-6006 ou 2556-6021

Niterói

Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros – Aprec

A Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros - APREC é uma organização ambientalista, sem fins lucrativos, cujos objetivos estatutários são: a proteção da fauna e da flora dos ecossistemas costeiros; praias; costões rochosos; estuários; manguezais; lagoas; lagunas e da mata atlântica. Promove o intercâmbio técnico-científico e cultural com outras instituições de proteção ambiental, universidades, empresas e comunidades, participando ou organizando ações de proteção/desenvolvimento ambiental e desenvolvendo pesquisas aplicadas para a utilização racional e sustentável do meio ambiente.

Fundada em 1992, a APREC Ecossistemas Costeiros possui cerca de 1.300 associados e/ou voluntários participantes, interagindo com diversas Instituições/ONGs/Universidades, de acordo com as áreas temáticas envolvidas em suas ações.

A APREC vem atuando em defesa da APA - Área de Proteção Ambiental do Sistema Costeiro Itaipu - Piratininga, desenvolvendo atualmente o projeto Manguezais de Niterói, complementar ao Programa de Recuperação dos Manguezais da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, com apoio do IBAMA. Realiza ações e projetos para reflorestamento de espécies nativas em Mata Atlântica, como o projeto Bromélias, facilitadoras da biodiversidade, projetos de Ecoturismo, turismo ecológico - cultural, além de ter desenvolvido em 1994 o projeto CULTIMAR, estudos e cultivos de organismos marinhos, e parcerias em projetos nacionais e internacionais. A APREC instituiu o Serviço Voluntário para Ações Ecológicas, que vem coordenando ações e projetos para estudo e dimensionamento da capacidade de suporte, da resiliência, de preservação e do desenvolvimento econômico – ecológico dos ecossistemas (<http://www.aprec.org.br/>).

Endereço contato:	Rua Dr. Macário Picanço, 825, Maravista-Itaipu - Cidade: Niterói-RJ - CEP: 24342-330
Telefone:	(21) 2609.8573
Fax:	(21) 2609.8573
E-mail:	aprec@aprec.org.br
Home Page:	http://www.aprec.org.br/
Associados:	300
Data de Fundação:	29/04/1992

Maricá

As organizações do município de Maricá estão intimamente vinculadas à preservação do patrimônio ambiental costeiro, em especial a restinga e as lagoas, que vem sofrendo pressão imobiliária de grupos hoteleiros. São ativas procedendo à ações judiciais, encaminhando petições aos órgãos ambientais de diversos níveis, e, prol da preservação dom Complexo lagunar de maricá e da implementação concreta da APA de Marica, junto ao INEA. A entidade que organiza e congrega os diversos movimentos em Maricá é a APALMA.

APALMA - Associação de Preservação Ambiental das Lagoas de Maricá

Contato:	Maria de Fátima Magalhães Mano
E-mail:	apalma@marica.com.br

Junto a APALMA, estão na organização pela criação da Apa de Maricá e preservação das áreas de restinga e pesca (Complexo Lagunar de Maricá) as seguintes entidades e/ou movimentos: Associação de Pescadores da Ponta Negra; Movimento Pró-Restinga ADAPES; SAPLAM - Sociedade de Amigos das Praias e Lagoas de Maricá, cuja representante trabalha no CCS de Maricá e a Associação Comunitária de cultura e lazer dos Pescadores de Zacarias.

Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (ACCLAPEZ).

Endereço:	Rua Teodoro José de Marins, nº 54 – Zacarias – Maricá
Contato:	Márcia Costallat Pimenta

II.5.3.D - Dinâmica Populacional

A seguir será apresentado o diagnóstico da dinâmica populacional dos municípios da Área de Influência, com dados de população, taxa de crescimento, densidade demográfica e grau de urbanização, com base nos dados censitários de 2000 e na Contagem Populacional estimada de 2009, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, a população residente nos municípios da Área de Influência foi de 6.521.832 habitantes, sendo que somente o município do Rio de Janeiro deteve 89% do total dos habitantes da Área de Influência. De acordo com estimativas populacionais do IBGE no ano de 2009 (**Quadro II.5.3.D-1**), esse contingente alcançou 6.947.755 habitantes, sendo o município do Rio de Janeiro ainda responsável por 89% desse total.

Quadro II.5.3.D-1 - População Total e Densidade Demográfica nos Municípios da Área de Influência em 2000 e 2009.

Municípios	População 2000 (CENSO)	Estimativa da População 2009	Área (km ²)	Hab/km ² (2009)
Estado de São Paulo				
Estado de São Paulo	37.035.456	41.384.039	-	-
Ilhabela	20.836	26.011	348	74,7
Estado do Rio de Janeiro				
Estado do Rio de Janeiro	14.392.106	16.010.29	-	-
Itaguaí	82.003	105.633	272	388,4
Mangaratiba	24.901	32.533	352	92,4
Rio de Janeiro	5.857.904	6.186.710	1.182	5.234,1
Niterói	459.451	479.384	129	3.716,2
Maricá	76.737	123.492	362	341,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000) e Estimativa da População de 2009.

A densidade demográfica ocorrente nos municípios da Área de Influência, destacou os municípios do Rio de Janeiro e Niterói com os maiores valores de habitantes por km², com respectivamente, 5.234,1 e 3.716,2 hab/km², seguidos de Itaguaí (388,4 hab/km²) e Maricá (341,1%). Já os municípios de Ilhabela e Mangaratiba registraram as menores densidades com apenas 74,7hab/km², e 92,4 hab/km², respectivamente.

No âmbito nacional, o Censo Demográfico (IBGE, 2000), mostra que cerca de 80% dos brasileiros vivem na cidade, restando pouco da sociedade rural que caracterizava o país nos anos 1940, quando cerca de 70% da população brasileira morava no campo. Com relação à distribuição da população urbana e rural nos municípios da Área de Influência (**Figura II.5.3.D-1**), Rio de Janeiro e Niterói são 100% urbanizados e Ilhabela apresenta uma taxa de urbanização de 99%. Mangaratiba e Maricá apresentaram as menores taxas, 83 e 80% respectivamente.

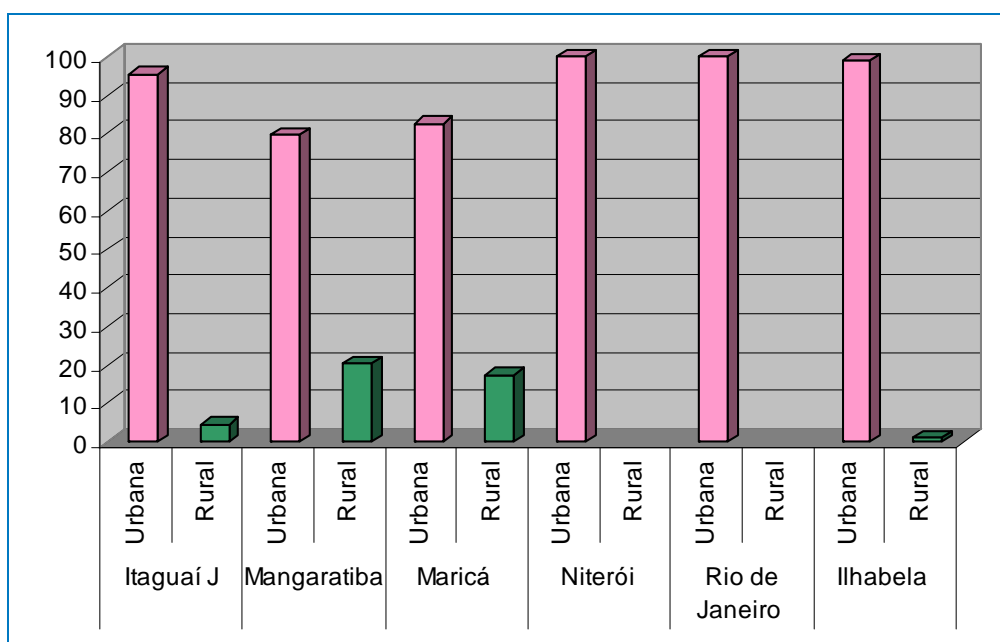


Figura II.5.3.D-1 - População Urbana e Rural em 2000 nos municípios da Área de Influência.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000).

Historicamente, a ocupação do território brasileiro ocorreu primeiramente no litoral, devido a colonização das cidades portuárias para escoamento de matéria-prima e desembarque de escravos e posteriormente a melhores condições de infra-estrutura. Tal ocupação, se reflete até os dias de hoje em uma maior densidade populacional nas áreas litorâneas onde localizam-se os grandes centros comerciais, pólos turísticos, qualidade de vida e concentração de mão-de-obra qualificada.

Os dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE (2000), apresentados no **Quadro II.5.3.D-1**, permitem identificar que Rio de Janeiro e Niterói, integrantes da Região Metropolitana e principais centros comerciais e de serviços em âmbito estadual, possuem populações exclusivamente urbanas caracterizadas por densidades demográficas superiores a 5.000 hab/km².

A **Região Metropolitana** do Rio de Janeiro, também conhecida como Grande Rio, foi instituída pela Lei Complementar nº20, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Com 11.812.482 habitantes (IBGE/2008), é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 23ª maior do mundo (projeções para 2008).

Seus limites sofreram alterações, em anos posteriores, com a exclusão dos municípios de Petrópolis (1993), Itaguaí (julho de 2002), Mangaratiba (julho de 2002) e Maricá (outubro de 2001), que também faziam parte da RM, conforme a primeira legislação. Itaguaí foi novamente incluído no Grande Rio em outubro de 2009, estabilizando o número de municípios em 18. Apesar das alterações, o IBGE continua a incluir os municípios de Mangaratiba e Maricá no rol da região.

Em Maricá, o processo de urbanização foi intensificado a partir das duas últimas décadas do século XX, apresentando como principais causas os primeiros loteamentos que visavam à venda de terrenos para camadas populares e a inauguração das pontes Rio – Niterói (1974) e do Boqueirão (1979). Esta última permitiu a ligação do centro da cidade às praias do 1º Distrito de Maricá. A intensificação da ocupação nesse município a partir da década de 1980, período em que a população urbana supera a população rural, foi estimulada pela possibilidade da construção da casa própria a um custo menor e relativamente próximo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (SOCHACZEWSKI, 2004).

Verifica-se no **Quadro II.5.3.D-2** abaixo, o crescimento demográfico dos municípios da Área de Influência do empreendimento, tendo como referência os Censos 1980, 1991 e 2000 e a estimativa populacional de 2009, segundo o IBGE.

Quadro II.5.3.D-2 - Taxa de Crescimento Anual da população nos municípios da AI nos Períodos de 1980 a 2009.

Municípios	Períodos			
	70/80	80/91	91/00	00/09
Itaguaí	4,90	2,08	-3,51	2,85
Mangaratiba	1,16	2,38	3,72	3,02
Maricá	3,26	3,29	5,71	5,43
Niterói	2,05	0,86	0,58	0,47
Rio de Janeiro	1,82	0,67	0,74	0,61
Ilhabela	3,17	5,14	4,91	2,50

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000) e Estimativa da População de 2009.

Assim como a do estado do Rio de Janeiro, Maricá registrou entre 1991 e 2000 expressivas taxas anuais de crescimento de 5,71%. No caso de Maricá, esse crescimento demonstra a busca por terras a preços mais baixos que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro somada a uma busca por melhor qualidade de vida, sem, contudo, distanciar-se do centro empregador (SOCHACZEWSKI, 2004).

Rio de Janeiro e Niterói apresentam como explicação para crescimento populacional inferior a 1% o fato de já serem áreas populosas, registrando crescimento muito mais no âmbito da Região Metropolitana.

Observa-se que as taxas de Maricá e Mangaratiba são as mais elevadas, resultado dos investimentos e instalação de estabelecimentos industriais, principalmente relacionados a atividades de petróleo e gás atuantes na bacia de Santos nos últimos anos, como revitalização de portos, construção naval, instalação de complexos portuários, e empresas prestadoras de serviços, cursos de capacitação de mão de obra.

O município de Maricá vem investindo fortemente em infraestrutura e qualidade de vida, para receber trabalhadores e investidores ligados às atividades de petróleo e gás.

No caso de Itaguaí, após taxas negativas no período de 1991 e 2000, houve considerável aumento da população pelo efeito atrator, principalmente devido à instalação do Complexo Siderúrgico do Atlântico na Ilha da Ponta da Madeira e investimentos portuários com incremento e reativação da indústria naval.

O crescimento do município de Ilhabela foi o mais expressivo no período entre 1980 e 1990 e o segundo maior na segunda metade da década de 90, perdendo somente para o município de Maricá. Este município, assim como todo o Litoral Norte paulista, apresenta as maiores taxas de crescimento populacional do Estado de São Paulo. Tal fenômeno não ocorre devido ao seu crescimento vegetativo, ele é fruto de intenso fluxo migratório.

II.5.3.D.1 - Índice do Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano, idealizado pela ONU para a classificação do desenvolvimento humano nos países, foi adaptado pelo PNUD/IPEA/FJP para a avaliação dos municípios brasileiros. Esse trabalho teve como base os indicadores de longevidade, educação e renda, possibilitando comparar e classificar os municípios em termos de região, estado e país.

Segundo o PNUD/IPEA, os municípios com IDH até 0,5 são classificados como de Baixo Desenvolvimento Humano; entre 0,5 e 0,8 como de Médio Desenvolvimento Humano; e acima de 0,8 como de Alto Desenvolvimento Humano.

Os municípios que apresentam os melhores índices de IDH são aqueles pertencentes à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Niterói e Rio de Janeiro ocupam respectivamente a primeira e a segunda posição em relação aos outros municípios do estado. Segundo a classificação do PNUD, esses municípios são considerados de Alto Desenvolvimento Humano (IDH maior que 0,8). Ainda de acordo com a classificação do PNUD, os demais municípios da Área de Influência são considerados de Médio Desenvolvimento Humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Quadro II.5.3.D-3 - Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal da Área de Influência.

Município	IDH Municipal (1991)	IDH Municipal (2000)	IDH Municipal (2000) - Educação	IDH Municipal (2000) - Longevidade	IDH Municipal (2000) - Renda
Ilhabela	0,718	0,781	0,842	0,761	0,740
Itaguaí	0,687	0,768	0,889	0,724	0,692
Mangaratiba	0,706	0,790	0,889	0,740	0,741
Maricá	0,721	0,786	0,881	0,742	0,736
Niterói	0,817	0,886	0,960	0,808	0,891
Rio de Janeiro	0,798	0,842	0,933	0,754	0,840

Fonte: PNUD, 2010.

II.5.3.E - Fluxos Migratórios

Neste item é abordada a dinâmica dos fluxos migratórios das regiões onde se encontra delimitada a Área de Influência, baseada em análises recentes sobre este tema. Ressalta-se que este processo, que sofreu alterações com a inclusão de novos conceitos, como política de retorno movimento sudeste/nordeste, ainda não se fez acompanhar de dados atualizados que permitam a análise das causas, efeitos, origens, no nível local.

Uma vez que a variação da população de um local é influenciada pela dinâmica de três componentes básicos: a fecundidade, a mortalidade e a migração, pode-se afirmar que as alterações populacionais ocorrem quando as pessoas nascem, morrem ou se mudam, atraídas pelos motivos mais diversos, que vão do desejo de mudança até a sobrevivência imediata.

Conforme estudo da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, os conceitos de fecundidade e mortalidade são facilmente compreendidos e seguem padrões clássicos para seu cálculo e estimativas (Naciones Unidas, 1986). Por outro lado, o conceito de “migração” pode apresentar alguns enfoques diferenciados. A definição de migração comumente usada no Brasil considera o migrante como o indivíduo que morava em um determinado município e atravessou a fronteira deste município indo morar em um outro distinto.

O migrante sai de um local e vai para outro. Ele tem uma origem e um destino. Uma pessoa que sai de uma região é um emigrante de seu local de origem. Uma pessoa que vem para uma região é um imigrante em seu local de destino (GOLGHER, 2004).

II.5.3.E.1 - Padrões Migratórios Recentes no Brasil

De acordo com estudos apresentados em “Principais Alterações nos Saldos Migratórios Brasileiros: Uma Análise por Estados e Regiões 1986-2006” (Nunes de Queiroz & Silvana, Santos José Márcio. UFRJ, 2008) sobre os movimentos migratórios, pode-se acompanhar as mudanças ocorridas, nas regiões do país, que influenciaram as dinâmicas demográficas estaduais e municipais, respectivamente.

O Brasil apresentou saldos migratórios positivos e de grande magnitude no período entre o fim do século XIX e o começo do século XX.

Atualmente, entretanto, os fluxos de migrantes são preferencialmente das regiões em desenvolvimento para as já desenvolvidas e, o Brasil não foge a regra geral. Nas últimas décadas, o país tem absorvido menos imigrantes do que tem perdido emigrantes para os demais países do mundo.

Além da perda populacional para o exterior, o Brasil, país de grande extensão e heterogeneidade regional muito marcante, apresenta significativos fluxos migratórios internos. Alguns estados tendem a perder população, enquanto em outros ocorre o contrário.

Os fenômenos migratórios são impulsionados por uma série de fatores que variam no tempo e no espaço. Muitos fluxos migratórios podem ser explicados pelo desejo de ocupação de áreas menos densamente povoadas e pelo diferencial de renda existente entre regiões. Na presente análise, o enfoque são os casos de migração “espontânea”, ou seja, o indivíduo opta de forma livre pelo ato de mudança. Esta decisão, normalmente, é orientada por uma análise dos custos envolvidos na migração e dos benefícios que dela advirão.

Normalmente, o indivíduo buscaria, dentre todas as possibilidades, a região que lhe parece mais “atraente”. Neste caso, os critérios para a escolha do destino do migrante dependem de uma série de fatores, como características econômicas, além de outras facetas políticas, sociais e físicas do local. De forma geral, consideram-se os fatores econômicos os mais importantes. Dentre esses, pode-se destacar as diferenças de salários entre as várias regiões, as possibilidades diferenciadas de obtenção de empregos, o custo variável de moradia e de vida, a maior presença de empregos na indústria, etc. (KOERNER, 1990).

Apesar do predomínio dos fatores econômicos, variáveis não econômicas também são importantes, principalmente em países do primeiro mundo e para as camadas mais ricas da população em países em desenvolvimento. Melhorar a qualidade de vida em tópicos não diretamente relacionados à renda ou ao mercado de trabalho seria um dos principais fatores não-econômicos associados à migração.

Os locais mais atraentes seriam aqueles com melhores condições climáticas, com menor criminalidade, com melhores oportunidades de lazer, com menos poluição, com menos congestionamento de tráfego, com melhores condições de moradia etc. Em países de renda baixa e média, a família e amigos são muito importantes como rede de proteção social e núcleo de atividades sociais. Uma das principais razões para que a migração ocorra seria por razões familiares ou com o objetivo de reencontrar amigos e familiares que previamente migraram.

Outros fatores muito presentes na literatura especializada seriam: o desejo de viver em uma cidade maior; por problemas de saúde; para poder usufruir melhores possibilidades educacionais; para fugir da violência rural ou urbana; e para fugir da instabilidade política.

É bastante difundida a informação de que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida.

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970. Desde então, vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 2000 com um total de 31,8 milhões de habitantes, ou 19 % do total nacional (FIBGE, 2000). A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. Mais recentemente, a queda de fecundidade rural contribuiu também para a diminuição do ritmo de crescimento desta população. (Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR. v. 4, n. 1, jan-abr/2008, Taubaté, SP, Brasil).

II.5.3.E.2 - Região Sudeste

No mesmo estudo inicialmente indicado, verifica-se que a Região Sudeste deixou de ser o centro receptor dos movimentos migratórios, transformando-se atualmente no principal polo de expulsão de mão de obra do Brasil, além de registrar um dos piores indicadores da produção e do emprego no país. Em quatro anos (2001 a 2005), como pode ser visto na **Tabela II.5.3.E-1**, 118 mil pessoas deixaram o Sudeste em busca de melhores condições de vida e trabalho. Hoje, as regiões Centro-Oeste e Norte são as que mais atraem os novos migrantes,

especialmente para os estados do Amazonas, Mato Grosso e Goiás. Esses estados também detêm os melhores resultados na evolução do Produto Interno Bruto - PIB. Também o Nordeste tem atraído, relativamente, mais pessoas em busca de emprego do que a Região Sudeste, apresentando índices de crescimento superiores ao do país como um todo.

Tabela II.5.3.E-1 - Saldos migratórios das regiões brasileiras entre 1986 a 2006.

Saldos Migratórios/Região	1986 a 1991	1995 a 2000	2001 a 2005	2006
Norte	72.743	62.686	3.077	9.691
Nordeste	876.536	764.047	110.104	53.423
Sudeste	640.128	458.587	118.275	153.908
Sul	85.371	19.195	27.505	40.534
Centro-Oeste	290.553	261.971	205.948	157.106

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs de 2001 a 2006.

Esses dados suscitam a necessidade de uma análise detalhada das condições históricas e estruturais que levaram a essa inversão de tendência.

O crescimento da oferta de emprego ocorre quando há expansão da economia, via de regra. E o Brasil vem crescendo a taxas médias que ficam muito abaixo do ideal nos últimos dez anos. O fato da Região Sudeste historicamente ter comandado o processo de industrialização do país explica tanto a migração nas décadas de 1970 e 1980, quanto o atual processo de saída da população desta região para outras regiões do país. No passado, a construção e consolidação do parque industrial brasileiro exigiam grande número de operários, não só nas fábricas, mas na construção civil e no comércio e serviços. Essa mão de obra não precisava de grandes qualificações, e era oriunda tanto do meio rural da própria Região Sudeste, que se modernizava a partir de novas técnicas agrícolas e com a mecanização das grandes lavouras, como também do meio rural de regiões mais pobres, notadamente o Nordeste devido às constantes estiagens.

O grau de crescimento econômico observado na Região Sudeste ocorrido no passado não se verifica hoje devido a uma série de fatores, dentre eles a competição crescente das indústrias brasileiras, grandemente concentradas ali, com as rivais estrangeiras. A necessidade de avanços tecnológicos também afetou os números do emprego. As indústrias que absorviam grandes quantidades de mão de obra, como a siderurgia e a automobilística, tiveram que

redimensionar seu quadro de funcionários, modernizar a linha de produção e até mesmo fechar algumas fábricas para não perder competitividade. A abertura comercial iniciada no final da década 1980, a chamada "guerra fiscal", que levou muitas fábricas para o Nordeste, e a recente onda de produtos importados de países como a China são outros fatores que contribuem para a diminuição da oferta de empregos industriais no Sudeste.

Concomitante a esse processo, as outras regiões se mobilizaram para tentar diminuir as disparidades e gerar índices maiores de crescimento de seu produto interno. O Centro-Oeste optou por se especializar nas culturas de exportação e expandir a fronteira agrícola. Isto, naturalmente, atraiu um grande contingente de migrantes, não só do Sudeste, mas também do Nordeste, em busca de emprego no campo. Contudo, esse tipo de lavoura é altamente especializada e mecanizada, e não absorve tanta mão de obra. Parte desses migrantes é alocada na colheita do algodão ou no trato com o gado. No caso do algodão são empregos temporários.

Também é de se notar que no passado havia uma migração rural-urbana. Os habitantes do meio rural do Nordeste eram expulsos pelas péssimas condições de vida e pelas estiagens, e iam para o Sudeste, que crescia em ritmo acelerado. Hoje há um processo de migração muito mais urbana-urbana, quando fala-se da população que sai do Sudeste para outras regiões. Essa população é, de um modo geral, mais qualificada que a população local das novas regiões receptoras, mas, ainda assim, não encontra um nível de remuneração adequado, dado que o mercado de trabalho ainda não está adequadamente organizado.

O Nordeste, no entanto, começa a dar sinais de que um novo processo de crescimento econômico está se instalando na região, com características um pouco mais equilibradas. Especialmente no que diz respeito à crescente produção de petróleo em estados como Bahia e Rio Grande do Norte, e também uma maior organização da atividade turística, inclusive com a inserção do turismo ecológico e religioso, que leva emprego e renda não só para o litoral, mas também para o interior dos estados. Também a implementação de novas metodologias como o incentivo a Arranjos Produtivos Locais, que buscam maximizar as vocações de cada região, têm ajudado a criar uma nova perspectiva de crescimento e desenvolvimento para a Região Nordeste.

Essa nova tendência migratória detectada pelo estudo tende a continuar por algum tempo, pois nesse momento não há perspectivas de se expandir muito mais o parque industrial do Sudeste. A tendência é que as indústrias do Sudeste elevem os investimentos em tecnologia e procurem aumentar a sua produtividade, usando a capacidade instalada ociosa. Desse modo, o número de empregos gerados não seria suficiente para atrair novamente grandes contingentes de migrantes. Existe ainda lá uma enorme quantidade de pessoas a espera de uma vaga no mercado formal de trabalho. Além disso, novas atividades começam a se consolidar em regiões como o Nordeste, inclusive relacionadas com o setor externo, tanto na produção de bens como na oferta de serviços ligados à logística de exportação. O Complexo Portuário do Pecém, no Ceará, é um exemplo das possibilidades de crescimento do Nordeste nesse sentido, dada a proximidade com os principais mercados no exterior.

Assim, esse novo movimento migratório pode ser visto primeiramente como resultado natural da reordenação territorial das atividades produtivas no Brasil, ocorrida especialmente durante a década de 1990. Mas também não se pode esquecer que, nos últimos 4 anos, um forte fator de atração da população de menor qualificação para regiões como o Norte e Nordeste foi a implementação de políticas compensatórias de geração de renda, que garantiram a elevação do consumo, mas não a criação de empregos em quantidades compatíveis com a procura. Além disso, os empregos gerados nessas regiões, assim como no Centro-Oeste, não permitem uma boa remuneração. De um modo geral, isto significa, para o Brasil como um todo, não só a manutenção de uma camada social com baixo poder aquisitivo, mas também sua expansão, já que a chamada classe média, com melhor qualificação, não consegue a adequada inserção no mundo do trabalho, tendo que se submeter a remunerações inferiores àquelas que seriam compatíveis com a sua formação.

O principal componente dessa redução expressiva no movimento migratório total parece residir na diminuição dos fluxos em direção à Região Sudeste. Assim, a migração para o Sudeste caiu de 1.427 mil em 1986-91, para 1.405 mil em 1995-2000 e para apenas 918 mil entre 1999-2004.

No atual momento, é difícil precisar quais seriam os principais fatores que teriam motivado as mudanças no fenômeno migratório assinaladas anteriormente. Desta forma, surgem duas hipóteses opostas ou talvez complementárias: a primeira de que novas oportunidades de trabalho tenham passado a existir em número e visibilidade suficientes para atrair grandes números de migrantes ao Nordeste; a segunda de que as condições de emprego na Região Sudeste tenham deteriorado ou se modificado (em termos da demanda), expulsando assim volumosos contingentes que o processo de desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo havia começado na década de 70 (**Tabela II.5.3.E-2**).

Tabela II.5.3.E-2 - Saldos migratórios dos estados do Rio e São Paulo entre 1986 a 2006

Unidades da Federação	1986 a 1991	1995 a 2000	2001 a 2005	2006
Rio de Janeiro	41.671	45.536	78.433	41.596
São Paulo	744.798	339.926	126.943	207.098

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNADs de 2001 a 2006

II.5.3.F - Estrutura Produtiva

Saúde

Saúde é direito de todo cidadão e cabe ao Poder Público a garantia de um atendimento de qualidade. Um grande número de doenças que acometem os indivíduos é evitável por ações preventivas já conhecidas e comprovadamente eficazes. É, portanto, fundamental que todos os cidadãos tenham acesso à prevenção destas doenças, por meio de ações básicas de saúde.

A Constituição de 1988 assegurou o acesso universal e equânime a serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Destacam-se na viabilização plena desse direito as chamadas Leis Orgânicas da Saúde, nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas – NOB.

Nas duas últimas décadas, o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde desencadearam diversas atividades de planejamento e de adequação de seus modelos assistenciais e de gestão, ponderando criticamente os avanços e os desafios que novas diretrizes organizativas trariam para sua realidade.

Em fevereiro de 2002, foi publicada a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002, que ampliou as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabeleceu o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; criou mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procedeu à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.

A citada NOAS-SUS 01/2002 criou a Gestão Plena da Atenção Básica. Ampliada como uma das condições de gestão dos sistemas municipais de saúde, agrega às atividades acima o controle da tuberculose, a eliminação da hanseníase, o controle da hipertensão arterial, o controle da *diabetes mellitus*, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal.

Já na Gestão Plena do Sistema Municipal, objetivamente, o município é responsável por:

- gestão e execução de todas as ações e serviços de saúde no município;
- gerência de todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas;
- administração da oferta de procedimentos de alto custo e complexidade e execução das ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças;
- controle, avaliação e auditoria dos serviços no município;
- operação do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

Os dados apresentados sobre a infraestrutura de saúde no Brasil, estados ou municípios, de maneira geral, foram obtidos a partir da análise de dados disponibilizados pelo DATASUS.

De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), referente ao ano de 2010, a Área de Influência conta com um total de 4.227 estabelecimentos hospitalares (dentro

federais, estaduais, municipais e privados), sendo 3.725 privados, 372 municipais, 41 federais e 89 estaduais, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3.F-1**.

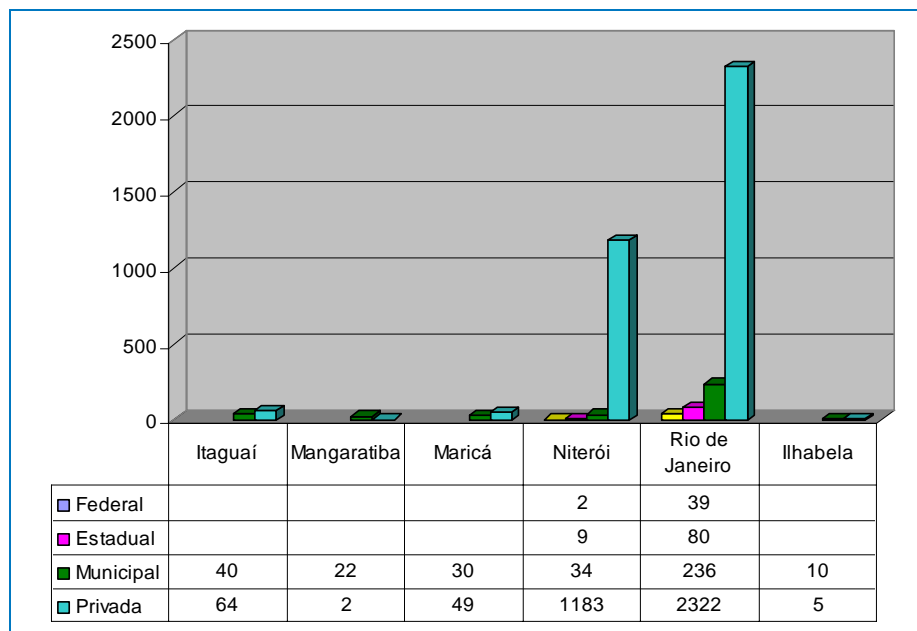


Figura II.5.3.F-1 - Estabelecimentos de saúde por Natureza.

Fonte: DATASUS 2010.

A AMS (Assistência Médico-Sanitária) contabilizou em 1999, um total de 55.226 estabelecimentos de saúde no país, sendo 73% sem infraestrutura para internação, 14% com infraestrutura para internação e 13% com infraestrutura de apoio à diagnose e terapia. A maior concentração está na Região Sudeste (38%), destacando-se os estados de São Paulo (16%) e Rio de Janeiro (13%).

A rede ambulatorial do SUS (Sistema Único de Saúde) integrava 61 mil unidades, em 2001, 77% de natureza pública, 23% privada e apenas 0,5% universitária. Ainda hoje o setor público predomina em todo o país, com participação bem acima da média na região Norte (88%) e inferior na região Sul (66%).

Os centros e postos de saúde, os prontos-socorros gerais, as unidades móveis e as unidades de saúde da família vinculam-se quase que totalmente ao setor público. Nos serviços auxiliares de diagnose e terapia e centros de alta complexidade em oncologia, predomina o setor privado.

Segundo Datasus, em dezembro de 2009 existiam 4.227 estabelecimentos de saúde no conjunto de municípios da Área de Influência, sendo 30,6% de clínicas e ambulatórios especializados, 33,2% de consultórios isolados e 16,6% de Unidades de apoio de diagnose e terapia.

O Rio de Janeiro concentrou o maior número de estabelecimentos, com 2.777 unidades, ou seja, 65,7%, seguido de Niterói com 1.228 unidades, o equivalente a 29% do total da Área de Influência. Ilhabela e Mangaratiba apresentaram percentuais abaixo de 1%.

Quadro II.5.3.F-1 - Tipos de Estabelecimentos em Dezembro de 2009.

Tipo de Estabelecimentos	Total AI	Itaguaí	Mangaratiba	Maricá	Niterói	Rio de Janeiro	Ilhabela
Central de Regulação de Serviços de Saúde	2	-	-	-	-	2	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	2	-	-	-	-	2	-
Centro de Atenção Psicossocial	27	1	1	-	5	19	1
Centro de Apoio a Saúde da Família	1	-	-	1	-	-	-
Centro de Parto Normal	1	-	-	-	-	1	-
Centro de Saude/Unidade Básica de Saúde	243	41	4	12	14	165	7
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	1292	16	-	11	180	1.084	1
Consultório Isolado	1403	32	4	32	826	507	2
Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	2	1	-	-	-	1	-
Hospital Dia	12	-	-	-	1	11	-
Hospital Especializado	144	1	-	-	22	121	-
Hospital Geral	159	1	1	2	15	139	1
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	1	-	-	-	-	1	-
Policlínica	95	5	-	2	20	68	-
Posto de Saúde	90	2	11	10	32	35	-
Pronto Socorro Especializado	6	-	-	-	2	3	1
Pronto Socorro Geral	18	-	-	1	1	16	-
Secretaria de Saúde	12	-	-	-	-	12	-
Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	1	-	-	-	-	1	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	701	3	-	5	109	582	2
Unidade de Vigilância em Saúde	7	1	2	1	1	2	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	4	-	-	-	-	4	-
Unidade Móvel Terrestre	4	-	1	2	-	1	-
Total	4227	104	24	79	1.228	2.777	15

Fonte: DATASUS, 2009.

No estado do Rio de Janeiro, 22,76% dos municípios estão na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e o restante está capacitado para a Gestão Plena do Sistema Municipal. A Gestão Plena Estadual ocorre naqueles municípios que ainda não estão aptos para assumir a gestão de seu sistema hospitalar ou, como por

exemplo, no caso de Duque de Caxias e Niterói, que têm Gestão Plena do Sistema Municipal e têm uma e quatro unidades, respectivamente, geridas pelo estado.

Na rede hospitalar do SUS, em 2001, o Brasil contava com 486 mil leitos em hospitais vinculados ao SUS – 2,8 por mil habitantes. Do total, 65% estão em hospitais da rede privada, 26% da pública e 9% da universitária.

Entre 1996 e 2001, houve, em números absolutos, redução no total de leitos, ocasionando discreta retração no coeficiente por mil habitantes. A diminuição no número de leitos, que vem ocorrendo ininterruptamente, ao longo dos anos 90, mostra coerência com a diretriz de mudança no modelo assistencial.

Para números de oferta de leitos, por mil habitantes, não houve destaques para a região em estudo. Dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do SUS para o total do estado, que somam 11 mil, metade está em hospitais privados, 27% em universitários e 23% em públicos. Há extrema concentração na Região Sudeste (54%).

Segundo dados disponibilizados pelo DATASUS em 2005, 49% dos leitos disponibilizados para a população total da Área de Influência eram da rede privada, em seguida, 19% para a rede federal por conta somente dos municípios de Niterói e Rio de Janeiro, devido aos totais de habitantes serem muito maiores que os demais municípios, embora somente estes apresentem leitos para tal esfera administrativa. A rede municipal representou 18% do total de leitos no mesmo ano.

Somente o município de Maricá superou a rede privada em número de leitos para a rede municipal (18,3% contra 81,7%, respectivamente).

Em Itaguaí, 52% dos leitos eram para atendimento do SUS, Niterói (28%) e Rio de Janeiro (20%). Ilhabela, Mangaratiba e Maricá não disponibilizavam leitos para o SUS no ano de 2005.

Niterói apresentou o melhor índice de leitos por 1000 habitantes (5,35), seguindo o número recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS (5 leitos/1000 hab), seguido do Rio de Janeiro com 3,53 leitos/1000 hab, conforme **Quadro II.5.3.F-2** a seguir.

Quadro II.5.3.F-2 - Número de leitos por esfera administrativa e por 1000 habitantes.

Leitos	Ilhabela	Itaguaí	Mangaratiba	Maricá	Niterói	Rio de Janeiro	AI
Leitos Total	34	183	79	104	2.534	21.103	24037
Federal					243	4.516	4759
Estadual					385	2.615	3000
Municipal	34	87	79	85	396	3.754	4435
Privado		96		19	1.510	10.220	11845
SUS		96			722	4.262	5080
Leitos Por 1000 Habitantes	1,34	1,95	2,70	1,09	5,35	3,46	3,53
População 2005	25.408	93.662	29.272	95.653	474.046	6.094.183	6.812.224

Fonte: IBGE Cidades, 2005 e DATASUS, 2005.

*dados mais recentes somente para 2005.

Segundo o Anuário Estatístico do CIDE, em 2007 os municípios do Rio de Janeiro e Niterói ofereceram, 4,10 e 6,48 leitos por 1000 habitantes, respectivamente, números superiores ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS (5 leitos/1000 habitantes).

Segundo o último Anuário Estatístico da Saúde realizado pelo Ministério da Saúde, referente ao ano de 2001, no que dispõe sobre morbidades e fatores de riscos, dentre as doenças de notificação compulsória, as que apresentaram maior incidência, em 2000, foram a malária, a dengue e a tuberculose. Esta última registrou a maior taxa de incidência na Região Sudeste (54 casos novos por 100 mil habitantes). De forma geral, as capitais e as regiões metropolitanas detêm as maiores taxas.

Entre as doenças que podem ser prevenidas por vacinação no Brasil, destaca-se o sarampo, com significativa diminuição desde a epidemia de 1997. A incidência de tétano neonatal, coqueluche e difteria também encontra-se em declínio.

Para as doenças relacionadas ao trabalho, observou-se uma taxa de 11 casos por 10 mil segurados, em 2000, com 11 casos, na Região Sudeste. Já os acidentes de trabalho típicos apresentaram uma taxa de 16 casos por mil segurados, no Brasil.

As principais causas de internação no SUS, em 2001, foram: gravidez, parto e puerpério (24%), doenças do aparelho respiratório (16%) e do aparelho circulatório (10%). A distribuição das causas apresenta diferenças regionais,

como as doenças do aparelho circulatório, com a maior proporção na Região Sudeste e a menor, quando se trata de doenças infecciosas e parasitárias.

A maior parte das internações por causas externas, em 2001, deveu-se a quedas (43%), seguidas pelos acidentes de transportes (17%). Nas Regiões Sudeste e Sul, as quedas responderam por cerca da metade das internações por causas externas. Já os acidentes de transportes registraram maiores proporções na Região Sudeste (20%).

Segundo dados disponibilizados no *site* do DATASUS, em dezembro de 2009 foram registradas na Área de Influência 18.673 internações, sendo a maioria em hospitais municipais. O município do Rio de Janeiro foi quem contribuiu com os maiores valores (88,4%). No Rio de Janeiro, 45,9% das internações ocorreram em hospitais municipais e 39,2% em federais, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3.F-3** a seguir.

Quadro II.5.3.F-3 - Internações por Natureza em dezembro de 2009.

	Federal	Estadual	Municipal	Total
TOTAL AI	7.144	2.631	8.979	18.754
Mangaratiba	-	-	181	181
Maricá	-	-	247	247
Niterói	376	77	530	983
Rio de Janeiro	6.768	2.554	7.940	17.262
Ilhabela	-	-	81	81

Fonte: DATASUS, dezembro de 2009.

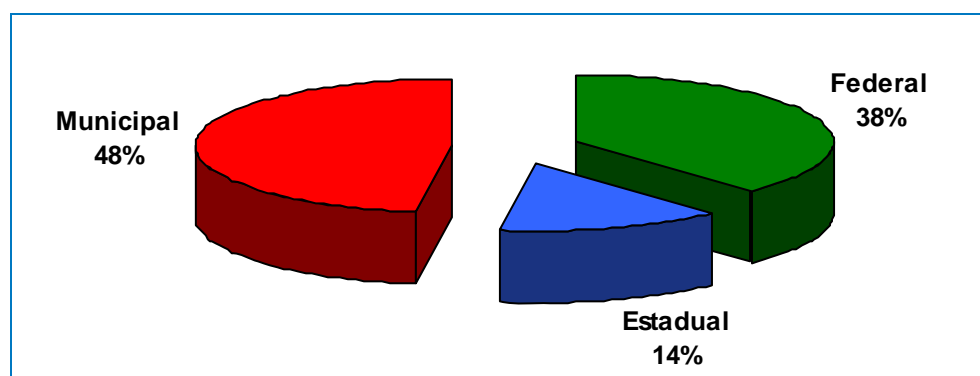


Figura II.5.3.F-2 - Internações por Natureza no Total da AI, em dezembro de 2009.

Fonte: DATASUS, dezembro de 2009.

Segundo o Anuário Estatístico do CIDE, em 2007, 68,5% dos óbitos registrados no estado do Rio de Janeiro, ocorreram no município do Rio de Janeiro e Niterói representou 43,7%. Em relação à região Metropolitana, o município representou 63,8% dos casos.

As principais causas de mortalidade registradas na Área de Influência foram decorrentes de tumores (24,3%), seguido de doenças do aparelho circulatório (18,5%) e doenças do aparelho respiratório (13,3%). Estes valores somente se sobressaem devido aos valores dos municípios de Niterói e principalmente do Rio de Janeiro. Observa-se no **Quadro II.5.3.F-4** que esta ordem não foi seguida pelos demais municípios.

Em Ilhabela, as principais causas de óbitos foram por gravidez, parto e puerpério (29,6%), seguido de doenças do aparelho digestivo (16%). Em Mangaratiba, 75% dos óbitos registrados foram por doenças do aparelho circulatório, seguida de doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (25%). Maricá registrou os maiores percentuais para doenças relacionadas ao aparelho circulatório e doenças endócrinas (29,7%), seguido das doenças ligadas ao aparelho respiratório (16,9%). Em Niterói, as doenças respiratórias prevaleceram com 21,4%, seguida de neoplasias com 17,9 e doenças do aparelho circulatório com 16,1%.

Quadro II.5.3.F-4 - Principais causas de mortalidade, em dezembro de 2008.

CID-10	Total AI	Mangaratiba	Maricá	Niterói	Rio de Janeiro	Ilhabela
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	139	-	3	8	128	2
Neoplasmas (tumores)	284	-	-	10	274	1
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	28	-	-	-	28	
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	61	1	11	5	44	2
Transtornos mentais e comportamentais	6	-	-	-	6	
Doenças do sistema nervoso	31	-	1	-	30	1
Doenças do aparelho circulatório	216	3	11	9	193	1
Doenças do aparelho respiratório	156	-	7	12	137	8
Doenças do aparelho digestivo	71	-	-	3	68	13
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	8	-	2	-	6	1
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	4	-	-	-	4	5
Doenças do aparelho geniturinário	62	-	1	6	55	6
Gravidez, parto e puerpério	1	-	-	-	1	24

Continua

Quadro II.5.3.F-4 (Conclusão)

CID-10	Total AI	Mangaratiba	Maricá	Niterói	Rio de Janeiro	Ilhabela
Algumas afecções originadas no período perinatal	34	-	-	2	32	
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	8	-	-	-	8	
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	18	-	-	1	17	2
Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	41	-	1	-	40	8
Causas externas de morbidade e de mortalidade	1	-	-	-	1	2
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	1	-	-	-	1	5
Total	1.170	4	37	56	1.073	81

Fonte: DATASUS, 2010

OBS: Para este período não foram disponibilizados dados para o município de Itaguaí/RJ.

Transporte

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são servidos por importantes rodovias federais e estaduais no cenário regional sul-sudeste, que interligam os principais polos econômicos macrorregionais e, conseqüentemente, absorvem uma parcela significativa, do transporte de cargas e de passageiros do país, operadas pelo atual Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT ligado ao Ministério dos Transportes. Além de diversas rodovias estaduais operadas pelos estados através dos Departamentos de Estrada de Rodagem – DER SP/RJ.

A Rede Rodoviária do **estado do Rio de Janeiro** é bem servida por rodovias pavimentadas, o que representa 0,13 km de extensão da rede rodoviária, por quilômetro quadrado da área total do estado. (IBGE, 2003).

A BR-101 é uma rodovia federal que interliga, de norte a sul, as cidades do litoral do país. Esta rodovia integralmente pavimentada apresenta, ao longo de seu traçado, características bastante diversas, especialmente quanto às seções transversais e aos volumes médios diários de tráfego ocorrentes.



Figura II.5.3.F-3 - Estradas de Rodagem da Área de Influência (Niterói).

Fonte: <http://www.der.rj.gov.br/>

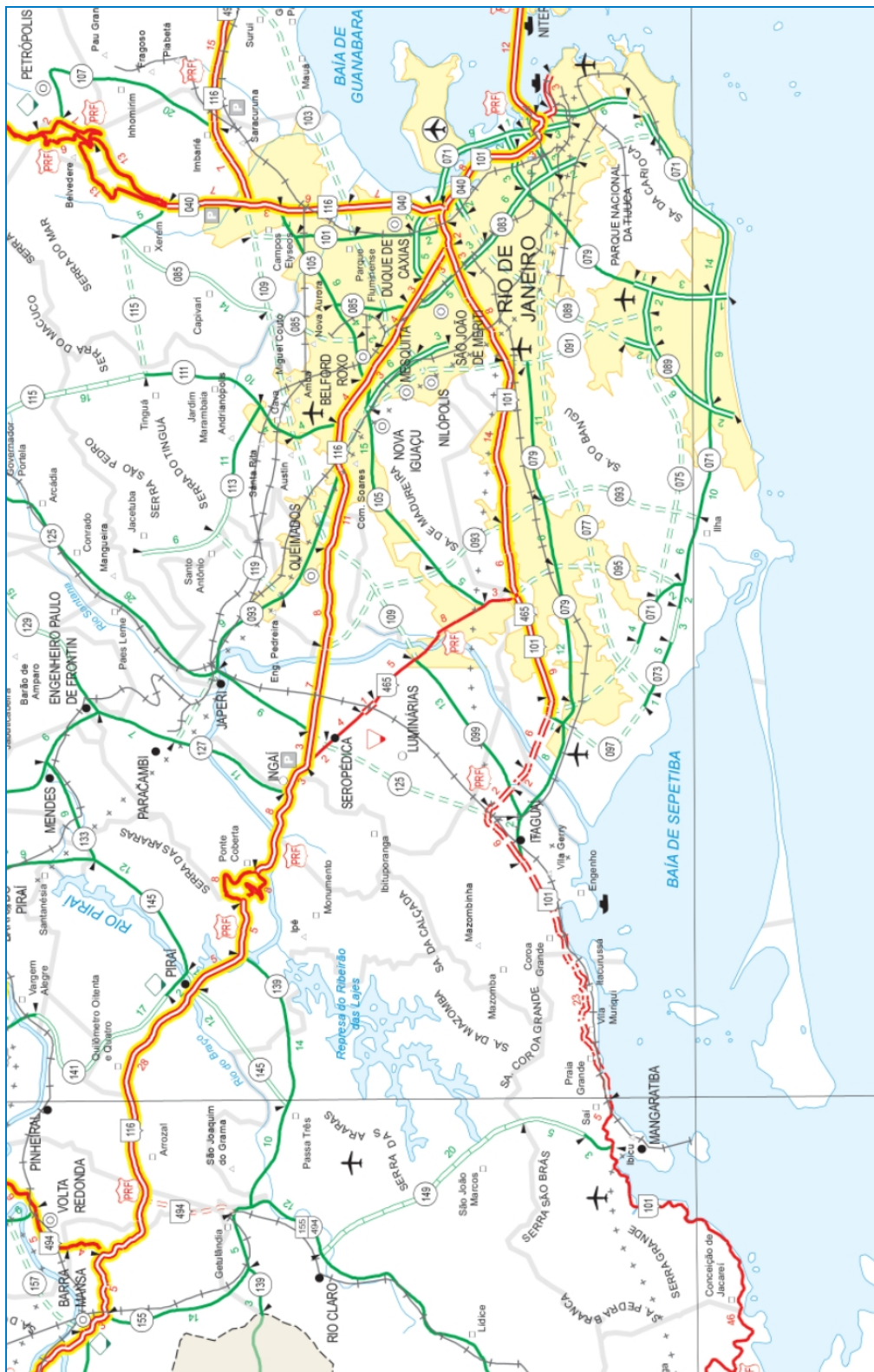


Figura II.5.3.F-4 - Estradas de Rodagem da Área de Influência (Rio de Janeiro).

Fonte: <http://www.der.rj.gov.br/>

O Departamento de Estradas de Rodagem do **estado do Rio de Janeiro** (DER-RJ) foi criado pelo Decreto-Lei 693, de 11 de fevereiro de 1943, com autonomia administrativa e amplas atribuições, relativas à conservação e construção de rodovias. O novo órgão ficava responsável também pelas estatísticas, polícia rodoviária, estudos, análise dos solos, aperfeiçoamento técnico profissional, organização de congressos de estradas de rodagem e propaganda das rodovias.

Ao assumir o governo no final de 1937, Amaral Peixoto destinou recursos especiais, remodelou e reorganizou o setor, criando, no ano seguinte, a Taxa de Utilização das Estradas de Rodagem, que seria destinada à construção, reconstrução e conservação de rodovias. Foi quando o Departamento de Engenharia passou a ter autonomia administrativa e amplas atribuições para desempenhar tarefas não só relativas a estudos, conservação e construção, mas também em relação a estatísticas, polícia rodoviária, estudo e análise dos solos, colaboração com serviços florestais, organizações de congressos, aperfeiçoamento técnico profissional, propaganda das rodovias e cadastro das propriedades marginais, entre outros. O decreto estabelecia, também, a coordenação dos serviços rodoviários do estado com os dos municípios e autorizava o Departamento a firmar convênios com as administrações municipais. Tais parcerias transferiam para os municípios a responsabilidade dos serviços rodoviários a cargo da Diretoria, desde que acordada a forma de indenização das despesas referentes aos serviços.

Com a mudança da capital do país para Brasília e a criação do Estado da Guanabara em 1961, passou a cuidar do estado-cidade, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Guanabara (DER-GB), que, ao atuar em área predominantemente urbana, foi forçado a adotar outras soluções para o tráfego rodoviário. O conjunto de obras passou a ser direcionado para desapropriações, drenagens, iluminação, elevados e viadutos. Além disso, o DER-GB tornou-se órgão integrante da estrutura administrativa do Estado da Guanabara e subordinado à Secretaria de Obras Públicas. Situação que se estendeu até 1975, data da fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro, quando o DER-GB foi substituído pelo DER-RJ.

Em agosto de 1990, o então governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, transformou o DER-RJ em Fundação. Com isso, o órgão passou a ter receita própria e possibilidade de modernizar sua estrutura, que atualmente conta com 4.700 funcionários.

A seguir estão listados os contatos do DER/RJ disponibilizados no *site*:

- Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN - <http://www.detran.rj.gov.br>
- DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito - <http://www.denatran.gov.br>
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - <http://www.dnit.gov.br/>
- DPRF - Polícia Rodoviária Federal - <http://www.dprf.gov.br>
- LINHA AMARELA SA – LAMSA - <http://www.lamsa.com.br/>
- Ministério da Justiça - Registro de Ocorrência - <http://www.dprf.gov.br>
- Ministério dos Transportes - <http://www.transportes.gov.br>
- NOVA DUTRA - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - <http://www.novadutra.com.br>
- PONTE S.A. - Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - <http://www.ponte.com.br/>
- Divisão de Controle de Multas: (21) 2283-1451
- Plantão Rodoviário - 24h: (21) 2233-7569
- DER-RJ Fundação Departamento de Estradas de Rodagem: - Avenida Presidente Vargas, nº 1100, Centro Rio de Janeiro-RJ CEP: 20071-002 - PABX: (21) 2223-8080 - Assessoria de Comunicação: (21) 2263-0178 - Assessoria de Vias Concedidas: (21) 2263-0530 [site: www.der.rj.gov.br](http://www.der.rj.gov.br)

No estado do Rio de Janeiro, encontra-se um trecho da rodovia federal BR-101 que se desenvolve no sentido longitudinal, em dois ramos - nordeste e

sudoeste, em relação à área central da cidade do Rio de Janeiro, podendo-se destacar em cada ramo, dois segmentos de acesso à área de interesse.

No ramo sudoeste, destaca-se a Avenida Brasil, com 54 km de extensão, operada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que representa o principal eixo de ligação da cidade do Rio de Janeiro com os bairros da zona oeste e com as cidades do litoral sul brasileiro, e a Ponte Presidente Costa e Silva, sobre a baía de Guanabara, operada pela iniciativa privada, que faz a ligação rodoviária entre as áreas centrais das cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

No sentido oposto tem-se o segmento da BR-101, caracterizado pela rodovia Niterói – Manilha, operado e administrado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, com cerca de 24 km de extensão, até o entroncamento com a BR-493, de acesso ao município de Magé, interligando áreas dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, seguindo em direção aos municípios litorâneos e ao nordeste do estado.

- A rodovia estadual RJ-104, denominada Rodovia Amaral Peixoto, com cerca de 20 km extensão, interliga os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. O segmento inicial, desde a saída da Ponte até o bairro de Caramujo, no município de Niterói, caracterizado pela Alameda São Boaventura, é uma via urbana, com duas pistas separadas por canal, com passeios em ambos os lados, com tráfego de média/longa distância dificultado pela presença do tráfego local, semáforos, pontos de parada de ônibus e estacionamento de veículos. No segmento seguinte, a rodovia se desenvolve em terreno ondulado até Manilha, em Itaboraí, em pista dupla e ocupação de periferia de área urbana, até o entroncamento com a BR-101.
- A RJ-106 é uma rodovia estadual, em pista simples, que parte do entroncamento com a RJ-104, em Tribobó e segue em direção ao município de Macaé, se desenvolvendo próximo ao litoral, atendendo ao município de Maricá e aos municípios da Região dos Lagos.
- A BR-116 – Jaguarão (RS) / Fortaleza (CE) – é a principal rodovia brasileira. Tem direção Sul e Norte, paralela ao litoral. Seu trecho de

maior importância é o da Rodovia Presidente Dutra, que liga as duas maiores metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo, onde se verificam os maiores fluxos de veículos de transporte do país, tanto de cargas quanto de passageiros. No estado do Rio de Janeiro, a BR-116, sob a responsabilidade da empresa NovaDutra S/A, se desenvolve entre a Avenida Brasil e a divisa com São Paulo, atravessando municípios da Baixada Fluminense e do Vale do Paraíba. Trecho administrado: Rio de Janeiro a São Paulo - Concessionária: Novadutra - (0800) 0173536 - Municípios abrangidos: São Paulo, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Arujá, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Guararema, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Roseira, Aparecida, Guratinguetá, Lorena, Cachoeira Paulista, Silveiras, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, Itatiaia, Roseira, Barra Mansa, Volta Redonda, Piraí, Paracambi, Nova Iguaçu, Itaguaí, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro. Pista: Dupla

- A BR-101 no estado do Rio de Janeiro desenvolve-se no sentido longitudinal nas direções Sul e Norte em relação à área central da capital do estado. O setor Sul inclui dois segmentos de grande importância regional: a Avenida Brasil e o Trecho administrado: Rio de Janeiro a Niterói - Concessionária: Ponte S.A. Telefone: (21) 2620-9333.
- A RJ-104 (Rodovia Amaral Peixoto) – liga o município de Niterói até o viaduto da BR-101, no distrito de Manilha, no município de Itaboraí. sendo rota para a região das Baixadas Litorâneas.
- RJ 124 - Via Lagos - Trecho administrado: Rio Bonito a São Pedro da Aldeia - Concessionária: Vialagos – Telefone: (24) 2665-6565 - Municípios abrangidos: Rio Bonito, Boa Esperança, Araruama, Coqueiral, Iguaba Grande, Iguaba Pequena, São Pedro da Aldeia. Pista: Dupla.
- BR 040 - Rod. Rio - Juiz de Fora - Trecho administrado: Rio de Janeiro a Juiz de Fora - Concessionária: Concer – Telefone: central de atendimento ao usuário: 0800 282 0040. Municípios abrangidos: Duque de Caxias, Petrópolis, Três Rios, Simão Pereira, Matias, Barbosa, Juiz de Fora. Pista: Dupla.

- BR 116 - Rio – Teresópolis - Trecho administrado: Rio de Janeiro a Além Paraíba - Concessionária: CRT – Telefone: (21) 2678-0001 - Municípios abrangidos: Duque de Caxias, Imbariê, Piabetá, Magé, Guapimirim, Teresópolis, Três Córregos, Laje, Ponte Nova, Além Paraíba. Pista: Simples.
- BR 356 - Trecho administrado: Div. dos Estado de Minas Gerais/Rio de Janeiro - Órgão responsável: 7º DRF/DNER - Municípios abrangidos: Retiro de Muriaé, Itaperuna, Nossa Senhora da Penha, São Joaquim, Italva, Cardoso Moreira, Santa Rita, Campos. Pista: Simples.
- BR 393 - Trecho administrado: Divisa do Espírito Santo/Rio de Janeiro/Minas Gerais - Órgão responsável: 7º DRF/DNER - Municípios abrangidos: Bom Jesus de Itabapoana, Bom Jardim, Aré, São José de Ubá, Santa Maria, Monte Alegre, Ibitiguaçu, Santo Antônio de Pádua, Marangatu, Pirapetinga. Pista: Simples.
- BR 393 - Trecho administrado: Divisa MG/RJ/Três Rios/Volta Redonda - Órgão responsável: 7º DRF/DNER - Municípios abrangidos: Além Paraíba, Taquara, Sapucaia, Anta, Três Barras, Bemposta, Três Rios, Paraíba do Sul, Engenheiro Viera Cortês, Andrade Pinto, Maçambará, Vassouras, Barra do Piraí, Vargem Alegre, Volta Redonda, Barra Mansa.
- RJ-106 - Rodovia Amaral Peixoto, começa no distrito de Tribobó (São Gonçalo) e corta Maricá de oeste a leste, por Araruama, Macaé, Quissamã e acaba em Campos. É a principal rodovia de Maricá e uma das principais do estado. Ela é duplicada de Tribobó até a entrada da cidade de Maricá (Km 30,5), passando a ser pista simples deste ponto até a Serra do Mato-Grosso (Km 45).
- RJ-102, a Avenida Central Litorânea começa em Niterói e vai beirando o mar até Armação dos Búzios. Passa pelos distritos de Itaipuaçu e Ponta Negra e pelos bairros de: Zacarias, Jardim Atlântico, Guaratiba, Cordeirinho e Jaconé, todos litorâneos.
- RJ-114, corta o município de norte a sul e faz ligação com os bairros de Ubatiba e Barra de Maricá. Entre o centro e a Barra ela é chamada de

Avenida Ivan Mundim, mas está em péssimo estado, podendo ser utilizado o caminho pela beira da lagoa em Araçatiba. Já do Centro até a divisa com Itaboraí ela está em ótimo estado;

- RJ-118, acesso ao distrito de Ponta Negra (Maricá), na altura do Km 43 da RJ-106, passando pelos bairros de Bananal, Jacomé e retornando na direção da RJ-106, na localidade de Sampaio Corrêa, já no município de Saquarema.

Outras Rodovias

- RJ-104, a Niterói-Alcântara, liga o município de Niterói até o distrito de Manilha. Passa por Tribobó onde começa a rodovia Amaral Peixoto (RJ-106).
- BR-101, a Ponte e a Niterói-Manilha. É também um acesso para Maricá, mediante percurso pela RJ-114, na altura do município de Itaboraí.

O município de **Itaguaí** é cortado pela Rio-Santos ligando-se a Mangaratiba a oeste e ao Rio de Janeiro a leste. Se comunica com o município de Seropédica pela Estrada de Piranema a nordeste. Contudo, há outras vias de menor importância e que ligam Itaguaí a seus vizinhos ou até mesmo a suas localidades distantes da cidade. Também existe um grande número de ruas e avenidas importantes em sua zona urbana.

Dentre as obras realizadas para melhoria do transporte na região é a duplicação da Rio-Santos que inclui três passagens inferiores, cinco viadutos, alargamento de nove pontes e passarelas (DNIT). O município também será beneficiado com as obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, que vai ligar o Porto de Itaguaí ao trecho da BR 101 em Itaboraí, contornando a Baía de Guanabara.

O DER - Departamento de Estradas de Rodagem do **estado de São Paulo** foi criado em 02 de julho de 1934, através do Decreto nº 6529.

Com a primeira pista da Via Anchieta inaugurada em 1947 e a segunda em 1953, observou-se o marco de avanço técnico-administrativo na história do desenvolvimento rodoviário tanto em nível nacional quanto do Estado de São Paulo. No final dos anos 20 (vinte) já era evidente a necessidade de se implantar uma ligação rodoviária entre a capital e o Porto de Santos.

Os esforços de modernização efetivadas ao longo daquela década, com a pavimentação em concreto do leito do Caminho do Mar, fizeram aumentar o tráfego de veículos, evidenciando a precariedade dos antigos traçados. Nessa época, o trecho do Planalto da Estrada para Santos, não era pavimentado e a intensidade do tráfego causava problemas de visibilidade e conseqüentemente no fluxo de circulação de veículos.

No Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP, atendem o município de Ilhabela, as seguintes regional e residência:

Regional DR – 06 Taubaté

Endereço:	Rua Expedicionário Armando de Moura, 41– jardim Silvia Maria - Taubaté CEP 12081-600
Telefone:	(12) 3633-3811/3634-6935
E-mail:	dr6-der@der.sp.gov.br
Diretor	Jorge Jobran

Residência RC 06.4 – Caraguatatuba

Endereço:	Rua Lorena, 2000, Sumaré – Caraguatatuba – CEP 11661-140
Telefone:	(12) 3882-4099/3882-1444
E-mail:	rc5.4-der@der.sp.gov.br
Engº Responsável	Luiz Fernando Fernando Sampaio

Ilhabela está a 210 km da capital do estado de São Paulo e possui como principais vias de acesso as rodovias Dutra, Ayrton Sena e Carvalho Pinto, no sentido São Paulo - Rio de Janeiro. Pela via Dutra, a 92Km de São Paulo, na cidade de São José dos Campos, fica o acesso a todas as cidades do litoral norte pela rodovia dos Tamoios (SP-99). Também pode ser alcançada na extensão da rodovia Imigrantes, seguindo pela BR 101 Rio-Santos, no sentido de São

Sebastião. Outro caminho pode ser feito pela via Mogi-Bertioga, seguindo também pela Rio-Santos. Todas estas vias convergem para a cidade de São Sebastião de onde a travessia de balsa é feita regularmente a cada 30 minutos para Ilhabela.



Figura II.5.3.F-5 - Estradas de Rodagem da Área de Influência (Ilhabela).

Fonte: <http://www.der.sp.gov.br/>

Transporte Público

Contando com um sistema de ônibus insuficiente às suas dimensões de metrópole ou território, e que sofrendo com carência de integração, sobreposição de linhas, concorrência direta e indireta com os transportes de massa, regulamentação e fiscalização ainda deficitárias e excesso de poder dos operadores, as cidades necessitam, atualmente, de uma eficiente reestruturação e ampliação em seu sistema de transporte coletivo.

Nos últimos dez anos, houve perda de usuários para demais meios, especialmente para o transporte alternativo. Ainda assim, são cerca de quatro milhões de usuários/dia apenas nas linhas municipais do Rio de Janeiro.

Na cidade do **Rio de Janeiro**, as empresas de ônibus encontram-se interligadas ao metrô, visando transportar os passageiros que desembarcam nas linhas finais deste, mas ainda necessitam de um ônibus para chegar ao seu destino. Tais passageiros podem utilizar o chamado “bilhete integração” através do qual pagam pelo metrô e ainda têm direito ao ônibus de integração.

O **Rio de Janeiro** é servido por uma rede metroviária que integra bairros e municípios distantes, conectando desde o bairro da Pavuna, na zona norte, até Ipanema na zona sul. Estes são então integrados por ônibus especiais, que passam por, Leblon, Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado e vão até a Barra da Tijuca. Também há integrações específicas da Pavuna para cidades da Baixada Fluminense como Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis e Nova Iguaçu. Futuramente também serão implantadas conexões para Belford Roxo.

Ao longo da rede metroviária há outras pequenas integrações. Recentemente, foi aberta a terceira estação de Copacabana, Cantagalo. Em 2008/2009, segundo o cronograma, entrou em funcionamento a estação General Osório, no bairro de Ipanema.

A malha metroviária possui 42 quilômetros de extensão distribuídos em duas linhas e 38 estações e é a segunda mais extensa rede metroviária do Brasil. Diariamente, o metrô do Rio de Janeiro transporta 550 mil passageiros.

Além do metrô, o **Rio de Janeiro** conta com um sistema de trens urbanos. Sob direção da concessionária Supervia, constitui, juntamente com os ônibus, um amplo conjunto de transporte popular. Os veículos partem da estação Ferroviária Central do Brasil em direção aos subúrbios, à zona oeste e à Baixada, cruzando bairros como Méier, Penha, Bangu e Madureira, e as cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Existem três linhas férreas principais, as quais possuem ramificações denominadas linhas auxiliares.

Em **Niterói**, o serviço de ônibus urbanos consiste no único meio de transporte público intramunicipal da cidade. Há pouco menos de 50 linhas em atividade, todas operadas por empresas particulares. A maior parte das linhas de ônibus municipais têm ponto final no Centro (no Terminal Rodoviário João Goulart), ou passam pelo Centro.

Maricá é uma cidade que está no início da Região dos Lagos, mas ainda recebe influência de Niterói e do Rio de Janeiro. É um município de fácil acesso e embora sendo uma localidade litorânea, não tem porto.

O transporte intermunicipal em **Maricá** é feito pela Viação Nossa Senhora do Amparo, ligando o centro do município ao Rio de Janeiro e Niterói. Há também as ônibus saindo de Itaipuaçu regularmente com destino às mesmas cidades. Existe um serviço especial com ônibus saindo do distrito de Ponta Negra em direção à cidade do Rio de Janeiro, e vice-versa, em horários de pico para desafogar os veículos que saem do centro da cidade. O transporte municipal é feito pelas viações Costa Leste e Nossa Senhora do Amparo, metade do município para cada uma. Os ônibus partem do Terminal Rodoviário Jacinto Luis Caetano (homenagem ao fundador da Viação Nossa Senhora do Amparo).

Itaguaí caracteriza-se como um município proletário, em que coexistem diversos problemas como dificuldades de transporte.

O ônibus, através do terminal rodoviário de Itaguaí, é o principal meio de transporte para chegada e saída de visitantes à cidade. Atualmente a cidade possui algumas linhas de transporte circular urbano e rural. Itaguaí possuía uma estação ferroviária, pertencente a linha Central - Linha Itaguaí da Estrada de Ferro Central do Brasil (Rio de Janeiro). Esta estação esteve ativa entre os anos de 1986 a 1990 quando a linha foi desativada. Com os investimentos da Companhia Siderúrgica do Atlântico no distrito industrial de Santa Cruz estão previstos estudos para restabelecer esta linha de trem de passageiros.

O município de **Ilhabela** conta com um eficiente serviço de transporte público, ônibus que partem para o sul e norte da Ilha do ponto localizado junto ao terminal da balsa. A travessia, pode ser feita também pela lancha da Dersa. O transporte rodoviário é realizado pela viação Litorânea: (12) 3892 – 1072.

Transporte Marítimo

No que se refere ao transporte de passageiros, encontra-se o Terminal Hidroviário, em frente à Praça XV no município do Rio de Janeiro, para atendimento regular de passageiros, com cinco estações na Baía de Guanabara (Niterói, Praça XV, Cocotá, Paquetá e Charitas). O serviço público de transporte possui características operacionais diversas, no que se refere ao operador, tipo de embarcação, frequência, dentre outros.

A empresa Barcas S/A opera em todas as linhas de transporte na Baía de Guanabara. A principal, a Rio x Niterói, realiza ao todo mais de 100.000 viagens/ano, o que representa cerca de 280 viagens/dia, em média. A empresa chega a transportar, nessa linha, 70 mil passageiros por dia. Possui ainda os estaleiros Barcas – Rodriquez responsável pela construção de novas embarcações e o Cruzeiro do Sul, que realiza manutenções, ambos localizados em Niterói. A empresa emprega, entre funcionários e parceiros, cerca de 600 pessoas, sendo 80% na área operacional e 20% na área administrativa (BARCAS S/A).

A travessia marítima entre Niterói e o município do Rio de Janeiro é feita por duas rotas, ambas tendo como destino a estação carioca da Praça XV. As estações em Niterói localizam-se na Praça Araribóia, no Centro, e no bairro de Charitas. Já a travessia entre a Praça Araribóia e a Praça XV é feita por barcas de grande porte, com capacidade até 2000 passageiros, um trajeto que dura cerca de 20 minutos.

Desde 2006 as barcas vêm sendo gradativamente substituídas por catamarãs de grande porte, com capacidade inferior (até 1200 passageiros), porém perfazendo um tempo de travessia menor, entre 12 e 15 minutos. Além disso, há o transporte seletivo (com passagens mais caras), feito por catamarãs de menor porte e lanchas rápidas. O tempo de travessia é de aproximadamente 9 minutos. A travessia entre a estação de Charitas e a Praça XV é feita por catamarãs de pequeno porte, sendo esse serviço também considerado transporte seletivo.

Na Área de Influência, há o principal porto do estado do Rio de Janeiro situado na costa oeste da baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e atende aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e sudoeste de Goiás, entre outros. Destacam-se como principais cargas movimentadas: produtos siderúrgicos, papel de imprensa, trigo, veículos e contêineres, petróleo e seus derivados.

É um dos portos mais movimentados do país quanto ao valor das mercadorias e à tonelagem. Minério de ferro, manganês, carvão, trigo, gás e petróleo são os principais produtos escoados.

Administrado pela Companhia Docas do **Rio de Janeiro** (CDRJ), conta com 6.740 metros de cais contínuo e um píer de 883 metros de perímetro, que compõem os seguintes trechos: Cais Mauá (35.000 m² de pátios descobertos), Cais da Gamboa (60.000 m² de área coberta em 18 armazéns e pátios com áreas descobertas de aproximadamente 16.000 m²), Cais de São Cristóvão (12.100 m² em dois armazéns cobertos e uma área de pátios com 23.000 m²), Cais do Caju e Terminal de Manguinhos. Existem ainda dez armazéns externos, totalizando 65.367 m², e oito pátios cobertos (11.027 m²), com capacidade de estocagem para 13.100 toneladas, além de outros terminais de uso privativo na ilha do Governador (exclusivo de Shell e Esso), na baía de Guanabara (Refinaria de Manguinhos) e nas ilhas d'Água e Redonda (Petrobras).

Destacam-se ainda como importantes equipamentos e terminais marítimos nos municípios da Área de Influência os relacionados a seguir.

- O Porto de **Niterói**, fundado em 1925 e também administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ desde 1976 teve suas atividades de carga e descarga encerradas em junho de 2004. Atualmente o porto é utilizado para armazenagem de produtos para atividades marítimas.
- O Cais da Ilha da Conceição, localizado em **Niterói**, também conhecido como “Cais da 88”, serve para o desembarque de pescado de armadores de pesca do Estado do Rio de Janeiro.

A construção de um porto em Niterói começou a se tornar realidade quando, em 1911, o então prefeito da cidade, Feliciano Sodré, encaminhou à Câmara Municipal mensagem nesse sentido.

O porto teria cais curvo, com extremos na Ponta da Areia e porto do Méier; desse ponto, o cais passaria a ser retilíneo até a estação da estrada de ferro, em Maruí. A enseada diminuiria, mas seria convenientemente dragada e o lodo retirado.

Mas somente em 7 de setembro de 1924 era lançada a pedra fundamental das obras projetadas, as quais incluíam aterro com o lodo retirado da enseada e com o material resultante do desmonte parcial do morro da Rua Dr. Celestino, com as terras do morro junto ao Palácio da Soledade, em São Lourenço e, também, com as provenientes do morro cortado pela Rua São Sebastião.

O cais projetado ficaria com 562 metros de comprimento e profundidade mínima de 8 metros, após a dragagem necessária. Para embarcações de menor calado seria construído um cais de 1.629 metros de extensão e 2 metros de profundidade.

Em 1927, inaugurou-se o primeiro trecho de cais com 120 metros e em 1929 ficava pronto o cais de 562 metros e dois armazéns. A Estrada de Ferro The Leopoldina Railway prolongou suas linhas, da estação de Maruí (existente desde 1827) até o novo cais, onde foi construída estação de passageiros, esta aberta ao público em 1930.

O movimento do Porto de Niterói, sempre pequeno, consistia principalmente, na exportação de café para o exterior e de açúcar de Campos para portos nacionais. Era utilizado também na importação de madeiras e trigo.

O movimento portuário de Niterói, no entanto, esvaziou-se em quase 50% no período de 1964-1967, com a decadência da economia cafeeira do Norte Fluminense. O setor têxtil, tradicional na economia fluminense, também foi perdendo a competitividade desde então.

Para o setor portuário, a revitalização do Porto de Niterói - com 23.000m² de área aberta e 3.300m² de área coberta -, é estratégica ao desenvolvimento da

produção industrial local, em especial a relacionada à indústria de construção e reparo naval, em franco crescimento.

Dois projetos estratégicos desse processo estavam previstos para implementação a partir de 2006, como o arrendamento da área portuária à iniciativa privada e a dragagem do canal, com a retirada de cerca de 300m³ de resíduos.

Autoridades federais e do município de Niterói, vislumbram o Porto de Niterói como a melhor infraestrutura *offshore* da América do Sul.

Na Baía de Guanabara o tráfego marítimo é de grande movimentação e está associado à circulação de embarcações de variados portes e tipos e relacionado a diversas atividades, quais sejam: transporte de cargas, transporte de passageiros, pesca artesanal e industrial, defesa nacional, lazer, construção e reparos de navios.

Dentre as instalações na Baía da Guanabara, destaca-se a base da esquadra da Marinha do Brasil, na Ilha do Mocanguê Grande, onde se encontra o Centro Almirante Moraes Rego, com diversos píeres e cais, e uma unidade da Diretoria de Hidrografia e Navegação, na Ponta da Armação.

O porto de **Mangaratiba** oferece opções de travessia para Ilha Grande quanto o de Angra, mas para quem segue para Praia das Palmas ou Lopes Mendes. Diariamente partem para a Ilha Grande (Vila do Abraão) a Barca da companhia - BARCAS S.A., além de pequenos barcos e saveiros.

Transporte Aéreo

No município do **Rio de Janeiro** estão localizados três aeroportos: o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim – Galeão, o Aeroporto Santos Dumont e o Aeroporto de Jacarepaguá, administrados pela Infraero.

- Aeroporto Santos-Dumont, localizado em pleno centro da cidade, serve principalmente à ponte aérea Rio-São Paulo e a voos estaduais e regionais. Foi o primeiro aeroporto civil do país, construído na década de 1930. Projetado pelos irmãos Roberto, o terminal de passageiros é considerado

um ícone da arquitetura modernista brasileira, e entrou na lista de construções tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (Inpac) em agosto de 1998. Recentemente passou por uma grande reforma que incluiu a ampliação e remodelagem do terminal de embarque.

- Aeroporto Internacional do Galeão, ou Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – em homenagem ao renomado maestro, compositor e cantor brasileiro falecido em 1994. Situado na ilha do Governador, zona norte, é a principal portal de entrada para o Brasil – segundo a Infraero –, haja vista que cerca de 40% dos turistas estrangeiros que visitam o país escolhem o Rio como destino, desembarcando neste aeroporto. Com capacidade para atender até 15 milhões de usuários ao ano, o complexo aeroportuário é servido por dois terminais de passageiros e oferece conexões para 19 países. Conta também com um dos maiores, mais modernos e bem aparelhados Terminais de Logística de Carga do Continente, além da maior pista de aterrissagem do Brasil, com quatro mil metros de extensão. É o segundo aeroporto mais movimentado do país em voos internacionais de passageiros, concentrando 16,7% do movimento operacional em 2008, e conta com o quarto maior terminal de cargas.
- Aeroporto de Jacarepaguá, instalado na zona oeste, destina-se sobretudo a voos particulares e regionais com aeronaves de pequeno porte. A única atividade comercial intensa nesse aeroporto é a do taxi-aéreo.

Além destes, há os aeroportos militares: a Base Aérea do Galeão, em espaço contíguo ao aeroporto internacional, a Base Aérea dos Afonsos (conhecida como Campo dos Afonsos) e a Base Aérea de Santa Cruz, importante centro de defesa da Aeronáutica e maior complexo de combate da Força Aérea Brasileira.

Em Maricá, o aeroporto está autorizado a operar aeronaves de pequeno porte e jatos executivos leves. Com 1000 m e pista asfaltada, Maricá tem um dos principais aeroportos da região estando localizado próximo à Lagoa de Araçatiba.

Segundo informações do Anuário Estatístico do CIDE, o **Quadro II.5.3.F-5** a seguir, apresenta a movimentação do tráfego aéreo em 2006 por aeroporto, localizados na Área de Influência.

Quadro II.5.3.F-5 - Tráfego Aéreo por Aeroportos do Rio de Janeiro em 2006.

Discriminação	Tráfego aéreo, por aeroportos (2006)			
	Total	Internacional do Rio de Janeiro	Santos Dumont	Jacarepaguá
Pousos	134 413	50 420	32 302	22 384
Decolagens	134 403	50 483	32 301	22 318
Passageiros	12 849 756	8 856 613	3 553 172	64 940

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

Também existe no Rio um aeroporto reservado à operação de ultraleves, o Clube Ceu (Clube Esportivo de Ultraleves), situado ao sul do Autódromo Internacional Nelson Piquet. Trata-se de um dos mais bem aparelhados clubes dentre as agremiações esportivas do mundo todo, considerado pelas autoridades aeronáuticas brasileiras um padrão na aviação esportiva.

Existem vários heliportos e helipontos. Além da possibilidade de pousar nos aeroportos, também se pode contar com o heliporto da Lagoa, bairro este localizado na zona sul do Rio de Janeiro.

Comunicações

Segundo PNAD 2003 e dados fornecidos pelo IBGE neste mesmo ano, e a partir da análise comparativa dos estados que compõe a Área de Influência deste estudo, pode-se constatar com base nos gráficos abaixo que, para Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Computadores e com Acesso à Internet, destaca-se com maior percentagem o estado de São Paulo, tanto para domicílios com computadores como com acesso a *internet* (**Figura II.5.3.F-6**).

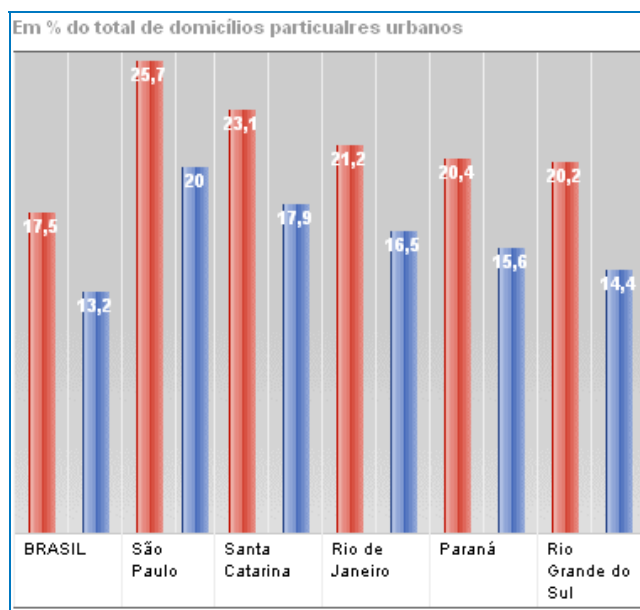


Figura II.5.3.F-6 - Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Computadores e com Acesso à Internet, 2003 para Sul e Sudeste.

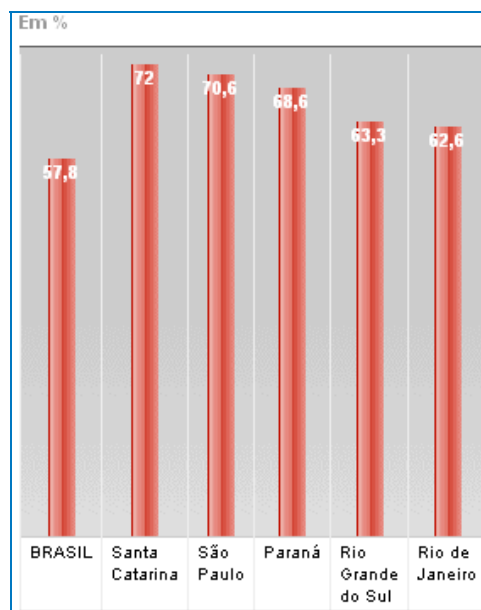
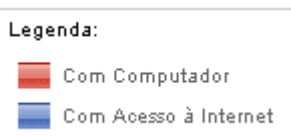


Figura II.5.3.F-7 - Domicílios Particulares Urbanos com Telefone Fixo 2003.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2003. (www.investimentos.sp.gov.br)

Para Domicílios Particulares Urbanos com Telefone Fixo no ano de 2003, segundo PNAD, destaca-se Santa Catarina e em seguida São Paulo conforme **Figura II.5.3.F-7** acima.

Telefonia

A infraestrutura brasileira de telecomunicações, com preços competitivos e grandes empresas telefônicas atuando no mercado contribui para a planilha de custos baixos das empresas internacionais em São Paulo instaladas. Como ocorre no resto do país, o setor é regulado pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Segundo o Anuário Estatístico do CIDE de 2007, em 2003 para o estado do **Rio de Janeiro**, constata-se, com base no **Quadro II.5.3.F-6** abaixo, que a Região Metropolitana correspondeu a 80,3% das instalações de terminais

telefônicos, onde o município do Rio de Janeiro recebeu 68,7% do total da Região metropolitana e 55,2% em relação ao estado.

Quadro II.5.3.F-6 - Domicílios Particulares Urbanos com Telefone Fixo em 2003.

Município	Terminais telef.	Telefones públicos
Total dos Municípios da AI	3.662.774	57.313
Região Metropolitana	3.606.006	54.248
Niterói	296.066	5.186
Rio de Janeiro	3.309.940	49.062
Região das Baixadas Litorâneas	28.178	1.819
Maricá	28.178	1.819
Região da Costa Verde	28.590	1.246
Itaguaí	18.240	955
Mangaratiba	10.350	291

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

O estado do **Rio de Janeiro**, sedia algumas das maiores empresas de serviços de telecomunicação do país: a Telemar, a Embratel e a Intelig Telecom; sendo considerada a capital brasileira das telecomunicações. O Rio Janeiro também abriga o mais moderno projeto de teleporto do mundo - segundo a Associação Mundial de Teleportos.

Na Área de Influência do estado do Rio de Janeiro, a Oi, Embratel, NeTfone são as empresas concessionárias responsáveis pelos serviços de telefonia fixa, disponibilizando serviços de discagem direta à distância e de discagem internacional, bem como, os serviços de transmissão de dados via fax e de acesso rápido à internet. A Área de Influência também dispõe de sistema de telefonia móvel (celular), tendo como principais operadoras as empresas Claro, OI, VIVO e TIM, NEXTEL.

O estado de **São Paulo** é base para as seguintes empresas: Telefônica (Telefônica de Espanha), Embratel (AT&T), Intelig (National Grid, France Telecom e Sprint), Claro (América Movil), TIM (Telecom Itália), Vivo (Portugal Telecom e Telefónica Móviles), Globalstar (Loral Space and Communications e EADS) CTBC.

Essas empresas provêm infra-estrutura de transmissão de dados e voz por fibra óptica e satélites em todo o estado, oferecendo os serviços de telefonia fixa, telefonia celular, telefonia móvel por satélite, além de efetuar a conexão de São Paulo com o Brasil e o mundo.

Tv, Rádios e Jornais

A comunicação humana desenvolve-se em diversos campos de diferentes naturezas, dos quais podemos destacar dois pontos distintos: a comunicação em pequena escala, e a comunicação em larga escala ou comunicação de "massa". Em ambos os casos, o ser humano passou a utilizar utensílios que passaram a auxiliar e a potencializar o processo de produção, envio e recepção das mensagens. A tecnologia passou a fazer parte da comunicação humana, assim como, passou a participar da maioria das atividades desenvolvidas pela humanidade ao longo do seu desenvolvimento.

A Comunicação Segmentada é um desdobramento do modelo de Comunicação de Massa. Ela ocorre pelos meios de comunicação tradicionais como jornais, rádios, TVs, Cinema, cartazes ou internet, porém, diferentemente do modelo de massa, atinge grupos específicos, classificados de acordo com características próprias e preferências similares. A Comunicação Segmentada tem a particularidade de atingir um número menor, porém mais específico, de receptores ao mesmo tempo, partindo de um único emissor.

São três as operadoras de TV a cabo que atuam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, oferecendo programação internacional: NET, SKY, TVA.

As seguir são listados os principais meios de comunicação em massa dos municípios analisados para este estudo.

As cidades do **Rio de Janeiro** e **Niterói** contam hoje com mais de 20 jornais de circulação diária (**Quadro II.5.3.F-7**) e rádios AM e FM (**Quadro II.5.3.F-8**).

Quadro II.5.3.F-7 - Principais Rádios AM e FM nos Municípios do Rio de Janeiro e Niterói.

Rio de Janeiro e Niterói		
Catedral 106.7 FM (Católica)	Nossa Rádio 89.3 FM (Evangélica/Gospel)	Continental 1520 AM (Evangélica/Gospel/Jornalismo)
Conquista 98.5 FM (Evangélica/Gospel)	Paradiso 95.7 FM	94 FM
Cidade 102.9 FM	FM O Dia 100.5	JB 99.7 FM
MPB 90.3 FM	Nativa 96.5 FM	Super Rádio Tupi 1280 AM
MEC 800 AM	MEC 98.9 FM	98 FM
CBN Rio 860 AM	Nacional 1130 AM	Globo 92.5 FM
Globo 1220 AM (satélite)	-	-

Fonte: www.guiademidia.com.br 2010

Quadro II.5.3.F-8 - Principais Jornais no Rio de Janeiro e Niterói

Rio de Janeiro		
Expresso	O Globo	O Dia
Jornal Extra	Jornal dos Sports	Jornal do Brasil
Jornal Lance	Rio Notícias	Ilha Notícias
Jornal do Comercio	Monitor Mercantil	Agencia Rio Notícias
Folha Universal	Correio do Brasil	Tribuna da Imprensa
De Olho Vivo	Reporte Geral	Gazeta das Cidades
Folha do Comércio	Jornal Palavra	Tem Notícia
Alerta em Rede	EXTRA	-
Niterói		
O Fluminense	Enseada Online: Jornal Bairro Niteroi	Folha de Niterói
Niterói Virtual	Nitideal	Lig Jornal
Outras Palavras	-	-

Fonte: www.guiademidia.com.br 2010.

São Paulo é a capital brasileira da informação. Aqui estão sediadas as principais editoras de jornais e revistas e agências de notícias do país. Em todo o estado, 645 emissoras de rádio e televisão levam informação e entretenimento à população paulista.

São três as operadoras de TV a cabo que atuam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, oferecendo programação internacional: NET, SKY, TVA.

Complementando a dados da Infra-estrutura de comunicação e informação de São Paulo inclui sistema de rede de fibra ótica em todo o estado estando em constante desenvolvimento e ampliação.

Quadro II.5.3.F-9 - Principais Rádios AM e FM no Município de Santos.

Radio Cidade Ilhabela 104,9,	radio Eldorado FM
------------------------------	-------------------

Fonte: www.guiademidia.com.br 2010

Quadro II.5.3.F-10 - Principais Jornais em Santos

A Tribuna.	Diário do Litoral.	Expresso Popular.
------------	--------------------	-------------------

Fonte: www.guiademidia.com.br 2010

Correios

Em relação os serviços de correios, na Área de Influência, foram disponibilizados dados para o ano de 2005 nos municípios dos estado do **Rio de Janeiro**.

Os Correios estão presentes, com pelo menos uma agência, em todos os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Em 2002 as suas 1.345 agências e postos de correios tiveram um tráfego postal de 510.028 mil objetos. (CIDE,2002). Não foram encontrados dados para o município de Ilhabela.

Segundo dados do CIDE em 2005, haviam 522 Correios e postos de vendas de produtos no município do Rio de Janeiro, 35 em Niterói, 11 em Mangaratiba, 9 em Maricá e 7 em Itaguaí, conforme **Quadro II.5.3.F-11** a seguir.

Quadro II.5.3.F-11 - Correios e postos de vendas de produtos nos municípios do estado do Rio de Janeiro, em 2005.

	Total AI/RJ	Niterói	Rio de Janeiro	Maricá	Itaguaí	Mangaratiba
Agencias	295	24	255	8	4	4
Postos - Venda de Produtos	289	11	267	1	3	7
Total	584	35	522	9	7	11

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

Energia Elétrica

Segundo a ANEEL, o sistema elétrico brasileiro apresenta como particularidade grandes extensões de linhas de transmissão e um parque produtor de geração predominantemente hidráulica. O mercado consumidor (47,2 milhões de unidades) concentra-se nas regiões Sul e Sudeste que por sua vez, são consideradas mais industrializadas.

O mercado de distribuição de energia elétrica é atendido por 64 concessionárias, estatais ou privadas, de serviços públicos que abrangem todo o País. As concessionárias estatais estão sob controle dos governos federal, estaduais e municipais. Em várias concessionárias privadas verifica-se a presença, em seus grupos de controle, de diversas empresas nacionais, norte-americanas, espanholas e portuguesas. São atendidos cerca de 47 milhões de unidades consumidoras, das quais 85% são consumidores residenciais, em mais de 99% dos municípios brasileiros.

São Paulo é responsável pela geração de mais de 22% da energia elétrica do País. O estado consome mais de 32% da produção nacional de energia elétrica. Segundo maior produtor brasileiro de energia elétrica, com 58.627 GWh, São Paulo é superado somente pelo estado do Paraná (onde se localiza Itaipu, a maior usina hidroelétrica do mundo).

O Sudeste deteve os maiores percentuais de moradias com iluminação elétrica, rede de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário adequado (com instalações sanitárias ligadas à rede coletora de esgoto ou a fossa séptica), (PNAD, 2005).

No **estado do Rio de Janeiro**, existem duas empresas distribuidoras de energia, Light e Ampla.

Integrado pelas empresas Light S.A. (holding), Light Serviços de Eletricidade S.A (distribuidora), Light Esco Ltda. (comercializadora) e Light Energia S.A. (geração e transmissão). A Companhia distribui energia para 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo 25% do território estadual, com a cobertura

de uma área de 10.970 Km² e um controlador inteiramente nacional - a Rio Minas Energia Participações S.A. (RME). Atualmente, a Companhia presta serviços a aproximadamente 3,9 milhões de clientes. As vendas de energia da Light correspondem a 72% de toda a energia consumida no Estado do Rio de Janeiro.

Com 52,1 % do capital social total e votante da companhia, a RME é composta pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Andrade Gutierrez Concessões S.A. (AG Concessões), Equatorial Energia S.A. (Equatorial) e Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações (Luce). Os 47,9 % restantes das ações pertencem aos acionistas minoritários, sendo 24,4 % ao BNDESPAR.

Endereço da Administração:	Av. Marechal Floriano, 168 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil CEP 20080-002 Caixa Postal 0571
-----------------------------------	---

A Ampla Energia e Serviços S.A distribui energia para 66 municípios do estado do Rio de Janeiro, abrangendo 73,3% do território estadual, com a cobertura de uma área de 32.188 km². Atualmente, a Ampla presta serviços a aproximadamente 2.3 milhões de clientes. A Região Metropolitana de Niterói e São Gonçalo e os municípios de Itaboraí e Magé somam a maior concentração de clientes da distribuidora. A maior parte da energia faturada pela Ampla – 7.356 GWh – é destinada aos clientes residenciais, que respondem por 38% do total fornecido pela distribuidora. É uma empresa controlada pelo Grupo Endesa que constitui a maior companhia de energia elétrica da Espanha, ocupa o primeiro lugar tanto em geração como em distribuição de energia naquele país.

Endereço da Sede em Niterói:	Av Ernani do Amaral Peixoto n 1 – Centro.
-------------------------------------	---

No **estado de São Paulo** a CESP – Companhia energética de São de Paulo é a maior empresa de geração de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira maior do Brasil e da América Latina. Sua potência total instalada é de 7.455,3 megawatts (MW). Consagrada como referência nacional na produção de energia elétrica, a CESP também atua, desde 2003, na comercialização de sua produção.

Endereço:	Av. Nossa Senhora do Sabará, 5.312 CEP: 04447-011 – São Paulo – SP
Telefone:	(11) 5613-3785/3788/3790
Telefax:	(11) 5613-3786
E-mail:	comercializacao@cesp.com.br

Embora os dados de consumo e consumidores de energia elétrica disponibilizados no Anuário Estatístico do CIDE para os municípios do estado do Rio de Janeiro estejam bastante defasados (2006), estes serão apresentados e analisados a seguir.

Quadro II.5.3.F-12 - Consumo de Energia elétrica por setor nos municípios do estado do Rio de Janeiro, integrantes da AI, em 2006.

Município	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
TOTAL AI/RJ	5.970.778	4.114.958	5.209.440	4.575	2.561.191	17.860.942
Niterói	515.337	70.662	352.814	190	152.981	1.091.984
Rio de Janeiro	5.278.490	3.964.568	4.742.317	1.861	2.373.815	16.361.051
Maricá	92.186	8.315	20.813	997	15.779	138.090
Itaguaí	48.317	16.552	80.746	1.096	10.789	157.500
Mangaratiba	36.448	54.861	12.750	431	7.827	112.317

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

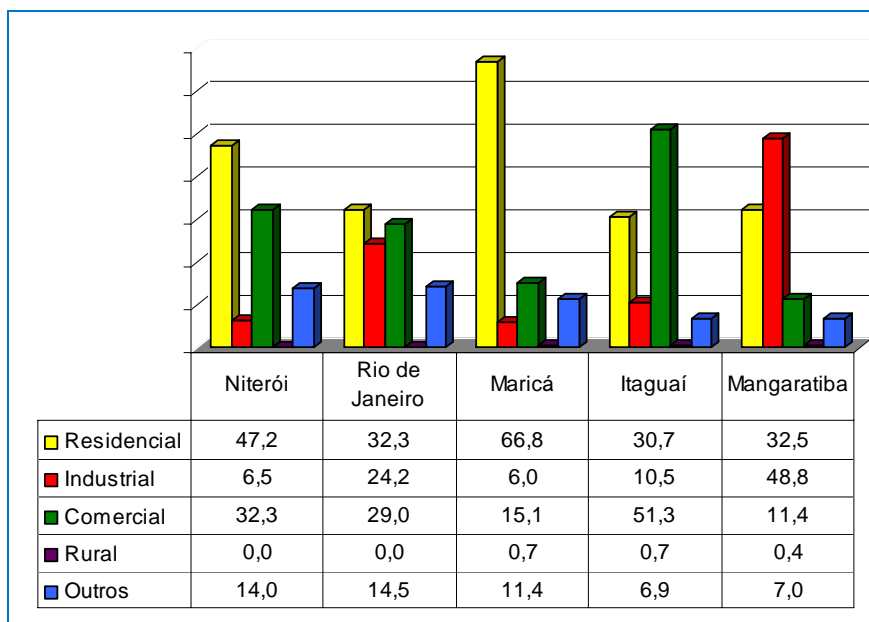


Figura II.5.3.F-8 - Percentual de Consumo de Energia Elétrica por Setor nos municípios do estado do Rio de Janeiro, integrantes da AI, em 2006.

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

Segundo dados disponibilizados no Anuário Estatístico do CIDE, em 2006, a categoria residencial apresentou os maiores percentuais de consumo de energia tanto para o total da AI do estado do Rio de Janeiro quanto individualmente, conforme **Quadro II.5.3.F-12** e **Figura II.5.3.F-8** acima.

Para o total da AI 33,4% do consumo de energia foi para a categoria residencial, seguida da comercial com 29,2% e Industrial com 23%. As categorias Outros e rural representaram 14,3% e 0% respectivamente.

Analisando as categorias individualmente, o município de Maricá apresentou os maiores valores para a categoria residencial (66,8%) seguido de Niterói com 47,2%. Na categoria Industrial prevaleceu o município de Mangaratiba com 48,6% e o Rio de Janeiro com 24,2%. Itaguaí e Niterói apresentaram os maiores percentuais para a categoria Comercial com 51,3% e 32,3% respectivamente.

Em relação aos consumidores, a categoria residencial apresentou valores acima de 90% para todos os municípios da AI, atingindo 91% para o seu total, seguido da categoria comercial com 7,7%, conforme **Quadro II.5.3.F-13** e **Figura II.5.3.F-9** a seguir.

Quadro II.5.3.F-13 - Consumidores de Energia elétrica por setor nos municípios do estado do Rio de Janeiro, integrantes da AI, em 2006.

Município	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
TOTAL AI/RJ	2.548.112	9.485	215.708	1.098	6.499	2.780.902
Niterói	192.372	436	18.665	10	1.038	212.521
Rio de Janeiro	2.242.247	8.921	190.969	267	5.077	2.447.481
Maricá	54.534	38	2.426	164	161	57.323
Itaguaí	33.169	69	2.658	426	67	36.389
Mangaratiba	25.790	21	990	231	156	27.188

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

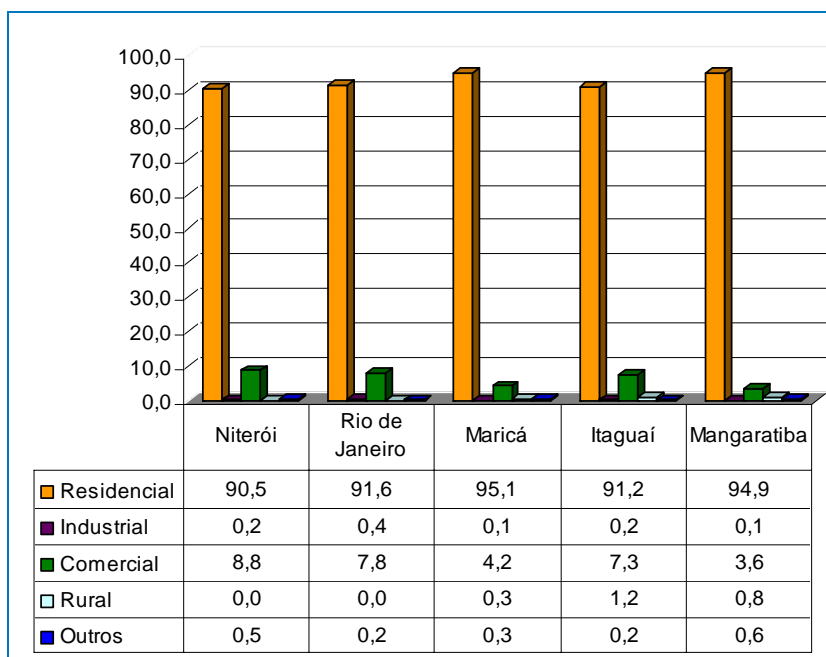


Figura II.5.3.F-9 - Percentual de Consumidores de Energia Elétrica por Setor nos municípios do estado do Rio de Janeiro, integrantes da AI, em 2006

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2007.

No **estado de São Paulo** a CESP – Companhia Energética de São de Paulo é a maior empresa de geração de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira maior do Brasil e da América Latina. Sua potência total instalada é de 7.455,3 megawatts (MW). Consagrada como referência nacional na produção de energia elétrica, a CESP também atua, desde 2003, na comercialização de sua produção.

- Endereço:

Av. Nossa Senhora do Sabará, 5.312. CEP: 04447-011 – São Paulo – SP

Tel (11) 5613-3785/3788/3790. Fax (11) 5613-3786

e-mail : comercializacao@cesp.com.br

Segundo levantamento de dados realizados no site da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, em 2009, o município de Ilabela acumulou o consumo de 54.567.172 kmw para um total de 198.437 consumidores, sendo 60% pela categoria residencial, 29,1% comercial e 2,2% industrial, conforme **Quadro II.5.3.F-14** a seguir.

Quadro II.5.3.F-14 - Consumo de Energia no município de Ilhabela em 2009.

Fonte	Residencial	Comercial	Rural	Industrial	Iluminação Publ.	Poder Públ.	Serviço Públ.	Consumo Próprio	Totais
Eletricidade kWh	32.746.608	15.920.259	37.958	1.239.028	2.126.329	1.502.977	981.538	12.475	54.567.172
Numero de Consumidores	11.391	1.172	5	110	21	118	36	2	12.855

Fonte: Secretaria de Saneamento e Energia do estado de São Paulo, 2010.

Capacitação e Abastecimento de Água Potável e Saneamento

No Rio de Janeiro a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE) passou a operar e manter a captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas e coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos gerado dos municípios conveniados do estado do Rio de Janeiro. Esta empresa é oriunda das Empresas de Águas e Esgotos dos estados da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do estado do Rio de Janeiro (SANERJ).

Há Sistema Integrado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, compreendendo o abastecimento dos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, além de outros municípios que não correspondem a Área de Influência deste estudo. O Sistema Integrado de Niterói e São Gonçalo, que além de abastecer estes municípios, também atende ao distrito de Itambí, no município de Itaboraí, além de quatro sistemas isolados, que atendem além de outros municípios Itaboraí e Magé.

Segundo dados de 2005, fornecidos por este mesmo órgão, a CEDAE abastece atualmente uma população de mais de nove milhões de pessoas e efetua esgotamento sanitário para uma população de mais de cinco milhões de pessoas, considerando uma taxa de ocupação de 3,61 pessoas por domicílio. Tem um faturamento mensal da ordem de aproximadamente R\$ 125.000.000,00. Atende 65 dos 92 municípios do estado com abastecimento de água e 17, com rede de esgoto.

No município considerado para o estado de São Paulo, a Companhia de Saneamento Básico (SABESP) é a empresa responsável pelos serviços de abastecimento de água.

O município de Ilhabela conta com 8867 ligações atendidas pelo Sistema de Abastecimento, totalizando 74% da população urbana. O sistema é composto por 3 captações, 2 Estações de Tratamento de Água 23 Estações Elevatórias de Água, 9 Reservatórios, 2679 km de adutora e 9104824 km de redes de distribuição.

Segundo dados do DATASUS, 2000 para a Área de Influência, de um total de 2.005.018 domicílios por utilização do abastecimento de água, 95% encontram-se ligados à rede geral de abastecimento de água. Os números de domicílios abastecidos por meio de poços ou nascentes alcançam 4%, enquanto outras formas de abastecimento correspondem a 3% dos moradores.

A seguir é apresentada a **Figura II.5.3.F-10** com as formas de abastecimento de água nos municípios da Área de Influência.

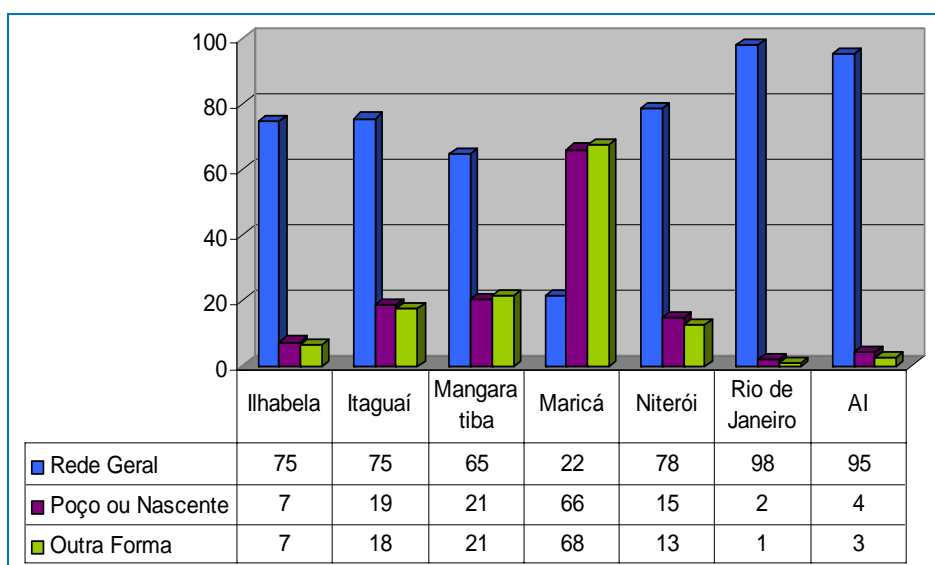


Figura II.5.3.F-10 - Domicílios por Abastecimento de Água nos Municípios da Área de Influência, em 2000.

Fonte: DATASUS, 2010.

O município de Maricá apresentou os piores valores para Rede Geral, com apenas 22% dos domicílios sendo atendidos, enquanto que Outras Formas atendem a 68%. Mangaratiba ofereceu abastecimento por rede geral em 65% dos domicílios e Rio de Janeiro, Ilhabela, Itaguaí e Niterói apresentaram valores de 75% e acima deste valor para a categoria.

Os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, bem como os de coleta e disposição final de resíduos sólidos, são importantes fatores que causam impactos ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao bem-estar das populações.

Apesar dos avanços obtidos para o estado de São Paulo, ainda existem 192 municípios que dispõem seus resíduos de forma inadequada e estima-se que pouco menos de 2.000 pessoas sobrevivam como catadores nos aterros e lixões.

Os municípios litorâneos paulistas, em sua maioria desprovidos de sistemas adequados para a coleta, tratamento e disposição final dos esgotos, estão pouco preparados para a maciça ocupação sazonal nos meses de verão, acarretando o lançamento direto ou indireto de grande volume de esgotos nos cursos de água mais próximos, que acabam por afluir às praias.

A Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB) fornece dados sobre a “Balneabilidade das Praias Paulistas”. O levantamento abrange 128 das 293 praias do estado, numa extensão monitorada de 233 quilômetros, dentre elas as Áreas de Influência deste estudo. Como resultado, em 2002, segundo a CETESB, 30% das praias paulistas monitoradas apresentou condições inadequadas para o banho de mar, uma melhora significativa das condições de balneabilidade, uma vez que em 2001 esse total foi de 43%.

Em relação ao sistema de esgotos sanitários, o município de Ilhabela possui atualmente 624 ligações, cuja coleta é feita através de 13.265 km de rede coletora e 260 m de emissário submarino realizado pela SABESP. Atualmente, 4% da população urbana do município têm seu esgoto coletado, sendo que 100% dos esgotos coletados são encaminhados à Estação de Pré-Condicionamento.

Segundo o DATASUS, na Área de Influência existem 2.005.018 domicílios onde 76% estavam conectados a rede geral de esgoto, 16% utilizava a fossa séptica e 1% dos domicílios não possuía nenhum tipo de instalação sanitária. Rio de Janeiro e Niterói foram os municípios que apresentaram os melhores índices de esgotamento sanitário atendidos pela rede geral de esgotos em relação a Área de Influência, a Região Metropolitana e ao estado.

No município do Rio de Janeiro, em 2000, 78% dos domicílios estavam ligados a rede geral e 15,6% utilizam a fossa séptica. Niterói, por sua vez, apresentou 73% dos domicílios ligados a rede geral e 14% utilizando a fossa séptica, seguido de 4,6% dos domicílios que utilizavam a fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário.

Abaixo será detalhado o número de domicílios por municípios da Área de Influência e instalações sanitárias, no **Quadro II.5.3.F-15**.

Quadro II.5.3.F-15 - Instalações Sanitárias nos municípios da Área de Influência em 2000.

	Ilhabela	Itaguaí	Mangaratiba	Maricá	Niterói	Rio de Janeiro	AI
Rede geral de esgoto ou pluvial	131	9.401	1.056	2.243	105.129	1.405.606	1.523.566
Fossa séptica	3.124	6.752	4.455	11.744	20.151	280.848	327.074
Fossa rudimentar	1.940	1.715	998	6.011	6.636	22.727	40.027
Vala	67	3.994	279	1.774	5.010	48.316	59.440
Rio, lago ou mar	20	716	170	442	4.055	29.740	35.143
Outro escoadouro	4	182	146	304	1.549	5.736	7.921
Não tem instalação sanitária	90	209	85	335	1.394	9.374	11.487
Total	5.376	22.969	7.189	22.853	143.924	1.802.347	2.004.658

Fonte: DATASUS, 2010.

Observa-se que analisando individualmente os municípios contemplados na Área de Influência, a categoria que prevalece em metade deles é a Fossa Séptica, no caso Mangaratiba, Maricá e Ilhabela com percentuais acima de 50%.

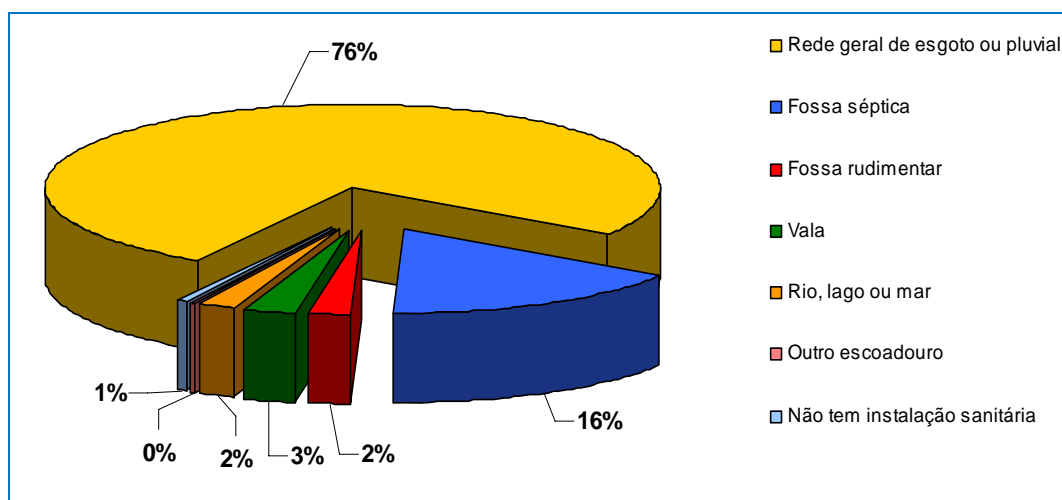


Figura II.5.3.F-11 - Instalações Sanitárias na Área de Influência em 2000.

Fonte: DATASUS, 2010.

Segundo relatório sobre acesso à serviços básicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, apresentaram 100% de seus domicílios com acesso a energia elétrica, 97,8% e 91,6%, respectivamente, de acesso a água encanada e 98,7% e 96,9% dos domicílios urbanos tendo o seu lixo coletado. Estes percentuais, foram superiores aos apresentado em 1991, onde 99% dos domicílios tinham acesso a energia elétrica, 96,7% e 88%, respectivamente, tinham acesso a água encanada e 95% e 84,1% tinham o seu lixo coletado.

A partir da análise dos dados acima, fornecido pelo DATASUS, 2000, foi constatado que na AI, 87% do lixo gerado é coletado por serviço de limpeza e 11% por este mesmo procedimento, porém através de caçamba convencionais. Vale lembrar que menos de 1% dos domicílios descartam seus lixos no rio, lago ou mar ou enterram, conforme **Quadro II.5.3.F-16** e **Figura II.5.3.F-12**, a seguir.

Quadro II.5.3.F-16 - Disposição Final do Lixo nos municípios da Área de Influência em 2000.

	Ilhabela	Itaguaí	Mangaratiba	Maricá	Niterói	Rio de Janeiro	AI
Coletado por serviço de limpeza	4.657	19.771	4.121	11.992	117.880	1.601.052	1.759.473
Coletado por caçamba de serviço de limpeza	785	575	2.249	4.413	21.616	180.914	210.552
Queimado (na propriedade)	202	2.134	679	5.139	2.021	8.345	18.520
Enterrado (na propriedade)	7	40	25	108	47	320	547
Jogado em terreno baldio ou logradouro	33	267	65	1.017	2.075	7.837	11.294
Jogado em rio, lago ou mar	1	132	4	19	145	2.304	2.605
Outro destino	51	50	46	165	140	1.575	2.027
Total	5.736	22.969	7.189	22.853	143.924	1.802.347	2.005.018

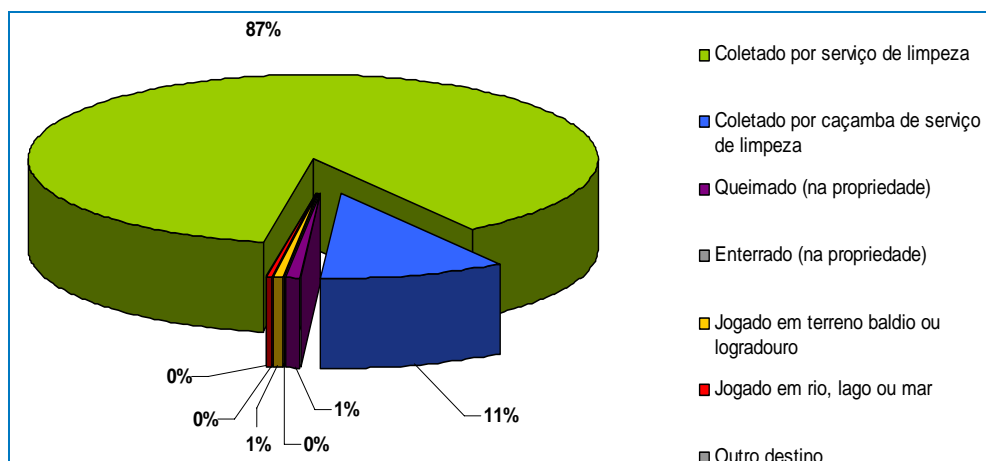


Figura II.5.3.F-12 - Disposição Final do Lixo na Área de Influência em 2000.

Fonte: DATASUS, 2010.

Analisando os municípios isoladamente, verifica-se que no Rio de Janeiro 88,8% dos domicílios tiveram lixo coletado por serviços de limpeza e em Niterói foram 81,9%.

Entre as regiões do Brasil, a Região Sudeste deteve os maiores percentuais de moradias com iluminação elétrica, rede de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário adequado (com instalações sanitárias ligadas à rede coletora de esgoto ou a fossa séptica), segundo PNAD, 2005.

Segurança Pública

As forças regulares de segurança pública têm suas competências reguladas pelas esferas de atuação, Federal, Estadual e Municipal. As descrições a seguir compõem o quadro de atuação das forças de segurança pública nos municípios analisados.

Polícia Federal

O Departamento de Polícia Federal é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função é exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Polícia Federal é órgão permanente organizado e mantido pela União. Atua na clássica função institucional de polícia. Tem como principais funções:

I. Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II. Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - Exercer, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União.

Na Área de Influência, o município do Rio de Janeiro sedia a Superintendência regional da Polícia Federal e em Niterói foi verificada a existência de delegacia da Polícia Federal.

- Superintendência Regional do Rio de Janeiro

Superintendente: Delci Carlos Teixeira

Av. Rodrigues Alves, 1 / 3º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ –
CEP 20081-250

Tel.: (21) 2203-4000/2203-4008

- Delegacia de Niterói

Pç. Fonseca Ramos, s/n – Centro – Niterói – RJ - CEP 24030-020

Tel.: (21) 2613-8800

- Delegacia de Ilhabela

Endereço: Rua Joaquim Sampaio Oliveira, 518 – Barra Velha

Telefone: (12) 3895-7111

Polícia Militar

A Polícia Militar é subordinada, em última instância, ao Governador do Estado, com função regulada pela Constituição Brasileira de policiamento ostensivo.

No estado do Rio de Janeiro, a Polícia Militar atua em três grandes áreas, sendo uma na capital (compreendendo o município do Rio de Janeiro), Baixada (compreendendo os municípios da baixada fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti e Magé) e Interior (compreendendo os demais municípios do estado).

Cada uma destas áreas está vinculada a um Comando de Policiamento e a eles se subordinam as unidades que executam as diversas formas de policiamento (geral, radiopatrulhamento, rodoviário, florestal, etc.). Existem outras unidades que pelo seu alto grau de especialização reúnem-se num Comando de Policiamento Especial que abrange todo o estado. É composto de unidades de polícia de choque, operações policiais especiais, patrulhamento rodoviário, florestal, montado e ferroviário. No estado do Rio de Janeiro foram identificadas 17 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), sendo 15 batalhões atendendo o município do Rio de Janeiro e 2 atendendo Niterói.

- Polícia Militar do Rio de Janeiro/RJ

Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro - Rio de Janeiro – RJ. - CEP: 20.030-040

CMT: 2333-2774 / 2333-2580

- Polícia Militar de Niterói/RJ

Rua Feliciano Sodré, 190 – Centro – Niterói – RJ - CEP: 24.030-010

E-mail: 4cpa@administrativo.pmerj.org; 4cpassjd@cintpm.rj.gov.br;
4cpa@policiamilitar.rj.gov.br

Comandante: (21) 2717-6534

Chefe do EM/4º CPA: (21) 2717-6396

Secretaria: (21) 2717-6513

- Polícia Militar de Maricá RJ

Endereço: Rua Barão de Inoá, 12 Maricá - RJ, 24900-000

- Polícia Militar de Itaguaí RJ

Endereço: Rua Ásia, s/n Vila Margarida - Itaguaí - RJ - CEP: 23822-250

Telefone: (21) 190

- Polícia Militar de Mangaratiba RJ

Endereço: Rod RJ 014, s/n Ibicuí - Mangaratiba - RJ - CEP: 23860-000

Telefone: (21) 190

- Polícia Militar de Ilhabela-SP

Endereço: Av. Princesa Isabel, 2976 - Barra Velha – Ilhabela – SP CEP 11630-000

Telefone: (12) 3895-7100

Guardas Municipais

As atribuições da guarda municipal estão traçadas no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que trata da segurança pública. O parágrafo 8º do art. 144 estabelece que os municípios podem criar guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Não existe guarda municipal no município de Ilhabela em São Paulo. A seguir são listados os contatos das Guardas Municipais da Área de Influência.

- Guarda Municipal do Rio de Janeiro

Tenente Coronel Carlos Moraes Antunes –

Endereço: Av. Pedro II, 111 – São Cristóvão – Rio de Janeiro

Telefone: (21) 3295-5500.

- Guarda Municipal de Niterói

Coronel Carlos Alberto Victorino Guedes –

Endereço: Rua Coronel Mirando, 18 – Ponta d'Areia - Niterói - CEP:
24.040-025

Telefone: (21) 2613-3292.

- Guarda Municipal de Maricá

Endereço: Avenida Nossa Senhora do Amparo, 269, Centro, Maricá-RJ.

- Guarda Municipal de Itaguaí

Endereço: Rua General Bocaiúva, 636 - Itaguaí - RJ, CEP: 23815-310

Telefone: (21) 2688-3324.

- Guarda Municipal de Mangaratiba

Telefone: (21) 3789-3037 Ramal 249.

Os dados da MUNIC – Informações Básicas Municipais de 2001, disponibilizados pelo IBGE, expõem a carência de instrumentos de justiça e segurança nos municípios brasileiros.

Apenas 7,3% dos municípios brasileiros possuem Delegacias de Mulheres, 11% possuem órgão de defesa do consumidor e 20% possuem Guarda Municipal. A presença desses três tipos de órgãos nos municípios de até 5 mil habitantes é insignificante. Por outro lado, todos os municípios com mais de 500 mil habitantes têm Delegacias de Mulheres, 84,4% deles possuem órgãos de defesa do consumidor e 75% possuem Guarda Municipal. (IBGE, 2001)

Cerca de metade dos municípios que têm órgão de proteção do consumidor e dos que têm Delegacias de Mulheres estão no Sudeste. Ainda assim, mesmo nessa região, onde o movimento de mulheres atua desde a década de 1970, é baixo o percentual de municípios que dispõem de Delegacias de Mulheres (12,7%), (IBGE, 2001).

Os Juizados de Pequenas Causas estão presentes em 34% dos municípios, com proporções em torno de Sudeste e Sul, de 28,3% perdendo apenas para o Centro Oeste (40%), (IBGE, 2001)

As Comissões de Defesa Civil estão presentes em 42,4% dos municípios, sendo que o maior percentual está na região Sul (63,5%). Cerca de um terço dos municípios com até 5 mil habitantes dispõe do órgão, que tem o papel de proteger a população em casos de emergência e calamidades, e todos os grandes municípios possuem o serviço. (IBGE, 2001).

Apenas os Conselhos Tutelares, cuja implantação é obrigatória e que têm a função de garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, estão presentes na maioria dos municípios (68%). Mesmo assim, as regiões onde há maior proporção de municípios com Conselhos são a Sul (89,9%), enquanto 70% da população infanto-juvenil está no Sudeste e no Nordeste. Os Conselhos Tutelares são o órgão de justiça com maior presença entre os municípios com até 5 mil habitantes (53,6%), e existem em todos os municípios com mais de 500 mil habitantes. (IBGE, 2001).

Desde meados dos anos 1990, em decorrência da violência urbana, o Rio vem conquistando espaço na imprensa nacional e, nos últimos anos, internacional. A cidade apresenta índices elevados de criminalidade, em especial, o homicídio. Até o ano de 2007, na região metropolitana contabilizavam-se quase 80 mortos por semana – a maioria vítimas de assaltos, balas perdidas e do narcotráfico. Entre 1978 e 2000, 49.900 pessoas foram mortas no Rio, mais do que em toda a Colômbia no mesmo período. (O Globo Online Notícias, 01/01/2007)

A polícia do Rio de Janeiro também é demasiadamente violenta; em 2006 executou 1.063 pessoas no estado, sendo 1.195 apenas em 2003. Até abril de 2007, a média era de 3,7 por dia. A título de comparação, a polícia dos EUA matou apenas 347 pessoas em todo o território estadunidense ao longo de 2006. Os policiais recebem em média R\$ 874 por mês, ou o equivalente R\$ 10.488 em um ano. Baixos salários e equipamentos insuficientes fazem com que a polícia carioca consiga resolver apenas 3% de todos os assassinatos ocorridos na cidade. (Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_\(cidade\) - cite_note-104#cite_note-104](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_(cidade) - cite_note-104#cite_note-104)).

Entretanto, pesquisas recentes demonstram que a violência vem caindo na cidade, sobretudo nos últimos anos. O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, estudo realizado conjuntamente pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA) e pelo Instituto Sangari, com o aval dos Ministérios da Saúde e da Justiça, divulgado em janeiro deste ano, revela que no Rio de Janeiro a taxa geral de homicídios por 100 mil habitantes retrocedeu 40% entre 2002 e 2006, levando-o da 4ª para a 14ª posição no *ranking* das capitais mais violentas do país.

Em 2002, a capital fluminense registrava 62,8 casos de homicídio para cada 100 mil pessoas. Em 2006, após quedas anuais sucessivas, esta taxa chegou a 37,7 – abaixo da aferida para cidades menores como Recife (90,9), Vitória (88,6), Curitiba (49,3), Belo Horizonte (49,2), Salvador (41,8) e Florianópolis (40,7). No entanto, apesar da salutar redução dos índices de criminalidade, o Rio ainda ocupa o segundo lugar com relação ao total de homicídios ocorridos em 2006, atrás apenas de São Paulo. Um relatório anterior, divulgado em outubro de 2007, também com a chancela dos Ministérios da Saúde e da Justiça, apontava uma redução inferior (17,5%) nos índices de homicídio entre 2003 e 2006, período no qual a capital respectivamente teria oscilado da 3ª a 5ª colocação entre as mais violentas do Brasil.

Segundo o "Mapa da Violência de 2008", a taxa de óbitos por armas de fogo também apresentou retração considerável (da ordem de 30%) no período analisado. Em 2002, foram computadas 52,7 mortes para cada grupo de 100 mil, ao passo que em 2006, o número caiu para 37,1. Em decorrência, o Rio deixou de ostentar a terceira colocação na lista das capitais com maior número de mortes desta categoria, caindo para o 8º lugar.

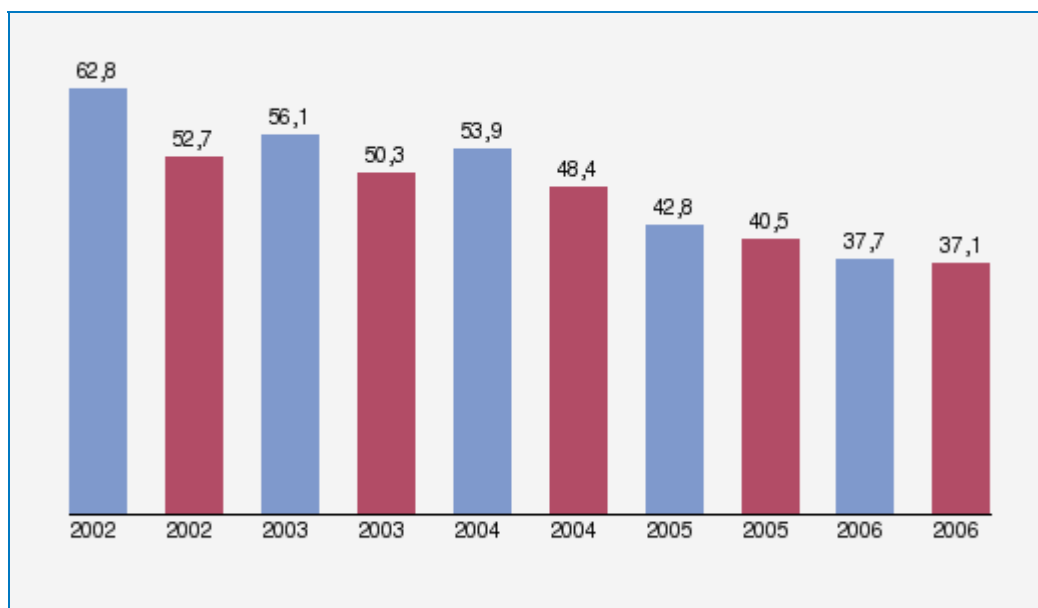


Figura II.5.3.F-13 - Taxas de homicídios e de mortes por armas de fogo por 100 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça – Janeiro de 2008.

Levando-se em consideração, para as todas as capitais, somente a média das taxas entre 2002 e 2006, a cidade fica na 9ª posição (44,8) quanto aos homicídios da população em geral, e na 7ª (42) com relação aos óbitos por armas de fogo. Dentro do universo dos 5.564 municípios pesquisados, operou-se uma queda do 124º (2002) para o 445º lugar (2006) quanto à taxa de homicídios, e do 105º (2002) para o 243º (2006) no índice de mortes por armas de fogo.

II.5.3.G - Estrutura Produtiva

Em relação à estrutura produtiva serão consideradas algumas informações relativas à economia dos municípios do estado do Rio de Janeiro que constituem a Área de influência da atividade: Ilhabela em São Paulo, Itaguaí, Mangaratiba, Maricá, Niterói e Rio de Janeiro, capital do estado do mesmo nome, tendo como foco principal os dados referentes ao valor adicionado por setor de atividade, Produto Interno Bruto - PIB, População Economicamente Ativa - PEA, População Ocupada - POC, taxas de desemprego, e as estimativas de geração de empregos associadas à implantação do empreendimento.

Os dados para os municípios fluminenses integrantes da Área de Influência foram retirados no Anuário Estatístico da Fundação CIDE para o ano de 2007 e IBGE Cidades. Para o município de Ilhabela, no estado de São Paulo, além dos dados levantados no site do IBGE Cidades foram utilizados os dados disponíveis na Fundação SEADE/SP, analisando as variáveis selecionadas para esse município de forma individualizada, quando disponíveis.

Produto Interno Bruto - PIB

O indicador Produto Interno Bruto (PIB) representa a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas em uma determinada unidade geográfica. A **Figura II.5.3.G-1** mostra a evolução do PIB total dos estados da Área de Influência entre os anos de 2004 e 2006. Os números indicam que houve crescimento gradual na economia regional.

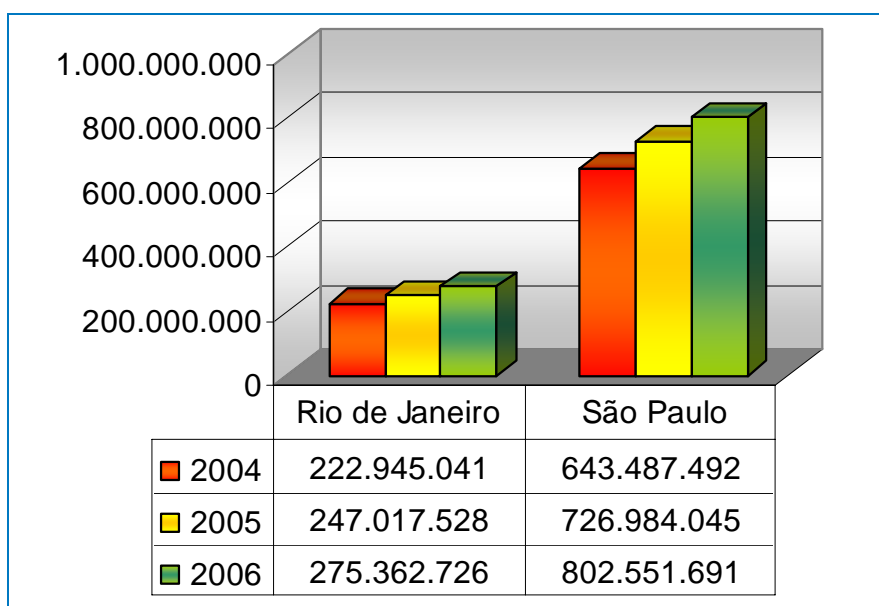


Figura II.5.3.G-1 - Evolução do PIB nos estados pertencentes a Área de Influência, nos períodos de 2004 a 2006 (por mil).

Fonte: IBGE (2006).

Quadro II.5.3.G-1 - PIB do Brasil e dos estados da AI, segundo IBGE.

	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	1.477.821.769	1.699.947.694	1.941.498.358	2.147.239.292	2.369.796.546
Estado de São Paulo	511.735.918	579.846.916	643.487.492	726.984.045	802.551.691
Estado do Rio de Janeiro	171.371.993	188.014.960	22.945.041	247.017.528	275.362.726

Fonte: IBGE, 2009.

Conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3.G-1** acima, segundo IBGE, o estado de São Paulo, principal economia do país, perdeu espaço dentro do PIB nacional entre os anos de 2002 a 2006. Em 2002 a economia paulista representava 34,6% do total, em 2003 houve sua maior queda, onde passou para 31,8%. Em 2004 houve uma pequena diminuição, fechando em 33,1% e em 2006 a participação teve uma pequena alta representando 33,9% do PIB nacional.

O Produto Interno Bruto do estado do Rio de Janeiro do ano de 2006, de acordo com a Fundação CIDE, cresceu 3,90 % em relação a 2005, superior a do Brasil, com taxa estimada de 2,9% (IBGE).

O índice comprova que o crescimento manteve-se ainda em taxas razoáveis, dado o desempenho pouco expressivo da economia brasileira como um todo. Em 2005, essa taxa estadual foi de 4,14%. No entanto, naquele ano, foi a Indústria de Petróleo e de Gás Natural, que mais puxou o crescimento do PIB com taxa de 15%, representando quase 50% da taxa de crescimento do PIB estadual, enquanto que em 2006 tal setor expandiu-se em 5,03 %.

O PIB é composto por três setores da economia: agropecuário, industrial e de serviços. Nos estados da Área de Influência, o setor terciário obteve uma participação no PIB em 2006 de 69,64%, seguido do setor secundário com 29,87% e do setor primário com 0,49%. A **Figura II.5.3.G-2** mostra a proporção do PIB de 2006 por setores nos estados.

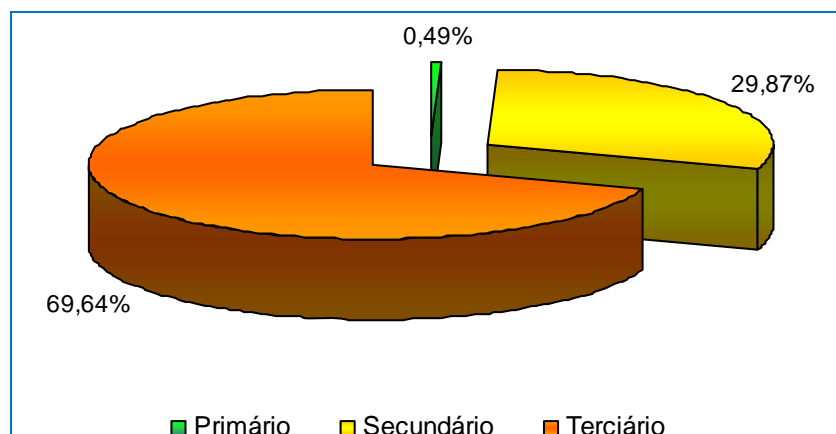


Figura II.5.3.G-2 - Proporção do PIB em cada um dos setores para os estados da Área de Influência no ano de 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

No ano de 2007, o Produto Interno Bruto – PIB do estado do Rio de Janeiro, medido pelo IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, dos quais faz parte a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, alcançou o montante de R\$ 296,8 bilhões, com taxa de crescimento de 3,6% em relação a 2006, sendo o segundo PIB do país, com participação de 11,2%. Vale observar que a referida taxa bem menor que o crescimento do PIB nacional, que atingiu 6,1%, teve como principal razão o fraco desempenho da indústria extrativa mineral (petróleo e gás), segmento dos mais expressivos da economia estadual e que apresentou queda de 2,6% em 2007, sendo que essa retração teve como causas a paralisação da produção para manutenção das plataformas de petróleo e a desvalorização cambial ocorrida no período 2006/2007. Por sua vez, a indústria de transformação cresceu 2,9%, fruto do desempenho positivo de oito dos doze ramos industriais investigados, com destaque para as atividades veículos automotores (23,8%), borracha e plástico (13,9%), metalurgia básica (12,7%), perfumaria (10,7%), produtos químicos (9,0%), bebidas (6,1%), edição (5,1%) e minerais não metálicos (4,1%). Entre os setores que apresentaram queda, os de maiores impactos foram farmacêutica (-15,2%), têxtil (-10,4%) e alimentos (-6,6%).

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP (energia elétrica, água/esgoto, limpeza urbana e gás) e a Construção Civil, que integram o setor industrial, registraram queda (-0,14%) e crescimento (4,9%), respectivamente.

Quanto ao setor de Serviços, observou-se um crescimento de 4,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os maiores destaques foram para intermediação financeira e seguros (11,7%); comércio e manutenção (7,2%); serviços prestados às famílias (7,1%); serviços de informação (5,7%); seguido por alojamento e alimentação (5,7%); transporte, armazenagem e correio; e serviços prestados às empresas (5,6% cada). Os outros subsetores tiveram os seguintes desempenhos: atividades imobiliárias (3,8%) e administração, saúde e educação pública (2,3%).

A Agropecuária, responsável por 0,4% do PIB do estado do Rio de Janeiro apresentou, em 2007, taxa de variação negativa (-15,4%), em função principalmente dos resultados do setor agrícola e da pecuária, que apresentaram quedas em seu

valor adicionado, (-28,4%) e (-2,9%), respectivamente. Entre os principais produtos agrícolas com queda no índice de volume destacaram-se a cana-de-açúcar (-20,8%) e cítricos (-7,4%) enquanto que na pecuária, os destaques negativos foram a criação de aves (-11,5%) e criação de bovinos (-2,9%).

De acordo com a Fundação SEADE, em 2006, o estado de São Paulo confirmou sua posição de liderança econômica no país. Respondeu por 43,3% da indústria de transformação brasileira, por 50,4% dos serviços de intermediação financeira e por 47,5% dos serviços prestados às empresas.

A Agropecuária elevou ligeiramente sua participação, revertendo a tendência de queda dos últimos anos. Isso se deu devido ao crescimento dos preços agrícolas, uma vez que a produção física diminuiu 1% e a pecuária apresentou frágil desempenho em 2006.

A indústria diminuiu sua participação na estrutura da economia paulista de 31,7%, em 2005, para 30,2%, em 2006, devido ao comportamento da indústria de transformação, pois os Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP e a construção civil mantiveram suas respectivas participações praticamente estáveis.

A indústria de transformação perdeu espaço na estrutura da economia paulista (de 24,0%, em 2005, para 22,8%, em 2006), mas manteve sua participação no âmbito nacional praticamente inalterada (43,3%). Tal perda relativa se explica pelo pequeno crescimento real do setor (1,4%), muito abaixo do verificado no setor de serviços. Esse desempenho reflete a pressão dos custos de produção, que tem levado à redução das margens de lucro do setor e, em consequência, ao crescimento mais contido de seu valor adicionado.

Entre as divisões da indústria de transformação, algumas apresentaram bons resultados – como a automobilística, de material eletrônico e equipamento de comunicações, de máquinas e equipamentos e de alimentos e bebidas. Outras, no entanto, tiveram comportamento desfavorável, como as de produtos de metal, artigos de borracha e plástico e outros equipamentos de transporte.

Em 2006, ainda segundo o SEADE, o comércio cresceu 5,6%, em termos reais, elevando sua participação no valor agregado estadual a 12,4%. Mais uma vez o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e da oferta de crédito foram fundamentais para o bom desempenho do setor. Seus segmentos mais dinâmicos nesse ano foram os de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicações e de artigos de uso pessoal e doméstico, cujos faturamentos aumentaram mais de 20%.

Os serviços, que apresentaram evolução de 4,3% em termos reais em 2006, continuaram a ampliar seu espaço na estrutura econômica paulista, passando de 54,3% do valor adicionado bruto do estado, em 2005, para 55,3% no ano em análise.

No conjunto dos municípios integrantes da Área de Influência a análise da composição do Produto Interno Bruto, confirma a primazia do setor terciário nos perfis das economias locais, ocupando primeiro lugar em todos os municípios estudados.

O **Figura II.5.3.G-2** apresenta os valores do PIB por setor em 2007 dos municípios da AI.

Quadro II.5.3.G-2 - Valores do PIB por setor econômico nos municípios da AI (R\$ 1.000).

Municípios	Agropecuário		Industrial		Serviços		PIB Total
	Total	%	Total	%	Total	%	Total
São Paulo							
Ilhabela	5.394	2,4	26.056	11,7	190.576	85,8	222.026
Rio de Janeiro							
Itaguaí	12.463	0,6	195.253	8,7	2.044.078	90,8	2.251.794
Mangaratiba	8.171	2,2	41.518	11,4	313.609	86,3	363.298
Rio de Janeiro	41.879	0,0	13.771.907	12,9	93.339.757	87,1	107.153.543
Niterói	12.942	0,2	1.211.871	15,6	6.527.941	84,2	7.752.754
Maricá	3.445	0,4	91.641	11,4	705.615	88,1	800.701

Fonte: IBGE Cidades, 2007.

A maior parte do PIB no município do Rio de Janeiro foi da atividade serviços (87,1%), seguido das atividades industriais (12,9%). Em Niterói, o setor de serviços também prevaleceu com 84,2% e o setor da indústria contribuiu com 15,6%, valor este mais expressivo em relação ao conjunto da AI. Já Itaguaí apresentou o maior percentual para o conjunto dos municípios da AI, em relação a serviços (90,8%). Mangaratiba apresentou o menor PIB, com apenas R\$ 363.298 milhões contra

R\$ 107.153.543 bilhões do Rio de Janeiro. Já o município paulista de Ilhabela acumulou R\$ 222.026 milhões, no setor de serviços que respondeu por 85,8% do total de riqueza gerada em 2007.

O **Quadro II.5.3.G-3** e o **Quadro II.5.3.G-4** a seguir, apresentam os valores de participação das atividades econômicas dos municípios da AI do estado do Rio de Janeiro para o total do PIB de cada um e em relação ao total acumulado no estado do Rio de Janeiro. Como os dados foram disponibilizados pelo Anuário do Estado do Rio de Janeiro, não foi possível realizar a análise para o município de Ilhabela no estado de São Paulo.

Verifica-se que para o estado, a atividade de serviços representou 69,72% das participações em 2007, sendo 18,07% em administração pública, seguida das atividades de indústria com 29,89%. A Região das Baixadas Litorâneas apresentou maior percentual em atividades industriais (60,20%), já a Região Metropolitana (18,26%), uma vez que a atividade de serviços representou 81,66%.

Em relação aos municípios, a atividade com maior representatividade em Itaguaí foi Serviços (90,78%), seguido de Maricá (88,12%), Rio de Janeiro (87,11%) e Mangaratiba (86,32%). Em relação às atividades industriais, Niterói se destacou com 15,63%, e em relação a agropecuária, Mangaratiba foi o único município que apresentou valores acima de 1%, 2,25%.

Quadro II.5.3.G-3 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, segundo as Regiões de Governo do Rio de Janeiro e municípios em 2007.

Regiões de Governo e municípios	Participação das atividades econômicas (%)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Adm. Pública
Estado	0,39	29,89	69,72	18,07
Região Metropolitana	0,08	18,26	81,66	19,42
Rio de Janeiro	0,04	12,85	87,11	17,13
Niterói	0,17	15,63	84,20	19,44
Região das Baixadas Litorâneas	0,53	60,20	39,27	14,59
Maricá	0,43	11,45	88,12	35,60
Região da Costa Verde	0,87	31,49	67,64	17,31
Itaguaí	0,55	8,67	90,78	14,00
Mangaratiba	2,25	11,43	86,32	33,36

A atividade econômica Serviços inclui a Administração Pública.

Fonte: Fundação CIDE, 2007

Ao se analisar as participações municipais e regionais em relação ao estado, verifica-se que mais uma vez a primazia foi para as atividades de serviços, onde a Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ contribuiu com 77,87%, sendo 53,37% somente do Rio de Janeiro. A região da Costa Verde foi a que menos contribuiu para o setor (2,36%). Em relação ao total a RMRJ também apresentou os índices mais representativos (66,48%).

Quadro II.5.3.G-4 - Participação, por atividade econômica, no valor adicionado bruto do estado do Rio de Janeiro, segundo as Regiões de Governo e municípios em 2007.

Regiões de Governo e municípios	Participação por atividades econômicas (%)				
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Adm Pública	Total
Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Metropolitana	13,57	40,61	77,87	71,47	66,48
Rio de Janeiro	4,30	18,37	53,37	40,50	42,72
Niterói	1,33	1,62	3,73	3,33	3,09
Região das Baixadas Litorâneas	9,45	13,93	3,90	5,59	6,92
Maricá	0,35	0,12	0,40	0,63	0,32
Região da Costa Verde	5,43	2,56	2,36	2,33	2,43
Itaguaí	1,28	0,26	1,17	0,70	0,90
Mangaratiba	0,84	0,06	0,18	0,27	0,14

A atividade econômica Serviços inclui a Administração Pública.

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

O município do Rio de Janeiro é o que melhor oferece condições para atrair novos investimentos no estado. Rio de Janeiro, por ser o principal centro produtor e distribuidor de bens e serviços de todo o estado, além de ser a sede do Governo Estadual e de diversas instituições públicas e privadas.

No setor de serviços o turismo é o que mais cresce no mundo. O turismo é um fenômeno da sociedade contemporânea que apresenta elevadas taxas de crescimento, tendo grande importância no desenvolvimento socioeconômico de uma região. Atualmente, esta atividade constitui-se em um dos principais indutores de crescimento econômico de grande parte das cidades litorâneas brasileiras. Segundo a Embratur, estudos da *World Travel & Tourism Council* (WTTC) os investimentos estrangeiros aplicados diretos na atividade turística alcançaram uma taxa média de crescimento de 5% ao ano. Em 1999, o setor e suas atividades correlacionadas movimentaram cerca de US\$ 3,5 trilhões. No ano

2000, o setor de turismo gerou cerca de 5,3 milhões de empregos. A previsão da WTTC é de que o setor continue gerando cerca de 5,5 milhões de novos empregos por ano até 2010 (EMBRATUR, 2002).

A atividade de turismo é caracterizada no item **II.5.3.I - Turismo, Lazer e Cultura** deste documento.

Royalties no Brasil

Segundo Anuário Estatístico dos Royalties da ANP, o Brasil, passou a ocupar a 33ª posição em 2008 entre os maiores produtores mundiais de gás natural. Uma das atribuições da ANP é promover licitações para concessão de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, os quais, após a conclusão da etapa de exploração e da eventual declaração de comercialidade, alcançam as fases de desenvolvimento e, conseqüentemente, a de produção. Até 31/12/2008, estavam em sob concessão: 446 blocos ainda na fase de exploração, 66 campos em fase de desenvolvimento da produção e 291 campos em fase de produção.

Nos 66 campos em desenvolvimento existentes em 31/12/2008, a Petrobras detinha a concessão sozinha de 41 destes campos e participava de 15 parcerias. As seguintes empresas operadoras mantinham parcerias com a Petrobras em campos em fase de desenvolvimento: El Paso, Norse, Chevron Brasil, Chevron Overseas, Frade Japão, Unopaso, Devon Energy, Total E&P, Esso Campos, Brasoil, StatoilHydro e Shell. Com relação aos 291 campos em produção em 31/12/2008, a Petrobras não participava de apenas 34 e outros 10 campos eram parcerias entre esta empresa e outras concessionárias. Os demais campos produtores, ou seja, 247 eram concessões à Petrobras, sem parcerias.

Em 2008, o Brasil ocupou a 16ª posição no *ranking* mundial quanto às reservas provadas de petróleo. Das reservas provadas nacionais, 93% localizavam-se em mar, com destaque para o Rio de Janeiro (que detém 80,7% das reservas provadas offshore), e 7% situavam-se em jazidas terrestres. No mesmo ano, o maior crescimento das reservas provadas foi registrado nas jazidas *offshore* do estado da Bahia, que aumentou 57,5%.

No tocante ao gás natural, entre 2007 e 2008, o volume das reservas totais de gás natural cresceu 0,8%. Similarmente ao petróleo, a maior parte das reservas provadas de gás natural do Brasil encontrava-se, ao fim de 2008, em reservatórios marítimos (81,8%). O Rio de Janeiro, estado com maior participação nessas reservas, apresentou em 2008 apenas reservatórios *offshore* e concentrou 47,5% do volume nacional, sendo seguido por Amazonas, cujas jazidas terrestres corresponderam a 14,3% das reservas provadas nacionais. Observa-se que a localização das reservas de gás natural pelo território nacional não acompanha a distribuição das reservas de petróleo, sendo esta última muito mais concentrada na Região Sudeste do País.

De acordo com a ANP a maior parte da produção nacional de petróleo (exclusive LGN) foi extraída de campos marítimos, responsáveis por 90% do total produzido. O estado do Rio de Janeiro respondeu por 91,7% da produção marítima e por 82,5% da produção total nacional. Em 2008, este estado apresentou crescimento de 5,1% na sua produção de petróleo em relação ao ano anterior.

O maior crescimento na produção de petróleo observado em 2008 foi verificado no mar do estado da Bahia, que mais que dobrou sua produção (111,6% de aumento). Contrariamente, o estado de São Paulo apresentou a maior queda de produção em 2008 (58,4% de queda em sua produção *offshore*). Em terra, o estado do Rio Grande do Norte foi o maior produtor, concentrando 29% da produção terrestre nacional em 2008. Entretanto, a produção potiguar (mar e terra) representou apenas 3,4% da produção nacional.

Participações Governamentais e de Terceiros

A Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997) estabeleceu as participações governamentais a serem pagas pelos concessionários das atividades de exploração e produção de petróleo ou gás natural: o bônus de assinatura, os *royalties*, a participação especial e o pagamento pela ocupação ou retenção de área. Dessas quatro participações governamentais, somente os *royalties* já existiam antes da Lei do Petróleo, mas em percentual inferior.

No ano de 2008 (ANP,2009), como resultado das atividades de produção de petróleo e de gás natural, foram arrecadados R\$ 10,9 bilhões em *royalties*, valor 46% superior ao recolhido em 2007. Deste montante, 30,1% destinaram-se aos estados produtores ou confrontantes; 33,9% aos municípios produtores ou confrontantes; 15,6% ao Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT; 12,3% ao Comando da Marinha e 7,8% ao Fundo Especial dos Estados e Municípios. Ao estado do Rio de Janeiro, maior produtor nacional de petróleo e de gás natural, juntamente com seus municípios, destinaram-se 43,3% do total arrecadado no País a título de *royalties*, cabendo à esfera estadual 47,7% desse percentual.

Quadro II.5.3.G-5 - Distribuição de royalties sobre a produção de petróleo e gás natural segundo beneficiários nos períodos de 2006 a 2008.

Regiões de Governo e Municípios	2006	2007	2008
Total	7.703.543,00	7.490.613,00	10.936.909,00
Unidades Federativas	2.380.443,00	2.291.236,00	3.293.057,00
Estado do Rio de Janeiro	1.646.732,00	1.563.534,00	2.262.774,00
Estado de São Paulo	7.713,00	4.368	4.181,00
Municípios Pertencentes as UF	2.612.338,00	2.541.055,00	3.703.197,00
Rio de Janeiro	1.821.494,00	1.735.205,00	2.777.092,00
São Paulo	112.276,00	92.034,00	177.178,00

Fonte: Home Page ANP, 2010.

Quanto à participação especial, seu recolhimento atingiu R\$ 11,7 bilhões no ano de 2008, valor 63,2% superior ao montante arrecadado em 2007. Deste valor, conforme definido pela Lei do Petróleo, couberam 40% aos estados produtores ou confrontantes, 10% aos municípios produtores ou confrontantes, 40% ao Ministério de Minas e Energia – MME e 10% ao Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Os estados beneficiários da participação especial foram em ordem de importância: Rio de Janeiro (com 95,1% do total destinado às Unidades da Federação), Espírito Santo, Amazonas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Entre os municípios fluminenses beneficiários destacaram-se Campos dos Goytacazes, com 53% do total destinado aos municípios, Rio das Ostras, com 15,4%, e Macaé, com 8,4%.

Quadro II.5.3.G-6 - Distribuição da participação especial sobre a produção de petróleo e gás natural segundo beneficiários nos períodos de 2006 a 2008.

Regiões de Governo e Municípios	2006	2007	2008
Total	8.839.857.314,00	7.177.533.059,00	11.710.789.361,00
Unidades Federativas	3.535.996.324,00	2.871.013.224,00	4.684.315.744,00
Estado do Rio de Janeiro	3.453.866.625,00	2.798.617.587,00	4.454.353.755,00
Estado de São Paulo	-	-	-
Municípios	883.865.586,00	717.753.306,00	1.171.078.936,00

Fonte: Home Page ANP, 2010.

Royalties Acumulados em 2008 para os Estados e Municípios da Área de Influência

O **Quadro II.5.3.G-4** a seguir apresenta os valores de *royalties* acumulado nos municípios da Área de Influência em 2008, segundo a site da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Observa-se que o município do Rio de Janeiro foi responsável apenas por 2,1% do total acumulado no estado em 2008 e Itaguaí por 0,21%.

Em relação ao total creditado no mês de dezembro de 2008, o Rio de Janeiro contribuiu com 1,93% e Itaguaí e Maricá com 0,22% da arrecadação.

Quadro II.5.3.G-7 - Royalties arrecadados nos municípios da Área de Influência em 2008.

Regiões de Governo e Municípios	Valores Creditados em Dezembro de 2008			Acumulado em 2008
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	
Total dos Estados	147.727.816,96	106.429.075,44	254.156.892,40	3.293.057.017,96
Total para o Estado do Rio de Janeiro	103.025.000,74	74.295.199,09	177.320.199,83	2.262.773.793,63
Total dos Municípios do Rio de Janeiro	108.483.360,76	86.499.250,19	194.982.610,95	2.477.092.122,38
Itaguaí	556.287,02	482,96	556.789,98	6.831.541,39
Mangaratiba	432.620,29	1.818.274,42	2.250.894,71	24.900.096,62
Rio de Janeiro	4.603.364,67	292.987,61	4.896.352,28	66.221.628,39
Niterói	3.560.753,64	72.063,27	3.632.816,91	50.914.682,42
Maricá	571.644,65	-	571.644,65	7.026.179,83
Total para o Estado de São Paulo	36.959,91	19.403,95	56.363,86	4.181.211,96
Total dos Municípios de São Paulo	3.287.443,63	9.944.626,66	13.232.070,29	178.126.517,63
Ilhabela	-	1.232.940,50	1.232.940,50	21.836.503,19

Fonte: Home Page da ANP. Março de 2010.

Para o total acumulado na Área de Influência do estado do Rio de Janeiro, o município de Itaguaí foi o que menos acumulou *royalties* em 2008 e Rio de Janeiro e Niterói os que mais acumularam (42% e 33%, respectivamente), conforme **Figura II.5.3.G-3** a seguir.

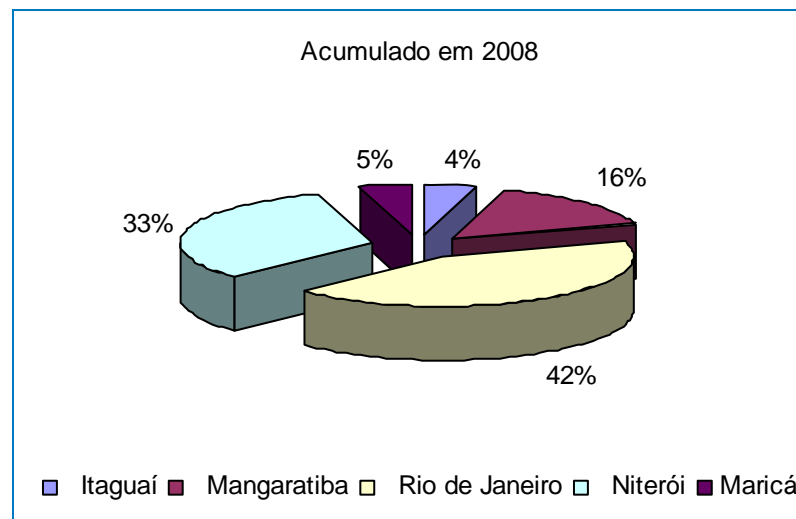


Figura II.5.3.G-3 - Acumulado de royalties nos municípios da AI do estado do Rio de Janeiro em 2008.

Fonte: ANP, 2010

Junto com a atividade de turismo a produção de petróleo e gás tem contribuído para o incremento das receitas municipais. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, em 2008, foram creditados para o conjunto dos municípios da Área de Influência, um total de R\$ 155.894.128,65 em *royalties* de 5% e de *royalties* excedentes a 5%, o que corresponde à cerca de 6,89% do total creditado no estado do Rio de Janeiro, na mesma data.

Rio de Janeiro foi o município local que mais se beneficiou em termos quantitativos com o repasse dos *royalties*, respondendo por 42% do total acumulado em 2008 para a Área de Influência.

Em relação ao estado de São Paulo, o município de Ilhabela correspondeu ao acúmulo de 12,26%, ou seja, R\$ 21.836.503,19 do total de R\$178.126.517,63.

No setor de petróleo, verifica-se um arranjo consentâneo de mais de 700 empresas, dentre as quais as maiores do Brasil (Shell, Esso, Ipiranga, Chevron Texaco, El Paso, Repsol YPF). A maioria mantém centros de pesquisa espalhados por todo o estado e, juntas, produzem mais de 4/5 do petróleo e dos combustíveis distribuídos nos postos de serviço do território nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), maior siderúrgica da América Latina, e a filial brasileira da BHP Billiton exercem papel de destaque no setor de mineração.

A cidade reúne os principais grupos nacionais e internacionais do setor naval e os maiores estaleiros do país e do estado – o qual detém cerca de 90% da produção de navios e de equipamentos *offshore* no Brasil.

População Economicamente Ativa – PEA e População Ocupada – POC

Compõem a População Economicamente Ativa – PEA, as pessoas que, durante todos os doze meses anteriores à data do Censo, ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, dentre outras, e as sem remuneração que trabalharam habitualmente quinze horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos doze meses anteriores à data de referência do Censo, mas, que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho. O **Quadro II.5.3.G-8** mostra a evolução da PEA nos estados integrantes da Área de Influência.

Quadro II.5.3.G-8 - Evolução da PEA nos estados da AI.

Estados	População Economicamente Ativa		
	1980	1991	2000
Rio de Janeiro	4.317.373	5.381.680	6.703.839
São Paulo	10.411.726	13.911.027	18.259.930

Fonte: IPEADATA, 2000.

Os estados da Área de Influência obtiveram crescimento percentual da PEA aproximados. O estado do Rio de Janeiro evoluiu de 38,2% da sua população total em 1980 para 46,5% em 2000, já São Paulo passou de 41,5% (1980) para 49,3% (2000).

No **Quadro II.5.3.G-9** seguem os dados PEA, em 2000, nos municípios da AI do estado do Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.G-9 - PEA, POC e População Total em 2000, nos Municípios da Área de Influência.

Município	PEA	%	POC	%	População Total
TOTAL	2.919.816	44,8	2.455.286	37,6	6.521.832
Ilhabela	10.979	52,7	9.371	45,0	20.836
Niterói	227.912	49,6	195.790	42,6	459.451
Rio de Janeiro	2.791.262	47,6	2.348.173	40,1	5.857.904
Maricá	35.082	45,7	29.675	38,7	76.737
Itaguaí	36.285	44,2	28.916	35,3	82.003
Mangaratiba	11.126	44,7	9.476	38,1	24.901

Fonte: IPEAData, 2000.

No **Quadro II.5.3.G-10** seguem os dados PEA por sexo, em 2000, nas Regiões Administrativas e municípios da AI do estado do Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.G-10 - PEA em 2000 por Genero, nas Regiões Administrativas e Municípios do estado do Rio de Janeiro da Área de Influência.

Município	PEA (2000)		
	Feminino	Masculino	Total
TOTAL	1.382.369	1.719.240	3.101.609
Região Metropolitana	1.350.905	1.668.187	3.019.092
Niterói	105.836	122.038	227.874
Rio de Janeiro	1.245.069	1.546.149	2.791.218
Região das Baixadas Litorâneas	13.898	21.209	35.107
Maricá	13.898	21.209	35.107
Região da Costa Verde	17.566	29.844	47.410
Itaguaí	13.332	22.948	36.280
Mangaratiba	4.234	6.896	11.130

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

A seguir são apresentados dados mais atuais de indicadores de emprego e renda para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, disponibilizados no CAGED para 2007, que trata apenas dos municípios integrantes da Região Metropolitana.

Quadro II.5.3.G-11 - Indicadores de Emprego e Renda para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói em 2007.

Indicadores	Niterói	Rio de Janeiro
População Residente	459.451	5.857.904
População Economicamente Ativa	227.912	2.791.262
PEA Desocupada	32.122	443.089
PEA Ocupada	195.790	2.348.173
Rendimento Médio (em R\$)	1.205,83	981,84
Trabalhadores Formais ⁽²⁾	97.662	1.240.631
Trabalhadores Informais ⁽³⁾	67.170	827.992

(2) Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários.

(3) Compreende os empregados sem carteira e os conta-própria.

Fonte: CAGED/2007.

Segundo dados disponibilizados no Cadastro Geral de Empregos e Desempregos – CAGED, apenas para os municípios integrantes da Região Metropolitana, em 2006 o município do Rio de Janeiro apresentava uma população total de 5.857.904 onde 47,6% estavam em idade economicamente ativa. Já o município de Niterói apresentou uma população total de 227.912 com 49,6% da população economicamente ativa.

Conforme apresentado na **Figura II.5.3.G-4**, no Rio de Janeiro 84,1% da PEA encontrava-se ocupada contra 15,9% desocupada. Os empregos formais estavam representados por 60% da população. Em Niterói, a PEA ocupada representou 85,9% estando 14,1% desocupada. Quanto aos empregos formais, Niterói apresentou percentual de 59,2%.

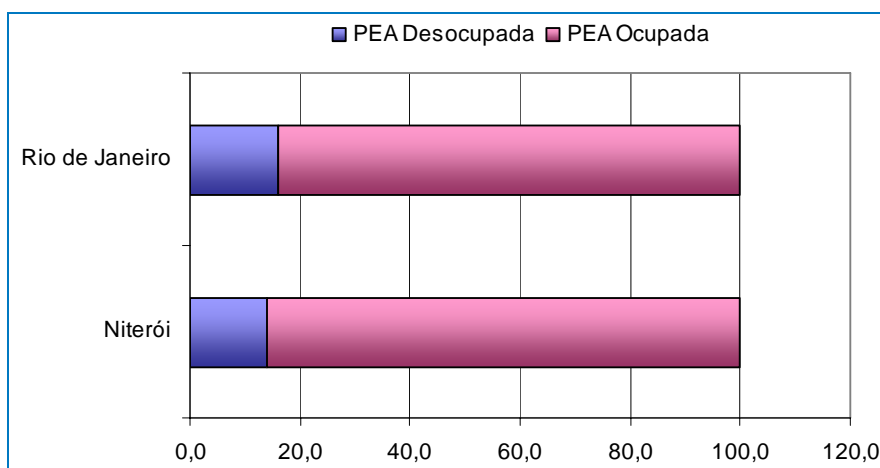


Figura II.5.3.G-4 - PEA Ocupada e PEA Desocupada em 2006 para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói.

Fonte: CAGED/2007.

Emprego por Setor

O Cadastro Central de Empresas de 2005 classificou empresas por atividade em três setores: o primário, que abrange empresas na área agropecuária e de pesca, o setor secundário, que abrange empresas de atividade industrial e o setor terciário, de serviços.

No Brasil a maior geração de empregos deslocou-se da atividade industrial, nos anos 70, para o setor de serviços, nos anos 80 e 90. Em 1995, o setor

terciário já abrigava 73,4% das ocupações não-agrícolas e mais da metade (52%) da população ocupada do país. O ritmo da terceirização foi marcante, rompendo um equilíbrio histórico na absorção de mão de obra entre os setores industrial e de serviços, que vinha ocorrendo nas décadas anteriores.

Durante a década de 80, o setor de serviços gerou 12,9 milhões de novos empregos, absorvendo 76,8% do aumento da população ocupada em atividades não-agrícolas. Por sua vez, o setor industrial, que absorvia o maior número de trabalhadores não-agrícolas durante os anos 70, respondeu pela geração de apenas 16,4% dos empregos não-agrícolas na década de 80. E, em 1995, o setor industrial abrigava apenas 19,6% do total das pessoas ocupadas.

O setor de serviços foi, também, o caminho da mão-de-obra que não mais conseguiu encontrar ocupação em um setor industrial sob forte pressão competitiva. Essa pressão é consequência das práticas de ajuste e do processo de terceirização de serviços promovidos pelas empresas brasileiras, o que provocou a transferência de empregos do setor secundário para o terciário. Ocorre, sobretudo, nas atividades terciárias que se concentra grande parte da informalização observada na população ocupada.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995. Pela sua profundidade e extensão no tempo, essa redução de postos de trabalho origina-se do processo de abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80.

Em 2005, segundo Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE o desempenho da economia do estado do Rio de Janeiro foi extremamente positivo, observando-se uma recuperação significativa do emprego e da renda formais. Os resultados apóiam-se, principalmente, em dois fatores, um de natureza externa e outro interno à economia do estado. Com o crescimento da economia em 2005, ocorreu o processo de recuperação da economia do estado do Rio de Janeiro, o ótimo

desempenho dos setores mais dinâmicos, dentre os quais merecem ser destacados o metal-mecânico, o extrativo mineral, o de turismo e o de produção de alimentos e bebidas.

A predominância das atividades econômicas urbanas reflete-se na ocupação do pessoal empregado por setores econômicos no conjunto dos municípios fluminenses integrantes da AI, sendo o ramo de Comércio o principal empregador. As informações referentes à situação da ocupação, em 2005, indicam que a categoria Serviços participou com 49,4% do pessoal empregado, seguido do ramo de Administração Pública com 20,5%, Comércio com 17,1% do pessoal empregado, seguido pelo ramo de Indústria de Transformação com 7,8% (**Figura II.5.3.G-5**).

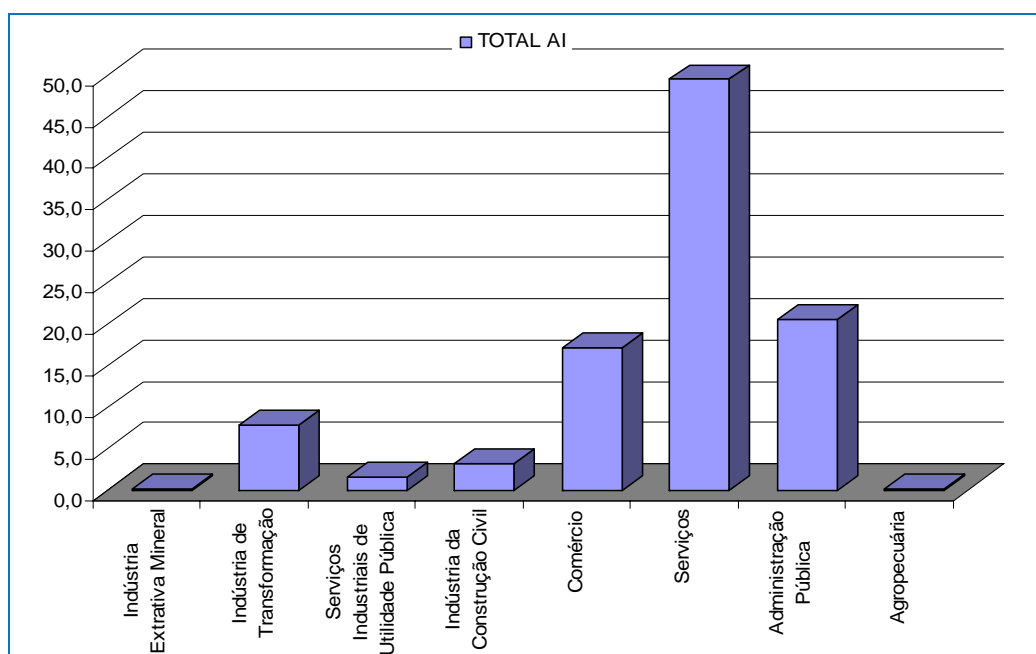


Figura II.5.3.G-5 - População Ocupada por setor de atividade nos municípios fluminenses integrantes da Área de Influência, em 2005.

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2005.

Considerando, apenas, o mercado formal de trabalho de acordo com o IBGE, em 2004, o rendimento expresso em salários-mínimos avançou, no estado como um todo, aproximadamente 7,9%. O aspecto mais interessante deste avanço refere-se à dicotomia entre o município do Rio de Janeiro e o Interior. Enquanto a Região Metropolitana registrou elevação dos rendimentos de 1,3%, algumas regiões do estado chegaram a alcançar 4,8% e 8,3%, como foram os casos do Norte Fluminense e da Costa Verde.

Quadro II.5.3.G-12 - Rendimento Médio Mensal do Pessoal Ocupado com Carteira Assinada nos Municípios do Rio de Janeiro e Niterói e RM em 2004 e 2005.

Regiões de Governo e municípios	Rendimento médio mensal, em salários mínimos	
	2004	2005
Estado	4,45	3,91
Região Metropolitana	4,46	4,17
Rio de Janeiro	4,85	4,53
Niterói	3,90	3,65

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

Outro resultado, também, positivo está associado ao movimento da mão-de-obra entre os setores formal e informal da economia. Os empregados sem carteira e empregadores perderam espaço para o pessoal com carteira de trabalho assinada. Este número significa um primeiro indício de reversão de uma tendência que se acentuava desde 2001. A parcela de empregados sem carteira, que chegou a atingir 27,3% em 2002, em 2005 esteve próxima de 20%. Já o emprego com carteira, após uma queda, recuperou seu nível de 2002, situando-se em 41,7%.

Em 2006, ocorreu um saldo de 116 mil admissões sobre os desligamentos no mercado formal. Destas, 30 mil aconteceram no comércio ou nos serviços e 71 mil, na administração pública em todos os níveis. Apenas o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentou saldo negativo, com a destruição líquida de aproximadamente 5 mil vagas.

Quadro II.5.3.G-13 - Total de Admissões por Atividade Econômica em 2006 para os municípios fluminenses integrantes da Área de Influência.

Regiões Administrativas e Municípios	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
TOTAL AI	98.379	103.802	315.391	712.968	3.183
Região Metropolitana	97.166	102.292	309.783	695.343	2.900
Niterói	8.060	7.662	30.083	48.394	687
Rio de Janeiro	89.106	94.630	279.700	646.949	2.213
Região das Baixadas Litorâneas	395	61	2.369	1.297	67
Maricá	395	61	2.369	1.297	67
Região da Costa Verde	818	1.449	3.239	16.328	216
Itaguaí	694	1.212	2.830	8.287	23
Mangaratiba	124	237	409	8.041	193

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

A movimentação no setor de serviços foi maior em relação aos demais, tanto para o total dos municípios fluminenses integrantes da AI quanto para os municípios individualmente, representando 89,3% e 63,5% em Mangaratiba e Itaguaí, 58% no Rio de Janeiro e 51% em Niterói, exceção de Maricá onde o setor de comércio prevaleceu com 56,6%.

Em Itaguaí a Construção Civil representou o maior índice, 9,3% e a Indústria em Maricá, com 9,4%, seguido de Niterói e Rio de Janeiro, com 8,5% e 8%, respectivamente, conforme **Figura II.5.3.G-6** a seguir.

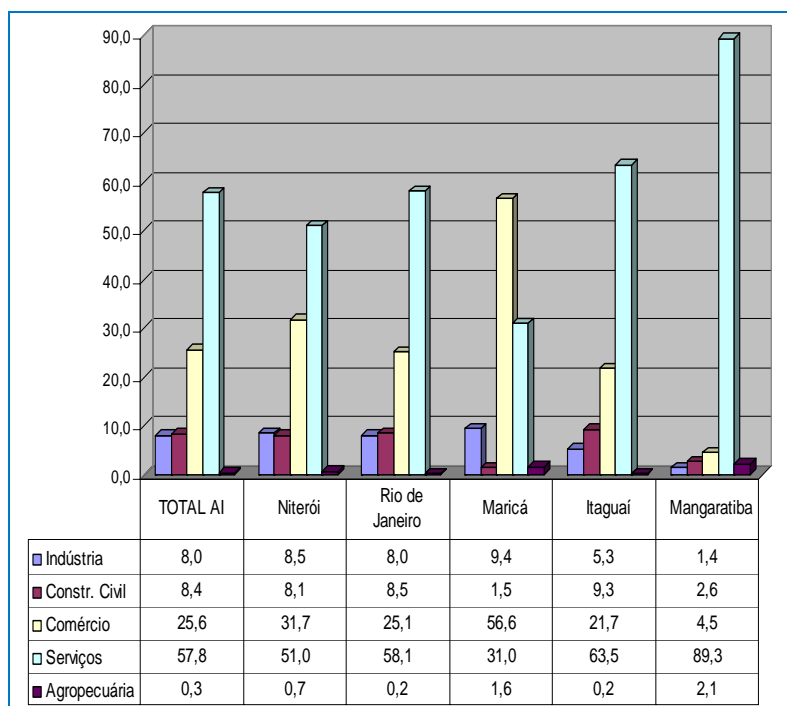


Figura II.5.3.G-6 - Percentual de Admissões por Atividade Econômica em 2006 para os municípios fluminenses integrantes da Área de Influência.

Fonte: Anuário Estatístico do CIDE de 2007.

Em relação a movimentação de Contratações e Demissões no período de janeiro de 2006, segundo Anuário Estatístico do CIDE, a proporção entre admitidos e desligados apresenta uma variação de até 11%, onde mais da metade das contratações estavam relacionadas ao ramo de serviços seguidas do ramo de comércio. Seguindo a mesma dinâmica, as principais demissões também foram referentes a serviços e comércio, com os mesmos valores em relação ao total de desligamentos dos municípios fluminenses na Área de Influência.

No que se refere ao estado de São Paulo, segundo o DIEESE (2004), a proporção de trabalhadores ocupados com rendimentos até um salário mínimo alcança 13,8% na Região Metropolitana de São Paulo, seguido por 28,2% que recebe de um a dois salários e 58% que corresponde a mais de dois salários mínimos. Também é bastante significativa a participação entre aqueles que possuem ocupações de inserção vulnerável (como empregados domésticos, autônomos e sem carteira assinada), ou seja, aqueles menos protegidos pela legislação trabalhista. Essa parcela corresponde a 65,8%, na Região Metropolitana do estado.

Especificamente no município de Ilhabela, dados disponíveis da população ocupada, em 2000, indicavam que o setor de serviço representava o maior empregador, participando com cerca de 76% do total da PO, refletindo o dinamismo do setor terciário, em detrimento do setor secundário e primário, o que, em parte, é explicado pela opção municipal pelo desenvolvimento da atividade turística, por sua vocação natural.

Quadro II.5.3.G-14 - População Ocupada por setor econômico em Ilhabela.

Município	Agropecuário		Industrial		Serviços		Total
	Nº de pessoas ocupadas	(%)	Nº de pessoas ocupadas	(%)	Nº de pessoas ocupadas	(%)	
Ilhabela	274	2,93	1.997	21,32	6.988	75,7	9.259

Fonte: IBGE (2000), Cadastro Central de Empresas.

Geração de Empregos Diretos e Indiretos

Pelas características e particularidades técnicas da atividade dos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal, Bacia de Santos e o grau de especialização que esta demanda, estima-se a necessidade de 600 profissionais, que trabalharão em turnos. Cabe mencionar que estes postos de trabalho em parte serão gerados e em parte contribuirão para a garantia da manutenção de diversos postos de trabalho nas unidades marítimas a serem alocados ao longo das atividades de instalação e operação. Sendo distribuídos entre o nível superior, nível técnico e ensino médio. As vagas de nível superior totalizam 15%, para o nível técnico 20% e para o ensino médio 65% deste total estimado de trabalhadores.

É possível que a realização da atividade estimule a abertura de novos postos de serviços indiretos, no setor de alimentação, aluguel, hospedagem, transporte e aquisição de bens e serviços, dentre outros, sendo difícil estimar, nesta fase dos estudos, a quantidade de novos postos de serviços indiretos que podem ser gerados pela atividade, uma vez que já existem diversas empresas prestadoras deste tipo de serviço. Em caso de novas contratações, a Petrobras tem como diretriz orientar as empresas contratadas para utilizar os serviços de mão de obra, sempre que possível, e preferencialmente, no município que será utilizado como base de apoio ao empreendimento.

II.5.3.H - Educação

A análise educacional nos municípios da Área de Influência foi realizada com base na infraestrutura educacional e matrículas (pública e privada) por nível de ensino (fundamental e médio) e na taxa de analfabetismo da população. Foram também identificados cursos profissionalizantes e algumas iniciativas de educação ambiental existentes nesses municípios.

A análise teve como fonte de dados o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado pelo PNUD/IPEA a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE), no que se refere às taxas de alfabetização e ao acesso da população aos diferentes níveis de ensino e no Censo Educacional – 2008 (INEP/MEC) para os estabelecimentos e matrículas de ensino fundamental e médio.

Segundo dados do Censo Educacional - INEP referente a 2008, fornecido pelo IBGE, os municípios da Área de Influência do empreendimento contavam com um total de 2.569 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 14 federal, 164 estaduais, 1.127 municipais e 1.264 particulares.

Dentre os municípios da AI em cada estado, o município do Rio de Janeiro concentra o maior número de unidades de Ensino Fundamental, com 2.169 estabelecimentos no estado do Rio de Janeiro, seguido por Niterói com 219 estabelecimentos, Maricá com 64 e Itaguaí com 59. Os únicos municípios que possuem estabelecimentos de ensino fundamental federal na Área de Influência do empreendimento são Rio de Janeiro (13) e Niterói (1). A competência da

formação para o ensino fundamental em grande parte do Brasil é de responsabilidade dos municípios. O **Quadro II.5.3.H-1** apresenta os números dos estabelecimentos para cada município por rede de ensino.

Quadro II.5.3.H-1 - Estabelecimentos de Ensino Fundamental na Área de Influência da atividade.

Municípios	Estabelecimentos de Ensino				
	Ensino Fundamental 2008	Escola Pública Estadual	Escola Pública Federal	Escola Pública Municipal	Escola Privada
Al	2.569	164	14	1127	1.264
Ilhabela	27	5	0	18	4
Itaguaí	59	11	0	34	14
Mangaratiba	31	2	0	25	4
Rio de Janeiro	2.169	80	13	980	1.096
Niterói	219	54	1	37	127
Maricá	64	12	0	33	19

Fonte: Censo Educacional – INEP/IBGE, 2008.

Os recursos humanos da Área de Influência, constituídos pelo corpo docente do ensino fundamental, registram um total de 46.447 professores em exercício, dos quais 8% são vinculados à rede estadual, 50% à rede municipal e 40% à rede particular.

O **Quadro II.5.3.H-2** apresenta o número de docentes que lecionaram para o ensino fundamental, segundo o Censo Educacional de 2008 nos municípios da área em estudo. Em seguida apresentam-se os dados de matrícula inicial para este mesmo período.

Quadro II.5.3.H-2 - Número de docentes no ensino fundamental.

Municípios	Docentes				
	Ensino Fundamental 2008	Escola Pública Estadual	Escola Pública Federal	Escola Pública Municipal	Escola Privada
Al	46.447	3.884	748	23.096	18.719
Ilhabela	257	102	0	104	51
Itaguaí	1.325	263	0	930	132
Mangaratiba	528	36	0	475	17
Rio de Janeiro	38.996	1.809	727	20.096	16.364
Niterói	4.288	1.395	21	970	1.902
Maricá	1.053	279	0	521	253

Fonte: Censo Educacional – INEP/IBGE, 2008.

Em 2008 foram efetuadas 933.604 matrículas para o ensino fundamental, sendo 49,7% municipais, 40,3% particulares, 8,4% estaduais e 1,6% federais. O município do Rio de Janeiro apresentou o maior número de matrículas (88%).

O **Quadro II.5.3.H-3** apresenta os dados referentes a matrículas realizadas para o ensino fundamental segundo o Censo Educacional de 2008 nos municípios da área de estudo.

Quadro II.5.3.H-3 - Matrículas realizadas para o ensino fundamental.

Municípios	Matrículas				
	Ensino Fundamental 2008	Escola pública Estadual	Escola pública Federal	Escola pública Municipal	Escola Privada
AI	933.604	62.959	10.738	615.414	244.493
Ilhabela	4.425	1.949	0	2.091	385
Itaguaí	20.154	3.730	0	14.537	1.887
Mangaratiba	7.125	416	0	6.581	128
Rio de Janeiro	817.571	28.063	10.499	565.149	213.860
Niterói	66.188	24.959	239	16.447	24.543
Maricá	18.141	3.842	0	10.609	3.690

Fonte: Censo Educacional – INEP/IBGE, 2008.

Como pode ser observado no **Quadro II.5.3.H-4**, a seguir, que apresenta os dados referentes a quantidade de estabelecimentos de Ensino Médio segundo o Censo Educacional de 2008, apenas os municípios de Mangaratiba e Maricá disponibilizavam estabelecimentos de ensino pela rede municipal e os municípios do Rio de Janeiro e Niterói estabelecimentos pela rede federal.

Para o conjunto dos municípios da AI, os estabelecimentos particulares prevaleceram com 52% do total, seguido dos estaduais com 41%.

O município do Rio de Janeiro foi o responsável por 85% do total de estabelecimentos na Área de Influência. Ilhabela e Mangaratiba possuíam menos de 10 escolas para o ensino médio cada.

Quadro II.5.3.H-4 - Estabelecimentos de Ensino Médio na Área de Influência do empreendimento.

Municípios	Estabelecimentos de Ensino				
	Ensino Médio 2008	Escola pública Estadual	Escola pública Federal	Escola pública Municipal	Escola Privada
Al	828	338	14	3	473
Ilhabela	8	5	0	0	3
Itaguaí	16	11	0	0	5
Mangaratiba	4	2	0	2	0
Rio de Janeiro	701	284	13	0	404
Niterói	82	29	1	0	52
Maricá	17	7	0	1	9

Fonte: Censo Educacional – INEP/IBGE, 2008.

O **Quadro II.5.3.H-5** apresenta os dados referentes aos docentes que lecionaram para o ensino médio segundo o Censo Demográfico de 2008 nos municípios da área de estudo.

Quadro II.5.3.H-5 - Docentes que lecionaram para o ensino médio.

Municípios	Docentes				
	Ensino Médio 2008	Escola pública Estadual	Escola pública Federal	Escola pública Municipal	Escola Privada
Al	22.164	12.861	991	103	8.209
Ilhabela	123	87	0	0	36
Itaguaí	383	343	0	0	40
Mangaratiba	136	68	0	68	0
Rio de Janeiro	19.107	11.119	947	0	7.041
Niterói	2.022	1.008	44	0	970
Maricá	393	236	0	35	122

Fonte: Censo Educacional – INEP/IBGE, 2008.

No **Quadro II.5.3.H-6** seguem os dados referentes as matrículas realizadas para o ensino médio segundo o Censo Educacional de 2008 nos municípios da área de estudo.

Quadro II.5.3.H-6 - Matrículas realizadas para o ensino médio.

Municípios	Matrículas				
	Ensino Médio 2008	Escola pública Estadual	Escola pública Federal	Escola pública Municipal	Escola Privada
AI	306.421	234.866	8.478	863	62.214
Ilhabela	1.116	991	0	0	125
Itaguaí	5.729	5.119	0	0	610
Mangaratiba	1.404	924	0	480	0
Rio de Janeiro	272.599	212.386	7.938	0	52.275
Niterói	21.769	12.794	540	0	8.435
Maricá	3.804	2.652	0	383	769

Fonte: Censo Educacional – INEP/IBGE, 2008.

A oferta dos serviços educacionais medida pelo percentual de matrículas nos estabelecimentos públicos e particulares evidencia que é a rede pública que oferece a maioria das vagas do sistema, inclusive nos municípios onde as escolas particulares predominam sobre a rede pública, como é o caso do Rio de Janeiro e Niterói.

Nos municípios mais urbanizados, de maior porte populacional e maior dinamismo econômico, a rede escolar particular assume maior importância, fato que está ligado à queda de qualidade da educação pública e a um consequente aumento da procura dos setores médios urbanos por matrículas na rede particular.

O Índice de Analfabetismo na área de estudo, segundo dados do IPEA, 2000, corresponde ao percentual de pessoas com idade de 15 ou mais anos. A taxa média registrada para o estado do Rio de Janeiro como um todo foi de 6,5%, sendo que os municípios do Rio de Janeiro e Niterói apresentaram taxas inferiores, 4,41% e 3,55% respectivamente.

Itaguaí e Ilhabela apresentaram as taxas mais elevadas e superiores as do estado do Rio de Janeiro, 9,36 e 9,31% respectivamente, conforme **Quadro II.5.3.H-7** que apresenta dados referentes a Taxa de Analfabetismo nos municípios da área de influência.

Quadro II.5.3.H-7 - Taxa de Analfabetismo na Área de Influência.

Municípios	Taxa de Analfabetismo
Rio de Janeiro	
Rio de Janeiro	4,41
Niterói	3,55
Maricá	8,72
Mangaratiba	8,34
Itaguaí	9,36
São Paulo	
Ilhabela	9,31

Fonte: IPEA. Ano: 2000.

Em 2007, foi concluído no município de Niterói, o projeto municipal para erradicar o analfabetismo. Niterói é, portanto, um dos únicos municípios brasileiros que conseguiram erradicar o analfabetismo.

Segundo informações no site da Wikipédia, enciclopédia livre, a educação é marcada no município pela presença da Fundação Municipal de Educação, que atua em 90 unidades escolares da Rede Municipal de educação; 36 creches comunitárias; 18 Unidades de Educação Infantil UM EIS; 36 Unidades de Ensino Fundamental; na Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendida em 15 Unidades de Ensino Fundamental; no Programa de Educação; na Leitura e Escrita – PELE, em 50 Instituições e/ou escolas (875) alunos, (dados de julho 2007); e em 100% das Unidades Escolares possuem alunos com necessidades especiais (cerca de 700 alunos).

Os níveis de escolarização da população em relação ao ensino superior e à especialização, são altos no Rio de Janeiro e Niterói, principalmente nos centros urbanos. Este fato tem ligação com a presença de grandes universidades públicas, especialmente no município do Rio de Janeiro, além de uma considerável rede de universidades particulares presente em ambos os municípios (71).

Contemplado por expressivo número de renomadas instituições de ensino e centros de excelência, o Rio de Janeiro é o segundo maior pólo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil. No cenário atual, destacam-se importantes universidades públicas e privadas, muitas delas consideradas centros de referência em determinadas áreas.

- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Fundação Getúlio Vargas
- Instituto Militar de Engenharia – IME
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Completam o exemplário acima as seguintes instituições:

- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
- Universidade Estadual da Zona Oeste – UEZO
- Universidade Cândido Mendes – UCAM
- Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM
- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
- Universidade Gama Filho – UGF
- Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO
- Universidade Estácio de Sá – UNESA
- Universidade Santa Úrsula
- Universidade Veiga de Almeida – UVA

Principais institutos de pesquisa e normalização:

- Fundação Oswaldo Cruz
- Academia Brasileira de Ciências – ABC
- Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA
- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF
- Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo – CENAP
- Observatório Nacional
- Instituto Nacional de Tecnologia – INT
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
- Instituto Brasileiro de Economia – IBRE
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Em Niterói, além da Universidade Federal Fluminense – UFF, há algumas universidades particulares, tais como:

- Uni La Salle,
- Universidade Salgado Filho de Oliveira,
- Universidade Plínio Leite – UNIPLI,
- Faculdades Integradas Maria Tereza – FAMATH,
- Universidade Candido Mendes
- Universidade Estácio de Sá.

Em Mangaratiba foi identificado 01 estabelecimento de ensino superior particular, Universidade Castelo Branco – UCB, embora não tenha sido contabilizada no Censo de 2007. Já nos demais municípios da AI, não disponibilizam universidades e faculdades, como pode ser observado no **Quadro II.5.3.H-8**, a seguir.

Quadro II.5.3.H-8 - Matrículas, Docentes e Estabelecimentos de Ensino Superior em 2007.

	AI	Rio de Janeiro	Niterói
Matricula Ensino Superior			
Ensino superior - 2007	332.344	282.876	49.468
escola pública federal	54.471	36.737	17.734
escola pública estadual	15.731	15.731	0
escola privada	262.142	230.408	31.734
Docentes Ensino Superior			
Ensino superior - 2007	25.234	22.059	3.175
escola pública federal	7.155	4.694	2.461
escola pública estadual	3.185	3.185	0
escola privada	14.894	14.180	714
Estabelecimentos de Ensino Superior			
Ensino superior - 2007	82	75	7
escola pública federal	7	6	1
escola pública estadual	4	4	0
escola privada	71	65	6

Fonte: Censo Educacional – INEP/IBGE, 2008.

O **Quadro II.5.3.H-9**, a seguir, descreve para o ano de 2006, as matrículas nos cursos profissionalizantes oferecidos em alguns dos municípios estudados, conforme dados disponibilizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Esses dados foram disponibilizados pelo Centro de Formação de Dados do Rio de Janeiro - CIDE.

Quadro II.5.3.H-9 - Matrículas do Senac e Senai em 2006.

SENAC - Serviço Nacional de aprendizagem Comercial			
	Municípios	Rio de Janeiro	Niterói
Matrículas, por área de conhecimento	Total	231.276	17.768
	Administração	10.521	918
	Comércio	11.828	599
	Gestão Empresarial	1.746	-
	Informática	11.884	1.573
	Telecomunicações	951	-
	Comunicação	6.650	321
	Cultura	346	60
	Saúde	18.360	1.851
	Meio Ambiente	51	-
	Idiomas	20.909	-
	Beleza	30.917	6.531
	Design	3.140	269
	Moda	2.767	163
	Educação	13.493	1.332
	Ação Social	73.246	534
	Atividades com Animais	1.321	369
	Turismo e Hotelaria	12.800	59
Entretenimento e Esportes	414	16	
Gastronomia	9.932	3.173	
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial			
	Municípios	Rio de Janeiro	Niterói
Matrículas, por segmentos industriais	Total	45.046	9.087
	Alimentos	1.534	318
	Automação	1.774	78
	Automotiva	6.686	1.494
	Construção Civil	3.108	662
	Eletricidade	6.670	1.579
	Gestão	2.847	72
	Gráfica	2.018	53
	Madeira/Mobiliário	273	36
	Mecânica	2.809	494
	Metalurgia	4.292	1.820
	Petróleo	737	454
	Refrigeração	1.760	196
	Segurança	2.827	785
	Tecnologia da Informação	3.633	610
	Telecomunicações	1.101	115
	Outros (1)	2.977	321

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

Em um total de 249.044 das matrículas para a Área de Influência, os cursos relacionados à ação social foram os mais escolhidos pelos alunos do SENAC. Esta modalidade de capacitação absorveu 29,6% do número total de matrículas. Analisando os municípios isoladamente, verifica-se que este valor foi reflexo do resultado do Rio de Janeiro (31,7%) em relação ao total para dos demais cursos. Em Niterói as matrículas prevaleceram para o curso de beleza (36,8%).

Em segundo lugar ficou o curso direcionado ao setor de estética, sendo um dos mais procurados e representando 15% das matrículas. Em Niterói este curso representou 36,8% no total. Os cursos voltados para o setor de saúde aparecem em terceiro lugar, com 8,1% das matrículas.

Nas matrículas junto às vagas disponibilizadas pelo SENAI a capacitação voltada para eletricidade e a indústria automotiva representaram 15,2% e 15,1% respectivamente do total das matrículas para a Área de Influência.

Dentre os cursos oferecidos, os direcionados ao setor de Petróleo, Gás e Energia apresentam índices de 2,2%, igualmente para telecomunicações, com 2,2% ainda existe a classificação como “Outros” (6,1%) que se refere aos cursos relacionados às áreas de Automação, Gráfica, Habilidades Básicas, Madeira/Mobiliário, Meio Ambiente, Metrologia, Ourivesaria, Plástico e Borracha, Química, Refrigeração, Serviços Gerais e Têxtil.

Para o estado de São Paulo e respectivo município deste estudo, não foram encontrados dados concretos referentes a cursos profissionalizantes.

Já o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMIMP) foi instituído pelo Governo Federal através do Decreto 4.925/03, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior.

O Plano Nacional de Qualificação Profissional do PROMINP é um grande projeto de qualificação profissional que visa capacitar, gratuitamente, profissionais em diversas categorias consideradas críticas para o setor de petróleo e gás, ou seja, categorias com disponibilidade de mão-de-obra bem inferior à demanda do setor.

O plano está organizado de forma a contemplar entidades de diferentes características, com papéis diversos, que vão abranger as várias etapas da cadeia de educação profissional, com a premissa de assegurar a homogeneidade e o padrão de qualidade de todo o processo de qualificação.

O **Quadro II.5.3.G-10** apresenta, para o período entre 2007 e 2008, as diversas categorias na qual foram qualificados, nos municípios abaixo, milhares de profissionais.

Quadro II.5.3.H-10 - Cursos PROMINP em Niterói e Rio de Janeiro entre 2007 e 2008.

Local	Entidade de Ensino	Categoria
Niterói, RJ	SENAI-RJ	Encanador
Niterói, RJ	SENAI-RJ	Mecânico Montador
Rio de Janeiro, RJ	ABRACO	Inspetor / Pintura Nível 1
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-Química	Supervisor de Qualidade
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-Química	Profissional de Qualidade
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Eletricista Força e Controle
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Eletricista Montador
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Eletricista Montador
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Encarregado de Elétrica
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Encarregado de Estrutura
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Encarregado de Instrumentação
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Encarregado de Montagem Mecânica
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Encarregado de Tubulação
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Instrumentista Montador
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Instrumentista Sistemas
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor de Condicionamento / Comissionamento
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor de Instrumentação
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor de Mecânica
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor de Planejamento
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor de Soldas
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor de Suprimento
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor de Tubulação
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Topógrafo
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Supervisor Técnico de SMS
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Desenhista Projetista de Mecânica
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Profissional de Planejamento
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Desenhista Projetista de Arquitetura Naval
Rio de Janeiro, RJ	CEFET-RJ	Desenhista Projetista de Equipamento de Embarcação
Rio de Janeiro, RJ	FBTS-RJ	Inspetor / Dutos
Rio de Janeiro, RJ	FBTS-RJ	Inspetor / Soldagem Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Condicionamento / Comissionamento
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Construção e Montagem

Continua

Quadro II.5.3.G-10 (Conclusão)

Local	Entidade de Ensino	Categoria
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Empreendimento
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Engenharia
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Planejamento
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Qualidade
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de SMS
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Suprimento
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Empreendimento
Rio de Janeiro, RJ	FGV-RJ	Gerente de Projeto de Engenharia
Rio de Janeiro, RJ	FRAEND	Inspetor / Ensaio Visual e Dimensionamento de Solda Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	FRAEND	Inspetor / Ensaio Visual e Dimensionamento de Solda Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	FRAEND	Inspetor / Teste de Estanqueidade Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	FRAEND	Inspetor / Ultra-som Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	PUC-Rio	Engenheiro de Dutos Terrestres
Rio de Janeiro, RJ	PUC-Rio	Engenheiro de Processo Downstream
Rio de Janeiro, RJ	PUC-Rio	Engenheiro de Tubulação
Rio de Janeiro, RJ	PUC-Rio	Profissional de Sistemas de Informação
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Caldeireiro
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Encanador
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Isolador
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Lixador
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Mecânico Ajustador
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Mecânico Montador
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Montador
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Montador de Andaime
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Pintor
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Soldador de Estrutura
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Soldador de Pipe Line
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Soldador de Tubulação
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Inspetor / Dimensional - Caldeiraria Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Inspetor / Fabricação - Caldeiraria e Tubulação
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Inspetor / Teste por Pontos Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Encarregado de Pintura e Isolamento
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Encarregado de Solda
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Projetista
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Supervisor de Eletricidade
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Supervisor de Estrutura / Caldeiraria
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Engenheiro de Automação e Instrumentação
Rio de Janeiro, RJ	SENAI-RJ	Engenheiro de Planejamento
Rio de Janeiro, RJ	UERJ	Engenheiro Elétrico / Instrumentação
Rio de Janeiro, RJ	UERJ	Engenheiro de Elétrica
Rio de Janeiro, RJ	UFF	Engenheiro de Campo - Construção e Montagem
Rio de Janeiro, RJ	UFF	Engenheiro de Campo - Qualidade
Rio de Janeiro, RJ	UFF	Engenheiro de Campo - SMS
Rio de Janeiro, RJ	UFF	Engenheiro de Planejamento
Rio de Janeiro, RJ	UFF	Engenheiro de Suprimento

Continua

Quadro II.5.3.G-10 (Conclusão)

Local	Entidade de Ensino	Categoria
Rio de Janeiro, RJ	UFF	Desenhista Projetista de Tubulação
Rio de Janeiro, RJ	UFF	Projetista PDMS
Rio de Janeiro, RJ	UFRJ	Engenheiro de Segurança
Rio de Janeiro, RJ	UFRJ	Engenheiro Civil - Fundações
Rio de Janeiro, RJ	UFRJ	Engenheiro de Máquinas
Rio de Janeiro, RJ	UFRJ	Engenheiro de Segurança (Processo)
Rio de Janeiro, RJ	UFRJ	Engenheiro Naval
Rio de Janeiro, RJ	ZEPTO	Inspetor / Dimensional - Máquinas Nível 2
Rio de Janeiro, RJ	ZEPTO	Inspetor / Dimensional - Topografia Industrial Nível 2

Fonte: PROMINP, 2008.

Segundo Portal de Qualificação Profissional – PROMINP, para 2010 são oferecidos 6 cursos voltados para atividades *off-shore*, entre os demais, para níveis básico, médio, superior e técnico, a saber: Superior Técnico de SMS e Técnico em Planejamento Offshore. Superior Profissional em Avaliação Ambiental, Licenciamento Ambiental, Análise de Risco Ambiental e Gerente de SMS. Tais cursos não encontram-se distribuídos por município conforme os dados de 2008

Iniciativas de Educação Ambiental na Área de Influência

Em relação às ações e iniciativas voltadas para a Educação Ambiental nos municípios da Área de Influência podem ser destacados os seguintes projetos desenvolvidos pela Petrobras:

O ***Programa de Ação Participativa para a Pesca (PAPP)***, que abrange os municípios do Litoral Norte de São Paulo, no qual faz parte o município de Ilhabela, Área de Influência deste empreendimento. Este programa surgiu do atendimento a condicionante da licença de instalação do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo solicitado pela CGPEG/DILIC/IBAMA.

Este programa visa compensar as comunidades pesqueiras artesanais pela interferência causada durante a Fase de Instalação do Sistema de Produção e Escoamento de Gás e Condensado do Campo de Mexilhão-Trecho Marítimo e construir um processo de aprendizagem capaz de provocar autonomia de sujeitos, onde as pessoas envolvidas possam ter condições de desempenhar a participação cidadã.

Outra iniciativa de atendimento as condicionantes no âmbito dos empreendimentos *offshore* da Bacia de Santos no estado de São Paulo, é a implementação do **Programa de Educação Ambiental de São Paulo (PEA-SP)**. Este programa integrará as ações de Educação Ambiental em andamento no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos do estado de São Paulo, tais como: PAPP e Diagnóstico Participativo no âmbito do empreendimento de Merluza (abrange cinco municípios do estado de São Paulo: Bertioga, Cubatão, São Vicente, Praia Grande e Cananéia).

O Programa busca promover, sob as premissas da educação no processo de gestão ambiental, ações e projetos integrados de educação ambiental com vistas a garantir a participação qualificada dos grupos sociais afetados por atividades da empresa, no contexto das medidas mitigadoras e compensatórias, e assegurar processos dialógicos e coletivos para a atuação consciente e responsável na melhoria das relações socioambientais.

Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC): promover a gestão integrada e articulada das ações de Educação Ambiental vinculadas aos processos de licenciamento ambiental na Bacia de Campos, viabilizando a participação qualificada dos grupos sociais afetados por essas atividades, no contexto das medidas mitigadoras e compensatórias. Os municípios contemplados neste projeto são: Maricá (Área de Influência deste empreendimento - Pólo Pré-Sal), Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Quanto à porcentagem da população abrangida pelas iniciativas de Educação Ambiental, não é possível calcular tal percentual, visto que a maior parte das iniciativas possui caráter regional, ultrapassando os limites da Área de Influência do Pólo Pré-Sal. Além disso, para as iniciativas com abrangência municipal, não há dados disponíveis que permitam calcular esse percentual.

Os estados pertencentes da Área de Influência também são contemplados pelas seguintes iniciativas de Educação Ambiental apresentados a seguir.

II.5.3.H.1 - Estado de São Paulo

No estado de São Paulo tem-se a **Rede Paulista de Educação Ambiental – REPEA**. Esta rede surgiu a partir de articulações realizadas antes e durante a Conferência Eco-92. Sua proposta é fortalecer a Educação Ambiental (EA) no estado de São Paulo, através da integração crescente entre pessoas e instituições que desenvolvem atividades nesse campo, denominadas ELOS (REPEA, 2005).

Dentre as ações da rede estão o II Encontro Estadual de Educação Ambiental & I Encontro Paulista dos Centros de Educação Ambiental que foi promovido o II EEEA & I EPCEA's, do qual participaram cerca de 1.300 pessoas (sendo 80 estudantes voluntários na organização do evento) e foram oferecidos 26 minicursos, 26 oficinas, 13 GTs e apresentados 140 painéis, atividades estas promovidas pelos próprios participantes. O resultado do evento, construído de forma coletiva, democrática e emancipatória. (REPEA, 2003).

CEDS – Centro de Experimentação em Desenvolvimento sustentável Litoral Norte/SP:

Cursos e Oficinas: Como Centro de projetos que buscam a sustentabilidade, o CEDS oferece a oportunidade de formação e orientação para que os participantes adquiram ferramentas de conhecimento adequadas aos trabalhos a que se propõem a partir de suas inserções na realidade regional. O programa de formação define um leque de temas relevantes, cada um deles representando um campo de habilidades importantes, mas que podem ser alternativamente vistos compondo, em conjunto, programas formativos. Está sendo implantado um curso de pós graduação inovador, o MBA Negócios Sustentáveis, oferecido gratuitamente para profissionais da região.

Seminários de debates temáticos: À medida que vai sendo construída a pauta do Diálogo para a Sustentabilidade, surge uma série de temas associados, cuja discussão ampla é organizada na forma de seminários abertos, mobilizando diferentes especialistas e instituições, com o objetivo de articular os responsáveis e trazê-los para debater em profundidade, gerando subsídios para possíveis soluções, políticas e entendimentos sobre novos procedimentos desejáveis.

Ecoprojetos: Essa atividade fornece apoio para a realização de projetos de acordo com a proposta do ecodesenvolvimento, ou seja, iniciativas que combinem melhor a geração de oportunidades econômicas, respeito ao meio ambiente e inclusão social pelo trabalho. Os projetos têm suporte para iniciar sua implantação, sendo prioritários aqueles que possam se tornar modelos para novas formas de aproveitamento dos recursos da região, em bases sustentáveis.

Projetos de gestão: A região do Litoral Norte conta com diversas dinâmicas de gestão em escala regional, que pedem uma participação qualificada e aportes inovadores, por parte de membros de entidades do terceiro setor. Comitê de Bacias Hidrográficas, Grupo Setorial do Gerenciamento Costeiro, os Conselhos das Unidades de Conservação e os de políticas ambientais municipais, os fóruns da Agenda 21, entre outros, são exemplos de instâncias que devem ter maior apoio para a participação dos membros da sociedade civil, garantindo qualidade e representatividade na formulação dos diversos planos de gestão.

Fórum Litoral Norte Sustentável: O CEDS realizará o Fórum Litoral Norte Sustentável anualmente, com duas finalidades centrais: - apresentar aos diferentes públicos uma leitura sobre os caminhos para a Sustentabilidade da economia do Litoral Norte, com destaque para as prioridades de ação imediata; - debater e pactuar critérios para priorizar projetos coerentes com as diretrizes de Sustentabilidade, visando à obtenção de apoio institucional e financeiro, segundo os pontos de vista de membros do campo técnico-científico, de órgãos de governo, de empresas e de entidades não governamentais.

Contato:	www.cedslitoral norte.org.br
-----------------	--

II.5.3.H.2 - Estado do Rio de Janeiro

O **Núcleo de Educação Ambiental (NEA)** do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em julho de 1992, desenvolve o Programa de Educação Ambiental e tem como missão desenvolver projetos e atividades que promovam uma mudança de comportamento e atitudes frente às questões ambientais, visando a conservação dos seus recursos e a melhoria da qualidade de vida, a partir da utilização de elementos do Arboreto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Instituição:	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Coordenação:	Maria Manuela Mattos Rueda
E-mail:	nea@jbrj.gov.br (site: http://www.jbrj.gov.br)

O **Projeto Conhecendo Nosso Jardim** foi concebido de modo a oferecer aos professores da rede formal de ensino informações necessárias à implantação da prática da Educação Ambiental, com uso de roteiros didáticos orientados através de treinamentos, transformando e otimizando a visita do público escolar ao Arboreto do Jardim Botânico.

Tem como objetivos:

- Sensibilizar e familiarizar o professor com o espaço físico do Jardim Botânico, possibilitando o desenvolvimento de atividades extraclasse.
- Possibilitar aos professores a utilização e a exploração do Arboreto do Jardim Botânico como instrumento para fixação de conteúdos curriculares e o desenvolvimento de práticas de educação ambiental.
- Estabelecer parceria entre professores e o NEA, visando o desenvolvimento de projetos educativos.

Roteiro Básico: aborda de forma abrangente informações sobre a História, espécies botânicas notáveis, estufas, monumentos, Regulamento de Uso Público, organização do Arboreto e sugestões de atividades a serem desenvolvidas durante a visita. é necessário agendamento prévio da atividade.

Endereço geral:	Rua Jardim Botânico, 1008 - CEP 22460-070
Telefone informações (centro de visitantes):	(21) 3874-1808

O **Projeto Laboratório Didático** tem espaço destinado ao desenvolvimento de atividades lúdicas, criativas e educativas utilizando os recursos naturais presentes no Jardim Botânico como estímulo para discussão de temas ambientais e vivência de práticas educativas, dirigidas ao público infanto-juvenil.

Tem como objetivos:

- Valorizar o contato e a comunhão com a natureza - Promover situações que despertem uma reflexão crítica diante das questões ambientais.
- Propiciar um conhecimento histórico e técnico-científico do JBRJ, facilitando ao aluno a tradução e a internalização de uma prática conservacionista.
- Difundir a pesquisa científica realizada na área de meio ambiente.

A partir de um tema gerador associado a uma ambientação adequada, são desenvolvidas atividades utilizando recursos didáticos como: contação de histórias, observação de material botânico, jogos didáticos, videoteca, publicações relacionadas a questões ambientais. São também realizadas atividades ao ar livre tais como: observação de espécimes, oficinas de reciclagem e práticas sensibilizadoras e criativas.

Durante o período letivo, os grupos escolares, cujos professores tenham participado previamente do treinamento oferecido pelo Projeto Conhecendo Nosso Jardim podem agendar a atividade dirigida pela equipe.

Endereço geral:	Rua Jardim Botânico, 1008 - CEP 22460-070
Telefone informações (centro de visitantes):	(21) 3874-1808

O **Centro de Educação Ambiental de Niterói** foi inaugurado no início de 2003, fruto da parceria de instituições privadas como o Instituto UNIBANCO, a ANFRA Construções e Incorporações e a DESK Móveis Escolares com o Instituto Baía de Guanabara. Localiza-se nas dependências da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - SEAAPI, dentro do Jardim Botânico de Niterói. É, portanto, produto de um esforço conjunto da sociedade civil, do Governo e de empresas que dotou a cidade de Niterói de um moderno e bem equipado espaço para atividades educacionais voltadas para a proteção do meio ambiente.

O Instituto Baía de Guanabara utiliza também este centro para difundir o conhecimento existente sobre o ambiente regional e discuti-lo com os interessados, não só de Niterói, mas de todo o Leste da Guanabara. Para tanto, mantém a

biblioteca do Centro de Informações da Baía de Guanabara - CIGUA. Um dos parceiros deste Centro é o Ministério do Meio Ambiente, através do Projeto Sala Verde, do qual o IBG/CEAN passou a fazer parte em fevereiro de 2005, ajudando a aumentar o nível e a quantidade de informações disponíveis na biblioteca.

Endereço:	Alameda São Boaventura, 770, Fonseca, Niterói CEP 24120-192
Tel/Fax:	(021) 2625-4311 ou 2625-0226
E-mail:	ibg@baiadeguanabara.org.br

Projeto visitas orientadas ao Jardim Botânico de Niterói: através deste projeto o IBG/CEAN recebe turmas de escolas de Niterói, e de municípios vizinhos, para uma visita ao Jardim Botânico e à sede do IBG/CEAN, onde são realizadas as seguintes atividades pré-programadas:

- apresentação do IBG, do CEAN e do projeto;
- sessão de vídeo com discussão sobre o tema assistido;
- caminhada por uma trilha na mata;
- atividade lúdica (dinâmica, artes).

Endereço:	Alameda São Boaventura, 770 - Fonseca, Niterói - RJ – Brasil - CEP 24120-192
Tel/Fax:	(021) 2625-4311 ou 2625-0226
E-mail:	ibg@baiadeguanabara.org.br
Tel/Fax:	Jardim Botânico de Niterói: Tel. (21) 3601-6149 fax: (21) 3607-6717

O **Centro de Referência em Educação Ambiental do Parque Natural Municipal de Marapendi** está localizado em uma das mais importantes Áreas de Proteção Ambiental do município do Rio de Janeiro, criada para resguardar a restinga e a lagoa de Marapendi. O CEA Marapendi realiza diversos trabalhos na área: visitas monitoradas pelas trilhas do Parque, oficinas de reaproveitamento, projetos de educação ambiental com as escolas e a comunidade da região, palestras e cursos direcionados à estudantes e educadores ambientais. Conta ainda com um Centro de Informações, biblioteca, exposições, sala de artes, sala de vídeo, sala de aula, auditório e eco-loja. Promovendo a educação ambiental, instrumento essencial para a preservação, e favorecendo a participação da

população para a melhoria da qualidade ambiental, o CEA Marapendi representa mais uma possibilidade de ampliação e consolidação das atividades educativas desenvolvidas com a população que vive no entorno desta Unidade de Conservação. Até o presente momento, cerca de 5000 pessoas participaram das atividades promovidas pelo CEA Marapendi.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) em parceria com a Fundação Botânica Margaret Mee e a Shell Brasil, inaugurou em abril de 2002, o Centro de Referência em Educação Ambiental de Marapendi (CEA Marapendi), localizado no Parque Natural Municipal de Marapendi (Parque Marapendi), na baixada litorânea de Jacarepaguá, município do Rio de Janeiro.

O Parque Marapendi é constituído pelas áreas marginais à Lagoa de Marapendi e foi criado em 1978 com o nome de Parque Zoobotânico de Marapendi. Em 1995 teve sua área ampliada em cinco vezes, totalizando hoje cerca de 195 hectares. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 1998)

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi foi criada em 1991, contando atualmente com uma área de 932 hectares. Ela engloba além de terrenos particulares, o Parque Marapendi e a Reserva Integral da Praia, um cordão arenoso com cerca de 2 km de extensão entre a avenida litorânea e o mar.

O CEA Marapendi representa uma possibilidade de ampliação das atividades educativas desenvolvidas com a população que vive no entorno destas Unidades de Conservação.

O CEA Marapendi oferece gratuitamente diversas atividades às escolas e visitantes. Dentre elas destacam-se as visitas orientadas ao Parque Marapendi, que visam levar o conhecimento do ecossistema de restinga aos visitantes, enfocando aspectos ecológicos, fauna, flora, conservação e degradação, e as oficinas de reaproveitamento de PET e jornal, ambas realizadas diariamente com agendamento prévio.

Endereço:	Av. Alfredo Baltazar da Silveira, s/ nº – Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22.790-710 - Parque Natural Municipal de Marapendi
Tel/Fax:	(021) 2625-4311 ou 2625-0226
E-mail:	centroinfo@west.com.br

Dentre os projetos em andamento podemos destacar:

- O **Projeto Alunos Guardiões da Orla** objetiva unir a recuperação de áreas degradadas das restingas da Baixada de Jacarepaguá com a conscientização ambiental dos alunos das escolas municipais da região. Através deste programa, os alunos assistem a uma palestra sobre ecologia de restinga e participam da recuperação de trechos da orla nas praias do Recreio, do Pontal e de Grumari, com o plantio de mudas de espécies nativas. Dois meses após a primeira visita, os alunos retornam ao Parque Marapendi e apresentam os trabalhos que foram desenvolvidos em sala de aula sobre o projeto, assistem o vídeo filmado no dia do plantio e depois são levados à área onde foi feito o plantio, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desenvolvimento das mudas.
- O **Projeto Horta no Parque** visa o ensino de noções básicas de meio ambiente para alunos portadores de deficiências mentais e/ou auditivas, através do cultivo em horta e tem como objetivos a aproximação dos alunos ao meio ambiente, a disseminação de conceitos de educação ambiental e o estímulo de uma habilidade que pode vir a representar uma forma de geração de renda plenamente compatível com a realidade dos alunos. Semanalmente eles são levados ao CEA Marapendi para participar das atividades na horta. As atividades vão desde o preparo dos canteiros, produção de composto orgânico e húmus, sementeira, transplante e plantio, até a colheita. Fazem parte do elenco de plantas cultivadas: alface, chicória, cenoura, rabanete, beterraba e plantas aromáticas, como manjeriço, alecrim e pimenta.

No Centro de Informações os alunos, pesquisadores e visitantes contam com uma biblioteca equipada com terminais de computadores, CDs sobre o meio ambiente, videoteca e mapoteca para consultas, além da distribuição de materiais educativos.

O CEA Marapendi dispõe ainda de salas de aula, vídeo e artes; auditório para realização de cursos e palestras; hall de eventos onde ocorrem exposições periódicas de fotos, artesanato e ilustrações botânicas, e permanentes com maquetes e painéis sobre a região e o meio ambiente.

- O **Projeto Alunos Guardiões da Orla** contou, até o momento, com a participação de 760 alunos, que realizaram o plantio de aproximadamente 5000 mudas. Nas áreas em recuperação onde o projeto atua, as mudas plantadas (*Ipomoea pes-caprae*) apresentam taxa de sobrevivência em torno de 15%, o que é compensado pelo rápido crescimento das mudas, e em algumas áreas, pela expansão dos estolões das plantas já existentes no entorno. Em 4 a 6 meses após o plantio, as áreas apresentam-se totalmente cobertas pela vegetação.

O trabalho desenvolvido pela equipe do CEA Marapendi na horta, em conjunto com as atividades realizadas pelas professoras das turmas em sala de aula, tem contribuído em diversos aspectos para o desenvolvimento dos alunos.

Promovendo a educação ambiental, instrumento essencial para a preservação, e favorecendo a participação da população para a melhoria da qualidade ambiental, o CEA Marapendi representa mais uma possibilidade de ampliação e consolidação educativas desenvolvidas pela SMAC, e também uma opção cultural e de lazer para toda à população.

- **ONG Ecomarapendi:** Apesar de até bem pouco tempo estar também restrita ao âmbito escolar, hoje a Educação Ambiental (EA) encontra-se incluída em todas as iniciativas que visem a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e conseqüentemente da qualidade de vida, como pode ser visto na nova Lei de Educação Ambiental (Lei n. 3325 de 17 de dezembro de 1999 - dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o Programa estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal Nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro).

Sua abrangência, embasada nessa mesma lei, vai desde as instituições educativas (em todos os níveis e modalidades), os meios de comunicação de massa, as empresas, os órgãos públicos, os sindicatos, as organizações não-governamentais, os movimentos sociais até a sociedade como um todo.

A Associação Ecológica Ecomarapendi, ora denominada Ecomarapendi, é uma entidade não-governamental criada em 1989. Das áreas enfocadas, a geração de resíduos sólidos e o desperdício foram de relevante importância, culminando em 1992 com a criação do **Projeto Recicloteca** - um Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente, com o patrocínio da Brahma (atualmente Ambev). A Recicloteca tem como objetivo difundir informações sobre as questões ambientais, em especial os 3 erres (reduzir, reutilizar e reciclar) – dentro da prática da Educação Ambiental, de forma a sensibilizar o público em geral.

O Projeto Recicloteca atende à um público diversificado e disponibiliza documentos diversos relativos ao tema, um sítio virtual, produtos reciclados e reaproveitados, consultores especializados e oficinas de reaproveitamento e reciclagem artesanal de papel além de outras vivências práticas.

Dentre as atividades oferecidas, existem as oficinas de reciclagem artesanal de papel. Elas ocorrem como parte das visitas orientadas à Recicloteca, localizada na sede da Ecomarapendi, e são desenvolvidas em cinco etapas: (1) discussão sobre reciclagem de resíduos sólidos; (2) exibição da reprodução de uma árvore feita de materiais reaproveitados; (3) exibição de objetos reaproveitados organizados em uma pequena exposição; (4) exibição de uma fita de vídeo sobre a problemática dos resíduos sólidos; e (5) a oficina de reciclagem artesanal de papel propriamente dita. As visitas orientadas são organizadas para grupos de até 30 pessoas, têm a duração total de cerca de 2 horas e seu agendamento é feito pela professora ou coordenadora de uma escola interessada, que liga para a Ecomarapendi e marca a data com um dos consultores.

O processo de transferência de informação no espaço social das oficinas de reciclagem artesanal de papel pode ser visto como prática da Educação Ambiental, utilizadas com intuito de modificar o comportamento de crianças de 6 a 15 anos com relação ao local de disposição apropriado do lixo.

Em Mangaratiba, pela Universidade Castelo Branco (UCB), o Núcleo de Meio Ambiente nasceu com a proposta de ampliação do **Projeto de Educação Ambiental**, criado em fevereiro de 1995. Apóia, com orientações e estrutura, o desenvolvimento de pesquisas científicas dos alunos do curso de Ciências Biológicas da UCB. Promove ainda convênios, parcerias e consultorias com instituições representativas em meio ambiente.

Tem como objetivo central desenvolver projetos que permitam atender a comunidade e propor soluções para os problemas ambientais que afetam o homem moderno.

Público-Alvo: População em geral (alunos, professores e funcionários da UCB, comunidades de Realengo e Itacuruçá, alunos dos Ensinos Fundamental e Médio).

Projetos Vinculados:

- Projeto Preservação de Orquídeas: projeto de identificação, reprodução e recuperação das espécies de orquídeas encontradas na Ilha de Itacuruçá.
- Projeto da Fazenda Marinha na Ilha de Itacuruçá: este projeto abre espaço para a realização de cursos aos alunos da UCB e à comunidade local. Oferece ainda alternativas profissionais para os pescadores da região, com melhoria da disponibilidade de alimentos, e o envolvimento dos alunos em pesquisas na área de Biologia Marinha através de um plano de manejo, que é realizado quinzenalmente na Ilha de Itacuruçá. Este projeto é fruto de um convênio entre a Universidade Castelo Branco, o SEBRAE e o Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía de Ilha Grande (IEDBIG).
- Projeto Coleta Seletiva: pretende conscientizar a médio prazo todo o público da Universidade Castelo Branco quanto à importância da reciclagem do lixo produzido. Objetiva encaminhar o lixo seco a centros de reciclagem.
- Projeto de Educação Ambiental e Cidadania.
- Projeto de Preservação e Cultivo do Palmito.

- Projeto Cogumelo do Sol.
- Projeto de Cultivo de Mexilhões.
- Projeto de Cultivo de Algas.

Contato:

Endereço:	Avenida Santa Cruz, 1631 - Realengo
Tel/Fax:	(21) 3216-7700
E-mail:	grh@castelobranco.com.br

II.5.3.I - Turismo, Lazer e Cultura

II.5.3.I.1 - Atividade de Turismo

O turismo tem apresentado taxas de crescimento constantes e é considerado o indutor do maior dos movimentos migratórios da história da humanidade. De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2007), atualmente, o setor do turismo representa cerca de 10% do PIB mundial e cresce a uma taxa de 4,6% ao ano.

Levantamentos realizados pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2007), afirmam que em 2005 foram registrados 808 milhões de desembarques de turistas internacionais em todo o mundo, um crescimento significativo, já que em 1950 eram 28 milhões. A OMT informa que em 2005 os turistas internacionais gastaram US\$ 682 bilhões.

Ao se incluir o transporte internacional de passageiros nesses gastos, o valor supera os US\$ 800 bilhões, o que representa 6% de crescimento das exportações mundiais de bens e serviços turísticos.

As Américas constituem o segundo maior fluxo regional, com 18% das chegadas internacionais de turistas.

No Brasil, o turismo segue a tendência global de crescimento, com uma média anual de 3,5%. Em 2000, a participação dessa atividade no PIB brasileiro foi da ordem de 7%. Os gastos diretos dos turistas estrangeiros representaram

quase 10% do total das exportações brasileiras no mesmo ano, que foram da ordem de US\$ 55 bilhões. Os levantamentos da OMT (2007), apontam o Brasil como o 36º destino mais visitado do mundo. Em 2005, o país atraiu mais de 5,4 milhões de turistas, um crescimento de 11,8% referente ao ano anterior.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), o turismo interfere sobre 52 setores da economia. Existe cerca de um milhão de empresas atuando no setor turístico no país. Esta atuação chega a envolver mais de 10 milhões de postos de empregos diretos ou indiretos. Atualmente, esta atividade constitui-se em um dos principais indutores de crescimento econômico de grande parte das cidades litorâneas brasileiras, com destaque para as cidades litorâneas do Nordeste e do Sudeste, em especial no Rio de Janeiro. Além da imensa capacidade de geração de trabalho direto e indireto, o turismo também possui uma importante vertente de distribuição de renda, já que muitas vezes, há transferência de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas.

Em relação à segmentação turística, o Brasil desponta como um destino potencial para o ecoturismo por sua diversidade de biomas e ecossistemas, bem como do seu patrimônio histórico e cultural, que são grandes atrativos para o turismo doméstico e internacional.

A tendência do ecoturismo como contraponto ao turismo de massa propicia ao turista uma experiência mais participativa com a cultura das localidades visitadas e, também, a possibilidade de criação de alternativas sustentáveis, especialmente para comunidades tradicionais. A organização de uma infraestrutura e mão-de-obra capacitada para o segmento do ecoturismo e outros, em nível competitivo internacionalmente, dependem da execução de várias metas, muitas já definidas nas diretrizes para ações voltadas para ecoturismo, discussão iniciada em 1994 e em fase de implementação e definição de atribuições junto aos órgãos afins como o Ministério do Turismo – MTur e Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Atualmente, existem dois programas com este objetivo, o *Programa Nacional de Ecoturismo* – PROECOTUR, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável –

SDS/MMA e o *Programa de Visitação nos Parques Nacionais* da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA. (Políticas Públicas do Turismo em Áreas Naturais e Evolução do Conceito de Ecoturismo no Brasil, Karen G. Furlan Basso¹, Brasília 2006).

Alguns pólos ecoturísticos do Brasil já estão avançando nessa organização, mas dependem fundamentalmente do apoio e da participação dos gestores locais, comunitários, governamentais e privados, para firmarem essas novas bases de um turismo responsável e sustentável ambiental, cultural e economicamente.

Turismo no Sudeste

A Região Sudeste do Brasil, sobretudo em sua porção litorânea, abriga importantes *locus* de turismo. As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são as mais procuradas. Internacionalmente, o Rio de Janeiro é o destino que atrai mais estrangeiros, com cerca de 25%, seguida por São Paulo, com 16% dos turistas de origem internacional.

Quanto ao turismo doméstico, a cidade de São Paulo é de maior destaque, sobretudo por ser o principal centro econômico e financeiro do país e da América do Sul. A cidade responde por 19% do turismo doméstico no Brasil. O Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar, com 8% do turismo interno. (752/950 Meio Socioeconômico II.5.3 Atividade de Produção de Gás e Condensado no Campo de Mexilhão, Bacia de Santos. Habtec, 2007)

O trecho litorâneo compreendido entre Maricá e a Ilhabela, onde se insere a Área de Influência, apresenta diferentes características geomorfológicas, tais como costões rochosos, praias, restingas, sistemas estuarinos e lagunares, trechos de Mata Atlântica e encachoeiramentos.

Esses atrativos naturais provocam a afluência de um expressivo contingente populacional, seja de novos moradores, seja de turistas e veranistas, sendo utilizados como fator fundamental para a exploração das atividades de lazer e turísticas em toda a região.

Além dos atrativos naturais, a região apresenta potencial para o turismo histórico e cultural, devido à existência de múltiplos exemplares do patrimônio histórico da época colonial, como fortes e casarios antigos, além de museus e casas de cultura da época do Império, dentre outros.

Considerando-se as atividades comerciais, os distritos industriais e atividades da indústria do petróleo, entre outras, o turismo de negócio é bastante desenvolvido na capital do estado do Rio de Janeiro, e em menor escala em Itaguaí e Niterói.

Destaca-se, também, a presença de sítios arqueológicos característicos de regiões costeiras – os sambaquis – especialmente em Niterói, que figuram entre os mais antigos do litoral brasileiro.

Esportes náuticos são normalmente praticados nas praias e lagoas, sem atingir grandes distâncias da costa. O ecoturismo, em função da presença da riqueza do patrimônio natural e de inúmeras unidades de conservação existentes, é prática comum na Área de Influência.

Assim, as atividades turísticas presentes em toda essa área constituem-se em uma importante fonte de geração de emprego e renda da maioria destes municípios.

Apesar da importância regional da atividade, não há disponibilização de dados de forma homogênea sobre a correlação nas economias estaduais do turismo, associado à construção civil, alojamento, alimentação, atividades recreativas e transporte.

Apesar da carência de dados estatísticos mais detalhados sobre os impactos do turismo para o desenvolvimento econômico dos estados e municípios dessa região, observa-se que a intensificação de atividades na costa induziu a implantação de infraestrutura de serviços e comércio voltada para o atendimento do setor de turismo. Nas praias, o turista conta com quiosques, restaurantes e a comercialização de diversos produtos por intermédio dos ambulantes, além da oferta de aluguel de barcos e equipamentos náuticos. No ramo imobiliário, de

materiais de construção e de hospedagem, verifica-se, também, uma dinamização impulsionada pelo turismo, implicando o incremento da demanda por aluguel de temporada, hotéis e pousadas e modernamente *Resorts*.

II.5.3.1.2 - Lazer, Turismo e Cultura nos Municípios da Área de Influência

A Área de Influência vivenciou, nas últimas décadas, ao incremento das atividades turísticas em decorrência das características naturais do litoral e da ampliação da rede de rodovias e melhoria das vias de acesso aos balneários. Entretanto, o dinamismo promovido não veio acompanhado de infraestrutura básica e de políticas municipais de ordenamento e uso do solo que protegessem o patrimônio ambiental e ecossistemas associados.

A indústria do turismo, aliada à especulação imobiliária, vem causando danos ao ambiente costeiro, com a descaracterização da faixa litorânea, principalmente para a execução de aterros para implantação de empreendimentos imobiliários. A maior parte dessas construções não está ligada à rede de esgoto, lançando indiscriminadamente esgotos “in natura” nos corpos d’água, o mesmo ocorrendo com o destino dos resíduos sólidos, comprometendo os corpos d’águas e o potencial paisagístico e turístico regional/local.

A ocupação desordenada do solo e a implantação de empreendimentos imobiliários foram as principais causas de alteração ambiental da região. Além disso, muitos empreendimentos foram construídos em áreas legalmente protegidas, comprometendo a qualidade ambiental local e reduzindo o fluxo turístico.

O período de maior fluxo de turistas de lazer corresponde aos meses de verão (janeiro e fevereiro), além dos feriados prolongados. Dada a reestruturação no calendário escolar, o período de férias tanto de verão como de inverno foi reduzido. Como estratégia para atrair o maior número de turistas, os municípios têm promovido vários eventos, incluindo desde festividades religiosas até festivais de verão e de inverno.

Estado do Rio de Janeiro

Município do Rio de Janeiro

O município do Rio de Janeiro, conhecido internacionalmente por seus atrativos turísticos e sua beleza natural, é o principal destino do país de turismo internacional. Além disso, o turismo de negócio na cidade, também, tem se consolidado como uma das principais modalidades turísticas.



Figura II.5.3.I-1 - Baía da Guanabara.

Foto: Pedro Kirilos.

Segundo a Associação Hoteleira Carioca, em 2005, os principais mercados do exterior os norte americanos participaram com 10,57%, seguidos de franceses (4,02%), italianos (3,01%), argentinos (3,06%) e ingleses (2,82%). Quanto aos principais mercados emissores de hóspedes nacionais em hotéis no município do Rio de Janeiro, os paulistas da capital representaram 19,65%, e do interior (6,02%), seguido dos fluminenses (4,87%) e dos mineiros (3,84%).

Ainda, segundo a associação, em 2005 houve retração da taxa de ocupação dos hotéis cariocas: 59,65% contra 61,75% em 2004. Ocorreu no período um aumento na participação percentual da motivação de viagem por convenção/congressos/feiras em 2005, 14,02% contra 11,83% em 2004.

Segundo a EMBRATUR, 866.379 turistas entraram no Brasil via Rio de Janeiro no ano de 2005, resultado acima do ocorrido em 2004, quando chegaram 799.399 turistas (FUNDAÇÃO CIDE, 2007).

Das pensões e quartos singulares, passando pelos *bed and breakfast*, em casa de família, em especial no bairro de Santa Teresa, até uma sofisticada rede hoteleira, onde se destacam o Copacabana Palace e modernamente o Fasano, mesmo fora das altas temporadas, mantém uma ocupação média de 60%.

Sua antiga condição de capital da república e de ter sediado a família real no tempo do império, a cidade do Rio conta com sítios culturais famosos em todo o país e alvo de visitação permanente. A beleza natural de sua conformação faz com que cada bairro tenha um aspecto diferente da natureza para ser apreciado.

Além das festas tradicionalmente conhecidas como o Carnaval, com o desfile das escolas de samba e o *réveillon* de Copacabana, onde um milhão de pessoas se dirige para a praia internacionalmente mais conhecida da cidade, nos dez últimos anos a cidade do Rio de Janeiro viu triplicar o número de congressos e convenções, assumindo em 2009 o primeiro lugar neste quesito do turismo de negócio.



Figura II.5.3.I-2 – Carnaval.

Foto: Pedro Kirilos

Dada a variedade dos atrativos do Rio de Janeiro, optou-se por listar os mais importantes, destacando alguns que por sua tradição e importância figuram em todas as referências à cidade. Os dados apresentados constam do site <http://www.rio.rj.gov.br/riotur/> da RIOTUR, acessado em fevereiro de 2010.

Atrativos Naturais

Floresta da Tijuca: localizada no coração da cidade, a poucos minutos da maior parte dos bairros do Rio, uma deslumbrante floresta urbana, que foi parcialmente replantada e se desenvolveu ao longo dos anos por processos naturais de sucessão ecológica, numa área com cerca de 3.200 hectares, tem a grande vantagem de mesclar centenas de espécies da fauna e da flora só encontradas na Mata Atlântica. A Floresta da Tijuca possui recantos e atrativos históricos que merecem ser visitados, como: a Cascatinha, a Capela Mayrink, o Mirante Excelsior, o Barracão, a Gruta Paulo e Virgínia, o Lago das Fadas, a Vista Chinesa e o Açude da Solidão.



Figura II.5.3.I-3 - Floresta da Tijuca.

Fonte: Acervo Riout

Pão de Açúcar: idealizado em 1908 pelo engenheiro brasileiro Augusto Ferreira Ramos e inaugurado no dia 27 de outubro de 1912, o bondinho do Pão de Açúcar fez 90 anos em 2002. Primeiro teleférico instalado no Brasil e terceiro no mundo, é um dos mais importantes ícones do turismo carioca, tornando-se uma das principais marcas registradas da cidade do Rio de Janeiro. Desde sua inauguração até a data do aniversário, o teleférico transportou 31 milhões de turistas. Nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho – de alta temporada – a frequência diária chega a três mil pessoas. Além de marco turístico e ecológico da cidade do Rio de Janeiro, o complexo também é importante pólo cultural. Atualmente, o anfiteatro recebe exposições de artes, conferências de empresas, coquetéis de lançamento de produtos, jantares e festas. A edição 2010 do Verão no Morro, evento que reúne música, cinema no Morro da Urca, na Zona Sul, acontece durante todos os finais de semana do verão levando cerca de 3.000 pessoas.



Figura II.5.3.I-4 - Vista do Pão de Açúcar.

Arquivo Riotur

Cristo Redentor: símbolo da Cidade do Rio de Janeiro foi eleito como uma das 7 Novas Maravilhas do Mundo Moderno, em votação realizada pela internet e por mensagens de celular, organizada pela *New 7 Wonders Foundation*, da Suíça, entre 21 monumentos participantes de todo o planeta. O cartão postal carioca de 38 metros com sua pedra fundamental lançada em 1922 e inaugurado em 12 de outubro de 1931. Conta agora com três elevadores panorâmicos, cada

um com capacidade para 14 pessoas. O acesso se dá por uma área que atende tanto os visitantes que chegam de carro quanto os que desembarcam na plataforma de trem da Estrada de Ferro do Corcovado. Também foram construídas passarelas metálicas, sustentadas por outra estrutura, com aproximadamente quatro metros de largura e quatro escadas rolantes, com capacidade de tráfego para 9 mil pessoas por hora.



Figura II.5.3.I-5 - Cristo Redentor.

Foto: Ricardo Zerrenner

Praia de Copacabana: são duas praias: Leme e Copacabana, que ocupam uma extensão de 4,15 km, com a calçada da Av. Atlântica em pedras portuguesas brancas e pretas que mostram um mosaico no formato de ondas. Frequentada tanto de dia quanto à noite, a praia possui quiosques, ciclovias, bicicletários, postos de salvamento com chuveiros e sanitários, hotéis, bares e restaurantes, além de contar com dois Fortes Militares, um em cada extremidade, com vistas panorâmicas e abertos à visitação. A praia, atualmente, foi dotada com novos quiosques culinários em toda a sua orla, do Leme ao Posto Seis em Copacabana.



Figura II.5.3.I-6 - Forte e praia de Copacabana.

Acervo Riotur

Praia do Arpoador: localizada entre o Forte de Copacabana e a rua Francisco Otaviano com a Avenida Vieira Souto. O Arpoador é famoso pela pedra que invade o mar separando a praia de Copacabana, de onde se tem uma das vistas mais bonitas do Rio de Janeiro: de um lado, as praias de Ipanema e do Leblon com o morro Dois Irmãos ao fundo; do outro, as praias do Diabo e Copacabana. Além do visual e da praia, o Arpoador conta, também, com um parque com muito verde onde os artistas brasileiros e internacionais fazem apresentações populares. O parque foi batizado de Garota de Ipanema.



Figura II.5.3.I-7 – Arpoador.

Foto: Pedro Kirilos

Ilha de Paquetá: localizada na baía de Guanabara, a ilha é muito procurada pelos turistas, constituindo-se em um bairro distante aproximadamente de 15km da cidade do Rio de Janeiro. Chamada de Ilha dos Amores é zona turística na sua totalidade, com 1.096.100 m² de área, onde despontam 12 praias no coração da baía. A população permanente na ilha gira em torno de 4.000 moradores e nas férias esse número pode chegar a uma ocupação de mais de 30.000 pessoas num final de semana com a vinda dos turistas. A locomoção na ilha se dá em charretes, bicicletas, “trenzinho” turístico, barcos ou bucólicas caminhadas. Para se ter acesso à ilha, tem-se barcas e aerobarcos, que saem da Praça XV, de onde partem também as embarcações que fazem o trajeto Rio-Niterói. Por sua importância histórica, cultural e paisagística foi transformada em Área de Proteção Ambiental e Cultural – APAC.

Lagoa de Marapendi: também conhecida como Pantanal Carioca, é um ecossistema do tipo manguezal importantíssimo na geração de plâncton. A lagoa faz parte de um conjunto de cinco lagoas que pertencem à baixada de Jacarepaguá. De comprimento, a Lagoa tem cerca de 9 quilômetros. Nos pontos mais largos, 550 metros e uma profundidade que varia de até 12 metros. O manguezal da lagoa é composto por três espécies de árvores típicas: os mangues

vermelho negro e branco e uma fauna formada por aves, micos, capivaras, e outras aves, além de tainhas, carpas, savelhas, siris, caranguejos e camarão. Entre as aves mais importantes do manguezal se destacam o Biguá, o Maguari, a Garça Branca Grande e a Pequena, o Socozinho, o Socó Dorminhoco, o Bem-te-vi, o Martin Pescador, dentre outros.



Figura II.5.3.I-8 - Lagoa de Marapendi.

Fonte: www.banstur.com.br/rj_lagoamarapendi.jpg

Atrativos Históricos e Culturais

Como atrativos históricos e culturais podem ser citados a Catedral Metropolitana; Mosteiro de São Bento; Ig N^a S^a da Glória do Outeiro; Igreja da Candelária; Igreja de Nossa Senhora da Penha; Igreja N^a S^a de Bonsucesso; Igreja de São Francisco; Fortaleza de São João/ Forte de São José; Forte de Copacabana; Museu Casa do Pontal; Museu da Chácara do Céu; Museu de Arte Moderna; Museu do Primeiro Reinado; Museu de Belas Artes; Museu do Telefone; casa França Brasil; Centro Cultural dos Correios; Centro Cultural Moreira Salles; Museu Histórico Nacional; Museu Internacional de Arte Naïf; Palácio do Catete; Palácio Gustavo Capanema; Teatro Municipal; Centro Cultural Banco do Brasil e o Centro Cultural Light.

Ainda podem ser citados:

Confeitaria Colombo: retrato vivo da *Belle Époque* carioca e marco da valorização da gastronomia na cidade, a Confeitaria Colombo guarda, ainda hoje, muito do seu estilo *Art Nouveau* do início do século XX. Seus famosos espelhos belgas, suas molduras e vitrines em jacarandá, as bancadas de mármore italiano, os lustres, o piso e o belo mobiliário permanecem intactos.

Copacabana Palace: um dos primeiros hotéis da cidade a ser construído à beira-mar reflete fielmente a influência cultural europeia de sua época com um estilo requintado de hospedagem. Inaugurado em 1923, o hotel acabou se tornando um símbolo do Rio, sendo o preferido de artistas, políticos, executivos e personalidades internacionais e grandes recepções, tendo sido tombado pelo Patrimônio Histórico.



Figura II.5.3.I-9 - Hotel Copacabana Palace.

Acervo Riotur

Maracanã: constituiu-se em um dos mais importantes patrimônios turísticos e culturais do país, considerado o maior estádio do mundo. Foi construído em 1950 para sediar a Copa do Mundo, e projetado para receber 166.369 pessoas. Hoje, após as reformas, comporta um público de 87.101.

Esportes Náuticos

Desde os anos 70 o surfe tem movimentado, e muito, os inúmeros quilômetros de praias do Rio de Janeiro, mas os adeptos desse esporte selecionaram apenas algumas que são consideradas as de melhor formação de ondas, como as praias do Arpoador, da Barra, da Macumba e do Grumari. O mergulho também é praticado nas ilhas litorâneas do Rio de Janeiro, como as Ilhas Cagarras, em frente a praia de Ipanema.

A pesca esportiva também é praticada por grupos em alto mar, nas Ilhas Costeiras, na Baía de Guanabara, bem como nas Ilhas Tropicais da Baía de Sepetiba, nas ilhas Cagarras e Ilha Grande.

Também no município do Rio de Janeiro é bastante desenvolvido o esporte de vela, com regatas nacionais e é ponto de passagem de regatas internacionais. Em suas praias, lagoas e na baía de Guanabara, durante todo o ano, ocorrem eventos ligados a esta modalidade de esporte náutico. Conta com clubes e uma federação que organiza a agenda de concursos e regatas. Dentre estes destacam-se a Escola de Velas C&L, que é uma escola de latismo e Navegação para crianças, adolescentes e adultos, oferecendo cursos de vela em diferentes embarcações; cursos de Vela Oceânica durante travessias realizadas pelo litoral brasileiro; cursos preparatórios para habilitações náuticas; aluguel de embarcações e a Federação de Vela do Rio de Janeiro – FEVERJ, que detém Informações sobre campeonatos e regatas. Seguem abaixo os referidos clubes e federações, no **Quadro II.5.3.I-1**.

Quadro II.5.3.I-1 - Clubes Náuticos do Rio de Janeiro .

Clubes	Endereços	Contatos
Clube de Regatas Guanabara	Av. Repórter Nestor Moreira 42 Botafogo	Tel:(21)22952647/2597 fax(21)22951796
Clube dos Caiçaras	Av. Epitácio Pessoa s/n Lagoa	Tel:(21)25294823/25294800
Clube Naval Piraquê	Av. Borges de Medeiros 2364 Lagoa	Tel:(21)30776000
Escola de Velas C&L	Av. Infante D. Henrique Lojas A2 e A 5 Marina da Glória Centro	Tel:(21)25561720 email:clvela@clvela.com.br
Federação de Vela FEVERJ	Praça Mahatma Gandhi2/1210 Centro	Tel:(21)25330194/fax:2220-8785 e-mailfeverj@feverj.org.br
late Clube do Rio de Janeiro	Av. Pasteur 333 Urca	Tel:(21) 25431244
late Clube Jardim Guanabara	Rua Orestes Barbosa 229 Ilha do Governador	Tel:(21)24661416 /24662223

Município de Niterói

A atividade turística de Niterói tem se realizado de forma complementar a do município do Rio de Janeiro. A prefeitura de Niterói busca desenvolver roteiros integrados com os da cidade do Rio de Janeiro, além de incentivar o turismo de negócio, visando absorver o excedente de turistas daquela cidade.

De acordo com as informações da Nelltur, a cidade de Niterói oferece várias atrações turísticas entre museus, praias, fortalezas, fortes e construções históricas (site ww.nelltur.com.br/ em fevereiro de 2009).

Atrativos Naturais

As praias de Niterói são divididas em praias da baía e praias oceânicas. Praticamente todas estão em zonas residenciais, consideradas zonas nobres, sendo que em Jurujuba e Itaipu, ao lado de equipamentos turísticos e casas de veraneio, encontram-se as entidades de pesca.

Praia de São Francisco: praia da Baía de Guanabara possui 750 m de extensão, amendoeiras e gramíneas que ocupam parte da praia. Suas águas são calmas, com areia clara e fina. Localiza-se numa área residencial. Conta com calçadão em toda a orla usado para passeios, jogging e ciclismo. É ideal também para a prática de esportes a vela. É margeada por bares e restaurantes, pontos da maior badalação noturna da cidade. Em uma colina no final da praia, encontra-se a Igreja de São Francisco Xavier.

Praia de Charitas: praia da baía, encontra-se localizada em bairro residencial, pontilhada de bares, restaurantes, casas noturnas e quiosques no calçadão. De areia clara e águas calmas, seu nome deriva de "cáritas" (caridade, em latim). É muito frequentada por praticantes de *windsurf* e esqui-aquático. Com 1.000 m de extensão, é local de pouso de praticantes de vô livre.

Praia de Icaraí: localizada no interior da Baía de Guanabara, sua denominação significa em Tupi "água benta, água santa, rio sagrado ou rio salgado". Com 1.200 m de extensão e vegetação composta de amendoeiras e coqueiros, é a mais conhecida da cidade. Mantém espaço para diversos esportes e um calçadão que permite jogging e caminhadas ou apenas admirar o belíssimo panorama. Também

é palco dos maiores eventos promovidos na cidade. Dela, avista-se a Pedra do Índio, a Pedra de Itapuca, o Museu de Arte Contemporânea – MAC e parte da cidade do Rio de Janeiro, destacando-se o Corcovado e o Pão de Açúcar.

Praia de Gragoatá: pequena praia ao lado do forte homônimo, com águas tranqüilas e esverdeadas, seu nome deriva de uma planta abundante no local (gravatá: caroá duro, bromélia de fibra resistente). De areia escura e fina, possui 80 m de extensão.

Praia da Boa Viagem: com extensão aproximada de 450 m, possui águas claras e esverdeadas, com areia clara e fina. Dela, avista-se, à direita, a passarela de cimento que dá acesso à ilha de mesmo nome; e, à esquerda, o Museu de Arte Contemporânea – MAC.

Praia das Flechas: também localizada no interior da baía de Guanabara, entre as praias da Boa Viagem e a de Icaraí. Possui 400 m de extensão. Há duas hipóteses para sua denominação: a primeira relacionada às flechas utilizadas pelos índios; e a outra, a mais provável, supõe que derivou da planta abundante nos brejos locais, da qual se originam a flecha e a paina da flecha. Dela, pode-se ver as duas pedras históricas: Pedra do Índio (semelhante à cabeça de um índio com cocar) e a Pedra de Itapuca (do tupi, pedra furada).



Figura II.5.3.I-10 - Praia das Flechas.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Niter%C3%B3i>

Praia de Jurujuba: localizada na Baía de Guanabara, com águas escuras e calmas. Possui 300 m de extensão, margeada por estreita calçada com ipês e amendoeiras. A enseada de Jurujuba é cenário da Festa de São Pedro dos Pescadores, realizada anualmente em 29 de Junho. Na orla, há vários restaurantes típicos de frutos do mar e bares. Seu aspecto é bastante rústico e seu nome significa "pescoço amarelo ou ruivo, barba ruiva ou loura". Nela encontra-se a colônia de pescadores.

Praias de Adão e Eva: localizada no interior da baía, próxima à entrada da Baía de Guanabara, dando acesso à Fortaleza de Santa de Cruz. É constituída por duas praias gêmeas, a primeira tem 250 m e a segunda 150 m. Possui águas calmas e de coloração esverdeada, com areias claras e finas.



Figura II.5.3.I-11 - Praias da Baía.

Fonte; http://www.neltur.com.br/pt_atrat_praias.htm

As praias oceânicas, pela sua localização são as mais frequentadas pelos turistas de outros municípios. Destacam-se:

Praia de Piratininga: com aproximadamente 2.700 m de extensão, Piratininga (do tupi, "secagem de peixe" ou "peixe a secar") é dividida em duas praias. O trecho maior, chamado "praião", com pequenas ondas, areia e águas claras, possui quiosques especializados em frutos do mar. Contrastando com ela, a "prainha" (com a famosa Pedra da Baleia), na extremidade norte, por se apresentar bastante calma, é o refúgio de centenas de niteroienses e cariocas nos fins de semana.

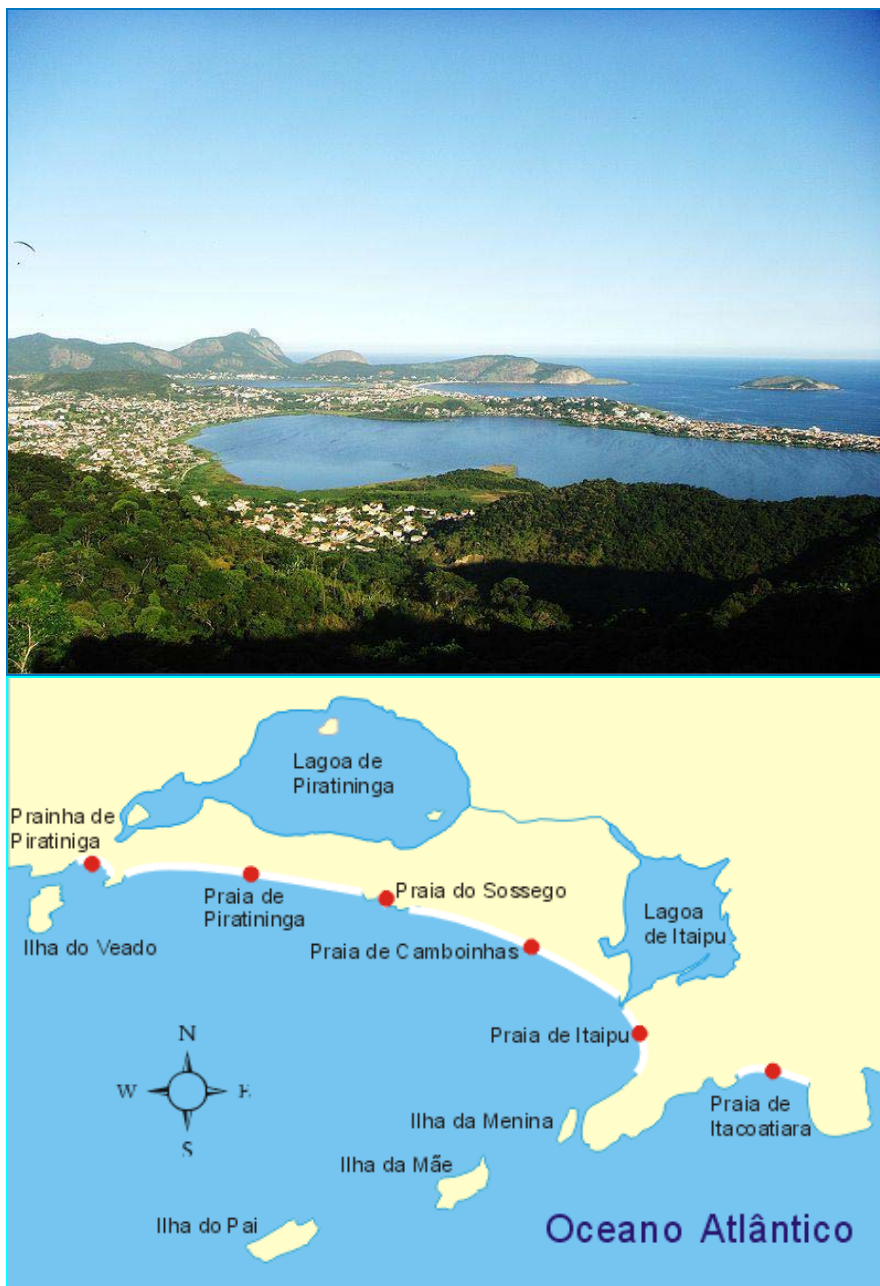


Figura II.5.3.I-12 - Praias oceânicas.

Fonte: http://www.neltur.com.br/pt_atrat_praias.htm

Praia do Sossego: localizada entre Piratininga e Camboinhas, é de difícil acesso para pedestres. De pequena extensão, é bastante frequentada pelos que vem pelo mar em lanchas e iates, pois sua trilha não é muito conhecida. É um dos mais belos recantos da cidade e patrimônio natural do município.

Praia de Camboinhas: com 2.600 m, suas águas são transparentes e esverdeadas e sua areia, clara e fina. É uma extensão da Praia de Itaipu. procurada para a pesca de arremesso, pelos velejadores e pelos windsurfistas. Sua orla é repleta de quiosques especializados em frutos do mar, servidos à beira-mar. Seu nome reporta-se ao encalhe de um navio com o mesmo nome. Entre a praia e a lagoa de Itaipu, encontra-se o sofisticado bairro Camboinhas.

Praia de Itaipu: localizada no final da estrada de mesmo nome, é a única praia oceânica de Niterói que apresenta águas sempre calmas, com aproximadamente 1.000 m de extensão. É uma das áreas mais antigas, com sua colônia de pescadores, uma igreja do início do século XVIII, o Museu de Arqueologia, contrastando com as modernas casas de veraneio. Seu nome, na língua Tupi, significa "água que sai do meio das pedras". Possui restaurantes a beira-mar especializados em frutos do mar. O canal de ligação da laguna com o oceano é o limite natural entre a praia de Itaipu e a de Camboinhas.

Praia de Itacoatiara: possui 700 m de extensão e significa em Tupi "pedra escrita, riscada ou que tem inscrição". Possui vegetação exuberante, suas águas são transparentes e azuladas. Paraíso dos surfistas é pequena e uma das mais frequentadas pela juventude, e das que oferece maior riqueza de paisagem. No recanto direito, fica a "Prainha", uma pequeníssima praia completamente protegida das ondas. O bairro de Itacoatiara é residencial de alto luxo, com condomínios e mansões.

Serra da Tiririca: divisor de águas da bacia do sistema lagunar de Piratininga e Itaipu, é o limite natural entre os municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá, apresentando uma cobertura florestal de Mata Atlântica em boas condições. É uma área de preservação permanente. A população de orquídeas e a fauna nativa vêm sendo reduzidas pela coleta e caça predatória e pelas queimadas. Ainda são encontrados animais como paca, mico-estrela, tatu, além de um grande número de aves. Nas baixadas, onde as florestas continham madeiras valiosas como o vinhático

e o pau-brasil, o desmatamento abriu espaço para a agricultura e a urbanização. Ainda podem ser encontradas nas matas dos morros da região, plantas importantes da flora de Mata Atlântica. O Posto de Recepção ao Visitante fica na Praia de Itacoatiara, ao lado do Clube dos Engenheiros. (<http://www.parqueserradatiririca.org>).

Atrativos Históricos e Culturais

Dentre o patrimônio arquitetônico religioso do município, destacam-se:

Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Jurujuba: foi construída na praia da Várzea, ao lado de uma pequena casa conventual, entre 1629 e 1667, e restaurada, em 1692, pelo Padre Manuel Rodrigues de Figueiredo. Em 1716, foi doada ao Convento do Carmo. Em 1839, fundou-se, na enseada de Jurujuba, a Sociedade Amantes da Religião, com a finalidade de construir e conservar a Capela de Nossa Senhora da Conceição.

Capela de Santa Bárbara: construída no século XVII, por Martins de Sá, então Governador do Rio de Janeiro, encontra-se assentada sobre a rocha viva, numa colina na entrada da baía de Guanabara, dentro de um pátio da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no exato local onde existiu, anteriormente, a bateria de dois canhões, instalada em 1555 por Nicolau Durand du Villegaignon. Em 1585, o Padre José de Anchieta, em sua carta ânua, dizia, entre outras informações de grande importância, estar a cidade do Rio de Janeiro bem defendida não só pela Fortaleza de São Sebastião, mas por várias outras, entre as quais se destacava a bateria de Nossa Senhora da Guia, mandada construir no ano anterior por Salvador de Sá. Em 1623, a aludida bateria, depois de reconstruída, passou a chamar-se Fortaleza de Santa Cruz da Barra, substituindo outra desativada no Rio de Janeiro, onde hoje se encontra a Igreja de Santa Cruz dos Militares, na rua Primeiro de Março. Ao entrar no Forte propriamente dito, vê-se logo, à esquerda, em ótimo estado de conservação, a Capela de Santa Bárbara, bem característica do século XVII.

Capela de São Pedro do Maruí: construída, em 1750, na fazenda do mesmo nome, mais tarde adquirida pelo município a fim de transformá-la em cemitério da cidade. Seu provimento data de 17 de agosto do mesmo ano. A pequena capela, do mesmo estilo das demais de sua época, foi construída pouco distante da casa-grande da fazenda, da qual não resta hoje nenhum vestígio. A capela está situada no

meio do Cemitério do Maruí, num pé de morro, onde o terreno foi rebaixado de três a quatro metros, a fim de ficar no mesmo nível das alamedas da necrópole. Em 1972, a Capela foi restaurada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Forte da Boa Viagem (Fortim da Boa Viagem-Ruínas): localizado na Ilha da Boa Viagem, na ponta da praia de mesmo nome, revela e oculta dois monumentos arquitetônicos do período colonial, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem e as ruínas de uma fortificação erguida no final do século XVII com o nome de Forte da Barra, logo depois chamado Forte da Boa Viagem.

Forte do Gragoatá: localizado na ponta do Gragoatá, com ampla visão da entrada da baía de Guanabara, foi construído entre os séculos XVII e XVIII, com o nome de Forte de São Domingos, em homenagem ao patrono da capela construída em 1652, hoje matriz de São Domingos. Limitado pela praia e pela praça homônimas, o Forte já abrigou a Seção de Comando do Grupamento Leste da Artilharia de Costa e, hoje, é sede do Comando da 2ª Brigada de Infantaria, sendo monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fortes do Imbuí e Barão do Rio Branco: localizado na atual Praia do Forte Rio Branco, foi construído um Observatório em 1555, sendo, posteriormente, armado e transformado em Bateria com a construção das primeiras bocas de fogo. Em 1863, na Ponta do Imbuí, teve início a construção da fortificação nascida com o nome de Forte D. Pedro II. A construção da fortificação - mais tarde denominada Imbuí - ficou paralisada por alguns anos, sendo reiniciada em 1893, por ocasião da Revolta da Armada, quando, então, são colocadas as cúpulas importadas da Alemanha, instalados os canhões alemães Krup e construídas as torres para os mesmos. Em 1901, são inauguradas as instalações do Forte, atualmente desativado. Os fortes são ligados por uma pequena estrada cercada de árvores e praias, compondo, com o Forte do Pico, um conjunto de três milhões e duzentos mil metros quadrados, com uma parte de Mata Atlântica preservada.

Forte do Pico ou de São Luiz: localizada no alto do morro do Pico, com entrada pelo Forte Barão do Rio Branco, estão plantadas as ruínas do conjunto arquitetônico que, no século XVIII, abrigou as fortificações do Pico ou São Luiz. Atualmente, as construções do Pico, ainda, preservam, guaritas e muros de pedra já cobertos de vegetação, portões de acesso, corredores, galerias e túneis e

largos pátios rochosos. Do alto do Pico, avista-se, de um lado, a Fortaleza de Santa Cruz, o Morro da Urca e o Pão-de-Açúcar; e, de outro, o Forte do Imbuí.

Fortaleza de Santa Cruz: em 1555, Villegaignon improvisou uma fortificação para a defesa da entrada da baía de Guanabara. Com uma área construída de 7.153 m², a capela de Santa Bárbara, em estilo colonial, passou por reformas e teve seu poder de fogo ampliado por ordem do Vice-Rei Conde de Cunha, visando proteger o embarque do ouro de Minas Gerais, feito no Porto do Rio de Janeiro.

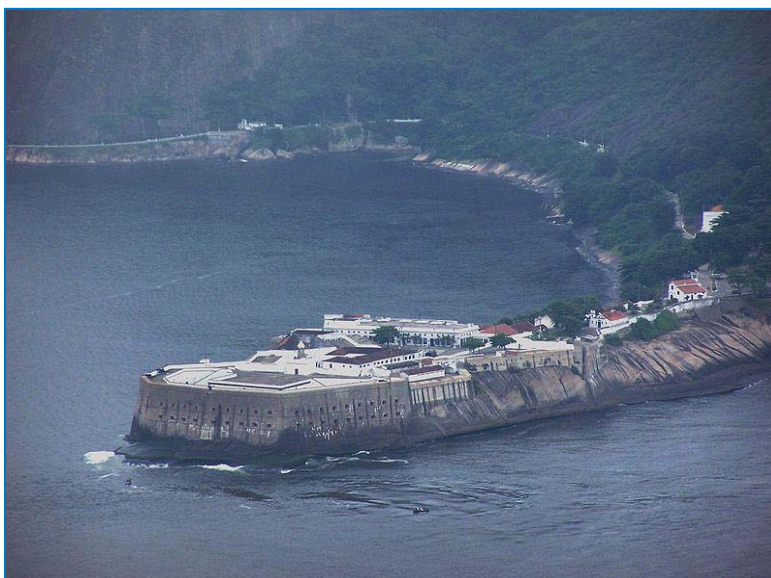


Figura II.5.3.I-13 - Fortaleza de Santa Cruz Vista do Pão de Açúcar e Bateria de Canhões.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_de_Santa_Cruz

Museu de Arte Contemporânea: localizado no alto do Mirante da Boa Viagem, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado em 6 de setembro de 1996. A estrutura de linhas circulares do edifício apresenta-se como uma escultura de 16 metros de altura em praça aberta, em que o espelho-d'água colocado em sua base e a iluminação empregada conferem grande leveza. A rampa sinuosa externa conduz ao interior, com dois pavimentos. No segundo pavimento, estão a sala de exposições e a varanda panorâmica, envidraçada, também reservada para mostras. O mezanino, por sua vez, que circunda todo o interior do museu, é dividido em salas menores, destinadas a exposições. No subsolo, encontram-se uma área para armazenagem de obras, um bar, um restaurante e um auditório para conferências.

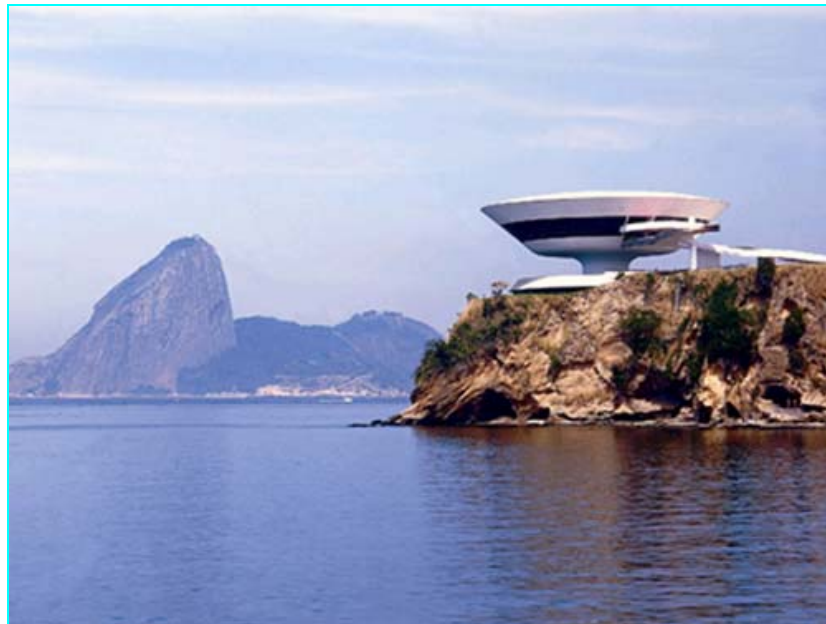


Figura II.5.3.I-14 - Museu de Arte Contemporânea – MAC.

Fonte: <http://www.macniteroi.com.br/?op=arquitetura>

Museu Antônio Parreiras: instituído pelo Decreto Lei nº 219 de 24 de janeiro de 1941, o Museu foi inaugurado em 21 de janeiro de 1942, como o primeiro museu brasileiro dedicado a um só artista. Sua sede, antiga residência do pintor, construída em 1893, está situada em um parque arborizado de 5 km², formada por três prédios autônomos. Possui acervo que reúne cerca de 600 peças ligadas às mais variadas tendências estéticas da arte nacional além de uma coleção estrangeira bastante significativa. O Museu foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura II.5.3.I-15 - Museu Antônio Parreiras

Fonte: www.coseac.uff.br/cidades/foto24.htm

Museu de Arte Sacra: situado no salão Nobre da Igreja Nossa Senhora da Conceição, funciona em horário experimental, no primeiro domingo de cada mês. Possui rico acervo de valor histórico e religioso, como uma Pia Batismal em mármore do século XVIII, pratarias do século XIX, imagens de arte imaginária dos santos esculpidas em madeira do século XIX, entre outros. A peça de maior importância é um Relicário do século XVIII, com fragmentos da Cruz de Cristo, o que contempla a cidade de Niterói com grande louvor. Na Sexta-Feira da Paixão, o Relicário sai para veneração.

Museu do Ingá (Museu de História e Arte do Estado do Rio de Janeiro): foi sede do governo desde 1904 até a fusão do estado do rio com o estado da Guanabara. Conhecido como Palácio Nilo Peçanha, foi utilizado para a implantação do Museu de Artes e Tradições Populares, inaugurado em 18 de Março de 1976, e do Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, inaugurado em 23 de Março de 1977. Em 1991, pelo decreto, passaram a constituir uma única unidade, denominada Museu de História e Arte do Estado do Rio de Janeiro. O acervo é constituído de, aproximadamente, 4.800 peças entre mobiliário, porcelana, acessórios de indumentária, cristais, esculturas, fotografias e numismática. Entre as variadas expressões de cultura popular, destacam-se peças de indumentária e complementos de folgedos e danças folclóricas,

artesanato fluminense e de outros estados, instrumentos de trabalho doméstico e rural, objetos afro-brasileiros, objetos representativos de festas populares, adornos e utensílios domésticos, brinquedos, ex-votos, literatura de cordel, artesanato indígena etc. Dentre esse acervo, destacam-se peças de Mestre Vitalino, Zé Caboclo, Carrancas do Guarani e esculturas de Mudinho.



Figura II.5.3.I-16 - Museu do Ingá.

Fonte: http://www.neltur.com.br/port/aondeir_mus_inga.htm

Museu de Arqueologia de Itaipu: localizado no bairro de Itaipu, tem como objetivo principal o desenvolvimento de um programa educativo-cultural direcionado para as escolas e a comunidade local, por meio da divulgação de material arqueológico pré-histórico. Seu acervo é composto por objetos testemunhos dos povos que viveram na região antes de 1500 e traduzem elementos de sua cultura material. São machados de pedra, pontas de ossos, lascas de quartzo com variadas funções, polidores, peças cerâmicas e conchas provenientes dos sítios arqueológicos do litoral fluminense. Aberto ao público pela primeira vez, em 1977, o Museu dispõe de sala para exposição de material arqueológico e espaço para exposições temporárias e eventos na antiga Capelinha do Recolhimento.



Figura II.5.3.I-17 - Museu de Arqueologia de Itaipu.

Fonte: <http://www.niteroitv.com.br/guia/pontosturisticos2.asp>

Solar do Jambeiro: localizado no bairro do Ingá, foi construído em 1872. De acordo com descrição técnica do SPHAN, o sobrado apresenta fachadas totalmente revestidas de azulejos portugueses de padrão e beirais constituídos por telhões de louça. Ao centro da fachada principal, no térreo, uma varanda-pórtico com estrutura de ferro fundido e lambrequins documenta a presença de elementos da Revolução Industrial. As janelas em folhas de vidro e postigos interiores apresentam bandeiras, também em vidro, com desenhos de taça da qual saem curvas caprichosas. Os azulejos desse prédio constituem um dos mais importantes conjuntos de azulejos do século XIX existentes no Brasil. O salão Rosa, com seu teto representando as estações do ano, é tido como um dos mais bonitos existentes em casas particulares do Brasil.



Figura II.5.3.I-18 - Solar do Jambeiro.

Fonte: <http://www.solardojambeiro.com.br/>

Esportes Náuticos

Niterói conta com três clubes ligados ao esporte náutico, conforme **Quadro II.5.3.I-2**.

Quadro II.5.3.I-2 - Clubes Náuticos de Niterói.

Clubes	Endereços	Contatos
Icaraí Praia Clube	Home Page: www.praiaclubesfco.com.br	
Iate Clube Icaraí	Home Page: www.iateclubeicarai.com.br End: Estrada Leopoldo Froes 450 Icaraí	Tel: (21) 2711-4022
Clube Naval	Home Page: www.cncharitas.com.br End: Av. Carlos Ermelindo Marins 68 Jurujuba	Tel: (21) 2109-8100

Fonte: home pages acessadas em 2010.

Município de Maricá

Situado no litoral do estado do Rio de Janeiro é conhecido por seu patrimônio histórico e natural. Com belas praias oceânicas, dentre as quais destacam-se a de Jacaré, Ponta Negra, Barra de Maricá, do Francês e Itaipuaçu, sua topografia peculiar cria um ambiente propício à prática de esportes como vôo livre, trekking e mountain bike, dentre outros.

A atividade econômica em geral tem como base as atividades agro-pastorais, indústrias de pequeno porte, exploração minerais, construção civil, pesca e turismo, sendo a principal modalidade o de segunda residência.

Atrativos Naturais

Restinga de Maricá: localiza-se entre a Ponta de Itacoatiara e Ponta Negra, com uma faixa arenosa com 42 km de extensão e largura variável, que acompanha o litoral desde Ponta Negra até ponta de Itaipuaçu, sendo circundada pela Pedra do Elefante, Ponta Negra, Oceano Atlântico e o complexo lacustre de Maricá, com a Lagoa de Maricá, Barra, Padre e Guarapina. Apresenta trechos de vegetação típica de restinga com cactus, bromélias, espécies diversas de gramíneas e arbusto de baixo porte. Aproximando-se do mar, esta vegetação é substituída por dunas, solo e areias claras e grossas.

Praia da Barra de Maricá: situada entre as Praias de Itaipuaçu e Guaratiba, tem extensão de 9 km e largura entre 15 e 20 m, com vegetação rasteira típica de restinga, apresentando águas transparentes e esverdeadas, com areias claras. No seu entorno encontra-se a área de restinga de Maricá, a lagoa de Maricá (Bairro de Zacarias, onde se localiza a vila de pescadores), e um grande número de construções, quiosques e as dunas que, ainda se encontram preservadas.

Praia de Ponta Negra: praia oceânica, situada no extremo leste da restinga de Maricá, com 5 km de extensão e largura entre 20 e 30 m, com águas frias, transparentes e areias claras. A paisagem é formada por Ponta Negra e seu farol, pela restinga de Maricá, pela Lagoa de Guarapina e pelo canal de ligação, entre as lagoas de Guarapina e do Padre ao oceano. Nesse trecho é mais propício a banhos e a prática do surf.



Figura II.5.3.I-19 - Ponta Negra: formação rochosa.

<http://www.marica.rj.gov.br/desenvolvimentoeconomico/index2.php>

Praia de Jaconé: situada entre a praia de Ponta Negra e divisa do município de Saquarema, constitui-se em uma praia oceânica, com extensão de 4 km e largura de 25 m. Apresenta vegetação rasteira, típica de restinga, com águas esverdeadas, temperatura agradável, areias finas e claras.

Praia de Araçatiba: situada na lagoa de Maricá, a cerca de 1 km do centro da cidade, com 200 m de extensão e 8 m de largura, apresentando águas de temperatura agradável, propícia para o banho, prática de esportes e caminhadas. A praia é cercada por construções, pela Capela de São Pedro, ancoradouro de barcas, onde se encontra a Cruz do Padre José de Anchieta, e amendoeiras na orla da praia.

Praia de Cordeirinho: situada entre as praias de Ponta Negra e Guaratiba, constitui-se também em uma praia oceânica, com 4,5 km de extensão e largura entre 15 e 20 m, própria para o banho, onde é praticada a pesca de linha. Conta com vegetação rasteira típica de restinga, predominando espécies de gramíneas, águas transparentes e esverdeadas, com areias claras. Na paisagem circundante destacam-se a vegetação, a restinga e a lagoa do Padre.

Praia de Guaratiba: praia oceânica, situada entre as praias da Barra de Maricá e Bambuí. Encontra-se circundada pela restinga de Maricá, a lagoa da Barra de Maricá e um grande número de casas de veraneio. Possui uma extensão de 4 km e largura entre 15 e 20 m, própria para o banho, onde também é praticada a pesca de linha. Apresenta vegetação de restinga, predominando espécies de gramíneas.

Praia de Itaipuaçu: praia oceânica, com extensão de 15 km, é circundada pela Pedra do Elefante (mata atlântica e mirante), Serra da Tiririca, Pedra de Itaocaia, além de grande número de construções. Nela é praticada a pesca de linha, sendo própria para o banho.

Praia de Jacaroá: praia lacustre, com 150 m de extensão e 6 de largura, estando cercada pela Ponta da Cardoso, Restinga de Maricá, e por parte da Ilha da Cardoso. É propícia a banhos, apresentando boas condições para ancorar pequenas embarcações, e para a pesca de linha e rede.

Lagoa de Maricá: localizada à 1 km do centro da cidade, com área de 18,74 km², interliga-se com as lagoas da Barra, Padre, Araçatiba e Guarapina, esta última ligando o complexo lacustre de Maricá ao oceano, na altura de Ponta Negra. Apresenta vegetação variada, ao sul, típica de restinga e nos trechos alagadiços destaca-se a taboa, cujas folhas são usadas para tecer esteiras e cestas. É circundada pela restinga de Maricá, Ponta do Boqueirão e o Canal de São Bento. Nela é praticada a pesca de rede, de linha e esportes náuticos.



Figura II.5.3.I-20 - Lagoa de Maricá.

<http://www.marica.rj.gov.br/desenvolvimentoeconomico/index2.php>

Lagoa de Guarapina: localizada a nordeste de Ponta Negra, com extensão de 6,5 km. A vegetação encontra-se bastante devastada, exceto junto à foz do rio Doce, onde a vegetação é de várzeas. A paisagem é composta pela restinga de Maricá, pela área urbana de Ponta Negra e pelo canal que liga as lagoas de Guarapina e do Padre ao mar. Destaca-se também a Serra de Jaconé, com vegetação tropical preservada. Propícia a pesca e a esportes náuticos.

Lagoa de Jaconé: situada na divisa dos municípios de Maricá e Saquarema. A paisagem composta pela praia de Jaconé, com vegetação rasteira pela Serra de Jaconé, com vegetação tropical densa. Pratica-se a pesca embarcada e de tarrafa, além da pesca de molinete.

Lagoa da Barra: situada entre a restinga de Maricá e a Serra do Caju, com área de 6,52 km², sendo subdividida em duas, pelas Ponta da Preguiça e do Fundão. Encontra-se nela a Ilha da Cardoso, com vegetação preservada e a praia de Jacaroá, trecho mais utilizado para banhos. Propícia a esportes náuticos, a pesca de linha e a da rede, principalmente próximo à Ponta da Preguiça e Ilha da Cardoso.

Lagoa do Padre: situada entre as lagoas da Barra e de Guarapina, com área de 2,20 km², sendo circundada pela restinga de Maricá e diversos loteamentos de veraneio. É a menor do complexo lacustre de Maricá. Não há ilhas ou praias. Nela é praticada a pesca de linha, de rede e esportes náuticos.

Atrativos Históricos e Culturais

Paróquia de Nossa Senhora do Amparo: pelo Alvará de 12 de janeiro de 1775, constituiu-se a atual Paróquia de Nossa Senhora, da velha Paróquia de Santo Antônio de Sá (atual Igreja de São José). Em 08 de dezembro de 1802, foi benta e para ela transladada a imagem de Nossa Senhora do Amparo. Foi construída com mão-de-obra escrava, ao longo de 14 anos, ao menos em sua parte principal, sendo utilizados pedra e barro, com paredes de rara espessura. A construção foi assentada sobre uma elevação de 3 metros, com o objetivo de proteção, já que nas cheias a água avançava. Em estilo colonial, janelas no alto, seu interior lembra o rococó, altar mor de rara beleza, em transição do barroco com o neoclássico.

Capela de São José de Imbassaí: pequena capela construída em 1675, onde, em torno dela, formou-se o primeiro povoado de Maricá. Arquitetura de valor histórico e ambiental de estilo jesuítico caracteriza-se pela simplicidade. Está voltada para o canal de São Bento, avistando-se do local a lagoa e a restinga de Maricá, além das pedras de Inoã e dos Macacos.

Capela de Nossa Senhora da Saúde: situada às margens da RJ-114, em pequeno outeiro, avista-se todo o Vale da Saúde (Ubatiba), tendo ao fundo a Serra do Lagarto. Margeando a estrada destaca-se o rio Roncador.

Capela de São Pedro: situada em Araçatiba, em homenagem aos pescadores.

Prédio da Casa de Cultura/Antiga Câmara e Cadeia: localizada no centro da cidade, constitui-se em uma construção do século XIX, tendo sido projetada para satisfazer as exigências administrativas e jurídicas da comunidade. A simetria da construção parece advir dos padrões neoclássicos, assim como seu frontão

triangular. Em seu entorno encontra-se a Casa do Futuro, a Biblioteca Municipal e a Matriz de Nossa Senhora do Amparo.

Fazenda do Pilar: casarão do período colonial, onde ficaram hospedados a Princesa Isabel e o Conde D'Eu.

Fazenda Itaocaia: construção do ciclo da cana-de-açúcar de Maricá, que também servia como local de encontro entre D. Pedro I e a sua famosa amante Marquesa de Santos, sempre que o imperador viajava para Cabo Frio. Conta com as ruínas da senzala, a capela quase intocada e o seleiro secular.

Farol de Ponta Negra: situa-se no alto, auxiliando as embarcações ainda hoje. Sua manutenção é executada pela Marinha, sendo sua data de construção de origem desconhecida, servindo também como mirante.

Município de Itaguaí

A Região Costa Verde onde está situado o município de Itaguaí possui belezas naturais e sítios históricos. Cercada por colinas e montanhas de exuberante vegetação de um lado, e pelo belíssimo mar do outro, a Costa Verde é um local onde se pode seguramente desfrutar da natureza. A integração da fauna, flora, praias, ilhas, área submersa e animais é um somatório de belezas naturais e patrimônio cultural material e imaterial. Além de trilhas e passeios na Mata Atlântica, a região tem vocação para turismo cultural, ecológico, de lazer e esportes náuticos. Nessa região o turismo é a principal atividade econômica e o maior empregador, em especial nos municípios de Parati e Mangaratiba.

Itaguaí é citado em muitas obras da literatura brasileira, sendo a mais conhecida, e quase um dos símbolos da cidade o livro "O alienista", de Machado de Assis, onde a Vila de Itaguaí é o lar do Doutor Simão Bacamarte, apresentado, na obra, como filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil e que, através de métodos pouco ortodoxos e com o pressuposto de curar os loucos da cidade, termina por aprisionar a quase todos dela em sua Casa Verde, o manicômio da cidade. A cidade conta com um Teatro Municipal e um Centro de Cultura.

Atrativos Naturais

Praia Vila Geny: situada no Distrito de Coroa Grande, possui 150 m de extensão, e apresenta águas escuras e de temperatura fria com areias grossas, formando a estreita faixa arenosa da praia. Da praia avista-se a baía de Sepetiba, com as Ilhas de Itacuruçá, Martins e dos Cabritos.

Praia de Fora: situada na Ilha da Madeira, na parte leste, a 11 km do Centro, tem 500 m de extensão. Circundada por densa vegetação na encosta próxima e junto a faixa de areia, também apresenta águas escuras e de temperatura fria com areia e granulação fina e escura. Completando o entorno da paisagem, avista-se do local as faixas arenosas das Ilhas de Itacuruçá, Martins, Andorinhas e do Gato. Há ainda casas residenciais e comerciais, um hotel e a presença de embarcações de pequeno e médio calado.

Praia do Funil: situada no lado oposto da praia do Leste na Ilha do Martins, distrito de Coroa Grande, dista 1,5 milhas da praia de Coroa Grande. Possui 200 m de extensão e apresenta vegetação exuberante, destacando-se palmeiras, coqueiros e amendoiras, além de plantas rasteiras que provocam uma coloração esverdeada em suas águas transparentes e de temperatura fria. Seu ancoradouro atende exclusivamente às excursões de uma operadora de turismo. Possui estrutura de restaurante.

Ilha dos Martins: situada na parte norte da baía de Sepetiba, distrito de Coroa Grande, a ilha é rodeada pelas Ilhas de Itacuruçá, da Madeira com o Terminal Portuário de Sepetiba (atual Porto de Itaguaí), das Cabras, do Gato e das Ostras. A Mata Atlântica é exuberante nessa região e é entremeada por coqueiros, cuja quantidade aumenta na parte oeste, indo terminar rente à água, dando dessa forma um aspecto peculiar às ilhas da região. Os costões da ilha são bastante propícios à pesca de anzol e à submarina, sendo maior a incidência do camarão rosado e o parati. Em sua porção leste a ilha se estreita e forma uma reentrância com praia de ambos os lados: a do Leste e a do Funil. Existem ainda as praias do Braz e do Meio.

**Figura II.5.3.I-21 - Ilha da Madeira**

www.jornallivre.com.br/216710/caracteristicas

**Figura II.5.3.I-22 - Ilha de Itacuruça**

guiadolitoral.uol.com.br/rio-santos-2599_2009

**Figura II.5.3.I-23 - Porto de Itaguaí**

Fonte : Rio de Janeiro spaceblog

Ilha da Madeira: é um bairro do município de Itaguaí que, por estar situado muito próximo à costa, foi executado um aterro que anexou a ilha ao continente. A ilha é arborizada, contando com comércio, praias, barcos, uma nesga de montanha verdinha. Dela é possível avistar as ilhas de Itacuruçá e Jaguanum no horizonte. O ponto ainda atrai aos amantes da pesca submarina e também aos pescadores oceânicos e os de simples caniço.

Serra do Matoso: com 420 m de altitude está inserida na Serra das Araras, ainda preservando grandes áreas de Mata Atlântica. Constitui-se em um atrativo para os praticantes de voo livre.

Serra da Calçada: antiga Serra de Itagoay, na estrada dos Teixeiras, no bairro Raiz da Serra, localiza-se o Caminho do Ouro, hoje denominada Rota da Independência. O ponto culminante é o Mirante do Imperador, a 628 metros de altitude, com uma vista panorâmica da região. Abaixo do mirante, encontra-se a Pedra de Santo Antônio, também conhecida como Pedra da Inscrição de Bronze com fragmentos dos dizeres: "Prezidência de Província – 1822", que marca a passagem da comitiva do Imperador D. Pedro I, para São Paulo, para Proclamar a Independência do Brasil. Documentos oficiais mostram que o caminho que ligava as Minas Gerais ao Rio de Janeiro, principalmente o de Parati, ofereciam diversos perigos ao metal transportado para o porto do estado, além da distância que havia até acessar tal porto. Surgiu então a imponência do Caminho denominado "Estrada Real", "Serra da Calçada", "Caminho de Terra Firme", dentre outros.

Cachoeira da Mazomba: localizada no rio Mazomba, no distrito de Mazomba, tem 15 m e 3 saltos. Suas águas são claras, transparentes e de temperatura fria. As águas da cachoeira do rio Mazomba são administradas pela CEDAE. O banho só é permitido com sua autorização, de modo a evitar a poluição e depredação do local. A paisagem circundante é composta por um imenso bananal, coqueiros, cana-de-açúcar, a casa sede da CEDAE e grandes rochas que ladeiam a cachoeira.

Cachoeira do Bicão: cachoeira artificial, formada por represa com altura de 3 m num único salto, situada na rodovia Rio-Santos.. A paisagem circundante é composta por residências, barracas rústicas e bananeiras, mangueiras, angicos além de capinzais. O nome da cachoeira é originário de um cano, conhecido como Bicão.

Cachoeira de Itimirim: pode ser vista da BR-101, e possui dois saltos com 50m de altura. A paisagem circundante é constituída por árvores de médio e grande porte, como angicos e pinheiros e árvores frutíferas como bananeiras e mangueiras. Grandes rochas e pedras circundam a cachoeira.

Cachoeira do Itingussú: avistada da BR-101, situa-se na divisa dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Possui vários saltos com altura total de 50m e suas águas são frias. No local, são encontradas, ainda, pedras e rochas e um reservatório de água denominado Barragem de Itingussú, com capacidade de

500.000 litros de água. Após as quedas o rio continua seu curso encachoeirado, formando diversas duchas e piscina natural, conhecida como Poço da Sereia. A paisagem circundante é constituída por árvores de médio e grande porte, como angicos e pinheiros e árvores frutíferas como bananeiras e mangueiras.

Atrativos Históricos e Culturais

Igreja Matriz de São Francisco Xavier: situado no alto de uma colina, foi fundada pelos Jesuítas em 1718, tendo sido suas obras concluídas em 1729. Pertence também à Igreja o Patronato São José e o Cemitério secular, com ricos e antigos mausoléus de mármore e figuras simbólicas. Um deles pertence ao Conde de Itaguaí e seus descendentes; em outros, membros da Família Sá Freire.

Chafariz: localiza-se na antiga “Estrada Geral”, que fazia parte do caminho para São Paulo. Foi inaugurado pela Câmara Municipal, no ano de 1847, a fim de abastecer de água a população. Foi ponto de parada do Imperador D. Pedro I e sua tropa.

Estação Ferroviária: inaugurada em meados de 1926, localiza-se no centro da cidade, encontrando-se há nove anos desativada. A Prefeitura, em acordo feito com a Rede Ferroviária Federal, recuperou e restaurou o prédio, onde hoje funciona um Centro Cultural.



Figura II.5.3.I-24 - Estação ferroviária.

Fonte: Luiz Antonio Dória in

Relógio Solar: construído em 1967 por um andarilho paraguaio chamado Gutierrez. O relógio é todo coberto por flores no extenso gramado da entrada do Cemitério (Praça D. Luis Guanela).

Como evento destaca-se a Expo de Itaguaí que é um misto de feira agropecuária e festividade popular, onde se apresentam artistas nacionalmente famosos e são recebidas caravanas de diversas cidades vizinhas. Nesse evento, realizado anualmente, são organizadas exposições, com destaque para artesanato, indústria e comércio rural. São realizados concursos voltados para atestar a qualidade de leite e exposição de animais de várias raças, além de shows musicais e rodeios. As barracas de comida oferecem culinária típica da região.

Esportes Náuticos

No que se refere aos esportes náuticos, em Itaguaí, são praticados passeios a barco e esporte de velas nos dois clubes locais.

late Clube Ilha da Madeira	Rua João da Cruz Neto 2, Ilha da Madeira	Tel (21) 2688-3920
late Clube Coroa Grande	Av. Governador Amaral Peixoto 796 Coroa Grande Itaguaí	Tel (21) 2688-3238

Município de Mangaratiba

A construção da rodovia Rio–Santos, segmento da BR-101, nos anos setenta, trouxe uma nova fase para o município, com uma grande valorização do solo urbano, bem como um incremento da construção de residências de fins de semana e férias. A nova estrada trouxe, ainda, diversas atividades ligadas ao turismo um processo de ocupação de áreas até então inacessíveis e desertas.

Nessa região os turistas vivenciam a diversidade de atrativos existente entre o mar e as montanhas, com áreas de densa mata atlântica, ilhas selvagens e praias semidesertas.

Abrigada pelo município de Mangaratiba, que conta com mais de cem praias em sua orla, Itacuruçá tem como pano de fundo, serras separadas do mar apenas por cachoeiras, nas margens da Baía de Sepetiba. Por sua situação privilegiada,

Itacuruçá foi escolhida pelas empresas de turismo marítimo para base de operações. Ali também se encontra a Delegacia da Capitania dos Portos, sentinela avançada da Marinha do Brasil. Em outro cais de turistas, saem os saveiros para as ilhas. Na alta estação das férias e nos feriados, centenas de turistas elegem estas praias e ilhas povoadas de excelentes hotéis.

Atrativos Naturais

Em Mangaratiba desenvolvem-se atividades de ecotrilhas, náuticas de turismo como passeios de saveiros e esportes náuticos. Para quem prefere pescar, a Baía de Sepetiba é o local perfeito tanto para amadores como profissionais da pesca. A caça submarina também é uma opção usual na região. Os melhores locais para pesca nas Baías de Mangaratiba e Sepetiba estão próximos às ilhas de Itacuruçá, Bandolim e Restinga de Marambaia. As espécies encontradas são camarão e os peixes: garoupa, corvina, robalo, linguado, sardinha e sororoca.

Atrativos Naturais

Cachoeira da Bengala: conta com piscina natural, cercada de vegetação da Mata Atlântica.

Cachoeira de Conceição de Jacareí: forma um escorregador natural para se alcançar uma grande piscina natural. Junto ao ponto mais elevado possui outra piscina natural, menor, usada por crianças.

Cachoeira do Rubião: localizada à direita da estrada de rodagem, por cerca de 1 km de extensão através da mata, conta com uma piscina natural, formada pela queda d' água da cachoeira denominada "Véu da Noiva".

Baía de Mangaratiba: constitui-se na maior concavidade do continente na região. Pouco profunda, a navegação é efetuada em sua parte norte por embarcações de pequeno calado. Propícia a esportes náuticos e à pesca.



Figura II.5.3.I-25 - Baía de Mangaratiba.

<http://spintravel.blogtv.uol.com.br/img/Image>

Baía de Sepetiba: a sua parte oeste é semeada de ilhas e faixa litorânea composta de praias, baixadas e terras pantanosas. Grande extensão navegável, sendo a área mais profunda próxima às Ilhas de Itacuruçá e Jaguanum. Os locais melhores para a prática de pesca são nas imediações da Ilha de Itacuruçá, Jaguanum, Bandolim e na restinga de Marambaia.

Ilha de Itacuruçá: acesso marítimo, situada há 0,3 milhas da sede de Itacuruçá. Possui um pico que se eleva a 334 m de altitude, sendo circundada por ilhas com aldeias de pescadores, hotéis, restaurantes e residências de veraneio.

Ilha de Jaguanum: acesso marítimo, situada há 5 milhas da sede de Itacuruçá, constituindo-se em uma área propícia à pesca. Praias muito visitadas por saveiros que fazem "tours", principalmente a de Araçá.

Praia Cabeça de Boi: acesso marítimo, com extensão de 200 m. Possui modestas construções situadas entre coqueiros e amendoeiras.

Praia da Viola: acesso marítimo, com extensão de 100 m. Localiza-se em uma pequena enseada, propícia à pesca e à prática de esportes náuticos.

Praia das Flexeiras: acesso marítimo, com extensão de 600 m. Possui grande quantidade de embarcações, com rampas de acesso e abrigo para elas.

Praia das Pitangueiras: acesso marítimo, com extensão de 200 m. Situa-se entre costões da Ilha de Jaguanum. Possui casas de veraneio e de moradores da região. Propícia à pesca e à prática de esportes náuticos.

Praia de Águas Lindas: acesso marítimo constitui-se em uma praia de enseada, com extensão aproximada de 600 m. Há uma ligação terrestre efetuada por um caminho de terra.

Praia de Araçá: acesso marítimo, com extensão de 200 m. Possui ancoradouro para atracação dos saveiros de "tours". Propícia a banhos, à pesca e à prática de esportes náuticos.

Praia de Estopa: acesso marítimo, com extensão de 250 m. Muito visitada por turistas, propícia à pesca e à prática de esportes náuticos.

Praia de Itacuruçá/Praia Bela Vista: com extensão de 400 m, é de onde saem os "tours" para as ilhas da Baía de Sepetiba. Uso limitado devido à presença de embarcações fundeadas no canal entre o continente e a Ilha de Itacuruçá. Possui três atracadouros, bares, restaurantes, casas de veraneio e a sede da Colônia dos Pescadores.

Praia do Catita/Canto: acesso marítimo, com extensão de 200 m. No local, localizam-se a Igreja de São Pedro, abrigos de barcos e moradias de pescadores. Propícia à pesca e à prática de esportes náuticos.

Praia Brava: limitada entre o mar e a linha férrea, com extensão de 500 m, encontra-se ocupada totalmente por casas de veraneio, distribuídas em lotes arborizados.

Praia de Jacareí: situando-se próxima à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com acesso pela BR-101 (km 65,5), possui uma extensão de 400 m,. É propícia a banhos, pesca e esportes náuticos. É frequentada por excursionistas nos fins de semana, contando com rústicas barracas com petiscos e bebidas.

Praia de Mangaratiba: situa-se em uma pequena enseada, com extensão de 420 m.. Propícia a banhos e esportes náuticos.

Praia de Muriqui/João Mudo: acesso pela BR-101 (km 30 – entrada para Muriqui), com extensão de 1.100 m. Praia urbanizada, com duas pistas de rolamento. Junto à Ponta do Afonso situa-se a Sede Náutica do late Clube Muriqui. Propícia a banhos e esportes náuticos.

Praia do Saco: situa-se junto à área urbanizada, com extensão de 1.600 m. O rio do Saco deságua na praia e tem sua foz constantemente assoreada pelo movimento da maré. Um dique de areia foi construído para sanar o problema de inundações nos períodos de maré alta. Propícia a banhos e esportes náuticos.

Praia do Sul: tem como extremos a Ponta do Tinguí e a Ponta Brava do Caio. As duas praias são divididas por ruínas dos trapiches do antigo porto de escoamento da produção de café e da comercialização de escravos. Propícia a banhos e a esportes náuticos.

Praia Grande: Próxima a Itacuruçá e Ibicuí, com acesso pela BR-101(km 35) com extensão de 1.000 m, a linha férrea situa-se entre a praia e a área urbana de Praia Grande. Encontra-se ocupada principalmente por residências de veranistas.

Praia Vermelha/Praia Mansa: acesso pela antiga RJ-14, até a placa indicativa para Ibicuí, com uma extensão de 600 m. Tem como extremos o late Clube de Ibicuí e a Ponta do Pimentel. Núcleo de veraneio com belas residências.

Atrativos Históricos e Culturais

Igreja Nossa Senhora de Sant'ana: localizada em Itacuruça, constitui-se em uma pequena capela construída em 1698. Na frente da igreja, uma cruz de pedra construída pelos índios.

Nossa Senhora da Guia: também localizada em Itacuruça, foi fundada em 1795, representando também uma igreja de grande importância histórica.

Estação Ferroviária de Itacuruçá: foi fundada em 1911, onde hoje funciona o Centro de Cultura da cidade, o CEFEC.

Solar Barão do Saí: foi construído em meados do século XIX.

Estado de São Paulo

Município de Ilhabela

O município paulista de Ilhabela está situado no Litoral Norte, na região caracterizada por apresentar uma faixa plana relativamente estreita, onde se intercalam mais de uma centena de praias, entre esporões rochosos que avançam para o mar. É nesta região, de acordo com informações disponibilizadas no site da prefeitura, onde ocorre o maior número de eventos náuticos do País, sediando etapas de regatas nacionais e internacionais. Esta região, ainda, dispõe de várias escolas e cursos voltados para a prática de esportes náuticos – vela, surf e mergulho.

Todos os anos, no mês de julho, acontece a Semana de Vela de Ilhabela, evento de repercussão internacional.

Ilhabela, com mais de 40 praias, possui a maior parte de seu território enquadrado no Parque Estadual da Serra do Mar, apresentando, assim, grandes extensões de áreas ainda cobertas por Mata Atlântica, onde se encontram mais de 300 cachoeiras.

Em seu entorno encontram-se naufragados diversos navios, os quais servem de atração para mergulhadores amadores, que podem visitar os destroços de alguns desses navios. São mais de vinte naufrágios espalhados pelo arquipélago. É possível mergulhar entre navios como o brasileiro "Atílio" (1905), o britânico "Whator" (1909) ou o espanhol "Príncipe das Astúrias" (1916). Os mergulhadores se concentram na praia Pedras Miúdas, localizada em frente à Ilha das Cabras, onde em seu redor descortina-se um Santuário Ecológico Submarino.

Outras praias acolhem os mergulhadores como a praia do Jabaquara, Pacuíba, Portinho, Feiticeira, Prainha, Remanso, Indaiatuba, Enchovas, Serraria, Fome e Poço atraídos por outros tipos de belezas.

As atividades de ecoturismo também se fazem presentes em Ilhabela, sendo várias as trilhas que levam às cachoeiras como a da Laje ou da Toca, ou aos picos de escalada como o Baepi.

Ilhabela constitui-se em um arquipélago, que soma 340 km² de área e cerca de 140 km de costa, que tem como ilha principal a Ilha de São Sebastião, comumente denominada de Ilhabela. O serviço de *ferryboats*, implantado na década de 50, tornou a ilha mais acessível aos turistas.

A cidade tem o turismo como principal atividade econômica, dispondo de excelente infraestrutura de atendimento ao turista, seja em sua rede de hospedagem, seja na rede de serviços disponibilizados.

Ilhabela possui um dos mais desenvolvidos parques hoteleiros do litoral norte do estado de São Paulo com capacidade para atender até 4 mil turistas.

Atrativos Naturais

Praia do Curral: é a mais frequentada, contando com uma ótima infraestrutura, dispondo de bares e restaurantes, com mesas e cadeiras, banheiro, e ducha de água doce.

Praia Grande: com cerca de 650 m de extensão é procurada para a prática do *windsurf* e mergulho e conta com calçadão e uma quadra poliesportiva.

Praia do Oscar: bastante procurada por moradores e veranistas.

Praia do Perequê: próxima do centro comercial, conta com bares em toda sua orla que ficam repletos na temporada e é frequentada pelos praticantes de *kitesurf*.

Praia do Engenho d'Água: concentra praticantes de iatismo.

Praia do Pinto: com areia branca e fina é uma das mais belas praias da ilha.

Praia do Saco do Eustáquio: com acesso somente por barco.

Praia dos Castelhanos: é a maior praia de Ilhabela, onde é prático o surf, a pesca oceânica e costeira.

Praia do Bonete: que abriga a maior e mais tradicional comunidade caiçara do arquipélago, além de ser excelente também para o *surf*. Somente pode ser acessada a pé, através de uma estrada de cerca de 15 km ou de barco.



Figura II.5.3.I-26 - Ilhabela.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/>

Atrativos Históricos e Culturais

A Vila possui prédios históricos como o prédio do antigo fórum, a Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda e Bom Sucesso, erguida entre 1697, o píer e as praças com árvores centenárias compõe o Centro Histórico de Ilhabela. Nela se destacam ainda: Câmara Municipal, Fazenda Engenho d'Água, Casarões do final do século XVII e Casas de Farinha.

Os caiçaras da Ilha são mestres na construção de canoas, remos, barcos e gamelas. Os artesãos ainda se dedicam a confecção de cestarias de bambu e outros produtos que podem ser encontrados por todo o litoral norte do estado.

Dentre os eventos tradicionais podem ser citados a congada e a Semana da Cultura Caiçara 12 a 18 de Maio.

São Benedito: a Festa de São Benedito é realizada no mês de maio, sem dia fixo, pois depende do claro (lua cheia) para que os pescadores dela participem. O

orgulho de ser caiçara e ver na tradição a expressão de sua identidade foram fatores fundamentais para que a festa continuasse viva na vida de cada habitante da cidade.

Procissão de São Pedro: é realizada todos os anos, há mais de um século, constituindo-se na homenagem dos pescadores ao seu Santo Protetor. Tal evento, sempre revestido de profundo sentido religioso, é acompanhado por toda a população Ilhabelense, inclusive por sua população turística. A imagem de São Pedro, padroeiro dos pescadores, deixa a Igreja Matriz de Ilhabela e participa da Missa Campal realizada em frente à Colônia dos Pescadores. Em seguida, acompanhada pelo Pároco local e pelo Coro da igreja entoando o hino a São Pedro, a imagem é colocada em barco de Pescadores locais que conduzem a procissão com destino ao Bairro de São Francisco, em São Sebastião, Praia da Armação e, finalmente rumando para o ponto de partida no centro de Ilhabela.

II.5.3.1.3 - Planos e Programas para os temas turismo e cultura

As principais iniciativas para a consolidação do turismo na Área de Influência compreendem o planejamento e implementação de projetos e ações, nas esferas federal, estadual e municipal.

Estado do Rio de Janeiro

Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR

É um Programa de investimentos no setor turístico que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Estadual de Turismo, assim como consolidar a gestão turística descentralizada no estado do Rio de Janeiro.

O Programa, já implementado em outros estados brasileiros prevê investimentos em produtos turísticos, na melhoria da infraestrutura de cidades ou regiões turísticas, e no desenvolvimento da capacidade de gestão institucional e ambiental, buscando o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. O Programa conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Governo Federal, por intermédio do Ministério do

Turismo. O principal objetivo do Prodetur/RJ é buscar o saneamento das falhas infraestruturais e gerenciais que ainda emperram o turismo fluminense.

A elaboração e consolidação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável – PDITS/RJ, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas/2009, relaciona-se, ainda, com os estudos em curso vinculados às Pesquisas Diagnósticas para a Capacitação e Qualificação dos Serviços de Turismo e Programas de Capacitação da Gestão Pública, que compõe o quadro de estudos, planos e programas e faz parte das ações que serão executadas no âmbito do Prodetur, do governo federal, que destinará recursos do BID no montante de US\$ 187 milhões a projetos de turismo no estado.

Os municípios deverão apresentar novas sugestões para serem avaliadas e, eventualmente, incorporadas à primeira seleção. O valor total do projeto Prodetur/Rio de Janeiro está orçado em R\$ 187 milhões, dos quais R\$ 112 milhões serão provenientes da operação de crédito.

Tem como uma das metas principais a requalificação de destinos e lugares turísticos. Estão associados neste conjunto, os projetos de desenvolvimento organizados nos cinco componentes definidos pelo Programa: (i) Estratégia do Produto Turístico; (ii) Estratégia da Comercialização; (iii) Fortalecimento Institucional; (iv) Infraestrutura; e (v) Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

Vale ressaltar a participação da SEA/SIGA no PRODETUR-RJ no item Gestão Ambiental (item 5 na **Tabela II.5.3.I-1**) que destina-se a garantir a proteção dos recursos naturais e culturais, e a promover a valorização desses recursos, que são patrimônio da sociedade como um todo. O Gerenciamento Ambiental do Programa PRODETUR é composto por ações que integram três blocos, a saber: ações de prevenção, ações de mitigação, e ações de acompanhamento e valorização socioambiental, bem como na formulação do programa de investimentos e na estruturação das Unidades de Conservação.

Os investimentos na estruturação das Unidades de Conservação contemplam nove Unidades de Conservação, sendo elas: 1) Parque Estadual da Serra da Concórdia, 2) Parque Estadual da Ilha Grande, 3) Parque Estadual da Costa do

Sol, 4) Parque Estadual da Pedra Branca, 5) Parque Estadual da Serra da Tiririca, 6) Parque Estadual do Cunhambebe, 7) Parque Estadual dos Três Picos, 8) Parque Fluvial de Itaipava e 9) Reserva Ecológica da Juatinga.

Os investimentos previstos para cada componente do Programa estão presentes na **Tabela II.5.3.I-1** a seguir.

Tabela II.5.3.I-1 - Recursos previstos por componente.

Componentes	US\$	%
1: Estratégia de Produto Turístico	74.800.000	40
2: Estratégia de Comercialização	7.480.000	4
3: Fortalecimento Institucional	1.870.000	1
4: Infra-estrutura de Serviços Básicos	69.190.000	37
5: Gestão Ambiental	14.960.000	8
5.1: Estruturação das Unidades de Conservação	18.700.000	10
Encargos, gerenciamento, supervisão, auditoria e reserva de contingência	18.700.000	10
TOTAL	187.000.000	100

Fonte (<http://www.riodejaneiro-turismo.com.br> acessado fev de 2009).

Para efeito de aplicação dos recursos, e considerando o potencial de atratividade de cada região, o estado foi agrupado em dois pólos turísticos. O Litoral, reunindo os municípios da Região Metropolitana, Região da Costa Verde e Região da Costa do Sol e o Pólo Serra, agrupando os municípios da Serra Verde Imperial (Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo), Região do Vale do Café (Vassouras) e Região das Agulhas Negras (Resende e Itatiaia). Esses municípios, por sua vez, serão irradiadores da atividade turística para as áreas limítrofes, funcionando assim como multiplicadores do desenvolvimento regional.

O Pólo Litoral apresenta peculiaridades pela extensão e diversidade geográfica de sua costa. Tem como característica o recorte de sua geografia, no qual se mesclam orlas oceânicas e águas abrigadas, nos quais se encontram inúmeras baías, ilhas, enseadas, cabos, costões e praias que, aliados com a ocupação histórica da região, apresenta uma parcela significativa de atrativos, que abarcam desde as culturas caiçaras e coloniais, as sofisticções dos cenários urbanos, cujos perfis mesclam a riqueza do patrimônio arquitetônico com o patrimônio natural, configurando assim importantes destinos turísticos.

O governo definiu com os municípios os principais programas para atender cada região. Na Região Metropolitana, por exemplo, contempla a reestruturação da Escola Técnica de Turismo Antonio Prado Junior, no Rio; além da implantação do bonde turístico do Museu de Arte Contemporânea – MAC até o conjunto principal do Caminho Niemeyer, a revitalização do conjunto arquitetônico da Igreja de Boa Viagem e a urbanização da orla da praia de Piratininga, em Niterói (Fonte: www.ambiente.rj.gov.br/inst_gestao.html).

Hoje o Estado do Rio de Janeiro apresenta 11 regiões turísticas e os municípios da área de influência estão localizados na Metropolitana (Rio de Janeiro e Niterói; na Costa do sol (Maricá) e na Costa Verde (Itaguaí e Mangaratiba). No mesmo ano foram apontadas as regiões consideradas estratégicas para o desenvolvimento do turismo no estado, sob a perspectiva do curto prazo. As 6 regiões indicadas como estratégicas apresentam produtos e roteiros já consolidados ou com potencial de rápida consolidação, com vistas à comercialização. São elas: Metropolitana, Costa do Sol – Região dos Lagos, Costa Verde, Serra Verde Imperial, Agulhas Negras, Vale do Café.

As demais regiões turísticas continuaram a merecer a atenção do estado sob a perspectiva de desenvolvimento em médio prazo, levando-se em conta todo o seu potencial e diversidade, tendo sido contempladas com diversas ações da TurisRio, inclusive no que diz respeito ao Programa de Regionalização (Fonte: www.turisrio.rj.gov.br).

Rede Turis

Em 2008 foi lançada a RedeTuris, uma iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em parceria com o Sebrae/RJ, voltada ao desenvolvimento sustentável do setor de turismo no estado do Rio de Janeiro. O objetivo é integrar toda a cadeia produtiva do turismo fluminense, incluindo micro e pequenas empresas, o que permitirá ampliar parcerias e otimizar recursos e programas.

O Sebrae/RJ visa fomentar o empreendedorismo e implantar o conceito de cooperativismo no setor de turismo no Rio de Janeiro por meio das micro e pequenas empresas. Possui metas amplas que vão desde iniciativas práticas, como a sinalização turística e qualificação profissional, até a definição de políticas

públicas. Formada por empreendedores, entidades públicas e privadas e instituições de ensino, entre elas Ministério do Turismo, Governo do Estado (secretarias de Turismo, Esportes e Lazer/Turis Rio e de Trabalho), Prefeitura (Riotur), ABIH, ABIH/RJ, ABAV, SindRio, Senac Nacional, Neltur e outros, a RedeTuris, será gerenciada por um comitê gestor que definirá as ações estratégicas a serem implementadas.

A proposta é integrar toda a cadeia produtiva do turismo fluminense, incluindo micro e pequenas empresas, a partir de um sistema de governança que permitirá ampliar parcerias, aperfeiçoar projetos e programas e articular a criação de políticas públicas para o setor, evitando a superposição das ações. Entre as principais metas da rede estão a agilização no uso dos recursos do Prodetur, oferta e aprimoramento de roteiros, produtos e serviços receptivos, qualificação e aperfeiçoamento de profissionais, ampliação e certificação da rede de hospedagem, planos de marketing, e estudos sobre os impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e social, entre outras medidas.

Programa de Regionalização de Turismo

No período de 1998 a 2003, a TurisRio coordenou, com o apoio de outros parceiros, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Por intermédio do PNMT foram desenvolvidas ações de sensibilização para a importância do turismo, estímulo à criação de Conselhos e Fundos Municipais de Turismo, capacitação e formação de multiplicadores na capital e em 70 municípios do interior fluminense. Além de ter gerado resultados significativos, o PNMT imprimiu mudanças consideráveis no desenvolvimento do turismo no estado.

A partir de 2004, o Ministério do Turismo promoveu a implantação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, passando a destacar o conceito da regionalização em relação à organização e planejamento da atividade turística. Com a regionalização espera-se que os municípios passem a trabalhar de modo mais integrado e desenvolvam a cultura da cooperação, obtendo melhores resultados. Neste sentido, mesmo aqueles municípios com menor potencial turístico ou que tenham a atividade ainda pouco explorada podem fazer parte da cadeia produtiva do turismo, impulsionados pelos grandes pólos receptores.

No âmbito do estado, o Programa de Regionalização é coordenado pela TurisRio e conta com o apoio do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo, Conselhos Regionais e Municipais de Turismo, SEBRAE/RJ e Senac Rio, entidades do trade turístico, dentre outros parceiros.

Considerado como programa estruturante da atividade turística, a regionalização é vista como diretriz fundamental e prioritária. Busca a ampliação e a qualificação do mercado de trabalho, a diminuição das desigualdades regionais e a promoção integrada do desenvolvimento sustentável do turismo, gerando divisas, emprego e renda para a população fluminense.

São os seguintes os objetivos do Programa: incentivar o desenvolvimento sustentável do turismo no estado de forma regionalizada; ampliar e diversificar a oferta turística; estruturar produtos turísticos mais competitivos nos mercados nacional e internacional; integrar o planejamento e a gestão da atividade turística; compartilhar dificuldades e soluções; ampliar o tempo de permanência do turista na região; fortalecer a identidade das regiões.

Com o Programa Nacional de Regionalização, o Ministério do Turismo voltou a fazer estudos sobre a metodologia do Inventário da Oferta Turística e, após projeto-piloto aplicado no Rio Grande do Sul, passou a disponibilizar formulários e a apoiar estados interessados neste trabalho. A aplicação do Inventário no Estado do Rio de Janeiro utilizando esta metodologia foi realizado em 2007 em parcerias com o Ministério do Turismo, municípios, conselhos, trade turístico, faculdades de turismo, Sebrae-RJ e outros parceiros.

Plano Diretor de Turismo

O Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro foi editado em 2001 e resultou de um trabalho amplamente participativo.

A Constituição do Rio de Janeiro em seu Artigo 227 já determinava, como uma das funções do estado, “*a promoção e o incentivo ao turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam*

respeitadas as peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregadores sobre a vida das comunidades envolvidas, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vier a ser explorado.”

Após a edição do Plano Diretor de Turismo em 2001 e seguindo as proposições daquele documento, após revisão e referendo do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo, o estado do Rio de Janeiro passou a apresentar um novo mapa com 13 regiões turísticas.

Em 2005, o Ministério do Turismo disseminou processo de revisão da regionalização turística em todo o país. Deste modo, um novo mapa foi desenhado para o estado, tendo sido o mesmo referendado pelo Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo. (www.turisrio.rj.gov.br).

Roteiros de Padrão Internacional

Em dezembro de 2005, sob a orientação do Ministério do Turismo e com o referendo do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo, foram selecionados 3 roteiros considerados de padrão internacional a serem trabalhados prioritariamente:

Maravilhas do Rio e Niterói (Rio de Janeiro e Niterói); Rio Roteiro Serra e Mar: Sol, Gastronomia e Cultura (Petrópolis, Teresópolis, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Casimiro de Abreu / Barra de São João, Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo).

Rio Roteiro Floresta e Mar: História, Natureza e Aventura (Paraty, Angra dos Reis / Ilha Grande, Mangaratiba, Rio Claro, Itatiaia / Parque Nacional do Itatiaia e Penedo, Resende / Visconde de Mauá, Porto Real, Volta Redonda, Barra Mansa, Valença / Conservatória, Barra do Piraí, Vassouras e Rio das Flores).

Os principais segmentos presentes nesses roteiros são: Sol e Praia, Ecoturismo, Aventura, Cultural, Negócios e Eventos, Esportes, Pesca e Turismo Rural.

Instrumentos de Gestão/RJ

Na região do Estado do Rio de Janeiro destacam-se as seguintes medidas oficiais de incremento às atividades turísticas:

Conselho Estadual de Turismo (Decreto 33.334, de 05/06/2003)

A instalação do Conselho ocorreu em 15/07/2003, atendendo a um antigo pleito do poder legislativo e do setor privado, estando prevista no Plano Diretor. Sua implantação foi fundamental na aproximação de todos os agentes públicos e privados e na união de esforços para o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Rio de Janeiro.

Comitê Integrado de Segurança Turística (Decreto 32.664, de 21/01/2003)

A criação do Comitê ensejou, principalmente, a integração do setor público e do setor privado, garantindo a realização de ações fundamentais para a melhoria da segurança turística no estado, tais como a participação nos corredores turísticos, reforço do policiamento na orla, treinamento de policiais, instalação de circuitos de segurança, melhoria da frota e aquisição de novos veículos.

Batalhão de Policiamento de Áreas de Interesse Turístico – BPTUR (Resolução nº 313, de 31/01/2000, da Secretaria de Estado de Segurança Pública).

Criado por encaminhamento do Comitê Integrado de Segurança Turística do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de proporcionar segurança especializada nas áreas de interesse turístico e de promover a integração entre policiais.

Comitê Estadual de Turismo Rural e Agroturismo – COGETURA (Decreto: 32.916, de 25/03/2003)

O COGETURA tem como objetivo o desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas rurais do estado, oferecendo possibilidade de fixação do homem do campo através da criação de novas oportunidades de trabalho, da geração de renda e da valorização das culturas locais e regionais.

Grupo de Apoio e Fomento ao Turismo Marítimo e Náutico (Decreto 26.762, de 06/02/2003)

Instituído pelo Decreto nº 24.031, de 3/02/1998 e alterado pelo Decreto nº 26.762, de 14/07/2000, o Grupo de Apoio e Fomento ao Turismo Marítimo e Náutico tem por objetivo promover estudos e propor medidas de estímulo ao fomento do Turismo Marítimo e Náutico no estado do Rio de Janeiro.

Plano Fluminense de Turismo (Decreto 5489/2009)

Observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 227 da Constituição do Estado e na Lei Federal nº 11771, de 17 de setembro de 2008, reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I) valorização e preservação do patrimônio histórico, cultural e natural;
- II) integração e desenvolvimento econômico e social das diversas regiões do Estado;
- III) projeção do estado do Rio de Janeiro no exterior;
- IV) promoção do homem;
- V) desenvolvimento do turismo interno.

Art. 2º O Plano Fluminense de Turismo, observado o disposto no Plano Nacional de Turismo elaborado pelo Ministério do Turismo, definirá e orientará a implementação da política estadual para o setor.

Estado de São Paulo

Programa de Regionalização do Turismo

A Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo, instituída em 2005, com o objetivo de incrementar as políticas públicas para o setor, criou o Programa Jornadas de Desenvolvimento do Turismo Paulista, que propõe a interiorização e descentralização das ações voltadas para o turismo, com um diferencial que é a divisão do estado em 8 macrorregiões turísticas, a saber: Capital Expandida;

Centro-Norte Paulista; Centro-Oeste Paulista; Costa – Alto do Paranapanema; Entre Rios; Estradas e Bandeiras; Vertente Oceânica Norte e Vertente Oceânica Sul.

Este ordenamento territorial turístico é visto pelos idealizadores do Programa como necessário ao desenvolvimento do turismo do estado de São Paulo na medida em que facilitará o planejamento e controle por parte do estado e da iniciativa privada sobre o espaço.

Assim, o Programa de Regionalização do Turismo, no âmbito estadual é um modelo de gestão pública descentralizada, coordenada e integrada, tendo como objetivos a flexibilidade, a articulação, mobilização, cooperação entre todos os setores e instituições de forma participativa, conforme no **Quadro II.5.3.I-1**

Quadro II.5.3.I-3 - Plano Gestor de Turismo.

Programa de Regionalização do Turismo	
Estratégia de ação	Divisão do Estado em oito Macrorregiões de Trabalho e oito Encontros Regionais.
	Constituição de módulos orientadores, de acordo com o estágio de desenvolvimento que a região turística se apresentar.
Módulo I – sensibilização e Mobilização	Destinados aos municípios que cumprirem os critérios mínimos para adesão ao Programa; Criação do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo).
Módulo II – Instituição da Instância de Composição Regional	Instituição de uma organização representativa (Conselho Regional de Turismo) dos poderes público, privado, terceiro setor (ONGs e OCIPs) e da sociedade civil representante dos municípios que compõem a região turística a ser trabalhada que será a executora/coordenadora do processo de regionalização, descentralização das ações.
Módulo III – Sistema de Informações Turísticas	Realização do inventário da oferta turística local e regional, cujos dados sistematizados serão integrados ao Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização.
Módulo IV – Roteirização Turística	Criação de roteiros turísticos regionais, cujos atores estão mobilizados, integrados e comprometidos com a inclusão social, preservação dos valores culturais e ambientais da região. A criação de novos roteiros turísticos ou a consolidação dos existentes, deverá ser baseada na oferta existente e uma demanda real e/ou potencial, mas sempre caberá à iniciativa privada a elaboração de roteiros turísticos.
Módulo V – Qualidade do Produto	Baseado na formação e capacitação profissional continuada para gestores/agentes, capacitação gerencial para os serviços turísticos, criação de parâmetros de certificação C.P.Q.T. (Certificado Paulista de Qualidade do Turismo).
Módulo VI – Produtos e Mercado	Promoção e apoio à comercialização; desenvolvimento das relações de mercado dos agentes locais; estabelecimento dos arranjos produtivos; qualificação dos profissionais e prestadores dos serviços turísticos; promoção de rodadas de negócios (agentes e operadoras) entre as regiões; divulgação dos produtos regionais (estratégia de marketing): divulgação dos oito Salões Regionais de Turismo e do Salão de Turismo Paulista, onde os municípios receberão o Certificado Paulista de Qualidade do Turismo.

Fonte: Programa Jornada de Desenvolvimento do Turismo Paulista: Manual de Diretrizes e Conceitos, 2005.

O Programa de Regionalização do Turismo, Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião formam hoje um produto chamado Circuito Litoral Norte Paulista.

O Circuito Litoral Norte Paulista, lançado em 2005, visa colocar as cidades do Litoral Norte como pólo turístico no contexto nacional, por meio da

profissionalização de seus produtos turísticos, a fim de estabelecer um padrão capaz de atrair o turismo de boa qualidade e com destaque internacional. Em linha com o Programa de Regionalização, estas cidades não são tratadas individualmente como cidades turísticas, mas sim inseridas no circuito como destinos turísticos regionais.

No âmbito municipal, Plano I Gestor de Turismo de Ilhabela, foi finalizado em 2005 e possui 26 projetos, destacados no **Quadro II.5.3.I-4**.

Quadro II.5.3.I-4 - Plano Gestor de Turismo.

Nome do Projeto	Projeto de Amenização da sazonalidade e de Melhoria da Distribuição Geográfica do Turismo
Objetivo	Prover direcionamento aos outros projetos do Plano Gestor de Turismo no que diz respeito as ações que possam servir de base para a amenização da sazonalidade e melhor distribuição geográfica dos fluxos turísticos por Ilhabela, criando desta maneira uma série de ações que na sua integração terão força suficiente para aumentar a taxa de ocupação de Ilhabela nos períodos de baixa estação e melhor distribuir os fluxos turísticos espacialmente.
Nome do Projeto	Projeto Regionalização Turística Externa.
Objetivo	Desenvolver um plano capaz de nortear as principais ações de Ilhabela no contexto de regionalização colocado pelo Circuito Turístico do Litoral Norte Paulista, a Reunião dos circuitos Turísticos Paulistas e o Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal.
Nome do Projeto	Projeto de Reestruturação da Secretaria de Turismo e do Sistema Municipal de Turismo.
Objetivo	Conscientizar quanto a importância do turismo para o município de Ilhabela, buscando o engajamento dos empresários, da comunidade e do poder público local para o pleno desenvolvimento do turismo local.
Nome do Projeto	Projeto Centro de Formação Profissional em Turismo.
Objetivo	Suprir a necessidade de mão de obra qualificada, dos estabelecimentos turísticos de Ilhabela.
Nome do Projeto	Projeto de Formação de Gestores Públicos e Privados.
Objetivo	Formar e capacitar os gestores públicos e privados de Ilhabela, desenvolvendo competências alinhadas ao novo sistema de gestão municipal do turismo proposto pelo Plano Gestor de Turismo 2005.
Nome do Projeto	Projeto de Desenvolvimento do Empreendimento e Incentivo ao Investimento em Turismo.
Objetivo	Incentivar a competitividade no setor de turismo de Ilhabela, otimizando recursos públicos e privados nas áreas de maior demanda identificadas no Plano Gestor de Turismo de Ilhabela 2005.
Nome do Projeto	Projeto de Fiscalização e Regulamentação do Setor.
Objetivo	Promover o desenvolvimento sustentável do turismo.
Nome do Projeto	Projeto sistema de Gestão do Turismo Municipal.
Objetivo	Desenvolver um sistema de coleta, processamento, armazenamento, organização, distribuição e análise de dados referentes aos diferentes setores do turismo no município, de modo a prover instrumento de gestão dos diferentes componentes da atividade no município.
Nome do Projeto	Projeto de Reestruturação da Cadeia Produtiva do Turismo de Ilhabela.
Objetivo	Aumentar a competitividade do produto turístico Ilhabela através da formação de cooperativas de insumos e da internalização de parte da cadeia produtiva no município, diminuindo assim o custo do mesmo.
Nome do Projeto	Projeto Fam Tur e Treinamento de Agentes.
Objetivo	Construir canais sólidos de distribuição do produto turístico Ilhabela nacional e internacionalmente, de modo a incrementar a visitação do município pelos segmentos que se constituem o público alvo da destinação.

Fonte: Plano Gestor de Turismo do Município de Ilhabela, 2006.

II.5.3.J - Controle e Fiscalização Ambiental

Este item faz referência à descrição das instituições governamentais no âmbito das esferas federal, estadual e municipal, que atuam no controle e fiscalização ambiental na Área de Influência do empreendimento.

II.5.3.J.1 - Âmbito Federal

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

O controle e fiscalização ambiental estão a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O IBAMA, entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é o órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização ambiental, em âmbito nacional. Atua sobre as atividades marítimas e empreendimentos interestaduais, além de ser responsável pelo licenciamento ambiental de grandes projetos de infraestrutura, com impactos em mais de uma unidade da federação e nas atividades do setor de petróleo e gás natural *offshore*. Para a atuação na área de influência, o IBAMA possui escritórios e agências identificados a seguir.

Escritórios e Agências do IBAMA com Atuação na Área de Influência

Escritório do IBAMA em Brasília

Endereço:	SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama Brasília - DF CEP 70818-900
Telefone:	(61) 3316-1001 / 3316-1002 / 3316-1003
Responsável:	Abelardo Bayma Azevedo
E-mail:	Presid.sede@ibama.gov.br

Escritório do CGPEG/DILIC/IBAMA no Rio de Janeiro

Endereço:	Praça XV de Novembro, nº42, 9º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ
Telefone:	(21) 3077-4267 / Fax: (21) 3377-4265
Responsável:	Edmilson Comparini Maturana
E-mail:	edmilson.maturana@ibama.gov.br

Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro

Endereço:	Praça XV de Novembro, nº42, 10º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20010-010.
Telefone:	(21) 3077-4287 / 4288
Superintendente:	Adilson Gil
E-mail:	adilson.gil@ibama.gov.br

Superintendência do IBAMA em São Paulo

Endereço:	Alameda Tietê, nº 637 - Jardim Cerqueira César - São Paulo/SP - CEP: 01417-020
Telefone:	(11) 3066-2633 / 2675
Superintendente:	Analice de Novais Pereira
E-mail:	analice.pereira@ibama.gov.br

Escritório regional do IBAMA em Caraguatatuba (Litoral Norte)

Endereço:	Rua Espírito Santo, 284 - JD Primavera - Caraguatatuba - SP
Telefone:	(12) 3884-7520 Fax: (12) 3883-9362
Responsável:	Leonardo Teixeira
E-mail:	Leonardo.teixeira@ibama.gov.br

Divisão de Controle e Fiscalização - DICO/IBAMA no Rio de Janeiro

Endereço:	Praça XV de Novembro, nº 42, 4º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20010-010
Telefone:	(21) 3077-4316
Responsável:	Maria Leia Xavier

Divisão de Controle e Fiscalização - DICO/IBAMA em São Paulo

Endereço:	Alameda Tietê, nº 637 Jardim Cerqueira César
Telefone:	(11) 3066-2633 / 2646
Responsável:	Luiz Antonio Gonçalves

Por meio de seus escritórios e superintendências regionais, o IBAMA tem estabelecido acordos e convênios com diversas instituições, com o objetivo de fortalecer a política de controle e conservação ambiental em toda Área de Influência.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Em abril de 2007, foi publicada a Medida Provisória nº 366 que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza.

A autarquia é responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

A Medida Provisória prevê que o Instituto Chico Mendes exerça ainda o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União. Isso, no entanto, não exclui o poder supletivo de polícia ambiental do IBAMA.

De acordo com a medida provisória, o patrimônio, pessoal e os recursos orçamentários que eram vinculados ao IBAMA, e que agora estão relacionados às finalidades da nova autarquia, serão transferidos para o Instituto Chico Mendes.

São competências do Instituto Chico Mendes:

- Executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- Executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- Fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade; e
- Exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União.

Endereço:	EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo, Setor Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70.670-350
Telefone:	(61) 3341-9101
Titular:	Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Presidente	Rômulo José Fernandes Barreto Mello
Diretoria:	
I. Diretora de Planejamento, Administração e Logística	Silvana Canuto Medeiros
II. Diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral	Ricardo José Soavinski
III. Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais	Paulo Fernando Maier Souza
IV. Diretor de Conservação da Biodiversidade	Marcelo Marcelino de Oliveira

II.5.3.J.2 - Âmbito Estadual

Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Criado pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA tem como objetivo proteger, conservar e recuperar o meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável. O novo instituto, instalado em 12 de janeiro de 2009, unifica e amplia a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente - SEA: a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente - FEEMA, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA e o Instituto Estadual de Florestas - IEF. A seguir é apresentado o endereço do INEA e de suas superintendências no estado do Rio de Janeiro.

Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Endereço:	Av. Venezuela, nº 110 - Centro, Rio de Janeiro - CEP: 20081-312.
Telefone:	(21) 2332-4604.
Presidente:	Luiz Firmino Martins Pereira
E-mail:	faleconosco@inea.rj.gov.br

Superintendência II - SUPSEP - Baía de Sepetiba

Endereço:	Rua Gal. Bocaiúva, 607, 1º andar - Centro, Itaguaí - CEP 23815- 310
Telefone:	(21) 2688-6299 / 2687-1590 / 2687-1521
Superintendente:	Sebastiana Cesario
E-mail:	supsep@inea.rj.gov.br

Superintendência V - SUPBG - Baía de Guanabara

Endereço:	Avenida Feliciano Sodré nº 8 - Centro, Niterói CEP 24030-014
Telefone:	(21) 2717-4669 / Fax: (21) 2717-4754
Superintendente:	Stefan Augusto Gomes
E-mail:	supbg@inea.rj.gov.br

Órgãos vinculados a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA**Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA**

Vinculada à SEA, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - Ceca é um órgão colegiado, fundado em 1975, com o objetivo de coordenar, supervisionar e controlar o uso racional do meio ambiente no Rio de Janeiro.

Cabe a CECA, entre outras atribuições, determinar a expedição de licenças ambientais e aplicar penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental. A CECA tem a última palavra nos casos em que órgãos ambientais e de fiscalização estaduais concedem licença ou multam ou embargam determinado empreendimento.

Essas ações ambientais têm que ser, portanto, referendadas ou não pelos integrantes da CECA. Por isso, a importância da iniciativa da SEA de ampliar e democratizar as decisões da CECA. Além de representantes de órgãos públicos, como INEA e IBAMA, foram incorporados, a partir de 2007, representantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, da FIRJAN e do CREA/RJ.

Com a iniciativa, ficou também mais ágil e precisa a atuação da CECA. O CREA/RJ contribui para aperfeiçoar a análise de projetos que envolvam, por exemplo, conflitos de engenharia. A participação da FIRJAN é importante porque muitas das atividades que buscam a legalidade e licenciamento ambiental são industriais e, portanto, potencialmente poluidoras. Já os representantes da UERJ trouxeram para a CECA a visão acadêmica de uma universidade reconhecida por sua excelência na gestão de cursos de especialização em meio ambiente.

Endereço:	Avenida Graça Aranha, 182, 1º andar - Centro - Rio de Janeiro CEP 20030-001
Telefone:	(21) 2299-2390
Presidente:	Antonio Carlos Freitas de Gusmão

Superintendência de Articulação Institucional

Vinculada à Subsecretaria de Política e Planejamento Ambiental, da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, a Superintendência de Articulação Institucional tem o papel de representação e de integração institucional: externamente, na interface com os demais órgãos públicos e com a sociedade; e internamente, como facilitadora da interlocução com os órgãos da SEA e seus vinculados (INEA).

A superintendência participa da formulação e rearticulação das políticas e do sistema estadual do ambiente e do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, representando a SEA na Comissão Tripartite (governo federal, estado e municípios) e no Programa Nacional de Capacitação - PNC/RJ, que visa à formação dos quadros das prefeituras com vistas à descentralização da gestão ambiental. Participa também da coordenação da Conferência Estadual do Meio Ambiente.

Endereço:	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20081-312
Telefone:	(21) 2332-5609
Superintendente:	Marcus Vinícius de Seixas

Superintendência de Instrumentos de Gestão Ambiental

A superintendência tem por finalidade aprimorar os instrumentos de gestão ambiental em todo o estado, em busca do desenvolvimento sustentável. São suas competências:

- promover a utilização de ferramentas de gestão ambiental que conciliem desenvolvimento e qualidade ambiental;
- promover a utilização de ferramentas inovadoras de gestão ambiental para o aprimoramento da abordagem da variável ambiental pelos processos de formulação de políticas públicas, com vistas à consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável;
- promover a utilização de ferramentas que incorporem a dimensão ambiental de forma precursora à tomada de decisão, tendo a avaliação ambiental estratégica como instrumento privilegiado;

- dar suporte à formulação dos objetivos de qualidade ambiental desejados para as baías de Guanabara e Sepetiba;
- promover a disponibilização sistemática de informações básicas confiáveis sobre o meio ambiente do estado, por meio de relatórios e mapas temáticos.

Segue abaixo o endereço da Superintendência de Instrumentos de Gestão Ambiental.

Endereço:	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20081-312
Telefone:	(21) 2332-5609
Superintendente:	Heloísa Helena Torres

Superintendência da Qualidade Ambiental

A Superintendência de Qualidade Ambiental tem por objetivo promover a execução de projetos e programas da SEA que reduzam o impacto negativo da ação do homem no meio ambiente, melhorando a qualidade de vida e a preservação dos ecossistemas.

Espelhada na estrutura do governo federal, a superintendência procura facilitar a integração entre diversos órgãos nas esferas federais, estaduais e municipais, participando dos processos de gestão das ações de gerenciamento coletivo de resíduos sólidos e de segurança química e de riscos ambientais realizadas no estado do Rio de Janeiro.

Dentre suas principais iniciativas destaca-se o projeto de implantação de aterros sanitários para a destinação final de resíduos sólidos, com o objetivo de se erradicar os lixões existentes em diversos municípios. Embora existam 92 municípios no Rio de Janeiro, há apenas quatro aterros sanitários em todo o estado.

Mas além de buscar solucionar a questão da disposição adequada dos resíduos sólidos, a Superintendência de Qualidade Ambiental ajuda na implementação de ações estaduais ou municipais que visam à melhoria das condições de vida dos cidadãos e da preservação do meio ambiente.

Esse processo de atuação pressupõe a promoção de projetos, programas e outras iniciativas que reduzam o impacto negativo sobre os meios físicos (água, solo e ar), biológico (fauna e flora) e socioeconômico.

Para a realização de suas metas de trabalho, a superintendência foi dividida em três coordenações distintas: Segurança Química e Riscos Ambientais; Resíduos Sólidos; e Gerenciamento Costeiro. Dentre as ações de cada coordenação destacam-se:

Coordenação de Segurança Química e Riscos Ambientais:

- Implantação do Plano Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2;
- Mapeamento e controle das áreas de risco ambiental.
- Implantação do Plano Estadual de Eliminação de CFCs, conforme o Protocolo de Montreal;
- Elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Sítios Contaminados.

Coordenação de Resíduos Sólidos:

- Elaboração do Programa Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Implantação de aterros sanitários como destinação final de resíduos sólidos e a remediação dos lixões existentes;
- Implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos;
- Incentivo à implantação de projetos e programas de coleta seletiva.

Coordenação de Gerenciamento Costeiro:

- Elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro;
- Implantação do Sistema Estadual de Informações Costeiras;

- Fortalecimento do Projeto Orla, iniciativa do MMA e SPU;
- Implementação da Agenda Ambiental Portuária;
- Fortalecimento do Fórum de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros;
- Implementação de Plano Estadual de Contingência.

Segue o endereço da Superintendência de Qualidade Ambiental

Endereço:	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20081-312
Telefone:	(21) 2332-5609
Superintendente:	Walter Plácido Teixeira Junior

Estado de São Paulo

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA

Com o Decreto nº 54.653, de 6 de agosto de 2009, a Secretaria do Meio Ambiente - SMA foi reorganizada. Em sua nova estrutura procurou atender à todas as áreas possíveis vinculadas ao controle ambiental, com a instalação de departamentos e conselhos concomitantes.

Artigo 3º - A Secretaria do Meio Ambiente tem a seguinte estrutura básica:

- I. Gabinete do Secretário;
- II. Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA;
- III. Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;
- IV. Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais -CBRN;
- V. Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA;
- VI. Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA;
- VII. Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHI;

VIII. Instituto de Botânica - IBt;

IX. Instituto Florestal - IF;

X. Instituto Geológico - IG.

Parágrafo único - A Secretaria do Meio Ambiente - SMA conta, ainda, com:

1. as seguintes entidades vinculadas:

- a) Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;
- b) Fundação Parque Zoológico de São Paulo;
- c) Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

2. Os seguintes fundos vinculados:

- a) Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, instituído pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 46.842, de 19 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 48.767, de 30 de junho de 2004;
- b) Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, instituído pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 10.843, de 5 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004, alterado pelo Decreto nº 51.478, de 10 de janeiro de 2007;
- c) Fundo Estadual para a Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC, instituído pela Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009.

Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo

Endereço:	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
Telefone:	(11) 3133-3000
Titular:	Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo
Email:	gabinete@ambiente.sp.gov.br

Órgãos vinculados a Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo

Consema - Conselho de Meio ambiente

Criado em 1983, por decreto do Governador Montoro, e diretamente subordinado ao seu gabinete, o Consema serviu de embrião para a formação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente à qual está hoje integrado.

O Consema foi concebido no contexto em que a discussão social de assuntos ambientais tornou-se urgente. Problemas como a poluição de Cubatão, que em 1983 apresentava níveis assustadores, a ameaça à sobrevivência da Floresta Atlântica da Serra do Mar, o ingresso da cidade de São Paulo no triste ranking das cidades mais poluídas do mundo e o início das obras para a construção de usinas nucleares na bela região que, anos depois, se transformaria na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, começavam a alarmar uma sociedade antes quase que alienada das questões ambientais. Estes problemas caracterizaram-se como os primeiros desafios enfrentados pelo Conselho, que nasceu para atender os anseios da sociedade e para introduzir definitivamente a política ambiental no cenário político do estado.

Atribuições

São amplas - vão da proposição, acompanhamento e avaliação da política ambiental, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente, passando pelo estabelecimento de normas e padrões ambientais, até à apreciação de Estudos e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente - e deverão ser revistas à luz do Art. 193 da Constituição do Estado, que o transforma em órgão normativo e recursal, e no contexto da rearticulação e do redesenho que se pretende para o Sistema de Meio Ambiente, depois da Lei 9509/97 que instituiu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental - SEAQUA. O Consema é um fórum democrático de discussão dos problemas ambientais e instância catalisadora de demandas e de proposições de medidas que aprimoram a gestão ambiental do Estado. É, neste sentido, um espaço de encontro do governo com os segmentos organizados da sociedade.

Estrutura e Funcionamento

É formada por dois órgãos permanentes, o Plenário e as Câmaras Técnicas, e um temporário, as Comissões Especiais. Cabe às Comissões Especiais preparar as matérias, sobretudo normas, diretrizes, propostas de resolução etc., a ser apreciadas pelo Plenário ou, em seu nome, acompanhar determinadas atividades ligadas à área de meio ambiente. Às Câmaras Técnicas cabe discutir a viabilidade ambiental de empreendimentos sujeitos a EIA/RIMA e aprová-los ou reprová-los, em nome do Plenário, a não ser que este avoque a si sua apreciação. O Plenário se reúne, pelo menos, uma vez por mês, e as Câmaras Técnicas e as Comissões Especiais, tantas vezes quantas forem necessárias. As reuniões do Plenário e as das Câmaras Técnicas são abertas ao público, assim como, obviamente, as Audiências Públicas.

Composição

O Conselho é paritário, compõe-se de trinta e seis (36) membros, sendo metade de seus representantes oriunda de órgãos do Estado e metade, da sociedade civil. O mandato é de dois (2) anos.

Dentre os dezoito (18) conselheiros oriundos da sociedade civil, seis (6) são representantes das ONGs ambientalistas cadastradas na Secretaria Executiva do Conselho. Anualmente, essas entidades se reúnem em assembléia e elegem os seis (6) titulares e os seis (6) suplentes para representá-las. O mesmo acontece com as entidades sindicais dos trabalhadores urbanos cadastrados no CONSEMA, que elegem um representante titular e um suplente entre os seus pares. Seu presidente é sempre o Secretário do Meio Ambiente.

Endereço:	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
Telefone:	(11)3131-3632 / Fax (12)3133-3631
Titular:	Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo
E-mail:	consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Coordenadoria de Educação Ambiental

A Coordenadoria de Educação Ambiental é responsável pela implementação da educação ambiental no âmbito da SEA. A CEA segue a diretriz de incorporar a

educação ambiental nos processos de gestão, permeando o conjunto de ações e projetos da SMA. São atribuições da CEA:

- Incorporar a educação ambiental às atividades que a Secretaria desenvolve;
- Desenvolver e apoiar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e metodologias de educação ambiental;
- Produzir material didático e informativo; reunir, tratar e disseminar o conhecimento acumulado nessa área;
- Promover a capacitação dos recursos humanos;
- Monitorar e avaliar práticas de educação ambiental;
- Difundir programas e campanhas educativas de temas relacionados ao meio ambiente;
- Propor ações de educação ambiental que promovam mudanças de valores, de práticas e de atitudes individuais e coletivas, para difundir e consolidar as idéias de qualidade ambiental, participação pública e cidadania.

Endereço:	Rua Anete de Queiroz Lacerda, 80 Jardim Bonfiglioli-SP CEP 05591-060
E-mail:	cea@ambiente.sp.gov.br
Titular:	Maria de Lourdes Rocha Freire

Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA

A estrutura da Coordenadoria de Planejamento Ambiental divide-se em dois Departamentos, o Departamento de Planejamento Ambiental, subdividido no Centro de Políticas Públicas, Centro de Zoneamento Ambiental e Centro de Projetos; e o Departamento de Informações Ambientais, composto pelo Centro de Diagnósticos Ambientais e pelo Centro de Integração e Gerenciamento de Informações. Além da Assistência Técnica e do Núcleo Administrativo. Estes são responsáveis pelas atribuições destinadas a CPLA que são:

- Planejar o zoneamento de áreas sob proteção especial ou de interesse ambiental estratégico;
- Propor e estabelecer formas de cooperação com outros órgãos e entidades, públicos e privados, visando a promoção, recuperação e conservação de qualidade ambiental;
- Promover ações para a compatibilização entre o planejamento ambiental e o planejamento dos demais setores públicos, visando o desenvolvimento sustentável;
- Elaborar o planejamento ambiental estratégico do uso de recursos ambientais, de modo a promover a integração do desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental, garantida a participação da sociedade;
- Acompanhar a implantação dos planos regionais de desenvolvimento, possibilitando a incorporação das metas de prevenção, proteção e recuperação das condições ambientais;
- Consolidar e disponibilizar informações ambientais, objetivando o apoio à tomada de decisão para a gestão ambiental;
- Exercer, no âmbito de sua área de atuação, o previsto no Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO e em seu artigo 8º, dispõe sobre as atribuições dos agentes técnicos.

É importante ressaltar a participação do Núcleo Administrativo na concretização destas atribuições, pois cabe a este planejar, gerenciar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio, licitação e contratos, transporte, comunicações administrativas e outras de apoio administrativo, no âmbito da CPLA.

Endereço:	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
Telefone:	Telefone: (11) 3133-3636 / 3133-4144
Titular:	Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho
E-mail:	planejamentoambiental@sp.gov.br

Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN

Tem as seguintes atribuições:

- Planejar, coordenar, executar e controlar planos, programas, projetos e ações relacionados à fiscalização, à proteção e à recuperação dos recursos naturais, bem como ao uso sustentável e à conservação da biodiversidade;
- Apoiar, técnica e administrativamente, as unidades de policiamento florestal e de mananciais, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, incumbidas, nos termos do parágrafo único do artigo 195 da Constituição do Estado de São Paulo, da prevenção e repressão das infrações cometidas contra o meio ambiente;

Endereço:	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
Contato:	(11) 3133-3000
Titular:	Carlos Eduardo Beduschi

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

CETESB dispõe de 54 agências ambientais, agrupadas em onze escritórios regionais distribuídos estrategicamente pelo Estado. Todas as unidades regionais, agências e a sede estão interligadas, permitindo um acompanhamento permanente das atividades de controle exercidas em todo o Estado. Em seu horizonte de atuação, a CETESB define como objetivos:

- viabilizar o atendimento dos padrões de qualidade ambiental no Estado, em conformidade com a legislação vigente;
- Organizar e colocar à disposição da sociedade dados e informações sobre a qualidade ambiental e as fontes de poluição no Estado;
- Desenvolver indicadores e monitorar o desempenho nas diversas áreas de interesse ambiental;
- Estabelecer e desenvolver parcerias e convênios de cooperação técnica, científica e financeira com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para atualização do conhecimento científico e tecnológico.

Para alcançar esses objetivos, a CETESB mantém as seguintes atividades, em caráter permanente:

- licenciamento e fiscalização de fontes fixas;
- fiscalização de fontes móveis;
- monitoramento da qualidade do ar, das águas superficiais interiores, das águas subterrâneas e da balneabilidade das praias, inclusive as interiores.

Estas são atribuições que a legislação lhe confia, permitindo desenvolver uma política de controle, corretiva e preventiva, da qualidade ambiental, envolvendo planejamento para que as ações técnicas se traduzam em resultados efetivos, educação ambiental para a conscientização da comunidade, transformando-a em aliado, e pesquisas para que as tecnologias sejam sempre as mais atualizadas.

Endereço:	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
Telefone:	(11) 3133-3000 / Fax (11) 3133-3402
Titular:	Fernando Rei

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

De acordo com seu site, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, tem por objetivo contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do estado de São Paulo.

Com esse fim, apóia, promove e executa ações integradas voltadas para a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis, realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil.

Também é responsável pela comercialização de produtos extraídos de florestas plantadas em áreas pertencentes ou de posse pelo patrimônio do estado.

Além destas, a Fundação Florestal tornou-se responsável pela gestão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável conforme legislação:

- Decreto nº 51.150, de 03 de outubro de 2006 que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, no âmbito do Estado de São Paulo, e institui o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá providências correlatas;
- Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006 que instituiu o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR;
- Decreto nº 53.525, de 08 de outubro de 2008, que cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte e a Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião;
- Decreto nº 53.527, de 08 de outubro de 2008, que cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul e a Área de Relevante Interesse Ecológico de Guará;
- Decreto nº 54.079, de 04 de março de 2009, que alterou o Decreto nº 51.453/2006 - SIEFLOR;
- Decreto nº 51.246, de 06 de novembro de 2006 que estabelece procedimentos para a instituição de Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE no Estado de São Paulo e dá providências correlatas;
- Decreto nº 53.027, de 26 de maio de 2008 que reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente, sendo que em seu artigo nº 157 acrescenta Áreas de Proteção Ambiental ao Anexo I, artigo 5º do Decreto nº 51.453/2006;
- Decreto nº 53.526, de 08 de outubro de 2008, que cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro;
- Decreto nº 53.528, de 08 de outubro de 2008, que cria o Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista.

Endereço:	Rua do Horto, 931, São Paulo/SP
Telefone:	Telefones: (11) 2997-5000 / 2997-5011 / 2997-5016
Titular:	Paulo Nogueira Neto
E-mail:	fflorestal@fflorestal.sp.gov.br

Instituto de Botânica

O Instituto de Botânica tem as suas origens no Departamento de Botânica do Estado criado pelo Decreto nº 9.715 de 9/11/1938 e subordinado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, pelo Decreto nº 12.499, de 07/01/1942. Em 1987, sem alterações, foi transferido para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente,

Além de sua sede, Reserva Biológica e Jardim Botânico, situados dentro do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, bairro da Água Funda, na capital do Estado de São Paulo, o Instituto de Botânica possui duas outras Unidades de Conservação, representando os biomas principais do Estado: Mata Atlântica (Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba) e Cerrado (Reserva Biológica e Estação Experimental de Moji Guaçu).

A missão institucional do Instituto de Botânica é o desenvolvimento de pesquisas botânicas visando subsidiar a política ambiental do Estado de São Paulo, objetivando entre outras: realização de estudos botânicos nos aspectos de levantamento florístico, sistemática, fisiologia, bioquímica, morfologia, anatomia, ecologia e utilização, com ênfase na área do estado de São Paulo. Realização de pesquisas sobre a flora em áreas de vegetação nativa, sujeitas a impactos ambientais ou degradadas, com vistas à preservação, recuperação e utilização racional dos recursos vegetais.

Endereço:	Av. Miguel Stefano, 3887, Água Funda São Paulo/SP
Telefone:	(11) 5073-6300 fax:5073-3678
Titular:	Dra. Vera Lúcia Ramos Bononi

Instituto Geológico

O Instituto Geológico - IG, vinculado a Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo desde 1986, é uma instituição de pesquisa originária da *Comissão Geographica e Geologica* da Província de São Paulo, criada em 1886, destinada a planejar e executar pesquisas para subsidiar a ocupação do território paulista, representando o esforço mais antigo da pesquisa científica no estado de São Paulo.

Tem como missão principal a realização de pesquisas científicas em geociências e meio ambiente, através do desenvolvimento dos programas institucionais: Geotecnia e Meio Ambiente, Levantamentos Geológicos, Levantamentos Paleontológicos, Recursos Hídricos Subterrâneos e Meio Ambiente, Recursos Minerais e Meio Ambiente, Climatologia e Meio Ambiente e Geomorfologia do Estado de São Paulo.

O IG, em consonância com os órgãos de coordenação do Sistema de Meio Ambiente do Estado, atua principalmente nos seguintes temas/áreas: Água Subterrânea, Recursos Minerais, Desastres Naturais, Poluição Ambiental, Zoneamento Territorial, Gestão de Unidades de Conservação, Levantamentos Básicos em Geociências, Sistemas Gerenciadores de Informação e Educação Ambiental.

A atuação da pesquisa científica ocorre nos diversos níveis e instrumentos da gestão ambiental, tais como: participação na definição da política ambiental, planejamento e gerência ambiental, zoneamentos ecológicos-econômicos, planos diretores, planos de manejo de unidades de conservação, planos de bacias hidrográficas, licenciamentos ambientais, instrumentos de avaliação de impactos ambientais, regulamentações, legislação, laudos e pareceres.

As principais áreas de atuação em geociências e meio ambiente são:

- Águas Subterrâneas;
- Desastres Naturais;
- Gestão de Unidades de Conservação;
- Levantamentos Básicos em Geociências;
- Poluição Ambiental;
- Recursos Minerais;
- Sistemas Gerenciadores de Informação;
- Zoneamento Territorial.

Endereço:	Av. Miguel Stefano nº 3900, São Paulo/SP CEP 04301-903
Telefones:	(11) 5073-5511 Ramal 2078
Titular:	Dr. Ricardo Vedovello
E-mail:	igeologico@igeologico.sp.gov.br

Âmbito Municipal

Os municípios inclusos na Área de Influência possuem organismos de política, controle e fiscalização ambiental. A gestão ambiental dos municípios, em sua maioria, está a cargo das respectivas secretarias municipais de meio ambiente, com definição de atribuições e estratégias na lei orgânica municipal, conforme apresentadas no item **II.5.3.B - Grupos de Interesse** do presente estudo.

Em grande parte dos municípios da Área de Influência observa-se a atuação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, com início de atividades, em sua maioria, em 2009 (Mangaratiba, Niterói, Itaguaí) a exceção do Rio de Janeiro e Ilhabela que antecederam esta data.

Estado do Rio de Janeiro

Município do Rio de Janeiro

O Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro - CONSEMAC, criado pela Lei nº 2.390 de 01/12/1995, é um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante do sistema municipal de gestão ambiental.

Os órgãos da Administração Municipal, em suas deliberações, devem atender às diretrizes gerais determinadas pelo CONSEMAC, o qual possui representação paritária de membros do Poder Executivo e da sociedade civil, todos nomeados pelo Prefeito, garantindo a participação dos vários segmentos da população.

Cabe ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão deliberativo de representação paritária do Poder Público e da sociedade civil, assegurada a participação de um membro da Procuradoria-Geral do Município, resguardadas outras atribuições estabelecidas em lei, definir, acompanhar, fiscalizar, promover e avaliar políticas, ações, projetos e programas referentes às questões relativas ao meio ambiente.

Endereço:	Rua Afonso Cavalcanti, 455 – sala 1201 Cidade Nova CEP 20.211-110
Telefones:	(21) 2503-2283
Titular:	Carlos Alberto Muniz
E-mail:	smac_consemac@pcrj.rj.gov.br

Niterói

Criado pela lei nº 1.640/98 e regulamentado pelo decreto nº 7.888/98, o COMAN - Conselho Municipal do Meio Ambiente e dos Recursos hídricos de Niterói - é um órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador e de assessoramento do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMAN. Apesar de criado e regulamentado desde 1998, somente em março de 2009 os membros do conselho foram definidos.

O COMAN foi criado com objetivo de atender à necessidade de os municípios assumirem as suas responsabilidades na gestão do meio ambiente e para contribuir para a descentralização das questões ambientais no estado do Rio de Janeiro. De acordo com a lei que o criou, compete ao COMAN:

- Formular as diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
- Estabelecer as normas e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente edos recursos hídricos municipais, observadas as legislações federal e estadual;
- Opinar, previamente, sobre os planos e programas anuais e plurianuais de trabalho da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- Decidir, em segunda instância administrativa, sobre concessão de licenças e aplicação de penalidades;
- Deliberar sobre a procedência de impugnação, sob a dimensão ambiental, relativa a iniciativas de projetos do poder público ou de entidades por ele mantidas, destinadas à implantação no município;
- Responder à consultas sobre matéria de sua competência.

Endereço:	Rua Almirante Teffé, 632 - Sobreloja, Centro - Niterói - Cep: 24.030-085
Telefones:	(21) 2613-2283 - Fax: (21) 2622-7631
Titular:	José Antônio Toro Fernandez
E-mail:	ambiente@niteroi.rj.gov.br

Itaguaí

Em 26/11/09 foi aprovado o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que criou o Conselho Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca de Itaguaí - COMAAP. Por se tratar de um projeto de Lei recente em relação ao presente momento, não estão oficialmente determinadas ou disponíveis informações como as atribuições, titular e meios de contato.

Maricá

O município de Maricá pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente instituiu, em 2009, o Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental - FMPCA, pela Lei nº 2.292, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de ações que, pela gestão racional e sustentável dos recursos naturais do município, colaborem para que os munícipes, das presentes e futuras gerações, tenham adequada qualidade de vida através do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental - FMPCA também possui como objetivo dar suporte financeiro a programas de desenvolvimento sustentável e de Projetos de Recuperação Ambiental, diretamente vinculado à Secretaria Municipal do Ambiente e Urbanismo, com duração indeterminada.

Mangaratiba

Em 1991, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, a qual iniciou seu trabalho com o cadastramento dos agropecuaristas e pescadores, prestando extensão rural e pesqueira, implantando projetos de maricultura, apicultura, piscicultura, fruticultura e horticultura nas áreas de assentamentos rurais e colônias de pescadores artesanais, estruturando o setor de fiscalização ambiental, incentivando as práticas da economia doméstica junto às populações de baixa renda, implantando o Horto Florestal Municipal. Segundo

informações encontradas no site da prefeitura e no Viva Terra, a secretaria ficou estagnada até 2004, quando, a partir do intercâmbio com o órgão estadual, voltou a ocupar seus espaços de controle e fiscalização.

Em 2010, a secretaria empreende ações junto a extração clandestina de palmito e frente aos empreendimentos de grande porte instalados em seu território, contando, para isso, com o apoio do batalhão florestal. Embora não possua um Conselho de Meio Ambiente próprio, o município de Mangaratiba está em processo de implantação de um conselho voltado para agricultura e pesca (http://www.vivaterra.org.br/historia_mangaratiba.htm).

Estado de São Paulo

Ilhabela

O município de Ilhabela também conta com o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Criado pela lei 699, de 1997, o CMMA, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente, tem o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Como órgão consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência, suas atribuições são:

- Propor diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente;
- Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;
- Estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção ambiental do Município;
- Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;
- Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;
- Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;

- Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas no Município e sugerir sugestões;
- Convocar as audiências públicas, nos termos da legislação;
- Propor a recuperação dos rios e da vegetação ciliar;
- Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de risco e estudo de impacto ambiental (EIA/Rima);
- Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;
- Implementar, no âmbito municipal a agenda 21;

Endereço:	Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, nº128, Perequê
Telefones:	(18) 3896-9219
Titular:	Harry Finger
E-mail:	meioambiente@ilhabela.sp.gov.br

II.5.3.K - Instrumentos de Gestão Ambiental

A Zona Costeira dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e em especial na Área de Influência, é marcada por algumas características comuns como: áreas com intensa urbanização, atividades portuárias, indústrias relevantes e exploração turística em larga escala em ambientes naturais, além de conflitos de uso entre os novos empreendimentos e as populações tradicionais (pescadores artesanais).

Este quadro demanda ações de caráter normativo, preventivo, corretivo, de controle e fiscalização atuando de forma intensa na gestão ambiental, objetivando a mediação entre as divergências relativas entre os espaços e recursos comuns e de controle dos possíveis impactos sobre o ambiente marinho, decorrente de poluição e contaminação por diferentes tipos e fontes.

As faixas litorâneas da Área de Influência apresentam, ainda, diversidade na densidade de ocupação, excluída a capital, e ocorrência de ecossistemas com relevante grau de preservação ambiental, como dunas, manguezais, sistemas lagunares e estuários, que vem sendo alvo de acelerado processo de ocupação, demandando ações preventivas.

Dada a fragilidade dos ambientes e a complexidade de sua gestão, existe uma preocupação relacionada a capacitação e mobilização dos diversos níveis envolvidos, tendo como objetivo intervenções integradas das políticas públicas incidentes na região. Assim sendo, este capítulo busca descrever os instrumentos de gestão ambiental nas diferentes esferas direcionadas a gestão ambiental da Área de Influência.

Âmbito Federal

No âmbito federal, a estratégia, a política e os planos nacionais referentes à gestão integrada da zona costeira e marinha e a proteção desses ambientes são implementados, sob supervisão do Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio do Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, no âmbito da Diretoria de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA.

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC foi promulgado pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, e tem sido implementado pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - GERCO, que tem como objetivo preponderante *“planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma a garantir sua utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros”*, onde a Área de Influência da atividade está inclusa.

A operacionalização deste objetivo pressupõe o desenvolvimento de uma estratégia de sistematização da informação, com conhecimento da realidade e planejamento, levando a ações de execução baseadas no envolvimento e na integração intersetorial das ações públicas e entre governo e sociedade.

Nesta estrutura de funcionamento o Ministério do Meio Ambiente atua como coordenador e os estados litorâneos como executores, os quais buscam integrar suas ações com os municípios. A Coordenação Nacional insere-se no âmbito da

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA, que possui como atribuição a proposição de políticas e normas, a definição de estratégias e a implementação de programas e projetos no temas relacionados, respectivamente, com o ordenamento territorial e a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.

O PNGC foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, fórum de integração das ações federais voltadas a zona costeira, que funciona no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, sob a coordenação do MMA, que conta com a participação de setores federais, de representantes dos estados, municípios e das organizações não-governamentais de regiões costeiras representadas no CONAMA.

O trabalho intersetorial e reforçado, pela Câmara Técnica Permanente do Gerenciamento Costeiro, no âmbito do CONAMA.

Ações do Ministério do Meio Ambiente:

- Macro diagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União (1:2.500.000, 1:1.000.000, 1:250.000);
- Plano de Ação Federal para a Zona Costeira;
- Agenda Ambiental Portuária;
- Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro - Banco de Dados da Coordenação Nacional;
- Publicações e eventos destinados a capacitação das equipes estaduais;
- Os impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira;
- Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira;
- Avaliação das Normas Legais Aplicáveis ao Gerenciamento Costeiro;
- Caracterização dos Ativos Ambientais em Áreas Seleccionadas da Zona Costeira Brasileira;

- Roteiro de Análise Econômica para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil: Subsídios a Implantação do Programa nacional de Gerenciamento Costeiro (incluem arquivos “zipados” em *Corel Draw*, contendo os mapas dos correspondentes setores costeiros);
- Manual do Projeto Orla - Fundamentos para Gestão Integrada;
- Manual do Projeto Orla - Manual da Gestão;
- Manual do Projeto Orla - Subsídios para um Projeto de Gestão;
- Planos de Intervenção do Projeto Orla.

Além dos instrumentos de gerenciamento ambientais previstos no artigo 9º da Lei nº 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, são considerados, para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, os seguintes instrumentos de gestão:

- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, legalmente estabelecido, que deve explicitar os desdobramentos do PNGC, visando a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução;
- Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC, legalmente estabelecido, que deve explicitar os desdobramentos do PNGC e do PEGC, visando a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro. O PMGC deve guardar estreita relação com os planos de uso e ocupação territorial e outros pertinentes ao planejamento municipal;
- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA), possibilita a interação de informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto, devendo propiciar suporte aos subsistemas gerenciados pelos estados e municípios;

- Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA-ZC apresenta uma estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão;
- Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC que consiste no procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo monitoramento ambiental, e sobretudo, de avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações da gestão desenvolvidas. Esse Relatório será elaborado, periodicamente, pela Coordenação Nacional de Gerenciamento Costeiro, a partir dos Relatórios desenvolvidos pelas Coordenações Estaduais;
- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC que é definido como sendo o instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecologico-Economico do território nacional;
- Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC que compreende a formulação de um conjunto de ações estratégicas e programáticas, articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade, que visam orientar a execução do Gerenciamento Costeiro. Esse plano poderá ser aplicado nos diferentes níveis de governo e em variadas escaladas de atuação.

As atribuições do PNGC estão partilhadas em nível Federal, Estadual e Municipal e discriminam-se: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA, em função de sua área de competência e como órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, coordenará a implementação do PNGC, e terá ainda as seguintes atribuições:

- Acompanhar e avaliar permanentemente a implementação do PNGC, observando a compatibilização dos Planos Estaduais e Municipais com o PNGC e as demais normas federais, sem prejuízo da competência dos outros órgãos;

- Promover a articulação intersetorial e inter institucional;
- Promover o fortalecimento institucional, mediante ao apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Propor normas gerais, referentes ao controle e manutenção de qualidade do ambiente costeiro;
- Promover a consolidação do Sistema de informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO;
- Estabelecer procedimentos para ampla divulgação do PNGC;
- Estruturar, implementar e acompanhar o Programas de Monitoramento.

Controle e Ordenamento nas Áreas de sua Competência

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de acordo com sua área de competência e como órgão executor federal das políticas e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, tem as seguintes atribuições:

- Executar a parte federal de controle e manutenção da qualidade do ambiente costeiro, em estrita consonância com as normas estabelecidas pelo CONAMA;
- Apoiar e participar da consolidação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIDERCO; articulando-se com o MMA e os demais órgãos integrantes do SISNAMA nas ações necessárias a sua plena operacionalização;
- Executar e acompanhar os Programas de Monitoramento, Controle e Ordenamento;
- Propor ações e projetos para inclusão no Plano de Ação Federal;
- Executar ações visando a manutenção e a valorização das atividades econômicas sustentáveis nas comunidades tradicionais da Zona Costeira;
- Executar as ações do PNGC segundo as diretrizes definidas pelo MMA;

- Elaborar Planos Operativos Anuais referentes as atividades de sua competência, de forma compatível com as prioridades definidas no Plano de Ação Federal;
- Subsidiar informações e resultados obtidos na execução do PNGC, com vistas ao Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira;
- Colaborar na compatibilização das ações do PNGC com as políticas públicas que incidem na Zona Costeira;
- Proceder ao licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades de repercussão regional ou nacional incidentes na Zona Costeira, em observância as normas vigentes.

Atribuições Estaduais

Os estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em articulação intergovernamental, com os municípios e com a sociedade. São atribuições dos estados:

- Designar o Coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, obedecidas as normas legais federais e o PNGC;
- Estruturar e consolidar o sistema estadual de informação do Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar, implementar, executar e acompanhar os programas de monitoramento, cujas informações devem ser consolidadas periodicamente em Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira Estadual;
- Promover a articulação intersetorial e interinstitucional no nível estadual, na sua área de competência;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no Gerenciamento Costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;

- Elaborar e promover a ampla divulgação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do PNGC;
- Promover a estruturação de colegiado estadual.

Atribuições Municipais

Os municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em articulação intergovernamental e com a sociedade, possuindo as seguintes atribuições:

- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, observadas as diretrizes do PNGC e do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar o sistema municipal de informações do Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar, implementar e executar os programas de monitoramento;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Promover a estruturação de colegiado municipal.

Plano de Ação Federal para a Zona Costeira - PAF

O primeiro PAF foi editado em 1998, estruturado com 4 programas e 32 linhas de ação, das quais 12 delas eram de competência do MMA. A meta do PAF era promover as articulações das atividades e ações na zona costeira, mas havia uma lacuna jurídica a ser preenchida, pois até então não havia uma regulamentação da Lei nº 7.661/88. Assim, com base nos programas do PAF, foi elaborado pelo GI/GERCO o texto do Decreto Federal nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, que adiante será mencionado novamente.

O segundo PAF, editado em 2005, relata avanços na implementação de algumas metas previstas no plano anterior, em especial no que diz respeito às Agendas Ambientais Portuárias e ao Projeto Orla. Em relação ao zoneamento

ambiental, no entanto, o relatório deixa claro que não houve avanços significativos, apontando algumas razões básicas: a Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE foi extinta, e seu programa de zoneamento, mesmo sendo transferido para o MMA, As linhas de ação que obtiveram maior êxito foram agrupadas no Projeto Orla e na Agenda Ambiental Portuária. Entre as parcerias institucionais que foram estabelecidas no âmbito do PAF, destacam-se a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, o IBAMA e a Marinha do Brasil, os quais, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, foram responsáveis pelo conjunto dos programas.

Por outro lado, o Governo Federal foca o zoneamento no País e institucionaliza o processo em todo o território nacional, através do Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, fornecendo, assim, as bases legais necessárias ao Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil - ZEE-Brasil.

Mais recentemente, dois diplomas legais, um de âmbito federal e outro de âmbito estadual, foram editados no dia 07 de dezembro de 2004, constituindo-se, até o presente momento, como uma das últimas etapas desse processo, respectivamente, no país e no estado de São Paulo.

No âmbito federal, o Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, estabeleceu os limites, princípios, objetivos, instrumentos e competências para a gestão, bem como as regras de uso e ocupação da zona costeira, especialmente da orla marítima.

Projeto ORLA

O Projeto de Gestão Integrada para a Orla Marítima - Projeto Orla, é uma iniciativa do Governo Federal, desenvolvida a partir de uma proposição do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - GIGERCO da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e tem como coordenadores a Secretaria de Mudanças Climáticas e de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SMCQ/MMA e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento - SPU/MP.

O Projeto Orla vem sendo implementado desde 2001, inicialmente em caráter experimental e, posteriormente, nos municípios participantes do Programa Nacional de Meio Ambiente II - PNMA II. Até o presente momento o Projeto foi implementado em mais de 58 municípios, em quatorze estados. Dentro de seu escopo de trabalho, o principal objetivo do Projeto Orla é a busca por compatibilizar as políticas ambientais e patrimoniais do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União. Assim, se propôs, inicialmente, a estabelecer uma nova normatização no uso e gestão dos terrenos e dos acrescidos de marinha, que consolidasse uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e as políticas de governo praticadas na orla marítima.

O Projeto Orla é orientado pelo conceito de planejamento governamental que preconiza a gestão compartilhada entre as três esferas de governo, e busca, em sua concepção, a efetivação de parcerias intergovernamentais e com a sociedade civil organizada, com objetivo de estabelecer uma atuação articulada nos vários setores da administração pública.

Dada sua natureza e os seus objetivos, o Projeto Orla pressupõe o município, ou seja, o Poder Executivo Local, como o principal agente no processo de gestão da orla marítima, tendo este nível de governo o papel de definidor e executor das ações locais.

Cabe aos municípios:

- Formular proposta de adesão ao Projeto;
- Elaborar agenda de atividades;
- Organizar e listar documentos técnicos, cartográficos, base legal e logística;
- Elaborar o Plano de Gestão Integrada da Orla;
- Convocar audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão Integrada, da composição do Comitê Gestor da Orla, dos projetos e das ações;
- Criar o Comitê Gestor da Orla;

- Propor a celebração de convênios junto à SPU e outras instituições;
- Coordenar a execução das ações propostas no Plano de Gestão integrado.

Desde sua implantação o Projeto Orla concluiu 55 Planos de Gestão e capacitou 510 gestores. As novas parcerias do Orla, que totalizam 26 convênios já assinados, foram formalizadas com prefeituras dos estados do Amapá, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Estado do Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro o Projeto Orla não atendeu aos municípios integrantes da Área de Influência. A primeira etapa da implementação do projeto abrangeu dezesseis municípios selecionados no referido estado. Para o desenvolvimento dos trabalhos, os municípios capacitados foram reunidos em 4 grupos:

Grupo 1: Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema;

Grupo 2: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras;

Grupo 3: Campos dos Goytacases, Carapebus, Macaé e Quissamã;

Grupo 4: Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

Nesta etapa, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM participou como a instituição responsável pelo repasse da metodologia do projeto para os municípios, orientando a elaboração de seus respectivos Planos de Intervenção na Orla Marítima.

Estado de São Paulo

O Projeto Orla no estado de São Paulo, no Litoral Norte, viabilizou o fomento a projetos locais/regionais como o Projeto “Agenda 21 Litoral Norte de São Paulo” e a implementação de ações no âmbito da Agenda 21 em Ilhabela por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Ações de Implantação do Gerenciamento Costeiro

Estado do Rio de Janeiro

O Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE é instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza. Esses estudos servem como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

A Lei Estadual nº 5.067, aprovada em 09 de julho de 2007, regulamentou o zoneamento ecológico-econômico do estado do Rio de Janeiro e conferiu competência à Secretaria de Estado do Ambiente para coordenação da elaboração e implementação do projeto, em conjunto com as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Obras.

A referida Lei estabeleceu que o mesmo deveria contemplar as dez regiões hidrográficas do estado, e determinou critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no estado do Rio de Janeiro. Recentemente, a Lei nº 5.067 foi regulamentada sob a forma do Decreto nº 41.968, de 29 de julho de 2009, no que tange às atividades de silvicultura consideradas de pequeno e médio porte, condicionando a regulamentação de atividades consideradas de grande impacto às indicações apresentadas pelo Zoneamento e a elaboração de EIA/RIMA.

O quadro ambiental da costa do estado do Rio de Janeiro apresenta enorme complexidade. Corresponde a uma faixa de 600 km de extensão por aproximadamente 40 km de largura, composta por 34 municípios, com características peculiares no que diz respeito aos interesses de preservação, ao potencial turístico e de desenvolvimento urbano e às pressões da especulação imobiliária, de atividades industriais e portuárias de porte.

Nessa região, caracterizada por uma grande variedade de ecossistemas frágeis e relevantes, concentram-se atividades econômicas diversas, muitas delas conflitantes com a sustentabilidade do meio ambiente que as abriga.

Quadro II.5.3.K-1 - Setores do gerenciamento costeiro no Estado do Rio de Janeiro.

Setor Costeiro	Municípios
Setor 1 - Litoral Sul	Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri.
Setor 2 - Litoral da Baía de Guanabara	Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, B. Roxo, S. J. de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói e Maricá.
Setor 3 - Litoral da Região dos Lagos	Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, S. Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.
Setor 4 - Litoral Norte - Fluminense	Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana.
Total	34 municípios

Fonte: <http://www.ief.rj.gov.br/fma/gerenciamento-costeiro.asp>

Contraopondo-se a este quadro (**Quadro II.5.3.K-2**), nessa região se concentra mais de 10,5 milhões de habitantes (80% da população fluminense), com uma densidade demográfica de 585 hab/km², uma das maiores dentro dos estados costeiros da Federação.

Quadro II.5.3.K-2 - Principais indicadores da Costa Fluminense.

Indicador	Valor	Observação
Linha de Costa	850 km	-
Perímetro das Ilhas	650 km	365 ilhas
Lagoas Costeiras	34	Médio e Grande Porte
Baías	3	Guanabara, Sepetiba e Ilha Grande
Área da Zona Costeira	19.000 km ²	42% do Estado
Número de municípios	33	10 criados na última década
População	11 milhões	85% do Estado
Densidade populacional	600 hab/km ²	Segunda maior densidade do país
Participação no PIB do Estado	85%	PIB do Estado (1997) a Custos de Fatores - 102,3 Bilhões
Número de Indústrias	3.200	Considerando as indústrias com mais de 20 empregados
Produção de Petróleo	70%	Em relação a produção nacional
Grandes Portos	2	Mais um projetado para o Litoral Norte
Usinas Nucleares	2	Angra III encontra-se em construção

Fonte: <http://www.ief.rj.gov.br/fma/gerenciamento-costeiro.asp>

Inicialmente, com o apoio financeiro da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e, posteriormente, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, foram obtidos vários avanços, dos quais dois envolvem municípios integrantes da Área de Influência: a elaboração de planos diretores de unidades

de conservação, em áreas costeiras, com destaque para a APA de Maricá e a elaboração do Macro-Plano de Gestão da Bacia da Baía de Sepetiba.

Os demais estão vinculados as ações previstas no plano como:

- Fortalecimento da infraestrutura operacional para gerenciamento costeiro;
- Treinamento e capacitação de pessoal na área de gestão costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Monitoramento da Zona Costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Gestão para a Zona Costeira;
- Elaboração do Macrozoneamento do Litoral Norte (parcial);
- Implantação do Sistema de Informações para o Gerenciamento Costeiro - Sigerco;
- Fortalecimento dos arcabouços institucional e legal;
- Mapeamento de áreas frágeis a serem protegidas, em apoio ao Plano de Contingência (derramamento de óleo) da Baía de Guanabara;
- Estudos biológicos das áreas de restinga do estado, etc.

A expectativa é a de que o Plano de Gestão da Zona Costeira venha a desempenhar um importante papel, fazendo a ponte entre as diferentes esferas de governo, possibilitando, assim, a necessária integração das diversas ações institucionais existentes no estado, de forma a consolidar a ação de gerenciamento costeiro nesse nível, além de possibilitar sua extensão aos diversos municípios litorâneos.

Algumas atividades foram desenvolvidas pelo órgão estadual:

- Apoio à regulamentação da Lei nº 7.661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em suporte ao Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em grupo de trabalho para implementação de projeto piloto de controle de água de lastro no Porto de Sepetiba;

- Apoio na implementação do Projeto Orla, que visa o ordenamento desta fração da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla;
- Apoio na implementação da Agenda Ambiental Portuária que visa o fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental;
- Apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização das Nações Unidas - PNUMA/ONU;
- Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido no âmbito do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA, sob supervisão do INEA, tendo como principal objetivo fortalecer os instrumentos e procedimentos de gestão na região, integrando em sua estrutura os diversos segmentos sociais que direta ou indiretamente se relacionam com a Baía de Guanabara;
- Apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de unidades de conservação, o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.

No estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual estabeleceu os seguintes instrumentos de gerenciamento costeiro:

Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro: Integração, sob o ponto de vista metodológico e cartográfico, dos diversos instrumentos de ordenamento do uso do solo existentes.

Planos de Gestão da Zona Costeira: Proposição do Plano de Gestão da Zona Costeira do Estado integrando as diversas ações setoriais que incidem sobre a zona costeira.

Sistema de Inforação do Gerenciamento Costeiro: Continuidade ao processo de implantação da base de dados e integração com outros bancos de dados.

Monitoramento da Qualidade Ambiental: Modernização e ampliação da rede de monitoramento da qualidade ambiental, sobretudo no que se refere aos aspectos faunísticos, florísticos e socioeconômicos. Incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto no processo de acompanhamento das interferências antrópicas sobre o meio ambiente.

Plano Estadual de Gestão Costeira: Proposição de projeto de lei integrando os instrumentos legais existentes e definindo o modelo institucional para gerenciamento da costa.

Plano Municipal de Gestão Costeira: Programa de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios.

Estado de São Paulo

No estado de São Paulo, o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, instituído pela Lei Estadual nº 10.019/98, tem como finalidade promover a conservação dos ecossistemas costeiros e a melhoria da qualidade ambiental na Zona Costeira, a qual foi elevada à categoria de Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988. O Plano contempla a identificação das unidades territoriais que devem ser objeto de disciplina especial (arts. 9º e 10) a ser estabelecida em decreto (art. 13), bem como a elaboração de Planos de Ação e Gestão (art. 14), a serem aprovados por decreto.

A implementação do Plano prevê a utilização do conjunto de instrumentos de gestão ambiental e territorial propostos pela Política Nacional do Meio Ambiente, e parte do fato de que o litoral paulista conta com três dos cinco patrimônios naturais consagrados na Carta Maior: a Serra do Mar, a Mata Atlântica e a Zona Costeira.

Para efeito de estruturação do Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro, fundamentado no artigo 5º da Lei nº 7.661/88, a Zona Costeira Paulista foi dividida em quatro grandes áreas de planejamento: Litoral Norte, Baixada Santista, Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia, e o Vale do Ribeira (**Quadro II.5.3.K-3**).

Quadro II.5.3.K-3 - Setores do gerenciamento costeiro do estado de São Paulo.

Setor Costeiro	Municípios
Litoral Norte	Ilhabela; São Sebastião; Ubatuba; Caraguatatuba
Baixada Santista	Bertioga; Cubatão; Guarujá; Itanhaém; Monganguá; Peruíbe; Santos; São Vicente; Praia Grande
Complexo estuarino lagunar de Iguape e cananéia	Cananéia; Iguape; Ilha Comprida
Vale da Ribeira	Apiá; Barra do Chapéu; Barra do Turvo; Cajati; Eldorado; Iporanga; Itaoca; Itapirapuã Paulista; Itariri; Jacupiranga; Juquiá; Jujutiba; Miracatu; Pariquera-Açu; Pedro de Toledo; Registro; Ribeira; São Lourenço da Serra; Sete Barras e Tapiraí
Total	36 municípios

Fonte: Lei Federal nº 7.661/88.

No litoral norte, situa-se o município de Ilhabela, integrante da Área de Influência. Nas demais regiões, não houve a promulgação do Zoneamento, apenas estudos em cada uma delas.

Plano Diretor

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. Por exigência constitucional, este é elaborado para municípios com mais de 20.000 habitantes, o plano tem como objetivo uma melhor qualidade de vida para todos. Em relação aos planos diretores, dentro da metodologia de elaboração exigida pelo marco legal, através de elaboração de diagnósticos, zoneamento, definição de usos do solo de maneira participativa - Plano Diretor Participativo.

O Estatuto da Cidade prevê que o Plano Diretor é um dos instrumentos de organização da cidade. Prevê, também, como instrumento de política urbana, o

zoneamento ambiental (aqui denominado de zoneamento urbano). O zoneamento urbano nasce no seio do Plano Diretor.

Estado do Rio de Janeiro

Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói possuem planos diretores municipais (Lei Municipal nº 16/92 e Lei Municipal nº 1.157/92, modificada pela Lei nº 2.123/04, respectivamente) reguladores do uso do solo, que se encontram atualmente em processo de revisão e atualização. Itaguaí revisou o seu Plano Diretor em 2007, e Maricá em 2006. De acordo com as informações disponibilizadas no *site* da prefeitura de Mangaratiba, encontra-se em andamento a revisão da Lei Orgânica Municipal, o Plano Estratégico e o Plano Diretor.

Em um âmbito mais localizado, nos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Rio de Janeiro, Niterói e Maricá, existe outro tipo de instrumento de gestão do uso e ocupação do solo denominado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU.

Estado de São Paulo

No município de Ilhabela, a Lei nº 421/2006 instituiu o Plano Diretor de desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela - PDDSA, que considera em suas proposições a ambiência, o arquipélago, a cidade informal, as comunidades tradicionais e o Zoneamento Marinho, entre outros.

Os municípios da AI, quando dos levantamentos em fontes oficiais, em fevereiro de 2010, apresentavam a seguinte situação, conforme **Quadro II.5.3.K-4**:

Quadro II.5.3.K-4 - Situação dos Planos Diretores de cada município.

Municípios	Situação
Rio de Janeiro	Pronto em 1992
Niterói	Modificado em 2004
Maricá	Instituído em 2006
Itaguaí	Instituído em 2007
Mangaratiba	Revisão em andamento
Ilhabela	Instituído em 2006

Fonte: Pesquisa em sites das prefeituras de cada município em fevereiro de 2010.

Unidades de Conservação

As unidades de conservação (UCs) integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC dividem-se em dois grupos, com as seguintes categorias de manejo (**Quadro II.5.3.K-5**).

Quadro II.5.3.K-5 - Grupos e categorias de manejo.

Grupos	Categorias de Manejo
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica
	Reserva Biológica (REBIO)
	Parque Nacional (PARNA)
	Parque Estadual (PE)
	Parque Natural Municipal
	Monumento Natural
	Refúgio de Vida Silvestre
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
	Floresta Nacional
	Floresta Estadual
	Floresta Municipal
	Reserva Extrativista (RESEX)
	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Fonte: Lei nº 9.885/2000 (SNUC)

As unidades de conservação devem possuir instrumentos de planejamento e gestão ambiental. As UCs devem elaborar um plano de manejo para estabelecer suas diretrizes básicas de uso, utilizando técnicas de planejamento ecológico para determinar o zoneamento da área, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico de acordo com suas finalidades .

As unidades de conservação de interesse para o presente estudo referem-se àquelas que têm interface com o espaço marítimo, que potencialmente estão sujeitas aos impactos ambientais em função da atividade de exploração marítima de óleo e gás.

Na Área de Influência situam-se as Unidades de Conservação da esfera federal relacionadas no **Quadro II.5.3.K-6**.

Quadro II.5.3.K-6 - Unidades de Conservação Federais na Área de Influência.

Nome	Localização	Tipo	Plano de Manejo
ARIE do Arquipélago das Cagarras	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não Existe
ARIE de Queimada Grande e Queimada Pequena	Itanhaém e Peruíbe	Uso Sustentável	Sem Informação

Os instrumentos de planejamento e gestão ambiental em âmbito estadual não se diferenciam dos existentes em âmbito federal: Plano de Manejo e Zoneamento Econômico Ecológico. O **Quadro II.5.3.K-7** apresenta as unidades de conservação estaduais presentes na Área de Influência.

Quadro II.5.3.K-7 - Unidades de Conservação Estaduais na Área de Influência.

Nome	Localização	Tipo	Plano de Manejo
Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba	Rio de Janeiro	Proteção Integral	Sem informação
PE da Serra do Tiririca	Niterói e Maricá	Proteção Integral	Sem informação
PE da Pedra Branca	Rio de Janeiro	Proteção Integral	Sem informação
PE de Ilhabela	Ilhabela	Proteção Integral	Em elaboração
PE da Serra do Mar	28 municípios (um deles é Itanhaém)	Proteção Integral	Possui
APA Nova Sepetiba II	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Em elaboração
APA de Maricá	Maricá	Uso Sustentável	Possui
APA de Mangaratiba	Mangaratiba	Uso Sustentável	Em elaboração

Na esfera municipal foram identificadas as seguintes Unidades de Conservação (**Quadro II.5.3.K-8**).

Quadro II.5.3.K-8 - Unidades de Conservação Municipais na Área de Influência.

Nome	Localização	Tipo	Plano de Manejo
Parque Natural Municipal da Prainha	Rio de Janeiro	Proteção Integral	Não existe
Parque Natural Municipal do Grumari	Rio de Janeiro	Proteção Integral	Não existe
Parque Natural Municipal de Marapendi	Rio de Janeiro	Proteção Integral	Não existe
Parque Natural Municipal Bosque da Barra (Arruda Câmara)	Rio de Janeiro	Proteção Integral	Não existe
Parque Natural Municipal Chico Mendes	Rio de Janeiro	Proteção Integral	Sem informação
APA do Morro do Leme	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe
APA das Pontas de Copacabana, Arpoador e seus entornos	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe

Continua

Quadro II.5.3.K-8 (Conclusão)

Nome	Localização	Tipo	Plano de Manejo
APA da Orla Marítima de Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe
APA do Parque Municipal Ecológico de Marapendi	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe
APA de Grumari	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Em elaboração
APA da Prainha	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe
APA das Brisas	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe
APA da Orla da Baía de Sepetiba	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe
ARIE da Baía de Guanabara	Rio de Janeiro e Niterói	Uso Sustentável	Não existe
ARIE da Baía de Sepetiba	Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Não existe
APARU do Jequiá	Rio de Janeiro	Não pertence ao SNUC	Sem informação
Reserva Ecológica Darcy Ribeiro	Niterói	Não pertence ao SNUC	Sem informação
ANT Canto Sul da Praia de Itaipu	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe
ANT Ilha da Boa Viagem	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe
ANT Praias de Adão e Eva	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe
ANT e AEIA Praia do Sossego	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe
AEIA e APA das Lagoas de Piratininga e Itaipu	Niterói	Não pertence ao SNUC	Sem Informação
AEIA Ilhas do Pai, da Mãe e da Menina	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe
AEIA Ilha Duas Irmãs	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe
AEIA Ilha do Veado	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe
AEIA Ilhas de Santa Cruz e da Conceição	Niterói	Não pertence ao SNUC	Não Existe

II.5.3.L - Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico

A importância estratégica da zona costeira brasileira pode ser evidenciada sob vários aspectos. Possui cerca de 8.500 km de extensão e largura variável abrangendo 395 municípios em 17 estados. Abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, destacando-se: manguezais, restingas, dunas, praias, ilhas, costões rochosos, baías, brejos, falésias, estuários, recifes de corais e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico, todos apresentando uma riqueza em espécies e enorme biodiversidade. (BRASIL - MMA, 1996, p. 9).

Essa variedade de ecossistemas, caracterizados pela abundância de recursos naturais renováveis, são responsáveis pela sobrevivência de populações humanas, pela reprodução de diferentes espécies de animais e pela conservação da vegetação nativa.

A perspectiva de que os recursos naturais são inesgotáveis, estimulou a utilização dos espaços florestais (**Figura II.5.3.L-1**), estimulada pelo desenvolvimento das atividades econômicas dos setores produtivos, em especial nas regiões mais desenvolvidas, ou seja, Sul e Sudeste.

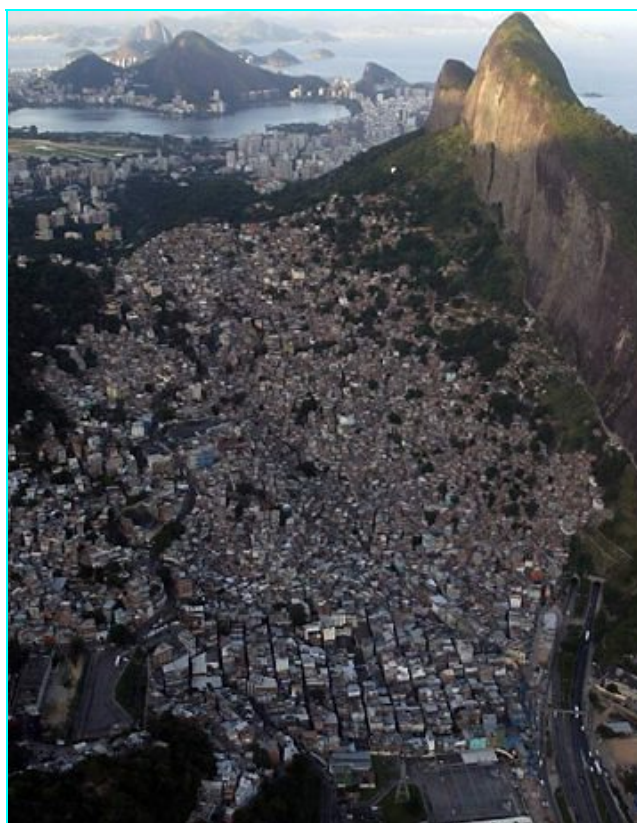


Figura II.5.3.L-1 - Vista aérea da Rocinha – RJ.

Fonte: http://oglobo.globo.com/fotos/2007/07/05/05_MHG_rio_vidigal.jpg

Com o processo de industrialização e a consolidação do aspecto urbano-industrial no país, houve uma concentração de setores industriais nas zonas portuárias, necessitados de insumos externos e de meios de exportação de seus produtos. Surgiram então os grandes complexos industriais costeiros (**Figura II.5.3.L-2**).



Figura II.5.3.L-2 - Complexo portuário industrial do Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.newscomex.com.br/adm/fotos/noticia_16186.jpg

Nos últimos anos, a zona costeira brasileira tem sido submetida a conflitos de uso e pressões econômicas derivadas da ampliação do processo produtivo, do desenvolvimento do turismo, da especulação imobiliária e do aumento da densidade demográfica. Mais da metade da população brasileira vive a uma distância aproximada de 60 km do mar, e 20% na zona costeira, correspondendo a um contingente aproximado de 42 milhões de habitantes, em uma área de 388.000 km², onde se localizam importantes setores do parque industrial brasileiro.

A área que potencialmente poderá sofrer impactos da atividade dos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-Sal, Bacia de Santos é constituída por municípios litorâneos, onde estão localizados importantes ecossistemas, como praias, restingas, estuários, manguezais, costões rochosos, dentre outros. Sua faixa costeira apresenta elevado valor ecológico e a qualidade de seus recursos naturais é de extrema relevância do ponto de vista socioeconômico, tendo em vista que as atividades turísticas e pesqueiras praticadas são importantes fontes de renda e emprego para grande parte da população **Figura II.5.3.L-3 e Figura II.5.3.L-4**).



Figura II.5.3.L-3 - Embarcações turísticas na Ilhabela - SP

Fonte: http://www.baixaki.com.br/imagens/wpapers/BXK1392_IlhabelaJabaquara800.jpg



Figura II.5.3.L-4 - Fluxo de turistas em Mangaratiba – RJ.

Fonte: costaverdenoticias.zip.net/images/cais

Nessa faixa litorânea grande parte das unidades ou feições geográficas encontra-se protegida por lei, como é o caso das áreas de preservação permanente, parques estaduais e municipais, envolvendo praias, falésias, ilhas, cavernas, restingas, mata atlântica, manguezais, recursos hídricos superficiais e seu entorno.

Dentre os municípios componentes da Área de Influência, o Rio de Janeiro e Niterói são considerados de grande porte, sendo que o primeiro constitui-se na 2ª maior metrópole brasileira, em termo de população e PIB. Ambos apresentam quadro de degradação ambiental (**Figura II.5.3.L-5**) em decorrência do seu processo de ocupação e uso dos seus recursos naturais.



Figura II.5.3.L-5 - Deslizamento no Morro do Bumba – Niterói - RJ.

Fonte: <http://www.vooz.com.br/userfiles/image/Jos%C3%A9%20Wilson/morro%20do%20bumba.jpg>

Nos demais municípios integrantes da Área de Influência, embora situados em dois estados, apresentam similitudes em termos de pressão sobre os recursos naturais, levando a desarticulação cultural dessas populações, bem como pela destruição de importantes áreas naturais, o que afeta, principalmente, o turismo, a pesca e a aquicultura, principais setores de ocupação das populações tradicionais, além da indústria da construção civil.

Tanto o turismo como a pesca são desenvolvidos em todos os municípios da Área de Influência, constituindo-se em uma atividade que depende da qualidade dos recursos naturais. A preservação de costões rochosos, manguezais e estuários, dentre outros ecossistemas litorâneos, são fundamentais para a manutenção dos estoques de muitas espécies de valor comercial encontradas no litoral brasileiro.

O desenvolvimento do turismo representado na edificação de hotéis, em habitações de veraneio (segunda residência) e condomínios de luxo, nem sempre em conformidade com a capacidade de suporte dos ambientes naturais, tem contribuído para a destruição dos ecossistemas costeiros e para a sua descaracterização paisagística.

Hoje se presencia a degradação de praias (**Figura II.5.3.L-6**) e a elevada poluição de seu sistema lagunar por lançamentos inadequados de esgotos sanitários, resíduos sólidos, dentre outros, que tem sido alvo de ações permanentes do poder público. Estas ações envolvem vultosos investimentos em infraestrutura, como também na criação de instrumentos para ordenar seu uso, coibir ações potencialmente poluidoras e na realização de campanhas de conscientização sobre a necessidade da preservação ambiental, aspectos detalhados no **item J – Instrumentos de Gestão Ambiental**.



Figura II.5.3.L-6 - Presença de lixo na Baía de Guanabara - RJ

Fonte: <http://veja.abril.com.br/020806/imagens/esporte1.jpg>

Dentre as atividades industriais com maior potencial de impacto sobre os ecossistemas encontram-se a expansão imobiliária em áreas frágeis (margens e lagoas, restingas, manguezais, encostas de morros), extrativismo mineral, turismo, produção de energia e a presença de indústrias química, petrolífera, petroquímica, siderúrgica e celulose, entre outras de menor porte.

II.5.3.M - Qualidade da Paisagem Natural

A Área de Influência é composta por um sistema costeiro formado por montanhas, praias, dunas, restingas, lagoas, mangues, baías, ilhas e enseadas. Esses ambientes podem se apresentar naturais ou modificados pelo homem. A qualidade da paisagem natural dessa área atrai grande contingente de turistas devido à sua beleza cênica, conformando lócus de desenvolvimento econômico, como atrator de investimentos, em especial nos setores de turismo e construção civil.

Essa região apresenta, em seus municípios, inúmeros recursos naturais formados pela riqueza da Mata Atlântica ainda preservada, gerando a oportunidade de desenvolvimento de atividades direcionadas ao turismo, sendo a Zona Costeira um espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, que tem sido apropriado pelo homem ao longo de sua história, a partir das atividades econômicas e de lazer.

O fato de possuir uma interface com o mar qualifica a zona costeira para determinados usos, ou seja, possibilita o monopólio espacial de certas atividades, tais como a exploração de recursos marinhos, a circulação de bens e pessoas através da via marítima, a utilização cultural desse espaço como área de lazer e, também, sua exploração econômica com a atividade turística e portuária.

Esse patrimônio ambiental presente na região representa uma das principais fontes de geração de emprego e renda, associadas às atividades portuárias, de turismo litorâneo, de pesca, lazer, esportes radicais ou vinculadas à utilização dos recursos marinhos, restingas, lagoas, manguezais e barras de rio. O uso turístico deste patrimônio natural está descrito no **item H - Turismo, Lazer e Cultura**, deste documento.

Em que pese à importância da preservação dos recursos naturais, e, portanto da qualidade da paisagem costeira como atrativos e geradores de recursos sociais e econômicos em âmbito nacional e regional, observa-se que nas últimas décadas, a forma desordenada da ocupação do solo na região, implicou no

aparecimento de inúmeros problemas ambientais, como a deficiência de sistemas de esgotamento sanitário, a disposição inadequada de resíduos sólidos, a degradação de áreas de preservação, a redução da cobertura arbórea, a ameaça dos refúgios de flora e fauna, a poluição e assoreamento de corpos hídricos, a poluição do ar e a poluição das praias. A urbanização desenfreada acabou por deteriorar os recursos paisagísticos e ambientais do litoral, abalando ecossistemas frágeis e recursos cênicos.

Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, centros polarizadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tiveram suas paisagens alteradas em decorrência do processo de urbanização. Praias e lagoas foram aterradas recuando a linha do litoral, rios retificados e canalizados, desmonte de morros para ampliar o espaço urbano, dentre outros. A ocupação desordenada atingiu também a Mata Atlântica, que vem sendo devastada desde o início da colonização brasileira (**Figura II.5.3.M-1**).



Figura II.5.3.M-1 - Baía da Guanabara.

Foto: <http://www.rentanapartmentinrio.com/bahiadaguanabarario.html>

A alta densidade demográfica aliada à ocupação desordenada tem comprometido a qualidade da paisagem na Região Metropolitana. Apesar de quase 80% dos domicílios do município do Rio de Janeiro contarem com rede

geral de esgotos, algumas de suas praias constantemente encontram-se impróprias para o banho, principalmente nos trechos próximos às línguas negras.

Atualmente existem poucas lagoas na cidade do Rio de Janeiro, e todas passam por intensa agressão aos seus ecossistemas naturais. Da mesma forma que as lagoas de Itaipu e Piratininga, em Niterói, que representam 3,5% da área total do município. Em geral, esses ecossistemas encontram-se com suas margens alteradas em decorrência do processo de urbanização, a partir de aterros, desmatamentos, despejos de resíduos e esgoto sanitário. As consequências são assoreamento, mortandade de peixes, alterações na qualidade das águas, crescimento da população de algas, enchentes, dentre outras.

Em Maricá, onde a paisagem é determinada pela presença de uma sequência de lagoas separadas do mar por estreita faixa de terra. Estas lagoas, que por muito tempo foram o principal atrativo turístico da região, hoje apresentam problemas consideráveis de deterioração de seus corpos d'água, o que não impede que continuem recebendo um grande número de veranistas, embora haja uma clara preferência pelas praias oceânicas da região (**Figura II.5.3.M-2**).



Figura II.5.3.M-2 - Lagoa de Maricá.

Foto: <http://www.eujafui.com.br/3457708-marica/9081-lagoa-de-marica/fotos/27552/>

A região que envolve os municípios de Mangaratiba e Itaguaí, localizados na Baía de Sepetiba, caracteriza-se pela ocupação esparsa, concentrada especialmente na sede municipal de Itaguaí. Essa cidade apresenta porte populacional médio, com média densidade demográfica.

No entorno da baía localizam-se os distritos industriais de Itaguaí e Sepetiba, já intensamente ocupados por empreendimentos industriais em operação e em processo de instalação, como o Porto de Itaguaí, com importantes terminais de alumínio, minério, contêineres, granéis sólidos, Companhia Siderúrgica do Atlântico e o Porto Sudeste.

Mesmo assim ainda é possível observar em alguns trechos faixas de manguezal com alto grau de preservação, assim como sistema lagunar, restingas preservadas e praias.

Mangaratiba vem desenvolvendo seu potencial turístico, com a presença de resorts e pousadas, possuindo como atrativo principal as ilhas de Jaguanum e Itacuruça.



Figura II.5.3.M-3 - Hotel Portobello. Mangaratiba.

Foto: <http://www.brasilviagem.com/pontur/?CodAtr=63559>

O município de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, por ter sua área com quase 85% protegida, ainda apresenta paisagem preservadas. O Parque Estadual de Ilhabela, que integra o Projeto de Preservação da Mata Atlântica - PPMA, possui 27.025 hectares, englobando 85% do município de Ilhabela, formado por

um conjunto de ilhas que compõem o arquipélago que integra a rede de Unidades de Conservação administrada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Florestal. É o único município-arquipélago marinho brasileiro e é formado por um conjunto de 12 ilhas, duas ilhotas e duas lajes, das quais somente três são habitadas: Vitória, Búzios e Ilha das Cabras (http://www.aventuraespecial.org.br/telas/main_destiilhabela.htm). Toda essa geografia encontra-se tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat.



Figura II.5.3.M-4 - Ilhabela.

Foto: http://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g609135-w6-Ilhabela_State_of_Sao_Paulo.html

A paisagem é composta por uma diversidade de praias, cristas e picos de montanhas com mais de 1.300 metros de altitude cobertos de floresta, por córregos e riachos com mais de 250 cachoeiras, bem como por ilhas, grandes e pequenas, ilhotas e lajes que abrigam uma rica e diversificada flora e fauna.

A abertura da rodovia Rio-Santos (BR-101) na década de 70, foi fundamental para o estabelecimento da região como pólo turístico, alterando substancialmente a paisagem regional, com a construção de residências de veraneio, condomínios, pousadas e equipamentos destinados à atividade turística, atraindo migrantes para o trabalho na construção civil que residem no entorno.

II.5.3.N - Caracterização da Atividade Pesqueira

Conforme o item II.4 - Área de Influência, não foram identificadas embarcações de pesca artesanal de nenhum município, atuando na área do empreendimento. Considerou-se no entanto, que os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói deverão ser contemplados no presente item - Caracterização da Atividade Pesqueira uma vez que parte de suas frotas de pesca artesanal foram identificadas utilizando áreas da Baía de Guanabara, onde a base de apoio marítimo está também localizada, podendo assim, ocorrer algum tipo de interferência em função da rota das embarcações de apoio, conforme critérios de definição para Área de Influência do empreendimento.

A pesca industrial ocorre ao longo de todo o litoral sudeste e sabe-se que embarcações de outros estados também deslocam-se para esta região, advindas principalmente dos municípios das regiões sul e sudeste, atingindo batimetrias equivalentes com as de localização das atividades dos 15 TLDs – Testes de Longa Duração, 2 Pilotos de Produção e 1 DP – Desenvolvimento da Produção, sendo assim, será apresentado um diagnóstico da pesca industrial ao final do documento, com o intuito de descrever os tipos de embarcações e petrechos utilizados, o desembarque e a comercialização do pescado, especificamente do estado do Rio de Janeiro.

A seguir serão caracterizadas as atividades de pesca no Brasil, em seguida no estado do Rio de Janeiro com ênfase nos municípios – Rio de Janeiro e Niterói, para a pesca artesanal e posteriormente sobre a atividade de pesca industrial neste estado.

II.5.3.N.1 - Pesca no Brasil

Segundo o ESTATPESCA, 2006, o Brasil, apesar da extensão de seu litoral ter cerca de 8.500 quilômetros e uma Zona Economicamente Exclusiva - ZEE de 3,5 milhões de km², os estudos técnicos já realizados para uma faixa litorânea de até 200m de profundidade estimam um potencial anual de captura sustentável variando entre 1,4 milhão de toneladas e 1,7 milhão de toneladas.

O Brasil apresenta uma grande diversidade de ambientes no seu extenso litoral, que está relacionado com as características das atividades pesqueiras. Em 2006, observa-se um crescimento na produção total na ordem de 4,1% em relação a 2005. A pesca marinha apresentou um crescimento de 3,9 % e a pesca continental de 3,2%. A pesca extrativa em 2006 apresentou um pequeno decréscimo, alcançando uma participação relativa na produção de pescado de 74,1%, contra 74,5% registrada em 2005. No período de 1997-2006, a participação relativa da pesca extrativa apresentou comportamento de declínio.

Na pesca costeira, ocorrem pescarias artesanais, com destaque para as capturas de pescada amarela, caranguejos e lagostas e, nas áreas mais afastadas da costa as pescarias industriais de camarões e Pargos.

O litoral sudeste apresenta uma plataforma com largura variável, com um mínimo na área de Abrolhos e se expandindo no sentido sul até São Paulo, com o registro de fenômenos de ressurgências na altura de Cabo Frio-RJ.

Em 2006, registrou-se uma produção de 118.857 toneladas, apresentando um crescimento de 14,5%, em relação ao ano de 2005. O valor total estimado da produção foi de R\$ 361.353.655,00. De acordo com o relatório técnico sobre o censo estrutural da pesca (2004), a frota dos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro foi estimada em cerca de 4.546 embarcações, sendo a maioria dos barcos de até 8 metros de comprimento.

O litoral sul se estende desde o estado do Paraná até o Rio Grande do Sul e possui uma plataforma continental larga e plana, que registrou em 2004 sua maior participação percentual de 30,5% na produção total anual. Já em 2006 a produção total foi de 249.987,5 toneladas, representando 23,7% do total do país. A presença de estoques de peixes demersais tais como: pescadas e corvinas, sardinha verdadeira, bonito barriga-listrada e camarões, favoreceu o desenvolvimento da pesca na região. A frota recentemente levantada foi estimada em cerca de 7.900 embarcações, das quais cerca de 5.500 barcos possuem comprimento inferior a 8 metros (ESTATPESCA, 2006).

De acordo com o atual Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), anteriormente denominada Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP, 2006) a produção de pescado estuarino e marinho na região Sudeste do Brasil é predominantemente industrial, setor que responde por cerca de 70% da produção pesqueira total na região. As espécies tradicionalmente capturadas na Região Sudeste são os peixes demersais (Serranídeos e Lutjanídeos), os camarões e a sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*). A possibilidade de expansão da atividade pesqueira na Região pode depender de espécies emergentes como o anchoita (*Engraulis anchoita*) e o caranguejo de profundidade (*Chaceon* sp.).

Conforme o diagnóstico realizado pela SEAP (atual MPA) em 2006, na região sul do Brasil, o tipo de pesca responsável pela maior produção também é a pesca industrial, que responde por cerca de 80% da captura regional. Destacam-se as pescarias da sardinha verdadeira, bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*), camarões e peixes demersais.

Nos últimos anos o interesse pesqueiro tem sido direcionado para espécies de alto valor econômico, mas especialmente frágeis como as do peixe-sapo e do caranguejo de profundidade. (SEAP, 2006).

Segundo a SEAP, 2006 a frota pesqueira estuarina e marinha que atua no litoral brasileiro, tanto na zona costeira quanto na pesca oceânica está estimada em torno de 30.000 embarcações, das quais 10% são considerados de médio e grande porte, formando a frota industrial. Isto indica que cerca de 27.000 embarcações são utilizadas pela pesca artesanal, composta por embarcações de pequeno porte (jangadas, canoas, botes, etc.) que, pelas suas próprias características, tem um raio de ação limitado, e pouca autonomia no mar aberto.

Segundo a definição do Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira da Região Sudeste e Sul - CEPSUL a pesca artesanal é caracterizada como, sistemas de pesca que utilizam embarcações menores que 8 m de comprimento total, geralmente sem sistema de conservação, e com menor poder de pesca, tendo conseqüentemente uma menor autonomia no mar, ficando assim restritas suas atividades de pesca a uma pequena área, nas imediações do ponto de residência das embarcações.

A pesca artesanal atua nas capturas com o objetivo comercial local, associado à obtenção de alimentos para as famílias dos participantes, sendo realizada principalmente pelos grupos familiares dos pescadores. Na maioria dos casos, a propriedade dos meios de pesca (embarcação, apetrechos) é mantida pelos próprios pescadores.

A pesca industrial, segundo o CEPSUL, é caracterizada por barcos com comprimento total maior que 8 m, tendo estas embarcações um sistema de conservação de pescado a bordo (gelo ou congelamento), e possuindo maior poder de pesca. A autonomia que caracteriza as embarcações confere às mesmas uma maior mobilidade, podendo atuar em pontos afastados dos portos de origem, assim como desembarcar sua produção em diferentes pontos do litoral, em função de oportunidades ou vantagens comparativas de comercialização.

A frota pesqueira considerada industrial é composta por subfrotas especializadas que atuam na pesca de determinados grupos de recursos pesqueiros. Essa frota atua tanto sobre os recursos costeiros (camarões, lagostas, sardinha, etc.), quanto sobre os recursos considerados oceânicos, como atuns e o peixe sapo.

Segundo a SEAP (2006) algumas das modalidades de pesca praticadas na costa brasileira, principalmente na região costeira e estuarina estão sendo sujeitas à restrições, devido à intensa exportação de alguns estoques, a saber:

- arrasto de camarões (litoral norte e sudeste/sul);
- arrasto de Piramutaba (litoral norte);
- linheiros para Pargo (norte/nordeste);
- armadilha para lagosta e pargo (litoral norte/nordeste);
- cerco para sardinha (sudeste/sul);
- arrasto de fundo para peixes demersais (sudeste/sul).

Tais frotas requerem medidas relacionadas com a modernização, incluindo a substituição, conversão ou readequação. O objetivo dessas medidas é a redução

do esforço de pesca e a minimização de perdas de pescado desde o processo de captura, passando pelo acondicionamento a bordo e o desembarque.

De acordo com o SEAP (2006) a frota que opera na pesca oceânica, além da isóbata dos 200 m é aquela que oferece em curto prazo um potencial de crescimento e expansão de esforço de pesca, podendo absorver novas embarcações. Atualmente, as áreas de pesca profunda onde ocorrem os recursos pesqueiros considerados emergentes, são exportadas por uma frota composta por:

- embarcações nacionais de emalhe de fundo;
- embarcações arrendadas e uma nacional de pesca com covos;
- arrasteiros arrendados e mais de 300 arrasteiros nacionais;
- embarcações nacionais de espinhel de fundo.

Ainda, de acordo com a SEAP (2006) a produção pesqueira nacional para o período de 1960 a 2001 mostrou crescimento até 1985, quando alcançou cerca de 971.500 t, sendo que 78% desse total (760.000 t) foram geradas no ambiente marinho.

A partir de 1985 registrou-se um contínuo decréscimo, e em 1990 a produção foi de apenas 640.300 t, das quais 435.400 t foram produzidas no ambiente marinho. Os últimos dados da série considerada pela SEAP (2006) se referem ao ano de 2001. De acordo com esses dados, houve uma recuperação a partir de 1990, chegando a uma produção estimada em 915.334 t em 2001, das quais 60% (550.829 t) foram geradas no ambiente marinho. O fato relevante a ser registrado, é que a recuperação observada no período analisado pela SEAP (2006) se deve principalmente à recuperação da produção do ambiente continental, e mais especificamente, ao crescimento contínuo da produção da aquicultura no período da análise.

Os dados do ESTATPESCA para o período compreendido entre os anos de 1997 e 2006 são apresentados na **Figura II.5.3.N-1**.

Os dados da **Figura II.5.3.N-1** mostram um declínio na produção pesqueira entre os anos de 1997 e 1999, seguidos por uma recuperação da produção entre os anos de 2000 e 2001, com uma tendência à estabilização no ano 2002.

De um modo geral, todas as fontes consultadas apontam para um quadro de estagnação ou declínio dos níveis de produção dos recursos pesqueiros tradicionais, situados na região costeira, o que é de certo modo compensado pelo aumento da produção pesqueira oriunda da zona oceânica, com a exploração de estoques de espécies demersais e pelágicas de águas profundas. Estes últimos são os principais responsáveis pela recuperação dos níveis de produção registrada entre os anos de 2000 e 2002.

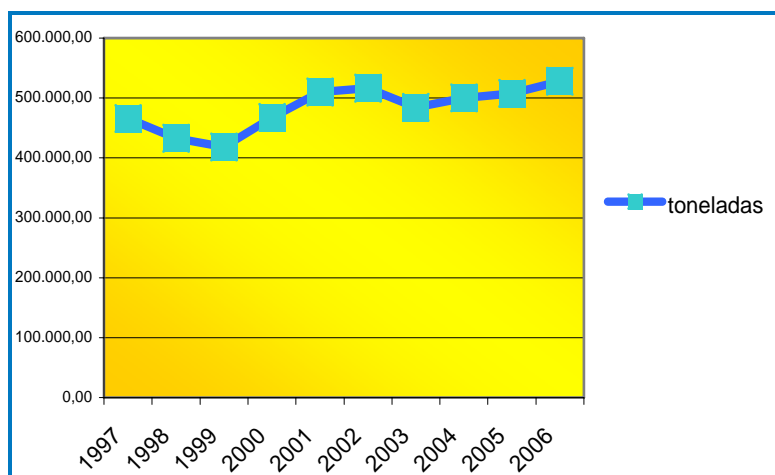


Figura II.5.3.N-1 - Produção da pesca extrativa marinha no Brasil entre os anos de 1997 a 2006.

Fonte: Estatística da Pesca, 2006.

As atividades dos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural apresentados neste estudo, contemplam atividades de Testes de Longa Duração (TLDs), Pilotos e Desenvolvimento da Produção, a serem desenvolvidos nos Blocos BM-S-8, BM-S-9, BM-S-10, BM-S-11, BM-S-21 e BM-S-24, localizados no Pólo Pré-Sal, Bacia de Santos, estes empreendimentos serão realizadas entre as batimetrias de 2.000 a 2.500 metros, e sua menor distância em relação a costa é de 232 km (do município do Rio de Janeiro). Dentro deste contexto, cabe mencionar que a pesca industrial desenvolve-se entre os estratos batimétricos compreendidos entre as profundidades de 25

metros até o limite da ZEE com as águas internacionais (acima de 2500 metros) para a pesca de recursos demersais e pelágicos, conforme apresentado no **Mapa II.XX** de Pesca Industrial. Já a atividade de pesca artesanal desenvolve-se até a batimetria de 60 metros sendo a maior distância, 22 km, percorrida em relação à costa do município do Rio de Janeiro, conforme apresentado no **Mapa II.5.3-1** de Pesca Artesanal ao final deste documento, portanto, não ocorrendo dessa forma nenhuma interferência entre estas atividades.

2) Pesca Artesanal e Industrial

2.1) Pesca Artesanal do Estado do Rio de Janeiro

A seguir será apresentada a caracterização da atividade de pesca artesanal para o estado do Rio de Janeiro e seus respectivos municípios inseridos na Área de Influência – Rio de Janeiro e Niterói.

Os dados do Recadastramento Nacional dos Pescadores do Brasil (SEAP/PR, 2006) indicaram que o Rio de Janeiro era o 10º estado com maior número de pescadores registrados no RGP, sendo 3,4% do número total de pescadores do Brasil²⁸. Na região Sudeste a concentração de pescadores registrados no RGP está em São Paulo (16.167 pescadores ou 33,05%), seguido do Rio de Janeiro (13.305 pescadores ou 27,20%). Conforme a SEAP/PR (2006), são 11.064 homens (83,16%) e 2.241 (16,84%) mulheres envolvidos na atividade no Estado do Rio de Janeiro. Dados mais recentes apresentados pela SEAP/PR, em Brasília, por ocasião da 2ª Oficina de Trabalho para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Monitoramento da Pesca, em 2008, demonstraram um total de 14.874 pescadores registrados no Rio de Janeiro.

A Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj) realizou em 2008 um levantamento preliminar junto às colônias de pesca do estado e registrou aproximadamente 32.187 pescadores que estariam concentrados nas regiões da Baía da Guanabara e Região dos Lagos (SEAP/Ibama/Prozee, 2005). Entretanto, estima-se que existam cerca 60 mil pescadores no Estado do Rio de

Janeiro, entre os trabalhadores no segmento artesanal e industrial; contudo, não há registros oficiais que confirmem estes números.

Os dados da Fiperj foram levantados em 2008, através de contato telefônico com as lideranças das colônias de pescadores, que representam o setor artesanal. Cabe mencionar que há casos em que não há registros ou não foi possível contatar o representante ou os mesmos não informaram o número de associados. Estes dados representam uma estimativa, pois de modo geral não existem informações precisas acerca dos pescadores cadastrados. (**Quadro II.5.3.N-1**)

Quadro II.5.3.N-1 - *Numero de pescadores Associados as Colônias de Pesca na Área de Influência do estado do Rio de Janeiro.*

Colônia de Pesca	Nº de Pescadores
Z-7 Itaipu	817
Z-8 Niterói	12827
Z-10 Ilha do Governador	1300
Z-11 Ramos	1200
Z-12 Caju	48
Z-13 Copacabana	2000
Z-14 Pedra de Guaratiba	600

Fonte: FIPERJ/2008

Caracterização Física das Embarcações

Em relação às embarcações, o censo estrutural da pesca revelou a existência no estado do Rio de Janeiro de 3.023 embarcações pesqueiras, sendo 439 caicos, 347 botes com cabine, 331 botes sem cabine, 247 canoas, 127 barcos de arrasto de camarão, 126 baleeiras, 54 bateiras, 42 barcos de emalhe costeiro, 1 chalupa e 2 pranchas. Embarcações não identificadas somaram 1.307. (**Figura II.5.3.N-2**). (ESTATPESCA, 2006).



Figura II.5.3.N-2 - Embarcações pesqueiras do estado do Rio de Janeiro: (a) Arrasteiro (b) Baleeira, (c) Canoas, (d) Barco de espinhel, (e) (f) Traineira.

Fonte: ESTATPESCA, 2006.

A composição da frota pesqueira no estado do Rio de Janeiro, segundo dados do IBAMA no ano de 1999 estava dividida em 5 frotas, a saber: Camaroneira Artesanal, Camaroneira Industrial, Atuneira, de Cerco (traineira) e

Espinheira. Os dados sobre a frota via de regra são subestimados, devido à grande quantidade de embarcações não cadastradas, e à descontinuidade da estatística pesqueira no estado.

Segundo os dados obtidos a maior frota era a camaroneira artesanal com 1.020 embarcações com registros e cerca de 1.682 sem registros. O tamanho médio destas embarcações é de 8,4 metros, conforme demonstrado no **Quadro II.5.3.N-2**.

Quadro II.5.3.N-2 - Barcos registrados, não registrados e respectivos comprimentos médios.

Frota	Nº de Barcos Registrados	Nº de Barcos não Registrados	Comprimento
Frota Camaroneira Artesanal	1020	1682	8,43
Frota Camaroneira Industrial	90	-	19,64
Frota Atuneira	30	-	18,15
Frota de Cerco	138	-	15,34
Frota Espinhaleira	88	-	-

Fonte: Ibama 1999.

Em relação às embarcações cadastradas no censo, totalizam 3.023 embarcações para todo o estado, sendo que o município do Rio de Janeiro representou 18% e Niterói 15,7% do total da frota, conforme **Quadro II.5.3.N-3**.

Quadro II.5.3.N-3 - Frota pesqueira artesanal dos municípios da AI no estado do Rio de Janeiro.

Municípios	Nº de Embarcações
Rio de Janeiro	543
Niterói	475
TOTAL ESTADO	3.023

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

Os municípios de Magé, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói possuem cerca de 70% da frota artesanal pesqueira do estado do Rio de Janeiro. No **Quadro II.5.3.N-4** e no **Quadro II.5.3.N-5** abaixo, é apresentada a distribuição da frota pesqueira fluminense e municipal por comprimento e tipo de embarcação.

Quadro II.5.3.N-4 - Frota Pesqueira por comprimento e tipo de embarcação para o estado do Rio de Janeiro.

Tipo de Embarcação	Classes de Comprimento						Total	%
	<=4 m	4 a 6	6 a 8m	8 a 12m	>12	NI		
Baleeira	40	41	21	11	9	4	126	4,2
Bateira	4	33	16	-	-	1	54	1,8
Canoa	16	119	93	11	1	7	247	8,2
Chalupa	-	-	1	-	-	-	1	0
Bote com Cabine	4	35	71	221	14	2	347	11,5
Caico	45	212	175	1	1	5	439	14,5
Bote sem cabine	19	168	71	53	6	14	331	10,9
Não identificado	61	349	269	147	25	456	1307	43,2
Barco de Arrasto Camarão	-	-	8	110	3	6	127	4,2
Barco Emalhe Costeiro	-	6	20	15	1	-	42	1,4
Prancha	1	1	-	-	-	-	2	0,1
Total ESTADO	190	964	745	569	60	495	3023	100

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

Quadro II.5.3.N-5 - Caracterização da frota pesqueira marinha por tipo de embarcação e Classes de comprimento, nos municípios da Área de Influência do estado do Rio de Janeiro.

Município	Tipo de Embarcação	Classes de Comprimento						Total
		<=4 m	4 a 6m	6 a 8m	8 a 12m	>12	NI	
Rio de Janeiro	Baleeira	2	9	8	2	1	1	23
	Canoa	1	5	17	1	0	0	24
	Bote com Cabine	3	17	34	33	1	1	89
	Caico	10	103	27	0	0	2	142
	Bote sem cabine	2	41	12	7	1	3	66
	Não identificado	13	58	22	15	1	66	175
	Barco de Arrasto Camarão	0	0	4	2	0	0	6
	Barco emalhe Costeiro	0	2	12	4	0	0	18
Total Rio de Janeiro		31	235	136	64	4	73	543
Niterói	Baleeira	36	23	1	-	-	3	63
	Canoa	-	2	12	2	-	-	16
	Bote com Cabine	-	1	3	7	1	-	12
	Caico	12	7	-	-	-	-	19
	Bote sem cabine	3	7	1	13	4	-	28
	Não identificado	11,15	59	39	119	19	80	337
Total Niterói		72	99	56	141	24	83	475
Total Estado		190	964	745	569	60	495	3023

Fonte: SEAP, 2006.

NI : não identificado.

A **Figura II.5.3.N-3** a seguir, apresenta os valores em percentual da frota pesqueira para os municípios de Itaguaí, Rio de Janeiro e Niterói em relação ao seu total, ao estado e à Área de Influência, onde é possível observar que as embarcações não identificadas apresentaram os maiores valores (48,7%) para o total da AI, seguido da embarcação tipo caíco com 15,4%, assim como para o estado (43,2% e 14,5% respectivamente).

Quando se calcula o percentual em relação ao total do município, obtém-se a representação de 26,15% das embarcações tipo caíco para o Rio de Janeiro, enquanto que as embarcações não identificadas representaram 32,2%. Em Niterói, a frota de caíco representou apenas 4%, sendo a frota baleeira representante do maior percentual (13,3%), depois das embarcações não identificadas (70,9%). Em Itaguaí 48,75% eram não identificadas e 15,4% caíco.

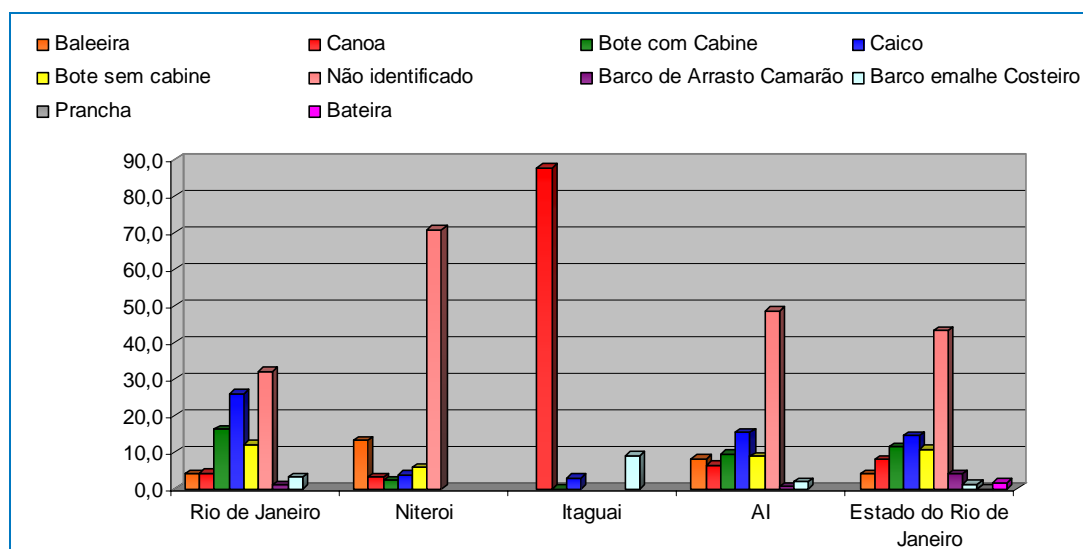


Figura II.5.3.N-3 - Percentual (%) da frota pesqueira artesanal para os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí, total da Área de Influência e total do estado.

Fonte: SEAP, 2006.

NI: não identificado.

Quando a comparação é feita para o total do estado, o município do Rio de Janeiro concentra o maior número de embarcações, com 543 unidades, representando 18% da frota do estado, Niterói, 15,7% e Itaguaí 1,1%. Em relação ao total da AI, o Rio de Janeiro representou 51,7% do total das embarcações, seguido por Niterói com 45,2% e Itaguaí com apenas 3,1%. (**Figura II.5.3.N-4**).

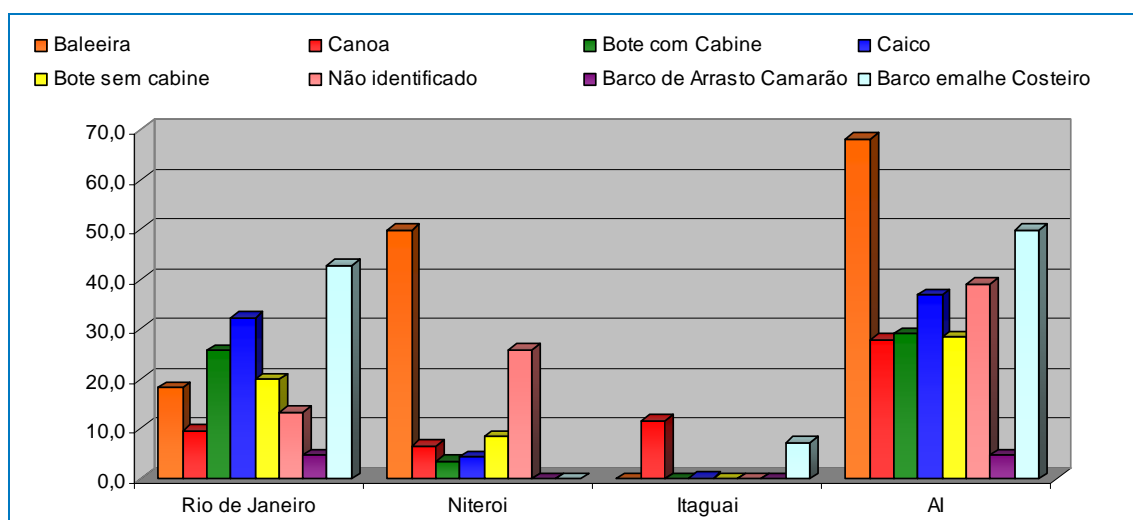


Figura II.5.3.N-4 - Percentual (%) da frota pesqueira artesanal dos municípios do Rio de Janeiro em relação ao estado.

Fonte: SEAP, 2006.

NI: não identificado.

Em grande parte dos municípios litorâneos existem estaleiros para construção, reforma e manutenção de embarcações, ainda que alguns em condições precárias. Os de melhor estrutura estão localizados no Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis e Parati, enquanto os outros dispõem apenas de carpinteiros navais para reparo e manutenção dos barcos. **Quadro II.5.3.N-6.**

Quadro II.5.3.N-6 - Estruturas disponíveis nos municípios da AI no estado do Rio de Janeiro.

Municípios	Reparo de Embarcações		
	Estaleiro	Carpintaria	Outros
Rio de Janeiro	6	20	11
Niterói	5	8	7
Total Estado RJ	27	123	68

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

II.5.3.N.2 - Conservação e Comercialização do Pescado

Os insumos para a pesca – panagens de redes, cordas, bóias etc. – são, geralmente, adquiridos no comércio local. O gelo para conservação do pescado acaba se constituindo em um dos maiores entraves a essa atividade, uma vez que, por ser produzido em locais distantes das praias, sua aquisição é muito

difícil. Em vista disso, geralmente os próprios atravessadores que adquirem o pescado é que suprem a falta de gelo, recurso esse utilizado pelos atravessadores como uma maneira de criar uma relação de dependência dos pescadores com eles e, assim, manter “fiéis” os pescadores.

Encontram-se umas poucas câmaras frias (0–5 °C), de propriedade de pescadores ou de suas associações, nas próprias praias. Existem, também, algumas estruturas de armazenamento, ligadas à colônias de pescadores ou à prefeituras, que, em centros urbanos, centralizam o armazenamento nos pontos de desembarque.

Em relação ao sistema de conservação do pescado a bordo 67,84% utiliza gelo. A conservação in natura corresponde a 31,62% e apenas 0,54% possui um sistema de conservação como freezer (FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA – 2005).

O pescado capturado é mantido em caixas com gelo nas embarcações menores, e nos porões das embarcações maiores, resfriados em gelo (**Quadro II.5.3.N-7**). Geralmente, a produção é repassada para intermediários ou empresas de pesca e frigoríficos. Os intermediários normalmente comercializam o pescado adquirido com peixarias, restaurantes, consumidor final e, eventualmente, com outros estados (SEAP, 2005).

Quadro II.5.3.N-7 - Sistema de conservação do pescado por tipo de embarcação.

Tipo de embarcação	Gelo	In natura	Frigorífico
Baleeira	X	X	-
Bateira	X	X	X
Canoa	X	X	X
Chalupa	X	-	-
Bote com Cabine	X	X	X
Caico	X	X	-
Bote s/ Cabine	X	X	-
Barco Arrasto Camarão	X	X	-
Barco Emalhe Costeiro	X	X	-
Prancha, Caique, Chata	X	-	-

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.

Praticamente inexistente a industrialização do pescado capturado, estando o processamento restrito à retirada da carapaça dos camarões e eventuais filetagem ou evisceração do pescado não vendido imediatamente após a captura.

Nenhuma empresa de porte considerável está ligada à pesca de pequena escala. Observam-se algumas pequenas empresas, com estrutura familiar voltadas, principalmente, ao descascamento e embalagem do camarão-sete-barbas.

A grande maioria da produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro é comercializada na forma de pescado inteiro e/ou resfriado, pois, não existe nenhuma unidade de processamento de pescado na maioria dos municípios do estado.

As empresas de pesca que adquirem produtos da pesca artesanal geralmente agregam algum valor aos mesmos antes da comercialização, sob a forma de postas, filés ou simples evisceração. Apenas no caso de tunídeos (Patudo, Gaiado, Voador, Rabil e Albacora), o produto é repassado sem qualquer beneficiamento para outros mercados, principalmente os de São Paulo e Santa Catarina. No **Quadro II.5.3.N-8** são apresentados os valores agregados para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói.

Quadro II.5.3.N-8 - Valor agregado do pescado nos municípios da Área de Influência.

Municípios	Peixe (%)			Camarão (%)		
	Consumidor	Intermediário	Empresa	Consumidor	Intermediário	Empresa
Rio de Janeiro	25	50	25	25	75	0
Niterói	40	40	20	50	50	0

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.

A comercialização é feita, em geral, diretamente com o consumidor, nas temporadas turísticas ou em fins de semana, ou com intermediários (peixarias, atacadistas, atravessadores), no restante do ano, principalmente nos locais de desembarque afastados dos centros urbanos.

Descrição das Pescarias, Petrechos de Pesca e Espécies Capturadas

Quanto ao tipo de pescaria e petrechos utilizados, podemos destacar a pesca com armadilha, de arrasto, de cerco, de rede de espera e pesca de linha.

Pesca com Armadilha: utiliza potes presos a uma linha mestre, destinado a captura de polvos. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no sudeste do Rio de Janeiro, de Maricá ao norte da Ilha de Santana, em profundidades de 60 até 120 metros.

Pesca de Arrasto: embarcações em sua maioria de casco de madeira e casario de proa, destinadas a captura de camarões e peixes diversos com a utilização de 2 redes de arrasto de portas de aproximadamente 20 metros de abertura de boca. Embarcações apelidadas como “chifrudas” devido as suas estruturas laterais (tangones) de sustentação e separação das redes na operação, que no cais ficam em posição vertical. Principais espécies capturadas: camarão-rosa, camarão-cinza, peixe-sapo, trilha, raia, linguado, congro-rosa, namorado, cherne, polvo, pescadinha, pargo, corvina, castanha, lagostim, cavaca entre outros. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no sudeste do Rio de Janeiro, de Maricá ao norte da Ilha de Santana, em profundidades de 40 até 100 metros e, em menor escala, nas proximidades da Ilha Grande e divisa do estado com São Paulo e outros.

Pesca de Cerco: maiores embarcações pesqueiras do estado, sendo em sua maioria de casco de madeira e casario de proa, destinadas a captura da sardinha verdadeira. Conhecidas como traineiras, utilizam uma rede de normalmente 300 m de comprimento por 60 m de largura, que é lançada com o auxílio de uma pequena embarcação de aço, a panga, provida de uma potente motorização. Esta arte de pesca foi a que mais sofreu com a redução e extermínio da industrialização da sardinha do Rio de Janeiro. Principais espécies: sardinha-verdadeira, xerelete, tainha, etc. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no sudeste do Rio de Janeiro em Cabo Frio, Angra dos Reis, proximidades de Itajaí/SC e do Rio Grande/RS.

Pesca de rede de Espera: embarcações pesqueiras em sua maioria construída em madeira e com casario de popa. Principais espécies capturadas: tainha, corvina, namorado, linguado, etc. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no sudeste do Rio de Janeiro em Cabo Frio, Angra dos Reis, proximidades de Itajaí/SC e do Rio Grande/RS.

Pesca de Linha: compreende o segundo maior grupo de embarcações pesqueiras de grande porte do estado, contando com as embarcações conhecidas como atuneiras, de espinhel e algumas pocas de linha de caída. Principais espécies capturadas: atuns e afins, bonitos, xerelete, meca, espadarte, cações, palombetas/dourados. Permissão: Sudeste-Sul, com principal área de atuação no sudeste do Rio de Janeiro, de Maricá ao norte da Ilha de Santana, em diferentes cotas batimétricas. Em menor escala esta frota também atua nas proximidades da Ilha Grande e divisa do Rio de Janeiro com São Paulo.

Os principais petrechos de pesca utilizados na Baía de Guanabara são o cerco; o emalhe; o curral; a escavadeira (para a extração de mexilhões); o arrasto; o espinhel; o laço; a linha; o puçá; a rede camarão; a tarrafa; o zangarelho e a garatéia. O caniço também é utilizado.

Ainda segundo o relatório da SEAP/IBAMA/PROZEE, existem mais de 200 currais de pesca na Baía de Guanabara. Os currais são artes de pesca fixas, confeccionados com esteiras de bambu e tendo como fundação, troncos de árvores dos manguezais ou de eucalipto. A madeira do mangue, cuja utilização constituía prática comum até recentemente, vem sendo substituída pelo eucalipto.

Os aparelhos de pesca são divididos em quatro áreas ("espia", "gancho", "sala do meio" e "viveiro"), com uma conformação tal que tende a direcionar o pescado para a última seção, denominada de "viveiro". Para a construção de um curral são necessários de 150 a 180 troncos, com diâmetro variando de 3 a 8 cm e altura entre 5 e 7 metros.

Segundo o relatório da SEAP/IBAMA/PROZEE de 2005, o município de Niterói que compõe a Baía de Guanabara têm na pesca com rede de emalhe a principal pescaria, com grande diversificação de tipos de redes (redes de fundeio, de volta, caça e malha e caceio).

Já a rede de cerco é empregada principalmente para a captura das sardinhas boca torta, verdadeira e laje. A sardinha boca torta, pescada pela frota de cerco, é um dos peixes mais capturados na baía. Juntamente com a savelha, têm destinação industrial e são processadas por fábricas de pescado nos municípios

de São Gonçalo e Niterói. A corvina, tainha e parati, e os bagres constituem os grupos dominantes. Outras espécies importantes são a enchova, espada, pescadas, pescadinha, robalo, xerelete, savelha e outras sardinhas. O arrasto costeiro, na captura do camarão rosa, pescadinha e corvina. Na pesca de linha e anzol as principais espécies-alvo são o cherne, corvina, enchova e piraúna; o espinhel é empregado na pesca de corvina, pescadas e enchova.

Nas principais pescarias do Rio de Janeiro são utilizadas redes-de-arrasto, redes-de-emalhar (caça e malha) e redes-de emalhar fundeadas, tendo como espécies-alvo: camarões branco, rosa e sete-barbas, corvina, bagre, enchova, pescadas e robalo. O município conta com trapiche e carpinteiros, para reparo de embarcações da pesca artesanal.

Segundo dados estatísticos disponibilizados e levantamento de campo realizado entre os períodos de 2008 e 2010, as principais espécies capturadas pelos pescadores nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói são: linguado, tainha, corvina, robalo, anchova, pescada bicuda, cações, arraia, xerelete, olho-de-cão, espada, bonito, serra e siri.

Embora declinante em toda a área analisada por fatores ambientais e econômicos, a retração da produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro tem também como determinantes fatores ligados à evolução do uso do espaço urbano da metrópole.

Além da atividade pesqueira tradicional, a coleta de caranguejos nas áreas dos manguezais, e de mexilhões, nos costões rochosos, constituem-se em fonte de renda de um número relativamente importante de pessoas. Se para a pesca tradicional, os dados disponíveis são pouco precisos, para as atividades de coleta, as informações são praticamente inexistentes.

Os mexilhões são coletados, em sua grande parte, por pescadores filiados à Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba e a coleta é feita na região mais externa da baía, ao sul da ponte Rio-Niterói, especialmente nos costões da Praia das Flexas, Boa Viagem, Cotunduba, Itaipu, alcançando até as Ilhas Cagarras. O mexilhão, o caranguejo e o siri constituem objeto de pescarias e cadeias de comercialização específicas e apresentam produção bastante significativa.

Na Área de Influência foi identificada a Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba - ALMARJ: a comunidade de Jurujuba (Niterói) é o grupo mais tradicional que atua na extração de mexilhões, dentro e fora da Baía de Guanabara, com um contingente de aproximadamente 70 famílias de marisqueiros, relacionados direta ou indiretamente com a atividade (ICF, 2009 - Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás da Área de Tupi).

Conservação e Comercialização do Pescado

Os insumos para a pesca – panagens de redes, cordas, bóias etc. – são, geralmente, adquiridos no comércio local. O gelo para conservação do pescado acaba se constituindo em um dos maiores entraves a essa atividade, uma vez que, por ser produzido em locais distantes das praias, sua aquisição é muito difícil. Em vista disso, geralmente os próprios atravessadores que adquirem o pescado é que suprem a falta de gelo, recurso esse utilizado pelos atravessadores como uma maneira de criar uma relação de dependência dos pescadores com eles e, assim, manter “fiéis” os pescadores.

Encontram-se umas poucas câmaras frias (0–5 °C), de propriedade de pescadores ou de suas associações, nas próprias praias. Existem, também, algumas estruturas de armazenamento, ligadas à colônias de pescadores ou à prefeituras, que, em centros urbanos, centralizam o armazenamento nos pontos de desembarque.

Em relação ao sistema de conservação do pescado a bordo 67,84% utiliza gelo. A conservação *in natura* corresponde a 31,62% e apenas 0,54% possui um sistema de conservação como freezer (FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA – 2005).

O pescado capturado é mantido em caixas com gelo nas embarcações menores, e nos porões das embarcações maiores, resfriados em gelo (**Quadro II.5.3.N-7**). Geralmente, a produção é repassada para intermediários ou empresas de pesca e frigoríficos. Os intermediários normalmente comercializam o pescado adquirido com peixarias, restaurantes, consumidor final e, eventualmente, com outros estados (SEAP, 2005).

Quadro II.5.3.N-9 - Sistema de conservação do pescado por tipo de embarcação.

Tipo de Embarcação	Gelo	In natura	Frigorífico
Baleeira	X	X	-
Bateira	X	X	X
Canoa	X	X	X
Chalupa	X	-	-
Bote com Cabine	X	X	X
Caíco	X	X	-
Bote s/ Cabine	X	X	-
Barco Arrasto Camarão	X	X	-
Barco Emalhe Costeiro	X	X	-
Prancha, Caique, Chata	X	-	-

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.

Praticamente inexistente industrialização do pescado capturado, estando o processamento restrito à retirada da carapaça dos camarões e eventuais filetagem ou evisceração do pescado não vendido imediatamente após a captura.

Nenhuma empresa de porte considerável está ligada à pesca de pequena escala. Observam-se algumas pequenas empresas, com estrutura familiar voltadas, principalmente, ao descascamento e embalagem do camarão-sete-barbas.

A grande maioria da produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro é comercializada na forma de pescado inteiro e/ou resfriado, pois não existe nenhuma unidade de processamento de pescado na maioria dos municípios do estado.

As empresas de pesca que adquirem produtos da pesca artesanal geralmente agregam algum valor aos mesmos antes da comercialização, sob a forma de postas, filés ou simples evisceração. Apenas no caso de tunídeos (patudo, gaiado, voador, rabil e albacora), o produto é repassado sem qualquer beneficiamento para outros mercados, principalmente os de São Paulo e Santa Catarina. No **Quadro II.5.3.N-8** são apresentados os valores agregados para os municípios do Itaguaí, Rio de Janeiro e Niterói.

Quadro II.5.3.N-10 - Valor agregado do pescado nos municípios da Área de Influência.

Municípios	Peixe (%)			Camarão (%)		
	Consumidor	Intermediário	Empresa	Consumidor	Intermediário	Empresa
Rio de Janeiro	25	50	25	25	75	0
Niterói	40	40	20	50	50	0
Itaguaí	25	50	25	25	75	0

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.

A comercialização é feita, em geral, diretamente com o consumidor, nas temporadas turísticas ou em fins de semana, ou com intermediários (peixarias, atacadistas, atravessadores), no restante do ano, principalmente nos locais de desembarque afastados dos centros urbanos.

A produção de maricultura da comunidade de Jurujuba, por exemplo, é vendida para os restaurantes de Niterói e Rio de Janeiro, sendo que aproximadamente 80% desta produção é destinada, pelos atravessadores, ao consumo em São Paulo.

O maior problema na comercialização do mexilhão foi sempre a falta de garantia da sua qualidade, já que os grupos extratores, de uma maneira geral, não observam normas sanitárias de higiene no produto. Tais condições inadequadas podem ter origem na extração em áreas não recomendáveis, no alto grau de poluição dos bancos mexilhoneiros, no processo de beneficiamento e embalagem, incluindo o tempo entre sua extração/cocção e consumo.

O grande fator limitante ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade de Jurujuba está, principalmente, na super exploração dos bancos naturais e costões, como também na falta de propostas por parte das diversas esferas do executivo (municipal, estadual e federal) através de entidades e institutos que atuem diretamente no atendimento a pesca e pescadores.

Desembarque Pesqueiro

Os dados de desembarque pesqueiro no estado do Rio de Janeiro para o período entre 1995 a 2002 e 2007 são apresentados no **Quadro II.5.3.N-11**.

Quadro II.5.3.N-11 - Desembarques pesqueiros no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1995 a 2002 e 2007.

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2002	2007
Totais Anuais (toneladas)*	59.422,50	69.999,00	74.417,00	49.930,00	49.513,00	56.698,50	82.528,5
PEIXES	57.417,50	68.272,50	71.680,50	47.463,50	47.264,00	54.219,50	79.198,5
Nome Vulgar							
Abrotéa	37,5	47,5	276,0	203,0	207,5	292,5	341,0
Agulha	-	-	-	-	-	0,5	1,0
Agulhão branco	10,5	32,0	37,5	42,0	74,5	62,5	101,5
Agulhão negro	0,5	-	-	-	-	-	557,0
Albacora – branca	8,5	8,5	66,0	321,0	339,0	212,0	303,5
Albacora – laje	2.252,0	1.563,5	1.086,0	879,5	1.286,5	1.444,0	851,0
Albacorinha	146,0	265,5	95,0	129,0	140,0	118,5	164,0
Badejo	10,0	19,0	40,0	29,0	33,5	30,0	68,0
Bagre	74,5	83,5	149,5	80,5	74,0	163,5	234,5
Baiacu	4,0	15,5	15,0	12,5	10,5	12,0	18,0
Batata	688,5	608,0	608,0	371,0	322,5	462,5	679,0
Bonito – cachorro	503,5	664,0	140,0	93,5	135,5	155,5	712,5
Bonito – listrado	2.776,5	2.660,0	3.682,5	4.294,5	5.082,0	4.766,0	4.155,5
Bonito – pintado	689,0	820,0	798,5	296,5	645,0	490,0	394,5
Cabra	4,0	7,0	20,5	37,5	49,0	35,5	41,0
Caçã	468,0	238,0	649,5	783,0	361,0	-	-
Caçã anequim	0,5	3,0	1,0	0,5	6,0	1,0	10,5
Caçã anjo	4,0	26,0	54,5	35,5	28,5	18,0	23,0
Caçã azul	-	-	-	0,5	6,5	1,5	36,0
Caçã martelo	-	0,5	1,5	0,5	7,0	2,5	8,0
Caçã viola	164,5	117,0	86,0	37,0	38,0	25,5	43,0
Caçães (outras espécies)	1,0	158,5	-	7,0	10,0	676,0	789,5
Caranha	1,0	1,5	1,5	1,0	1,0	10,5	11,5
Castanha	398,5	247,5	141,5	122,5	248,5	211,5	348,5
Cavala	76,0	86,0	149,0	28,5	26,5	61,5	60,0
Cavalinha	2.080,0	1.806,0	4.963,5	6.125,0	1.139,0	3.134,0	5.066,5
Cherne	301,5	389,0	342,5	221,5	167,5	222,0	376,0
Cioba	-	-	0,5	0,5	1,5	0,5	6,0
Congro-rosa	83,0	119,5	223,5	388,5	419,0	341,5	443,0
Cocoroca	9,0	27,0	36,5	38,0	21,0	39,0	97,5
Corvina	653,5	1.182,0	2.115,5	1.975,0	1.132,0	3.068,0	10.064,5
Dourado	1.785,0	1.076,0	1.774,5	1.476,5	1.310,5	1.584,0	2.868,5
Enchova	950,0	561,0	725,0	816,0	856,5	1.310,0	1.383,0
Espada	230,5	193,5	320,0	299,5	508,0	595,0	1.973,5
Espadarte	-	0,5	0,5	3,0	12,5	5,0	69,0
Galo	2.244,5	1.454,0	1.679,0	1.256,0	1.244,0	1.028,0	1.815,0
Garoupa	-	-	-	-	-	27,5	25,5
Goete	230,0	640,5	308,5	375,5	393,0	389,0	350,5
Linguado	236,0	198,5	356,0	432,5	531,0	470,5	523,0
Manjuba	51,0	61,0	86,5	115,5	23,0	42,0	33,5
Merluza	-	-	-	-	-	386,0	440,0
Namorado	570,0	493,5	436,5	341,5	393,0	412,0	609,5
Olhete	49,0	38,5	60,0	43,5	62,0	58,0	96,5
Olho de boi	29,0	36,0	77,0	66,5	68,5	81,5	114,0
Olho de cão	69,0	52,0	38,5	26,0	42,5	38,0	371,5
Ovea	-	0,5	-	0,5	-	-	-
Palombeta	59,0	75,0	188,0	143,5	268,0	209,5	336,5
Pampo	4,0	2,0	48,5	32,5	9,5	33,0	20,0
Papa terra	1,5	6,0	6,0	13,5	22,0	13,5	11,0

Continua

(Quadro II.5.3.N-11) Conclusão

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2002	2007
Parati	211,5	139,0	135,5	191,5	408,0	250,5	432,5
Pargo rosa	847,5	680,5	1.139,5	1.303,0	1.297,0	1.202,5	1.516,0
Parú	13,0	-	-	-	-	15,5	23,5
Peixe porco	1.192,5	2.013,0	4.326,5	4.187,0	4.395,0	4.742,5	2.427,5
Peixe sapo	317,0	231,5	366,0	508,0	542,5	1.272,0	1.329,0
Pescada	-	-	45,5	52,0	16,5	65,0	147,5
Pescada amarela	9,5	20,5	66,0	68,0	88,5	64,5	40,5
Pescada branca	116,5	79,0	92,5	97,5	122,5	118,5	134,0
Pescada cambuçu	-	5,0	6,5	0,5	0,5	2,0	3,5
Pescada olhuda	291,5	219,5	-	-	581,0	215,0	358,0
Pescadinha real	181,5	377,5	571,0	524,0	525,5	533,0	536,0
Pescadas (outras espécies)	-	48,0	212,0	386,5	6,0	17,0	31,0
Pirajica	1,0	2,5	1,0	0,5	1,0	131,0	42,5
Prejereba	0,5	1,5	1,0	3,5	5,5	10,0	5,5
Raia	250,5	185,0	215,5	215,5	276,0	257,0	418,5
Robalo	13,5	20,5	24,0	27,5	20,0	28,5	89,5
Roncador	31,0	61,5	67,5	77,0	24,0	40,5	24,0
Salteira (guaivira)	21,0	41,5	82,0	58,0	66,0	60,5	76,0
Sarda (serra)	122,5	135,5	197,0	92,5	124,0	140,5	168,0
Sardinha boca torta	183,5	145,0	-	327,0	3.238,5	8.617,0	3.670,0
Sardinha cascuda	6,0	20,0	11,5	0,5	52,5	26,0	40,5
Sardinha laje	1.132,5	1.052,0	2.999,0	2.093,0	3.266,0	1.473,5	1.365,5
Sardinha verdadeira	19.046,5	34.915,5	30.588,0	8.376,0	7.235,5	4.498,50	18.737,5
Savelha	10.758,0	6.188,0	2.384,5	2.453,0	2.137,5	540,0	593,0
Sororoca	36,0	35,5	86,0	20,0	29,0	36,5	33,0
Tainha	377,0	321,5	423,0	374,0	544,0	1.113,0	1.903,5
Tira vira	425,0	366,0	309,5	380,5	549,5	382,5	514,5
Trilha	402,5	385,5	518,5	389,5	601,5	628,5	788,5
Xaréu	86,0	484,5	900,5	235,0	315,5	329,0	293,0
Xerelete	565,0	1.716,0	2.428,5	955,0	638,0	2.199,0	3.131,0
Xixarro	34,5	20,0	10,5	14,0	2,5	9,0	-
Outros	2.790,5	2.277,5	1.586,5	2.057,5	2.398,0	297,5	833,0
CRUSTÁCEOS	1450,5	1266,5	1845,5	1937,5	1359	1.408,0	1.942,5
Camarão barba ruça	115,5	110,5	301,5	176,0	194,5	216,5	460,0
Camarão branco	119,0	94,5	93,0	177,0	102,5	121,0	106,0
Camarão rosa	425,0	272,5	423,0	280,5	260,5	299,5	364,5
Camarão santana	62,5	42,0	167,5	93,5	100,0	114,5	75,0
Camarão sete barbas	670,0	666,0	731,5	1.052,0	487,5	410,0	504,0
Camarão (outras espécies)	14,5	10,0	14,5	17,5	17,5	18,5	58,5
Caranguejo	-	-	-	-	-	41,5	93,5
Lagosta	-	-	-	-	-	2,0	13,0
Lagostim	2,0	1,0	2,5	1,5	1,0	60,5	82,5
Siri	29,0	43,0	56,5	57,5	99,5	96,5	112,5
Outros	13,0	27,0	55,5	82,0	96,0	27,5	73,0
MOLUSCOS	554,5	460	891	529	890	1.071,0	1.387,5
Lula	389,5	322,0	592,5	265,0	473,0	476,0	645,0
Mexilhões	-	-	-	-	-	242,0	166,5
Polvo	165,0	137,5	298,5	264,0	417,0	353,0	576,0

*inclui desembarque Industrial e artesanal

Fonte: IBAMA/Estatística Pesqueira - NRPA/GEREX- IBAMA / RJ (1995 – 1999), CEPENE (2002) e IBAMA - Estatística da Pesca 2007.

Os dados de desembarques pesqueiros disponíveis indicam que no estado do Rio de Janeiro a produção pesqueira é dominada pelos peixes, sendo que os

desembarques registrados de crustáceos e moluscos foram pouco representativos no período avaliado. Os dados sumarizados na **Figura II.5.3.N-5** indicam, no período avaliado, aumento na produção pesqueira entre 1995 e 1997, seguido por uma forte redução em 1998, à qual se segue uma recuperação, até o ano de 2001. Os dados disponíveis para o ano de 2002 demonstram uma nova redução da produção pesqueira em relação ao ano anterior.

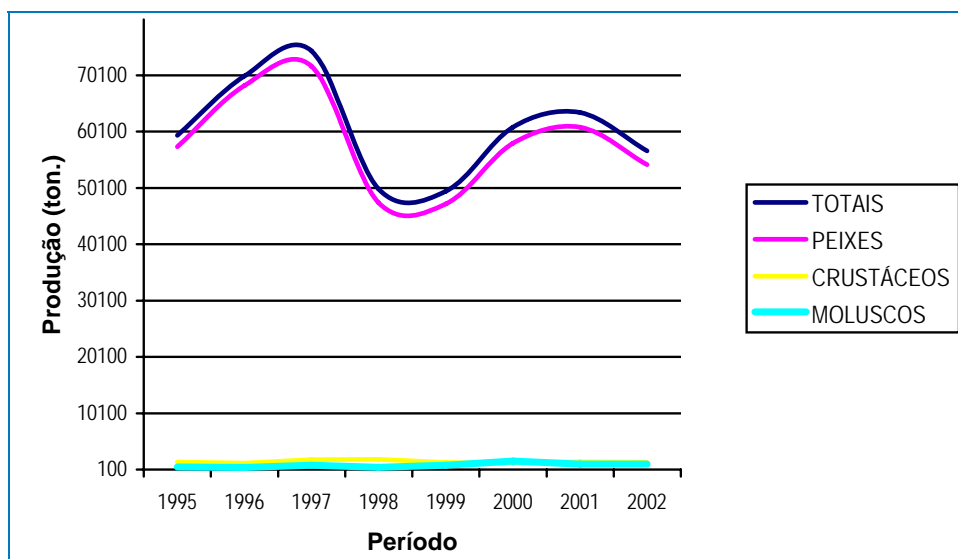


Figura II.5.3.N-5 - Dados de desembarques pesqueiros no estado para o período entre 1995 e 2002.

Fontes: IBAMA/Estatística Pesqueira - NRPA/GEREX- IBAMA/RJ (1995-1999) e CEPENE (2000 a 2002).

Na avaliação dos dados do **Quadro II.5.3.N-11**, um aspecto que chama a atenção é a intensificação dos desembarques das espécies que ocorrem na região oceânica, como a abrótea (*Urophycis brasiliensis*), bonito listrado, peixe-sapo e peixe-porco (*Balistes capricus*). Por outro lado, essa intensificação foi acompanhada de forte redução nos desembarques de espécies tipicamente costeiras, como a sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), savelha, peixe-galo (*Selene setapinnis*) e outras espécies.

Pontos de Desembarque do Pescado

Durante muitas décadas, o estado do Rio de Janeiro foi o principal produtor de pescado do país, vendendo sua produção fresca para consumo imediato ou para a indústria de enlatados. Paralelamente, crescia o consumo de pescado, o

que induziu a implantação na Praça XV, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, de um terminal/entreposto para a comercialização do pescado fresco. Para este entreposto convergia a maior parte da produção pesqueira do estado, sendo consideravelmente menor a parcela destinada a “mercados de peixe” existentes em Niterói e outras cidades costeiras.

No final da década de 80, em função do aumento da demanda de pescado e da restrição imposta pelo crescimento do centro urbano do Rio de Janeiro, o entreposto já não tinha mais capacidade e infraestrutura suficientes para o volume de pescado que era dirigido e a venda passou a ser feita também pelas ruas vizinhas, sem maiores condições de higiene. As condições precárias de operação fizeram com que o entreposto fosse desativado em maio de 1991. A desativação do entreposto aliada ao envelhecimento da frota pesqueira e ao florescimento da pesca em outros estados propiciou a queda na produção do estado.

Com a desativação do entreposto da Praça XV, observou-se uma maior dispersão dos pontos de desembarque, voltada para o mercado de “peixe fresco”. Os desembarques se distribuíram por Jurujuba, Ilha da Conceição, Ponta da Areia e Praia Grande, e atualmente direcionam o pescado para o Mercado São Pedro, localizado na Ponta da Areia no município de Niterói. Este entreposto comercializa por semana, nos seus 39 boxes, cerca de 60 toneladas de peixes, crustáceos e moluscos. Há cerca de 30 anos funciona na Rua Visconde do Rio Branco nº 5. Outros locais de desembarque da pesca artesanal na Baía de Guanabara são: Ramos (Rio de Janeiro), Mauá (Magé), Suruí (Magé) e São Gonçalo.

As descargas no entreposto da Ilha da Conceição e nas indústrias de processamento de pescado são realizadas pela chamada “frota industrial”. Existe um grande número de pontos de menor importância, especialmente na área da Baía da Guanabara, onde se concentram os desembarques “artesaniais”. Dentre esses se destacam Jurujuba, Ilha da Conceição, Ponta da Areia, Praia Grande, Gradim, Itaoca, Ramos, Ilha do Governador, Mauá, Piedade e Suruí.

Fora da Baía da Guanabara, mas ainda na área da Região Metropolitana, tem-se Itaipu, Copacabana, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba, esses dois últimos, no interior da Baía de Sepetiba.

Grande parte do pescado desembarcado nos primeiros seis pontos listados acima, situados nos municípios de Niterói e São Gonçalo, é transportada para o entreposto da Colônia de Pescadores Z-8, na Praia Grande, onde o produto é leiloadado indo em quase sua totalidade para o Mercado de São Pedro, onde é vendido diretamente ao público (**Mapa I.2.2.1-1- Mapa de Pesca Artesanal**).

Quadro II.5.3.N-12 - Pontos de desembarque na AI.

Rio de Janeiro	Niterói
Copacabana	Jurujuba
Barra de Guaratiba	Ilha da Conceição
Pedra de Guaratiba	Ponta da Areia
Sepetiba	Praia Grande
Ramos	Itaipu
Caju	-

Fonte: levantamento de campo ICF, 2009/2010.

Na pesca artesanal do estado do Rio de Janeiro foram identificados 156 pontos de desembarque, conforme o Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na maior parte dos 156 locais de desembarque a infraestrutura de conservação de pescado é bastante precária. Fábricas de gelo, câmaras frigoríficas e túneis de congelamento somente são encontrados nas localidades que contam com empresas de pesca ou nas sedes dos municípios. Onde existem peixarias, algumas possuem câmara frigorífica; no entanto, na maioria dos casos a conservação do pescado é feita em pequenos congeladores do tipo “freezer” o em caixas de isopor com gelo (**Quadro II.5.3.N-13**).

Quadro II.5.3.N-13 - Conservação do pescado.

Municípios	Fábrica de Gelo	Freezer
Rio de Janeiro	15	70
Niterói	5	5
Itaguaí	2	50
Total do Estado	55	315

Fonte: FUNDAÇÃO PROZEE; SEAP/PR; IBAMA - 2005.

II.5.3.N.3 - Período de Defeso para o Estado do Rio de Janeiro

Defeso é o período de paralisação obrigatória da pesca sobre um determinado recurso pesqueiro. No litoral Sul e Sudeste ocorrem os defesos da Sardinha e do Camarão conforme **Quadro II.5.3.N-14**.

No caso da Sardinha, a medida serve para proteger a espécie nas fases vulneráveis de seu ciclo de vida, ou seja, no período de pico da desova e do recrutamento da espécie. A sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) é o mais tradicional recurso pesqueiro das regiões Sul e Sudeste. É uma espécie costeira e de fácil captura, sendo pescada entre o Cabo de São Tomé/RJ e o Cabo de Santa Marta Grande/SC.

Os períodos do defeso da sardinha vão de 01 de novembro a 01 de março e de 21 de julho a 20 de setembro. A desova da sardinha ocorre anualmente, entre o final da primavera e todo o verão. Caracteriza-se pelo tipo de desova parcelada, ou seja, cada fêmea desova mais de dez vezes durante o período reprodutivo. O início da desova é fundamental, pois garante várias contribuições entre as sucessivas desovas, embora todas as fases sejam também importantes.

Já o defeso do camarão vai de 01 de março a 31 de maio e serve também para proteger a época de reprodução da espécie. Entre as espécies proibidas, estão os camarões: rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *Farfantepenaeus brasiliensis* e *Farfantepenaeus subtilis*), sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), branco (*Litopenaeus schimitti*), santana (*Pleoticus muelleri*) e barba ruça (*Artemesia longinaris*).

Quadro II.5.3.N-14 - Períodos de Defeso de Espécies Marinhas/Estuarinas para o Estado do Rio de Janeiro.

Espécie	Nome científico	Período de defeso	Abrangência	Normas	Nº.	Data de publicação
Todas		Período Reprodutivo	Nacional	Lei	7.679	1988/Nov/23
Camarão-sete-barbas	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>	1/Mar à 31/Mai	SE/S	IN IBAMA	189	2008/Set/23
Camarão-branco	<i>Litopenaeus schmitii</i>					
Camarão Rosa	<i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> e <i>F. paulensis</i>					
Camarão-barba-ruça ou ferrinho, Camarão-santana ou vermelho)	<i>Artemesia longinaris</i> , <i>Pleoticus muelleri</i>					
Caranguejo-uçá	<i>Ucides cordatus</i>	1/Out à 30/Nov	SE/S	P. IBAMA	52	2003/Set/30
		1/Dez à 31/Dez				
Caranguejo-guaiamum	<i>Cardisoma guanhumi</i>	1/Out à 31/Mar	SE/S	P. IBAMA	53	2003/Set/30
Cherne-poveiro	<i>Polyprion americanus</i>	6/Out/2005 à 6/Out/2015	Nacional	IN MMA	37	2005/Out/6
Mero	<i>Epinephelus itajara</i>	23/set /2007 à 23/set/2012	Nacional	P. IBAMA	42	2007/Set/19
Mexilhão	<i>Perna perna</i>	1/Set à 31/Dez	SE/S	P. IBAMA	105	2006/Jul/20
Sardinha-verdadeira	<i>Sardinella brasiliensis</i>	I) 01/Nov à 15/Fev II) 15/Jun à 31/Jul	RJ	IN IBAMA	15	2009/Abr/27
Sardinha-verdadeira maior que 5 cm e menos que 17 cm	<i>Sardinella brasiliensis</i>	15/Jun à 31/Jul	RJ	IN IBAMA	16	2009/Mai/22
Tainha	<i>Mugil platanus</i> , <i>M. Liza</i>	01/01 à 14/05	SE/S	IN IBAMA	171	2008/Mar/09
Bacias Hidrográficas do Sudeste, exceto rios Paraná e S. Francisco	Todas	1/11/2008 à 28/2/2208	RJ	IN IBAMA	195	2008/Out/02
Tainha	<i>Mugil platanus</i> , <i>M. Liza</i>	01/01 à 14/05	SE/S	IN IBAMA	171	2008/Mar/09
Bacias Hidrográficas do Sudeste, exceto rios Paraná e S. Francisco	Todas	1/11/2008 à 28/2/2208	RJ	IN IBAMA	195	2008/Out/02

Fonte: IBAMA/CEPSUL, 2010.

"Histórico de desenvolvimento e conflitos das Comunidades Pesqueiras que utilizam a barra da Baía de Guanabara para a realização das suas atividades"

A seguir é apresentado histórico de desenvolvimento e conflitos das comunidades pesqueiras atuantes na Baía de Guanabara, bem como projetos e programas desenvolvidos em parcerias. As informações apresentadas são resultado de levantamentos de campo realizados em 2008 e 2010, junto a colônia

de pesca Z-8, FIPERJ e associações, também foram consultados estudos sobre o tema como: “Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ)” da autora Paula Durgante Ritter de 2007, além de consultas a sites da prefeitura de Niterói e direcionados ao referido tema.

Histórico

A comunidade de Jurujuba, em Niterói, foi diretamente afetada pela política pesqueira nacional, empreendida pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), por instrumento legal de 1967, que praticamente substituiu a pesca artesanal pela industrial, sendo portanto responsável pela descaracterização de várias comunidades pesqueiras.

Este processo acarretou uma redução das espécies marinhas na Baía de Guanabara, fazendo com que os pescadores procurassem áreas mais distantes para pescar. A política da SUDEPE também favoreceu a implantação de três fábricas de enlatamento de sardinha no bairro, que tanto contribuíram para a poluição da Baía de Guanabara como também estimularam a exploração irracional das espécies de pescado. Ambos os fatores levaram a uma redução dos estoques pesqueiros no interior da Baía.

Os armadores, donos de embarcações, de Jurujuba se organizaram em uma associação formalizada em 1984 para tentar suportar a crise do setor deflagrada pela política pesqueira. Além disso, no final dos anos 1980, técnicos de um órgão estadual envolvidos com a temática (Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ), preocupados com o gerenciamento dos recursos pesqueiros no bairro e, em certa medida, influenciados pelo discurso da sustentabilidade, propuseram um projeto de maricultura que alavancou um processo de associativismo e envolveu um grupo de marisqueiros locais.

Em Jurujuba, esta experiência é realizada pela Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ), que é formada, principalmente, por migrantes nordestinos que se estabeleceram no bairro a partir dos anos 1970. O trabalho com o marisco foi responsável pela sua inserção no local embora fosse

considerado um trabalho desqualificado para os então pescadores de Jurujuba, aumentando assim as questões relacionadas com a exclusão. Porém, foi esta atividade que propiciou ao grupo, um outro *status*, uma nova condição social quando do seu engajamento na ALMARJ,

O Projeto Mexilhão-Rio, que será abordado em mais detalhes posteriormente, foi uma proposta da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ) que propiciou a formação da Associação de Maricultores, bem como a construção do Centro de Beneficiamento de Mexilhão do bairro de Jurujuba. Foram entrevistados o idealizador do Projeto e uma bióloga marinha que participou da implementação do Projeto na comunidade. Ambos mantêm vínculos até hoje com a ALMARJ.



Figura II.5.3.N-6 - Foto da praia da Várzea. No alto o forte do Pico. À esquerda o prédio da antiga fábrica de sardinhas Atlantic, ao centro a Travessa dos Maricultores e à direita a Igreja N. Senhora da Conceição.

Foto de Paula Ritter.

A Colônia Z-8

Atualmente a Sede da Colônia Z-8, situa-se no centro de Niterói, junto ao mercado São Pedro, porém mantém um escritório no cais de Jurujuba, o que

facilita o pescador uma vez que a maioria dos procedimentos burocráticos podem ser dali encaminhados. A Colônia Z-8 é a maior do estado em termos de abrangência. Ela inclui os pontos de desembarque de Jurujuba, Ponta da Areia, Praia Grande, Ilha da Conceição, (Gradim, Itaoca e Itambi)². Quando a Colônia tinha sede no bairro de Jurujuba, entre os serviços prestados foram mencionados um médico, dentista e barbeiro. (o mapa II.5.3-1 apresenta os pontos de desembarque pertencentes aos municípios da Área de Influência – Niterói e Rio de Janeiro).

O cais de Jurujuba, que ainda se localiza na região do Cangunga, consistia em uma simples ponte de madeira, sendo utilizado, principalmente, pelos quartéis e fábricas locais. Anos mais tarde, a Colônia de Pescadores Z-8, conseguiu que o referido cais fosse ampliado e passasse a ser utilizado para desembarque dos barcos pesqueiros. Atualmente, o Cais de Jurujuba tem uma área relativamente ampla, mas que se torna pequena quando da grande agitação da comercialização de pescado. Além dos atravessadores, o cais reúne pessoas que vem comprar peixe diretamente dos barcos pesqueiros e ainda moradores mais carentes que vem pedir peixe aos mestres ou dinheiro dos compradores.

Existe uma ponte que é utilizada para atracar os barcos e estacionar os caminhões que serão carregados com o pescado que chega nos barcos. Ao lado da ponte, bem próximo do atracadouro existe um depósito de gelo que abastece tanto os barcos quanto os caminhões que fazem o transporte, no caso de não serem caminhões frigoríficos.

O cais pertence à Colônia de Pescadores Z-8, que teve sua origem no bairro de Jurujuba. A administração do Cais é realizada por membros da diretoria que o arrendaram e cobram pela utilização e pelos serviços. No ano de 2007, segundo informação de membros da Associação de Maricultores para atracar um barco era necessário pagar uma taxa de R\$ 25,00 reais, além de deixar 5% do valor comercializado para o arrendatário.

² Pertencem ao município São Gonçalo.



Figura II.5.3.N-7 - Vista do Cais de Jurujuba, com o escritório da Colônia Z-8 (construção branca à direita).

Foto Paula Ritter.

Os interesses políticos da Colônia nem sempre correspondem aos dos pescadores, o que poderia explicar o aumento no número de Associações na área de abrangência da Colônia. Estas Associações geralmente carregam em seu nome o “Livre”, indicando uma separação do Sistema de Colônias. Esse é o caso da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ). Além da ALMARJ, que será analisada a seguir, o bairro sediou uma experiência associativista no âmbito da pesca que merece ser mencionada, ao da Associação União dos Pescadores de Jurujuba (AUPJ).

A Atividade Mexilhoeira em Jurujuba

Por muitos anos a pesca foi a principal atividade econômica de Jurujuba, o marisco foi conquistando seu espaço e sua comercialização passou a ser fonte de renda para muitos moradores do bairro. Como já dito, o mexilhão já era extraído dos costões e comercializado em pequena escala na Praça XV, por alguns dos moradores do local, principalmente pelos da Várzea, do Cascarejo e da Ponta da Ilha. Com a chegada dos nordestinos, a atividade recebeu um forte impulso.

No início, os barcos do grupo eram à remo, limitando a extração do marisco às áreas próximas no interior da baía de Guanabara. Locais como a Ponta da Ilha, Ilha dos Amores, as praias da Boa Viagem, Icaraí e costões da Fortaleza de Santa Cruz, eram alguns dos locais de onde o grupo retirava marisco logo que chegou. A abundância de marisco facilitava a sua retirada destes locais, não sendo preciso efetuar mergulhos profundos e sistemáticos, como atualmente. Entretanto, com o aumento da poluição e da atividade mexilhoneira, se iniciou um processo de decadência em termos de produtividade que se estende até hoje. Um dos antigos moradores do bairro afirma que em Jurujuba, mariscos e ostras eram abundantes. Atribuiu a decadência destas espécies à exploração demasiada



Figura II.5.3.N-8 - Vista das condições em que o processamento de marisco se davam na praia.

Foto cedida por Marcos Bezerra de Menezes, in Paula Ritter doc



Figura II.5.3.N-9 - Mulheres trabalhando no desconchamento do mexilhão em uma das bancas na praia antes da construção do Centro de Beneficiamento.

Foto cedida por Marcos Bezerra de Menezes

Os atravessadores “de fora” de Jurujuba não comercializavam pescado, compravam o marisco, levando o produto para restaurantes e supermercados de suas cidades. A figura do intermediário, tanto “local” quanto “de fora”, teve aspectos positivos por um lado e negativos por outro.

Era comum esses comerciantes (de São Paulo) não pagarem regularmente aos produtores. Em um determinado momento, um dos atravessadores tanto não

pagou como também não mais apareceu para pegar o mexilhão, ficando devendo a vários marisqueiros.

Entrar nesse ramo era extremamente difícil, pois implicava na diminuição dos lucros dos já estabelecidos. Tendo em vista que alguns desses atravessadores eram nordestinos, isso poderia desencadear um grande mal estar entre os migrantes, entre as famílias que eram conhecidas de Jacuípe e que mantinham laços familiares e de solidariedade.

Os atravessadores locais tinham um *status* superior perante o grupo dos marisqueiros. Posição que era garantida tanto pelas condições de vida propiciadas pela comercialização do marisco, como também no tratamento direto com os produtores.

Em 1999, uma equipe de técnicos da COPPE/UFRJ se aproximou dos marisqueiros de Jurujuba com apoio da Oficina Social do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) Tal aproximação objetivava a elaboração de um projeto de intervenção na comunidade, em conformidade com as necessidades da Associação. O projeto tinha a possibilidade de ser financiado pela Petrobras, como o foi efetivamente.



Figura II.5.3.N-10 - Panorama da Travessa dos Maricultores vista do alto do Morro do Cascarejo.

Foto da autora Paula Ritter

ALMARJ e o Projeto Mexilhão-Rio: Cultivo e Beneficiamento Comunitário de Mexilhão

Desde os anos 80, diversas iniciativas foram tomadas pelo estado do Rio de Janeiro, voltadas para a melhoria das condições de vida dos marisqueiros que se encontravam na marginalidade e em situação de exclusão social. Uma dessas iniciativas foi a fundação da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba - Almarj, em 1992, tendo como base inicial 23 famílias de marisqueiros da comunidade local (atualmente em torno de 60 famílias). Entre as principais preocupações estava o desenvolvimento em bases sustentáveis da atividade de extração do mexilhão com novas técnicas de aquicultura e beneficiamento, distribuição e, especialmente, organização comunitária.

O projeto foi desenvolvido pelo governo estadual, em "Regime de Execução Especial", com apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Niterói. O governo estadual gestionou junto ao governo federal (Serviço do Patrimônio da União - SPU) a legalização da área na qual seria construída uma unidade de beneficiamento. O governo do estado do Rio de Janeiro, em maio de 1996, aportou recursos da ordem de R\$ 65 mil, enquanto a prefeitura de Niterói, à mesma época, concorreu com outros R\$ 65 mil. O programa Life, da ONU, participou com um montante aproximado de R\$ 60 mil.

O resultado dessa parceria é o Centro Comunitário de Beneficiamento de Mexilhões de Jurujuba que conta com um prédio de aproximadamente 300m², localizado na Av. Carlos Ermelindo Marins 760, Jurujuba, Niterói, RJ. Esta unidade de beneficiamento conta com área para recepção, estocagem, lavagem e seleção, tratamento térmico e resfriamento, desconchamento e lavagem, banho de imersão, embalagem, resfriamento, acondicionamento, expedição e peixaria. A Almarj obteve também o título de posse da terra para 25 moradias, totalizando 3,2 mil m² de terreno e 440m² de área marinha para instalação de píer em forma de "T", com 60 m de comprimento, piso em concreto e estando prevista sua conclusão para abril de 2003.

Em 1999/2000, já com recursos próprios, adquiriram dois caminhões de 4,5 ton para transporte de pescado. Em 2001, entendimentos mantidos com a

Fundação Banco do Brasil resultaram na doação de uma embarcação com 11 metros de comprimento para pesca de linha, bem como equipamento transportador helicoidal cozinhador contínuo, que permitiu atingir a produção de 6.250 kg em 8h, *in natura*, propiciando 892 kg de carne de mexilhão/dia, levando a uma produção média mensal de 18 toneladas.

Ao fim de 2002, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da COPPE, através do Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - Oficina Social, doou embarcação de 7 metros de comprimento para os trabalhos relacionados com gestão ambiental, cultivo e extração de mexilhão. Com isso ampliou-se o raio de ação da comunidade extratora de Jurujuba para outros bancos mexilhoneiros antes não explorados.

Essa ampliação de atuação, conjugada com a complementação da infraestrutura de beneficiamento, propiciará a atuação social da Almarj junto a outras comunidades marisqueiras de Niterói. Isso porque o equipamento de cocção pode ser operado em mais de um turno. Dessa forma, o barco doado pela UFRJ/COPPE/Oficina Social recolherá a produção de outras comunidades, a partir da comunidade pesqueira da Praia/Ilha da Boa Viagem (que reúne em torno de 20 grupos de marisqueiros), levando o mexilhão *in natura* para o Centro de Beneficiamento Comunitário, para processamento. Esse processamento será feito num turno adicional, pelas mulheres membros do grupo que forneceram a matéria prima.

A questão da qualidade do mexilhão sempre esteve presente como preocupação, tanto do ponto de vista ambiental quanto do consumidor. A perspectiva que norteou o projeto era de que a garantia de qualidade ampliaria o consumo³. O beneficiamento partia desse pressuposto, como forma de ampliar a

³ O mexilhão, *Mytilus perna*, é também conhecido como marisco em algumas regiões do Brasil, é uma espécie marinha que se alimenta através de filtros biológicos, aspirando da água as matérias nutritivas em suspensão - algas e plânctons. Esse processo de alimentação faz com que o mexilhão, quando se desenvolve em ambientes não controlados - presença de coliformes fecais, de metais pesados, de óleos e de outros derivados de petróleo e de resíduos - torna de alto risco seu consumo. Além dessa questão ambiental, o manejo nas embarcações de coleta, assim como a manipulação no processo de cocção, embalagem e distribuição, também contribuíam para o aumento do risco à saúde humana. Ou seja, aspectos relacionados com a higiene e sanidade do produto.

segurança em relação à qualidade do mexilhão. Foram feitos convênios com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) para análise e monitoramento do mexilhão e da água, em locais de extração e cultivo (hidrocarbonetos e outros poluentes orgânicos, frações do óleo e derivados de petróleo e os metais mercúrio, arsênio, zinco, cádmio, níquel, estanho, cobre, cromo e chumbo), com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e posteriormente com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para o monitoramento microbiológico (coliformes fecais, entre outros), com o Laboratório Mattos & Mattos, entidade privada que faz o monitoramento do sistema de análise de riscos e controle de pontos críticos do Centro de Beneficiamento e com o Sebrae RJ, abrangendo a capacitação de recursos humanos para a gestão profissional do empreendimento. A UFRJ/COPPE atua também no desenvolvimento do Parque de Cultivo de Mexilhões no complexo da Fortaleza de Santa Cruz⁴, em águas oceânicas e internas à baía de Guanabara.

Do ponto de vista da comercialização, a preocupação em diferenciar o mexilhão produzido e beneficiado pela comunidade de Jurujuba por atributo de garantia de qualidade, envolvendo a sua origem (bancos monitorados e cultivo em espinhel suspenso), o beneficiamento, armazenagem e distribuição se traduziu na criação de marca própria. O Centro de Beneficiamento é fiscalizado diretamente pelo Serviço de Inspeção Estadual (órgão sanitário oficial do estado do Rio de Janeiro) que certifica a marca Mexilhão Rio. Essa marca é reconhecida como nome de fantasia da Almarj junto à Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro.

A conjugação de esforços entre a Almarj e as diversas entidades no âmbito do projeto, possibilitaram ganhos adicionais. A experiência do monitoramento dos bancos de mexilhão e a consequente identificação das condições sanitárias, tem feito com que outros grupos de extratores de mexilhão passem a não retirar material em condições impróprias para o consumo humano. Isso significa um mecanismo de pressão sobre os órgãos responsáveis pelo meio ambiente e de saúde pública no Rio de Janeiro, em níveis municipal, estadual e federal.

⁴ Parceria com o Comando da Fortaleza de Santa Cruz, subordinada ao Comando Militar Leste, do Exército Brasileiro.

A trajetória da Almarj mostra que o processo de organização da comunidade foi o ponto de partida e a premissa sobre a qual se assentou todo o projeto e as estratégias de sua implementação e desenvolvimento. Com essa base foi feita uma mobilização que articulou diversas instâncias públicas e privadas, particularmente as de Ciência e Tecnologia⁵, como visto acima. O que diferenciou a Almarj de outras iniciativas foi a capacidade das lideranças⁶ da Associação em articular uma rede de cooperação que foi além do aspecto formal das instituições envolvidas. Desse ponto de vista, a mudança de gerência, direção ou de técnicos nunca implicou em solução de continuidade, mas na incorporação de outros agentes sem que os anteriores deixassem de fazer parte da rede em questão. As dificuldades, inclusive as financeiras, foram melhor contornadas nesse ambiente.

Como conclusão, torna-se necessário não deixar de entender que o centro comunitário, representado pela Almarj, é a resultante de uma luta de emancipação social, econômica, ambiental e política de um grupo historicamente marginalizado e estigmatizado pela sociedade (incluídos pelos próprios pescadores profissionais e suas representações). Essa emancipação, todavia, não se restringe à infraestrutura de beneficiamento e comercialização, mas fundamentalmente na forma de organização e gestão profissional com que a comunidade apresenta-se para os seus desafios, entre os quais os que se remetem ao mercado. (acesso ao site: www.comciencia.br).

União dos Pescadores de Jurujuba - AUPJ

No ano de 1984 foi formada uma Associação dos Armadores de Jurujuba, através do Programa Pesca-RIO, uma iniciativa governamental. Este projeto era vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro na época do governo Leonel Brizola. Um dos articuladores do Projeto foi o mesmo que mais

⁵ Nessas instituições de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços técnicos especializados, foram desenvolvidos diversos trabalhos, cabendo ressaltar cerca de 15 teses, dissertações e monografias.

⁶ O presidente da Almarj ganhou tamanha expressão com seu trabalho que atualmente é presidente da Federação das Associações de Pescadores Artesanais Profissionais do Estado do Rio de Janeiro (Fapesca), que congrega 66 entidades.

tarde, em 1992, iria ser também o articulador e elaborador do Projeto Mexilhão-RIO, responsável, de certa forma, pela formação da Associação Livre de Maricultores de Jurujuba. A AUPJ foi criada com financiamento do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro - BD-RIO, com o nome de Associação União de Pescadores de Jurujuba (AUPJ). O objetivo da AUPJ era vender e distribuir o pescado, diretamente do produtor (armador) para o consumidor, no caso, as comunidades carentes, evitando a intermediação. Entre as Associações envolvidas no Pesca-RIO poderia mencionar as Associações de Arraial do Cabo, Itaipu, Jurujuba e Caju.

O financiamento pelo BD-RIO propiciou a construção da sede assim como a aquisição de equipamentos (fábrica de gelo) e carros para transporte (caminhões e kombis). No entanto, no mandato do Governador Moreira Franco, a partir de 1986, o projeto da AUPJ começou a apresentar sinais de decadência, assim como o BD-RIO passou a ser desativado⁷.

Segundo informações de uma liderança comunitária vinculada ao projeto, a Associação União de Pescadores de Jurujuba foi criada com 22 armadores, em sua maioria do Ponto Final (Jurujuba). Com o tempo foi ganhando novos associados. Porém, em função da ausência de estímulos governamentais e problemas de gerenciamento, acabou sendo desativada.

A AUPJ se situa na Várzea, ao lado da Associação Livre de Maricultores de Jurujuba (ALMARJ), sendo separadas apenas por um muro. A criação da AUPJ pode indicar uma estratégia dos armadores para lidar com a crise do setor que já se configurava na época de sua criação. Já a formação da ALMARJ poderia refletir de certa forma, “os novos tempos”, época de pouco peixe, de poluição e de preocupações.

Por muitos anos a pesca foi a principal atividade econômica do bairro, o marisco foi conquistando seu espaço e sua comercialização passou a ser fonte de renda para muitos moradores de Jurujuba, especialmente para aqueles da

⁷ Informação obtida no site <http://www.pdt-rj.org.br/primeirapagina.asp?id=352>, em 23/02/2007.

Várzea, Cascarejo e Ponta da Ilha. Duarte (2007), em comunicação pessoal, afirmou que na época de sua pesquisa nos anos 1970, principalmente com os pescadores do Ponto Final, catava-se marisco como lazer nas pedras e costões .

As entrevistas indicam que, no final dos anos 1970, os marisqueiros já comercializavam sua produção no mercado da Praça XV, no Rio de Janeiro. Em meados dos anos 1980, com o fechamento do referido mercado e o aumento do consumo em São Paulo surgiu a figura do atravessador de mexilhão que passa a comprar a produção.

Nesta mesma linha, Soares *et al* (2005) mostram uma redução do percentual de pescadores de Jurujuba. Na década de 1970, Duarte apontou para o fato que 25% da população era composta por pescadores, na pesquisa destes autores, em 2005 o índice era de 7,1%. Para os autores, os resultados indicam que muitos moradores de Jurujuba se assemelham em termos de ocupação aos demais moradores de bairros pobres do município, apesar do esforço dos moradores em manter, para as instituições de fora do bairro, as características de uma comunidade pesqueira.

Anteriormente eram os próprios pescadores e suas famílias que se envolviam na manutenção do material da pescaria. Hoje esse trabalho é realizado por quem conhece o ofício e tenta incrementar a renda, pois a pescaria não é mais suficiente para suprir as necessidades. Na região próxima ao Cais, a Prefeitura de Niterói construiu uma área de lazer que antes era utilizada pelos pescadores para secagem e conserto de redes.

A enseada de Jurujuba, que era utilizada para a pesca servindo também de atracadouro dos barcos, com o passar dos anos passou a ser utilizada para esportes náuticos. Em 1958 foi criado o late Clube de Jurujuba, próximo ao Cais; em 1983, o Clube Naval de Charitas.

Além disso, a partir de 2004, a região de Jurujuba passou a contar com o Terminal Hidroviário de Charitas, onde catamarãs fazem a travessia de Charitas à Praça XV no Rio de Janeiro. A estação foi projetada por Oscar Niemeyer, conta com um pequeno comércio e um restaurante. Este empreendimento foi realizado pela empresa Barcas S.A., que é do grupo empresarial 1001. Cabe mencionar

que o transporte por catamarãs não é utilizado pelos moradores das imediações, por ser de custo elevado. O tráfego das embarcações, mais especificamente a velocidade com que as embarcações chegam a estação de Charitas tem trazido alguns transtornos para o bairro, especialmente para as atividades relacionadas à pesca e às atividades náuticas, devido as ondas que se formam, chegando a adernar algumas embarcações.

Associações de Jurujuba

Na Várzea, além de alguns estabelecimentos comerciais, situam-se, além da AUPJ, as Associações de Moradores de Jurujuba (AMORJ) e a dos Maricultores (Associação Livre dos Maricultores do Rio de Janeiro - ALMARJ). Na praça se situa a Igreja N. S. da Conceição, construída entre 1627 e 1677, e que, mais recentemente, foi restaurada. Ali também existe um Coreto, frequentemente utilizado para o conserto de redes de pesca.



Figura II.5.3.N-11 - Pescadores tecendo e consertando redes na área que restou após a urbanização do local.

Foto Paula Ritter

A praia de Jurujuba é utilizada como área de lazer das crianças que nadam nas águas da Baía, sobem nos barcos e dali mergulham. Do lado esquerdo da pista, visualizam-se várias construções, entre elas a antiga sede da Colônia de Pesca Z-8, o restaurante “Bicho Papão”, um bar e a Igreja Batista.

A tradição pesqueira de Jurujuba já vem desde a ocupação indígena (Duarte, 1999), evidenciando a relação das práticas sociais com os recursos disponíveis no entorno. Antes dos anos 1950, a pesca era realizada praticamente em pequenas embarcações a remo, mas, a partir desta data, já começam a surgir em Jurujuba os primeiros motores. Isto implicou em que a pesca realizada nas áreas próximas, dentro da Baía de Guanabara, passasse a ser praticada também em locais mais distantes, como Flamengo e Icaraí, favorecendo não só a utilização de rede “traineira”, como a pesca de arrasto.

Estas mudanças são resultado da política adotada pela SUDEPE⁸, que em 1967, através do decreto 221, “decidiu fazer da pesca uma atividade industrial de base – aumentando os incentivos fiscais⁹ – criando uma pesca empresarial-capitalista no país, levando ao desaparecimento dos pequenos produtores que foram transformados em proletários do mar” (Diegues 1983:3).

Até então, a pesca artesanal era realizada para a autossustentabilidade e/ou nos moldes da pequena produção mercantil, os instrumentos de produção pertenciam à coletividade e o resultado da pescaria era comercializado sendo que cada “camarada” (parentes ou vizinhos) tinha sua parte nos lucros de acordo com sua função na “companha¹⁰”. Tal processo sofreu grandes modificações. Embora na pesca artesanal a captura do peixe fosse a principal atividade econômica, os pescadores também podiam se dedicar a outras atividades como o extrativismo

⁸ Além da SUDEPE, o gerenciamento da pesca já passou pelo Ministério da Marinha (Capitania dos Portos), Agricultura (Secretaria de Agricultura) e atualmente é de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA/IBAMA) juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), criada em 2003. O IBAMA é responsável pela fiscalização enquanto as demais medidas sejam de responsabilidade da SEAP.

⁹ Como exemplo dos incentivos fiscais temos a isenção de impostos para o estabelecimento de indústrias de pesca, financiamento de frotas, isenção de taxas de importação de equipamentos (Cardoso, 1996: 13).

¹⁰ A companha é o conjunto de companheiros que trabalham em uma mesma unidade de produção. Além disso, este tipo de associação sugere um verdadeiro companheirismo, como fraternidade engajada em um projeto comum de reprodução social através do trabalho na pesca (Duarte, 1987:175). O termo é de origem Portuguesa e se refere a sociedade ou grupo de pescadores que trabalham juntos de forma igualitária (Diegues, 1983:122).

ou às roças¹¹ familiares, complementando suas necessidades. Duarte (1999) identificou que em Jurujuba a atividade “complementar” era possível, mas devido ao reduzido espaço das residências, quando ela se dava era na forma da engorda de um porco ou na criação de algumas galinhas soltas.

A política da SUDEPE enquadrou a pesca nos padrões da produção capitalista, facilitou a aquisição de novas tecnologias desenvolvidas para o setor (barcos a motor, os instrumentos de pesca, combustível e equipamentos) reduzindo os impostos para os “novos empresários”, os quais, em sua maioria, não tinham relação com a pesca (Diegues, 1983). Além disso, ela também favoreceu a implantação de unidades de beneficiamento de pescado, como as fábricas de sardinha (Diegues, 1983; Cardoso, 2001), especialmente nas regiões Sul e Sudeste¹², pois os investimentos da SUDEPE foram canalizados para estas regiões (Diegues, 1983; Cardoso, 1996).

Esta política de modernizar¹³ a pesca possibilitou a captura e exploração (uso de técnicas não seletivas e predadoras) de várias espécies, levando a redução

¹¹ Não é raro os pescadores artesanais utilizarem recursos obtidos na terra através do extrativismo ou de atividades agropecuárias, não dependendo só da água para seu sustento (Furtado, 1994; Adams, 2000; Silva, 1998). Os recursos fornecidos pela terra complementam a vida material e social deste grupo, proporcionando-lhes materiais para construir instrumentos de trabalho, para alimentação e habitação. A terra ainda serve para a roça, criação de galinhas e porcos, coleta de caranguejos, ostras e moluscos que são alternativas de subsistência (Marcílio apud Adams, 2000). As atividades “complementares” à pesca, variam em função do grupo em questão e podem ser uma tarefa exclusivamente feminina ou pode envolver outros membros da família, como os filhos, indicando que pode haver uma divisão de tarefas de acordo com o gênero e também em relação à idade.

¹² No município do Rio de Janeiro, mais particularmente na baía de Guanabara, a pesca teve forte influência de imigrantes portugueses e espanhóis, além, é claro, das práticas indígenas. A pesca da sardinha realizada com a traina nas traineiras foi herança espanhola (Diegues, 1983; Carvalho, 2004). Estas práticas ainda “sobrevivem” em algumas comunidades pesqueiras, mas em conjunto com práticas mais destrutivas e modernas.

¹³ Nas palavras do Ministro da Pesca durante o II SEGAP a SUDEPE, com sua política, teria incentivado uma “revolução verde nas águas”, sem preocupação com a sustentabilidade. Já o IBAMA teria investido nas ações de preservação mais do que de fomento. A SEAP preocupada com a situação do setor pesqueiro está investindo tanto no fomento (seis linhas de crédito: PROPECA, PROAQUA, PESCART, destinadas aos pescadores das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, FINAME, PRONAF, PRODEAGRO, para as atividades de aquicultura e, PROFROTA que objetiva auxiliar a categoria na compra de embarcações), quanto na gestão dos recursos pesqueiros através de uma política de inclusão social do pescador.

dos estoques pesqueiros, tanto pela sobrepesca como pela poluição das águas (pelas fábricas); além de também ter reconfigurado a organização do trabalho, as relações sociais e econômicas. Este processo resultou na exclusão social, privatização dos lucros e socialização dos danos ambientais.

Com a facilidade de adquirir barcos e equipamentos, os empresários, nem sempre pescadores, acabaram eliminando a pesca artesanal, e o pequeno produtor se encontrou “obrigado” a trabalhar nos grandes barcos. Além disso, as “novas” embarcações passam a utilizar as áreas próximas ao litoral, local onde era realizada a pesca artesanal (Diegues, 1983). Isso também foi verificado para Jurujuba, onde os grandes barcos passaram a “competir” com as pequenas embarcações (Duarte, 1999).

Em Jurujuba, a equipe que trabalhava nos grandes barcos, já não tinha o mesmo sentido cooperativo dos pescadores de canoa, passaram a ser assalariados, trabalhar para um patrão que não pertencia mais à equipe, sendo que a introdução das traineiras enfraqueceu a organização em companhia (Duarte, 1987). As traineiras possibilitaram o surgimento de funções com maior grau de especialização como motoristas (responsáveis pela casa de máquinas), cozinheiros (responsáveis pelo rancho e pela alimentação do grupo) e os homens do convés que lidam com as redes e com os equipamentos de pesca.

As traineiras representaram a “modernidade”, a especialização, em relação às canoas que passaram a ser vistas como “o antigo” e mesmo “o marginal”. Essas embarcações enfrentavam a instabilidade do mar e também a inconstância do peixe, podiam passar pela barra, sair para o mar, onde ficavam vários dias. Isso tinha implicações diretas na vida familiar do pescador que ficava por longos períodos sem retornar para o contato familiar (Duarte, 1999).

Os patrões, donos dos barcos ou armadores, mesmo que fossem naturais de Jurujuba, passavam por um momento conflituoso, entre o “ser do lugar e ser pescador” e o “ser armador e ser rico”, indicando um distanciamento do pescador, era uma nova identidade a ser formada e novas formas de relacionamento social (Duarte, 1999).

Além dos armadores, uma nova categoria começou a fazer parte do cenário de Jurujuba, os atravessadores, responsáveis pela comercialização e distribuição do pescado. Um terceiro ator foram às fábricas enlatadoras de sardinha (Atlantic, Ribeiro e Santa Iria), que empregavam mão de obra tanto dos moradores quanto de pessoas de fora, como foi o caso dos imigrantes nordestinos. Os atravessadores/intermediários passaram a ter seu espaço reduzido, já que os compradores das fábricas de sardinha negociavam o pescado direto com o armador.

As fábricas, em um primeiro momento, foram as principais compradoras de sardinha das traineiras de Jurujuba, abrindo espaço para que os armadores investissem na frota de embarcações apropriada para a pesca da sardinha. Os armadores negociavam a venda de pescado com as fábricas e descontavam do pescador 5% do seu pagamento, alegando que o pagamento da fábrica não era imediato à entrega do produto (Duarte, 1999).

Porém, com o tempo, as fábricas passaram a ter sua própria frota de traineiras, o que preocupou os armadores locais pelo fato de que as empresas poderiam reduzir os ganhos dos mesmos no mercado. O sistema pesqueiro em vigor (com as traineiras, atravessadores e armadores) acabou por reduzir a renda familiar dos pescadores.

As empresas de sardinha foram importantes no sentido de que as mulheres começaram a trabalhar ali no processamento de pescado, contribuindo na renda familiar e também possibilitando que os homens continuassem embarcados. Desta forma, os empresários, donos das fábricas, acabavam sendo vistos como aliados das famílias de pescadores, mesmo sendo agentes poluidores das águas da Baía de Guanabara, ao contrário dos atravessadores e dos armadores (Wernesbach, 2002:73).

As novas tecnologias pesqueiras, a poluição e a conseqüente degradação do ambiente marinho, reduziram drasticamente a quantidade e a diversidade de espécies de pescado da baía de Guanabara, o que afetou diretamente a produção das fábricas.

As fábricas também foram responsáveis pela poluição do ar e o cheiro exalado resultante do processo de beneficiamento da sardinha era sentido em todo o bairro, chegando mesmo a “espantar” os turistas que se dirigiam à Jurujuba para almoçar nos restaurantes locais (Varandas Bar, Berbigão, Celina’s, Bicho Papão).

A Parceria entre a Comunidade e a Universidade

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através de pesquisadores e técnicos do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (IVIG), da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE/UFRJ), elaborou um projeto intitulado “Gestão Ambiental na Atividade Comunitária de Cultivo, Extração, Beneficiamento e Comercialização de Mexilhões na Baía de Guanabara – Uma Proposta de Transformação da Atividade Artesanal em uma Atividade Industrial da Produção Local, Economicamente Sustentável”. Este projeto tinha como objetivo auxiliar na melhoria das condições de trabalho com o mexilhão no âmbito da Almarj e, no âmbito acadêmico, o de fixação de pesquisadores na Universidade.

Segundo relatado por uma das pesquisadoras da COPPE/UFRJ, em 1999, quando a equipe se aproximou dos marisqueiros de Jurujuba, além de elaborarem o Projeto também realizaram um vídeo de sensibilização, que foi utilizado para pleitear o financiamento pela Petrobras. A empresa que é uma das principais poluidoras das águas da baía de Guanabara investe sistematicamente em projetos socioambientais nas comunidades potencialmente sujeitas aos riscos de poluição. Estes financiamentos estão inseridos na política de responsabilidade social da empresa. O interesse da Petrobras, segundo relato de uma das pesquisadoras, era também avaliar a condição das águas da Baía, através do mexilhão que é um organismo filtrador e, por esta característica, funciona como um bioindicador da qualidade ambiental.

Pode-se inferir que, como o grupo tem sido beneficiado desde a formação da Associação e da construção do Centro de Beneficiamento por iniciativas governamentais, alguns de seus membros ficam na expectativa de que o poder público vá solucionar grande parte dos problemas enfrentados. Neste sentido, ao

apoiar candidatos durante as eleições, os moradores da Travessa esperam algum retorno, caso o mesmo seja eleito. Uma entrevistada mencionou que a maioria dos moradores vota nos candidatos apoiados pela Associação. Entretanto, assinala que, na sua percepção, não verificou nenhum retorno para a comunidade até aqui.

Reforça-se assim a idéia de que a Associação exerce um grande poder sobre as pessoas que residem na Travessa. Aquelas pessoas que são do *Norte* e ocupam cargos importantes na organização são verdadeiras lideranças “comunitárias”.

Para além da influência nesta comunidade, a Almarj, com sua visibilidade, faz com que Jurujuba seja lembrada pelas instituições da área ambiental quanto à concretização de um projeto de desenvolvimento local e sustentável. Contudo, ao se aprofundar o entendimento da situação dos marisqueiros no bairro, percebe-se que a Associação e os nordestinos, ao mesmo tempo em que parecem procurar formas de inserção, também se utilizam do seu reconhecimento como uma estratégia para se manterem diferenciados e, de certa forma, independentes dos demais moradores e instituições do bairro. Esse fato é verificado quando uma das lideranças relatou que geralmente são membros “de fora” do bairro que trazem algum benefício para o local. Isso indicaria que o grupo ainda se considera externo ao local.

Apesar disso, a Associação, ao ingressar como atravessadora de pescado, redefinindo sua atuação, acaba participando da atividade que caracterizou o bairro, o fazendo em posição superior a dos próprios pescadores.

Programa Federal nas Comunidades Pesqueiras de Niterói

Começou na segunda-feira, dia 1º de fevereiro de 2010, o programa do Governo Federal ‘Pescando Letras’ em Niterói. Executado no município pela primeira vez, através das secretarias municipais de Educação e Desenvolvimento Econômico, com um total de 12 turmas para 147 alunos inscritos. O objetivo do projeto é alfabetizar pescadores e subsidiar a construção de uma política pública permanente de educação envolvendo estes profissionais. O curso, que terá duração de quatro meses com aulas ministradas por professores das próprias comunidades, utilizará o método cubano de ensino, que associa números a letras, atrelado aos ensinamentos de Paulo Freire.

As aulas abrangeram as comunidades de Jurujuba, Ilha da Conceição, Itaipu, Ponta D'Areia e Barreto. Os horários das aulas foram preestabelecidos pelos alunos e professores, de acordo com a demanda de cada área. Vale lembrar que estes alfabetizadores do programa 'Pescando Letras' fizeram um curso de capacitação durante uma semana na Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME) com coordenações de âmbitos nacional, estadual e municipal.

De acordo com a secretária municipal de Educação de Niterói, Maria Inês Azevedo de Oliveira, o acesso à educação é vital na vida de qualquer ser humano. "A população tem direito ao estudo de qualidade gratuito, e é isso que o Pescando Letras proporciona: Educação Básica de qualidade" afirma. Já o Secretário de Desenvolvimento Econômico, José Luis Pascoal, destaca a importância financeira para o município ao capacitar esses profissionais. "Na medida em que atingimos o público alvo (os pescadores), investimos na melhoria da atividade pesqueira na cidade, de forma a remodelar o cenário econômico" declara. (Acesso ao site da Prefeitura de Niterói em março de 2010)

Pesca Industrial

Diferentemente da pesca artesanal, a pesca industrial apresenta-se com uma dinâmica distinta, onde a atividade realiza-se em dimensões muito maiores, devido a autonomia das embarcações, seja pelo tamanho dos petrechos de pesca, estrutura de armazenamento e conservação do pescado à bordo e o tempo de permanência no mar.

As áreas de atuação desta categoria, extrapolam seus limites estaduais e regionais, o que faz com que a definição da delimitação da área a ser analisada seja bastante complexa, pois não se pode levar em consideração somente as áreas confrontantes com o empreendimento. De todo modo, para este estudo, será analisada a pesca industrial na região sudeste, especificamente para o estado do Rio de Janeiro.

A seguir será caracterizada a frota pesqueira atuante na região de estudo e seus petrechos utilizados, além dos regimes de comercialização e beneficiamento do pescado e o desembarque pesqueiro.

A frota industrial tem como característica uma grande mobilidade, autonomia e diversidade de recursos alvo os quais possuem uma ampla distribuição espacial e temporal, fazendo com que seja necessário a utilização das diversas artes de pesca e equipamentos disponíveis e indispensáveis à exploração de recursos pesqueiros multiespecíficos, tanto demersais, como pelágicos.

Considerando-se esta mobilidade e autonomia, as embarcações desta frota, embora tenham seus registros no porto de origem, deslocam-se entre as áreas de pesca e os portos pesqueiros. O deslocamento desta frota nos portos pesqueiros da região Sudeste pertencentes a AI, representados pelo estado do Rio de Janeiro nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, estão relacionados às áreas de procedência da frota, mercado consumidor, manutenção, etc. Porém, cabe mencionar que para o espaço marítimo há o fato da existência de regras de navegação que prevêm procedimentos para situações de tráfego marítimo nas áreas em questão.

Esta dinâmica faz com que existam embarcações de pesca operando durante o ano e nos estratos batimétricos compreendidos entre as profundidades de 150 a 1.000 metros, para a pesca de recursos demersais e pelágicos. Esta atuação está relacionada a diversos fatores, como por exemplo, a disponibilidade do recurso em função de suas características migratórias, substrato, regulamentação da pescaria, dentre outros.

Esta atividade de intensa captura é responsável por uma cadeia produtiva bastante diversificada, caracterizada pelo fornecimento de uma variedade de insumos representada pela comercialização dos produtos necessários à armação das embarcações (gelo, rancho, óleos combustível e lubrificante, tintas etc.), manutenção/serviços (oficinas, estaleiros, eletrônica, etc.), transporte e beneficiamento.

Pesca Oceânica

A pesca oceânica na região de estudo advém principalmente da atuação de quatro frotas pesqueiras distintas: 1) Frota de arrasto; 2) Atuns com vara e isca-viva; 3) Frota de espinhel ou Linha; e 4) Frota de emalhe. (**Mapa I.2.2.1-2, Mapa I.2.2.1-3, Mapa I.2.2.1-4**).

De modo geral, essas frotas operam sobre a plataforma continental, tradicionais; entretanto, algumas têm ampliado suas áreas de captura para regiões de maior profundidade na plataforma externa e talude superior, à procura de espécies de maiores tamanhos e valor econômico.

Pesca Costeira

As demais frotas, representadas pela pesca costeira e que atuam ao longo da costa entre as profundidades de 10 metros e 150 metros, já caracterizadas neste documento, pertencem às pescarias de cerco para sardinha e outros pequenos pelágicos, potes para polvo, arrasto de camarão, arrasto de parelha, malha de fundo e superfície costeira, entre outras.

Caracterização Física das Embarcações, Petrechos de Pesca, Espécies Alvo e Processos de Conservação do Pescado a Bordo.

Arrasto

Tipo de arte de pesca rebocada que é constituída por um corpo de forma aproximadamente cônica, fechado por um saco e prolongado por asas até à boca (abertura). O princípio de funcionamento das redes de arrasto baseia-se na filtração. A rede de arrasto constitui um filtro que em movimento na água, captura as espécies que se acumulam no saco da rede.

Arrasto Duplo ou de tangones.

Tipo de rede de arrasto pelo fundo de pequena abertura vertical, com forma e malhagem especialmente adaptadas à captura de crustáceos (lagostins e camarões), também utilizadas para a captura de peixes demersais de profundidade. É caracterizada pelo uso de duas redes tracionadas por uma única embarcação.

Arrasto de tangones: são embarcações industriais e semi-industriais direcionadas para a pesca do camarão e peixes de profundidade. Utilizam redes de arrasto de portas, simples ou duplos. As redes são lançadas e recolhidas através de 2 tangones (mastros laterais) dispostos em cada lado da embarcação. As viagens de pesca duram em média 20 dias e ocorrem entre Cabo Frio (RJ) e Chuí (RS), entre 50 e 500 m de profundidade (Perez *et al.*, 2003).

A frota de arrasto duplo, também chamada de tangoneira, tem atuação em toda a região Sudeste, sendo direcionada a dois recursos distintos, camarão rosa e peixes demersais. No presente diagnóstico será considerada a frota que atua na pesca de peixes e crustáceos demersais de profundidade que atua a partir do isóbata de 100 metros até aproximadamente 500 metros.

Esta frota, em função de sua multiespecificidade, opera durante todo o ano, deslocando-se em função da disponibilidade dos recursos.

As outras pescarias de arrasto-de-portas realizadas na plataforma continental e talude apresentam, atualmente, uma composição multiespecífica bem definida. Dentre os recursos que compõem tais pescarias, destacam-se a abrótea de profundidade (*Urophycis mystacea*), a merluza (*Merluccius hubbsi*), peixe sapo (*Lophius gastrophysus*), cabrinha (*Prionotus punctatus*), castanha (umbrina canosai) e pitu (*metanephrops rubellus*).

Cabe destaque ao peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), que foi um dos principais alvos identificados no processo de expansão da pesca demersal para áreas profundas da Zona Econômica Exclusiva brasileira, iniciado no final da década de 1990 (Perez *et al.* 2001).

Anteriormente originados de uma exploração em baixa escala, realizada, sobretudo, por arrasteiros duplos sediados no Rio de Janeiro, os desembarques anuais do peixe-sapo, entre 1986 e 1995, oscilaram em torno da média de 135 t, sendo que, em alguns anos anteriores a 1991, a espécie sequer foi registrada nas estatísticas de produção. Após esse período e, em especial, a partir de 1999, a produção de peixe-sapo sofreu um incremento substancial em toda a região Sudeste-Sul, tendo atingido 7.094 t em 2001, máximo valor registrado na série histórica analisada. Desde então, sua produção tem declinado continuamente, chegando ao total de 2.432 t em 2004, valor próximo à média anual registrada no período 1996-2004 (2.367 t).

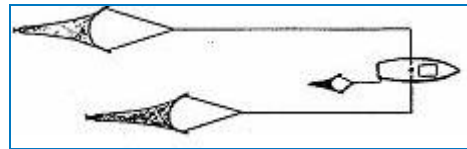


Figura II.5.3.1-12 - Tangoneiro.

Pesca de arrasto duplo

A frota tangoneira é constituída de embarcações cujo comprimento varia entre 14,0 m e 25,0 m, seus motores têm potência nominal que vai de 45 a 450 HP, o número de tripulantes varia entre 6 e 7, elas são equipadas para arrasto duplo (*double rig*) e utilizam guinchos acionados por correias ligadas ao motor principal. A conservação do pescado pode ser em câmara frigorífica a -30 °C ou gelado com gelo no porão.

Arrasto Simples

Rede de arrasto pelo fundo rebocada por uma só embarcação e cuja abertura horizontal é assegurada pelas portas de arrasto relativamente pesadas e munidas de uma sapata de aço destinada a suportar um contacto acentuado com o fundo.



A pesca de arrasto simples apresenta uma rede de formato cônico. A abertura horizontal da boca da rede é garantida por um par de portas, posicionadas algumas dezenas de metros à frente da rede. As redes empregadas

pela frota apresentam tralha superior de até 38 metros, resultando em uma abertura horizontal da boca da rede da ordem de 26 metros, enquanto que a abertura vertical chega a 6 metros. As portas mais utilizadas são do tipo retangular em "V", construídas em aço, com peso variando entre 350 e 450 kg. Esta rede é tracionada pela embarcação, através de cabos de aço (cabo real), cujos arrastos podem durar entre 4 a 6 horas.

Esta frota opera na mesma região das embarcações tangoneiras, objetiva os mesmos recursos alvo, com exceção do pitu, e tem comportamento semelhante as das tangoneiras com relação ao seu deslocamento ao longo do ano.

Mais recentemente, com o avanço da pesca demersal por ambas as frotas para áreas da plataforma externa e talude, foram observados não só um incremento no número de arrasteiros simples, como também o seu redirecionamento para outras espécies-alvo, representadas, principalmente, por recursos anteriormente inexplotados ou subexplotados, como a merluza (*Merluccius hubbsi*), peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), abrótea-de-profundidade (*Urophycis mystacea*), calamar-argentino (*Illex argentinus*) e galo-de-profundidade (*Zenopsis conchifera*). Cabe ressaltar que, nesse aspecto, configura-se uma nova modalidade de pescaria compartilhada pelas duas modalidades de arrasto.



Figura II.5.3.1-13 - Arrasteiro de portas simples.

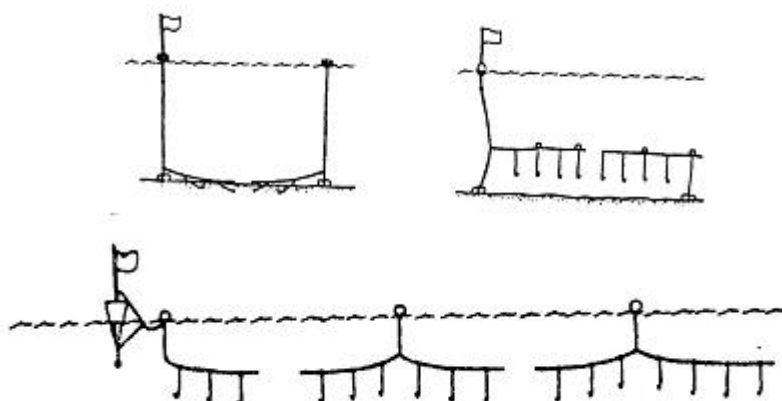
As embarcações são fabricadas em madeira ou ferro, medem de 16 a 28 m e têm potência de motor de até 525 HP, tripulação entre 7 e 8 pescadores (Branco & Rebelo, 1994). A conservação de pescado é realizada com gelo.

Espinhel de Superfície e Fundo

Longline ou espinhel pelágico e espinhel de fundo é uma atividade exclusivamente industrial. O espinhel de superfície e o de fundo são compostos por uma linha principal (madre) na qual várias linhas secundárias contendo anzóis (alças) são fixadas. O espinhel pelágico permanece na coluna d'água sustentado por bóias, e o espinhel de fundo fica sobre o substrato com auxílio de poitas ou âncoras (Branco & Rebelo, 1994; UNIVALI, 2004). No pelágico, as principais espécies alvo são a meca (espadarte), albacoras e tubarão-azul. No espinhel de fundo, a atividade é direcionada à captura do cherne, batata, namorado e pargo-rosa. Permanecem no mar em torno de 20 dias e atuam em profundidades superiores a 200 m, sobre a quebra da plataforma (espinhel de fundo) e ZEE e águas internacionais (espinhel pelágico).



Figura II.5.3.1-14 - Espinheleiro de longline.



Espinhel de superfície

Em termos de distribuição espacial, a atuação da frota industrial de espinhel de superfície no Rio de Janeiro, normalmente atingem profundidades superiores a 100 metros.



Figura II.5.3.1-15 - Espinhel de superfície.

Essa arte de pesca foi introduzida no Brasil no final da década de 1960, adotando técnica e equipamentos japoneses. Inicialmente, tinha como espécies-alvo principalmente as albacoras (gênero *Thunnus*), diversificando-se ao longo do tempo, à medida que outros recursos ganharam importância econômica, como o espadarte (*Xiphias gladius*), agulhões, dourado (*Coryphaena hippurus*) e cações.

A categoria “albacoras” agrega três espécies: albacora-bandolim (*Thunnus obesus*), branca (*T. alalunga*) e laje (*T. albacares*), além da própria categoria genérica “albacora”, correspondente à parcela não discriminada nos desembarques.

A categoria “agulhões” também engloba os dados referentes aos desembarques de três espécies: o agulhão-branco (*Tetrapturus albidus*), o negro (*Makaira nigricans*) e o vela (*Istiophurus albicans*), além da genérica “agulhões”, utilizada nas estatísticas de desembarque, na impossibilidade de discriminação da espécie. O perfil da produção do espadarte (*Xiphias gladius*) guarda grande semelhança com aquele observado para os agulhões.

O dourado (*Coryphaena hippurus*) é uma espécie pelágica de ocorrência sazonal no Sudeste-Sul, sendo capturado pelos espinheleiros no final da primavera e durante o verão.

Tradicionalmente, o recurso representava um produto secundário e aproveitável da pescaria dirigida aos tunídeos. Atualmente, dado o valor comercial, tem-se observado um direcionamento à sua captura, tanto pelos atuneiros quanto por embarcações linheiras (Dallagnolo, 2005).

Espinhel de fundo

A captura de espécies de peixes demersais com espinhel-de-fundo foi precedida, historicamente, por pescarias tradicionais de linha-de-mão. Em geral, essas artes estavam apoiadas em pequenas embarcações, com limitado raio de atuação. Em 1993, foi introduzido pelo CEPSUL/IBAMA um tipo de espinhel-vertical (pargueira) e, em 1994, o espinhel-de-fundo com cabo de aço e guincho hidráulico, a partir das operações de pesca experimental realizadas pelo N/Pq Orion, do Instituto de Pesca/SP. Esta última arte de pesca foi rapidamente incorporada por frotas de outros estados, expandindo a área de captura até o extremo sul e a profundidades superiores a 200 m (Peres & Haimovici, 1998; Ávila-da-Silva & Moreira, 2003; Haimovici *et al.*, 2003).

As principais espécies associadas a essas pescarias são o peixe-batata (*Lopholatilus villarii*), os chernes (*Epinephelus niveatus* e *Polyprion americanus*) e o namorado (*Pseudopercis numida*). Mais recentemente, espécies como a abrótea-de-profundidade (antes utilizada quase exclusivamente como isca), o bagre (*Genidens barbatus*), a corvina, o congro-rosa (*Genypterus brasiliensis*) e o cação-bico-doce (*Hepttranchias perlo*) passaram a ganhar importância (Ávila-da-Silva & Moreira, 2003; Ávila-da-Silva & Haimovici, 2005).

Linha de Mão

Aparelho de anzol de um ou mais anzóis iscados, lastros e bóias. Surge por volta de 1758 e é constituído por uma linha principal (a mãe) à qual estão ligadas linhas secundárias (estralhos). Esta denominação e/ou classificação foi criada para designar embarcações que se adaptaram, principalmente devido a uma maior rentabilidade dos recursos pelágicos, como atuns e afins, a utilizar mais de um artefato de pesca em uma mesma viagem.

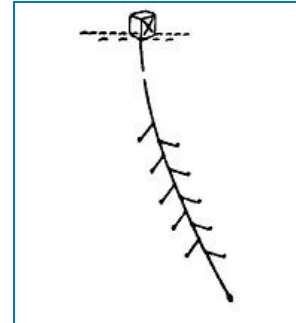


Figura II.5.3.1-16 - Barcos de linha de mão e boinha.

Pargueira tipo boinha.

Estas embarcações medem de 12 a 16 metros de comprimento, possuem motores de até 180 HP, são tripuladas por 3 a 4 pescadores e o método de conservação é em gelo. A grande maioria utiliza isca-viva para a atividade de captura.

Rede de Emalhar de Superfície e Fundo

As redes de emalhar, também denominadas de redes de espera, pertencem ao grupo de artes de pesca passivas, sendo que a captura ocorre pela retenção do pescado nas malhas da rede. Existem diversos tipos de redes de emalhar de acordo com sua construção e forma de operação. A construção básica de qualquer tipo de rede de emalhar apresenta tralhas, a superior (com bóias) e a inferior (com lastros), que sustentam o pano da rede. Existem dois tipos básicos de redes de emalhar: de fundo e de superfície. Na pesca de fundo, as redes permanecem fundeadas durante a operação de pesca, enquanto que na pesca de superfície a rede não é fundeada e acompanha a deriva da embarcação. Em ambos os casos, na frota industrial são empregadas entre 200 e 400 redes de 50 metros unidas entre si.

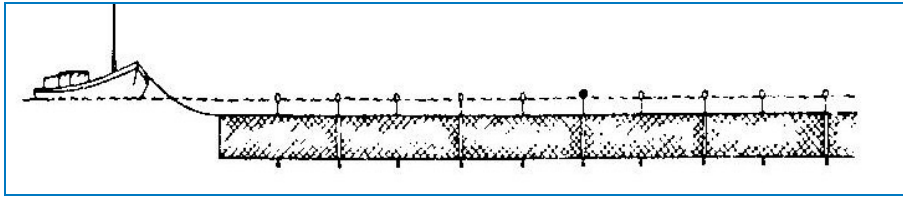


Figura II.5.3.1-17 - Pesca de emalhar de superfície

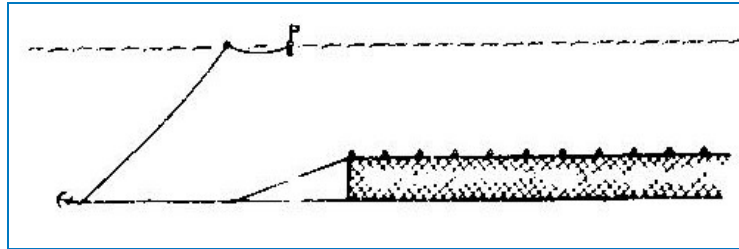


Figura II.5.3.1-18 - Pesca de emalhar de fundo

Pesca de emalhar de fundo

Diferentemente das outras pescarias, como traineiras, arrasto duplo, parelhas, etc., as embarcações que utilizam as redes de emalhe não têm uma denominação específica. Na frota industrial oceânica, são utilizados embarcações com 18 a 26 metros de comprimento, e autonomia de até 25 dias no mar. O comprimento e a altura da rede, seu entrelhamento (número de tralhas e chumbo por pano de rede) e o tamanho da malha determinam a espécie-alvo, que varia ao longo do ano.

As principais espécies capturadas pelas embarcações maiores e oceânicas na pesca de emalhar de fundo são: o peixe sapo, abrótea, tubarão-martelo e o tubarão-anequim.

Em função desta frota ser multiespecífica, atuando em todos os estratos de profundidade e áreas de pesca, não há um número de embarcações registrado como pertencente à área de estudo, porém em função do ordenamento da pesca do peixe sapo (Instrução Normativa SEAP nº. 23/2005), há uma previsão de licenciamento para 9 embarcações, para operarem nesta área.

As redes de fundo são largadas em direção norte para sul ou vice-versa, em função das correntes (são largadas ao longo da corrente). No caso do emalhe de superfície, as redes são largadas atravessando a corrente.



Figura II.5.3.1-19 - Embarcações que utilizam as redes de emalhe.

Em média, estas embarcações possuem 18,4 m de comprimento total, 50 toneladas de arqueação bruta, motor principal com 248 HP. Cerca de 97% da frota possui casco de madeira, e 3% de aço. Todas as embarcações conservam o pescado a bordo em gelo, e são operadas por 7 a 8 pescadores (UNIVALI, 2004).

O método de conservação de pescado na frota de emalhar é o gelo em escamas acondicionado nas urnas do porão de peixe.

Vara e Isca-Viva

A pesca com vara e isca-viva se destina à captura de tunídeos, cujos cardumes são encontrados junto à superfície. Uma vez avistado um cardume, o barco se aproxima e lança uma pequena quantidade de peixes vivos na água para atrair e manter o cardume junto à embarcação. A voracidade dos atuns faz com que sejam facilmente capturados com anzóis sem isca, lançados por pescadores com auxílio de varas de bambu ou fibra de vidro. As iscas, por sua vez, são mantidas vivas a bordo em tanques (tinas) com circulação contínua de água do mar.

Vara e isca-viva, atuneiro ou gaiadeiro são embarcações da frota industrial para a pesca de bonitos. Nessas embarcações, uma das laterais é modificada

para emissão de jatos de água. Esses jatos produzem um borbulhamento no meio do qual são lançadas iscas-vivas (sardinhas jovens). Os pescadores ficam na lateral da embarcação armados com caniços, com os quais capturam os peixes.

Cada caniço possui um anzol quase em “L” com um penacho vermelho para atrair o peixe. Ao puxar o peixe da água a força é para cima e o peixe fica preso pelo anzol. O peixe é então arremessado no convés e cai em uma esteira, que os leva ao porão. Os sistemas de conservação de pescado são o gelo e a salmoura. A principal espécie capturada é o bonito-listrado (UNIVALI, 2004).

Essa modalidade de pesca foi introduzida no Brasil em 1979, no Rio de Janeiro, com uma frota inicial de apenas sete embarcações, crescendo significativamente na década de 1980. Praticamente, essa pescaria é monoespecífica, estando baseada na captura do bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*), cuja participação nos desembarques geralmente alcança acima de 85% (Andrade, 2006). Outros bonitos que entram nas capturas são o bonito-cachorro (*Auxis thazard*) e o bonito-pintado (*Euthynnus alletteratus*), considerados de baixo valor comercial (Lin, 2005). Além dessas espécies, cabe destacar a participação da albacora-laje na composição das capturas.

A atividade e o potencial de crescimento da frota de vara e isca-viva são limitadas, sobretudo, pela disponibilidade de isca, composta, principalmente, por juvenis de sardinha-verdadeira e boqueirão (*Anchoa* sp.) (Andrade, 2006; Lin, 1992). Cabe destacar, também, que a quase totalidade da produção é destinada à indústria de conservas (Andrade, 2006). É destinada à indústria de enlatados nacionais 95% da captura desta frota.



Figura II.5.3.1-20 - Embarcações atuneiras de vara e isca-viva.

São embarcações de grande porte, oceânicas, com comprimento médio de 25 metros, motores entre 450 a 700 HP, tripulação de 25 pescadores. No Brasil, no ano de 2009, a frota foi composta por 50 embarcações. A tripulação é composta por 25 pescadores, em média, e a conservação do pescado a bordo é realizada com gelo em urnas, nos porões ou congelada nas tinas a -18 °C.

Regimes de Comercialização, Métodos de Beneficiamento e Agregação de Valor do Pescado Capturado

Os produtos gerados pelas capturas das frotas mencionadas são comercializados de diversas formas em função das características do pescado e atendendo ao mercado consumidor. Em função da variedade de espécies esta comercialização pode ser realizada desde a forma *in natura*, até sofisticados produtos com valor agregado, como alimentos pré-prontos a base de congelados e enlatados.

É importante salientar que em todos os portos de desembarque, ao longo de toda a costa, existem estruturas, como terminais pesqueiros ou indústrias, com infraestrutura de desembarque para a realização da descarga das embarcações.

Para os peixes demersais existe uma sofisticada indústria de congelados, onde existem empresas de médio e grande porte de processamento de pescado congelado, cujos principais produtos são em forma de filés de peixe e postas.

Os grandes pelágicos (atuns e afins), oriundos da pesca de *longline* são comercializados resfriados ou congelados. Os atuns destinam-se à exportação ou ao mercado interno para restaurantes de cozinha oriental, peixarias e grandes centros distribuidores (CEASAs). O bonito listrado proveniente da pesca de vara e isca-viva é todo direcionado para a indústria enlatadora, localizada no município do Rio de Janeiro.

O comércio do pescado capturado pela frota industrial é basicamente dirigido para o mercado interestadual e internacional. Existe também uma comercialização razoável entre empresas, porém os destinatários finais dos produtos são normalmente localizados em diferentes mercados nacionais, além do Sudeste-Sul também para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O escoamento da produção pesqueira regional para os demais mercados é feito basicamente por transporte rodoviário. No transporte são usados veículos próprios da indústria, ou são contratados serviços de fretes, o que é mais comum, uma vez que existem várias empresas de pescado que não possuem uma frota rodoviária adequada. O valor do frete é variável segundo o peso em toneladas e a distância a ser percorrida.

Quanto ao mercado internacional, a grande maioria das exportações de pescado é baseada na produção de atuns e afins, mais especificamente, nos tunídeos de maior porte (espécies dos gêneros *Thunnus* e *Xiphias*), capturados pela frota espinheira. Os principais compradores são o Japão, alguns países da Europa, como a Espanha e a Inglaterra, e ainda países vizinhos, como a Argentina. Há também uma relativa exportação de peixe-sapo para a Europa e países orientais. As exportações são feitas basicamente por navios, através de agências marítimas.

De forma geral, as indústrias estão basicamente envolvidas em atividades de captura e comércio, o que implica em alguns casos no processamento do pescado. A grande maioria das indústrias atua tanto na captura como no comércio, enquanto que uma pequena quantidade de empresas atua somente no comércio do pescado.

Destas últimas, a grande maioria das indústrias faz algum tipo de beneficiamento da matéria-prima antes da comercialização.

É importante ressaltar que nem todas as embarcações pesqueiras são também propriedade dos empresários que detém o patrimônio das indústrias pesqueiras. A maioria das embarcações são de empresários conhecidos como “armadores de pesca”, considerados produtores rurais, os quais não possuem qualquer tipo de estrutura de descarga e comercialização de pescado, utilizando-se das empresas e terminais pesqueiros.

Desembarque Pesqueiro e Atividades Relacionadas à Pesca na Região de Estudo

O desembarque pesqueiro para a pesca industrial ocorre em um dos principais portos considerados pólos pesqueiros - Niterói.

A cadeia produtiva do pescado, principalmente da pesca extrativa marinha, é bastante extensa e diversificada. Neste contexto deve-se considerar os quatro principais elementos que compõem esta cadeia, a saber, o fornecimento de insumos e serviços (gelo, óleos, alimentação, equipamentos de pesca e navegação, tripulação, manutenção, etc.), o beneficiamento do pescado (manipulação, câmaras frigoríficas, equipamentos, embalagens, etc.), transporte (terrestre, marítimo e aéreo) e comercialização (postos de venda, supermercados, peixarias, etc.).

Pontos de Desembarque na Região de Estudo

Estado do Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro apresenta posição de destaque na produção e comercialização de pescado no Brasil. Estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

mostram que, em 2006, foram descarregadas no estado 73.653,5 toneladas de pescado, situando-o como o quarto maior produtor nacional, atrás apenas de Santa Catarina, Pará e Bahia. Desta produção, 90,9%. (66.939,0 toneladas) foram oriundos da pesca extrativa marinha, sendo o restante distribuído entre pesca extrativa continental, aquicultura marinha e aquicultura continental. A frota industrial é estimada em 411 embarcações das quais 240 são de médio a grande porte com arqueação bruta acima de 20 TAB.

Os pontos de desembarque pesqueiro no estado do Rio de Janeiro encontram-se dispersos ao longo do litoral. Essa dispersão é resultado de um maior número de empresas particulares de pesca, em sua maioria de pequeno ou médio porte, que possuem entrepostos privados. Essa realidade modifica-se no litoral sul com a existência de um terminal pesqueiro público em Angra dos Reis, que congrega boa parte dos desembarques da frota industrial da região. Uma realidade semelhante ocorre na Região Metropolitana do estado, onde os armadores de pesca concentram seus desembarques no antigo Cais da Fábrica da Sardinha 88, na Ilha da Conceição, no município de São Gonçalo.

A Região Metropolitana comporta a pesca mais empresarial, com um número mais reduzido de empresas, mas constituído por empreendimentos de maior porte. A frota atua sobre camarões, sardinhas, atuns e afins e peixes diversos.

Essa pescaria sustenta a indústria de enlatados de sardinhas e atuns, abastece o mercado local, atende parte do mercado externo e é comercializada na CEASA, desembarcando o pescado no cais da 88 e alguns terminais privados localizados em Niterói e São Gonçalo. (Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa / organizador Marcelo Vianna - Rio de Janeiro: FAERJ : SEBRAE-RJ, 2009.)

Está em fase de licenciamento o terminal pesqueiro do Rio de Janeiro, a ser instalado na Ilha do Governador, no município do Rio de Janeiro, quando estiver em operação irá concentrar o desembarque industrial da região metropolitana deste município.

II.5.3.O - Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e de Populações Extrativistas

Neste item serão caracterizadas as etnias indígenas e populações extrativistas habitantes e/ou usuárias, cujas atividades ou localização de comunidades estejam indireta ou diretamente relacionadas aos usos costeiros, ou seja aquelas que possuem parte de suas áreas na faixa litorânea. As entidades de apoio aos Povos do Mar estão descritas no item **II.5.3.C - Organização Social** deste relatório.

Será abordada brevemente a pesca artesanal, que está detalhada no item **II.5.3.N - Caracterização da Atividade Pesqueira**.

Marco Legal

A Constituição brasileira trata de forma destacada o tema índios, apresentando, no parágrafo 1º do artigo 231, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo: *aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições"*. Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da CF, "são bens da União" e que, pelo §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis".

Embora os índios detenham a posse permanente e o "*usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos*" existentes em suas terras, conforme o parágrafo 2º do Art. 231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União. E, como bens públicos de uso especial, as terras indígenas, além de inalienáveis e indisponíveis, não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios.

A mesma atenção foi dada a áreas de quilombolas, definidas por lei ou em estudo para homologação. As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se

autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4883/03 foi transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

É a própria comunidade que se autorreconhece “*remanescente de quilombo*”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004.

Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa auto-definição. O órgão já certificou 1.342 comunidades quilombolas. O processo para essa certificação obedece a normas específicas desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares Nº 98, de 26/11/2007).

O conceito de Comunidade Tradicional é muito amplo, e foco de intensos debates na comunidade acadêmica. Podem ser incluídas as comunidades indígenas, mas outros saberes e modos de vida podem ser incluídos neste conceito. Um deles é o das comunidades Caiçaras.

Povos Indígenas

Os Tamoio ou Tupinambá (Família Tupi), grandes guerreiros que ocupavam a região do estado Rio de Janeiro até Ubatuba, formaram uma confederação de tribos, a Confederação dos Tamoios que, aliada aos franceses durante dez anos (1555-1565), ameaçaram o povoamento português das capitanias do sul. Só foram derrotados após várias ações de governadores gerais, com reforço do Espírito Santo e São Vicente e dos índios Temiminós, liderados por Araribóia, aliados dos franceses que viviam na Baía de Guanabara.

Os franceses foram expulsos e os Tupinambás tiveram suas aldeias destruídas e suas terras ocupadas e distribuídas entre portugueses. Os que conseguiram sobreviver, fugiram para além da Serra do Mar.

Inúmeras palavras de origem tupi-guarani permanecem até hoje, tais como capim, goiaba, pitanga, mingau, baiacu, mandioca, biju, além de topônimos (nomes próprios de locais) ilhabelenses como Pacoíba, Baepí, Pirabura, Pirassununga, Jabaquara, Perequê, Itaquanduba, Itaguaçu, Cocaia, Guarapocaia, Piava, Piavú, Pequeá, Papagaio, Itapecerica, Sepituba, dentre outros.

Além da grande herança linguística, os tupis exerceram uma grande influência na cultura e na alimentação do Brasil colonial, sendo que muitos desses hábitos permanecem vivos até os presentes dias na cultura caíçara. Apesar da família linguística tupi-guarani ter dominado, por muitos anos, o litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, não existe qualquer comprovação arqueológica ou bibliográfica de que eles tenham estabelecido alguma aldeia nas ilhas do arquipélago de Ilhabela.

Os Guarani, ainda, hoje mantém seus costumes tradicionais como a língua, as danças e, principalmente as manifestações religiosas. Apesar do constante contato com os não-índios, muitas aldeias não admitem a miscigenação. São agricultores de subsistência plantando arroz, mandioca outros. Em muitas aldeias existem escolas onde o ensino é bilíngue.

No atual do estado do Rio de Janeiro, os habitantes que os colonizadores europeus primeiro encontraram foram os Tupinambás, da família Tupi, espalhados em aldeias formadas por cerca de 500 a 3.000 indígenas cada.

Os povos da família Tupi e os da família Puri – menos conhecidos, mas ocupando grande extensão do território do estado do Rio de Janeiro – foram os que contribuíram, decisivamente, para a formação étnica do povo fluminense.

Nas terras do estado viveram indígenas de pelo menos vinte idiomas diferentes, pertencendo todos (menos um não classificado) a quatro grandes famílias linguísticas (Tupi, Puri, Botocudo e Maxacali). Sua localização é imprecisa: a procura de novas terras para plantio e territórios para caça, os conflitos intertribais, a busca legendária “Terra Sem Males” ou “Paraíso Terrestre” e, sobretudo, a fuga da escravidão pelos colonizadores, provocaram sua constante movimentação (Bessa, J e Malheiros, M in: Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro, UERJ/Departamento de Extensão, 1997).

A família Tupi ou Tupi-Guarani Tupinambá ou Tamoio viviam nas zonas de lagunas e enseadas do litoral do Cabo Frio até Angra dos Reis; Temiminó ou Maracajá, na Baía de Guanabara.

Dos inúmeros aldeamentos existentes no Rio, formados em sucessivas datas ao longo de um período colonial, muitos deram origem a atuais cidades e sedes de municípios. Apenas quinze conseguiram chegar ao século XIX conservando elementos da identidade tribal. Dentre estes destacam-se os municípios da Área de Influência: Aldeia de São Lourenço – Niterói; Aldeia de São Francisco Xavier – Itaguaí; Aldeia Nossa Senhora da Guia – Mangaratiba (Fonte: BESSA, José & MALHEIROS, Márcia. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ERJ/Departamento de Extensão, 1997).

Nesse mesmo período índios das mais diferentes etnias, em um número incalculável, migraram, quase sempre compulsoriamente, para a Corte do Rio de Janeiro, onde faziam pequenos biscates ou passavam a trabalhar em serviços domésticos, na construção civil e nas obras públicas, no arsenal da Marinha, na pesca da baleia, como marinheiros e remeiros de canoas do Serviço da Galeota Real ou do Escaler da Ribeira.

Estes índios urbanos, quase sempre sem emprego e sem domicílio certo, constituíam uma “tribo” desfigurada que vagava pelas tabernas e vendas dos principais bairros, sobretudo Candelária, Santa Rita e São José, entrando em conflito permanente com a polícia. Durante todo o período republicano, no século XX, os índios deixam de figurar no mapa da cidade e do Estado do Rio de Janeiro e na documentação oficial (ibidem).

Reapareceram apenas na década de 1950, quando os índios Guarani, migrando do sul do país, estabelecem três aldeias em Angra dos Reis e Parati, onde permanecem até os dias de hoje (Fonte: BESSA, José & MALHEIROS, Márcia. Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ERJ/Departamento de Extensão, 1997).

Atualmente, segundo informações disponibilizadas pela FUNAI, referente à população indígena do estado do Rio de Janeiro, esta contabiliza um total de 330 indivíduos, de etnia Guarani. Os aldeamentos, embora localizados na Costa Verde, não estão inseridos na Área de Influência, conforme **Quadro II.5.3.O-1**.

Quadro II.5.3.O-1 - Populações indígenas e suas respectivas localizações no litoral do Rio de Janeiro.

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Guarani Araponga	Guarani	Parati
Guarani de Bracuí	Guarani	Angra dos Reis
Parati-Mirim	Guarani	Parati

Fonte: <http://www.funai.gov.br/>

No estado de São Paulo, de acordo com dados disponibilizados no site da FUNAI, a população total indígena conta com 2.716 indivíduos, pertencentes aos grupos Guarani; Guarani M'Bya; Guarani Nhandeva; Kaingang; Krenak Pankararu e Terena. Entretanto, embora existam aldeamentos no litoral paulista, em Ilhabela não foi identificada a presença de populações indígenas, conforme **Quadro II.5.3.O-2**.

Quadro II.5.3.O-2 - Populações indígenas e suas respectivas localizações no litoral paulista.

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Arariba	Terena e Guarani	Avai
Boa Vista Sertão do Promirim	Guarani	Ubatuba
Guarani da Barragem	Guarani	São Paulo
Guarani do Aguapeu	Guarani	Mongagua
Icatu	Terena e Kaingang	Brauna
Ilha do Cardoso	Mbya	Cananeia
Itaoca	Mbya	Mongagua
Jaragua	Guarani	São Paulo
Jureia	Guarani Mbya	Iguape
Krukutu	Guarani	São Paulo
Peruibe	Guarani	Peruibe
Piacaguera	Guarani Nhandeva	Peruibe
Ribeirão Silveira	Guarani	São Sebastião e Santos
Rio Branco Itanhaem	Guarani	Itanhaem, São Paulo e São Vicente
Rio Branquinho de Cananeia	Guarani M'Bya	Cananeia
Serra do Itatins	Guarani	Itariri
Vanuire	Kaingang	Tupa

Fonte; <http://www.funai.gov.br/>

Quilombolas

Comunidade Quilombola pode ser definida, de acordo com a Associação Brasileira de Antropologia, como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos que vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Segundo dados do site da Fundação Cultural Palmares na Área de Influência do empreendimento, existem 3 (três) comunidade de quilombolos certificadas, conforme quadro **Quadro II.5.3.O-3**.

Quadro II.5.3.O-3 – Comunidades Quilombolas Certificadas na Área de Influência

Comunidade	Município	Publicação no Diário Oficial da União
Família Pinto	Rio de Janeiro	10/12/2004
Pedra do Sal	Rio de Janeiro	20/01/2006
Ilha de Marambaia	Mangaratiba	25/04/2006

Fonte; <http://www.palmares.gov.br/>

Em Mangaratiba, a Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia está localizada no litoral, em uma área considerada de segurança

nacional e controlada por militares (**Quadro II.5.3.O-1**). Distribuídas pelos dois pontos extremos da ilha, as antigas casas de alvenaria e estuque abrigam população de cerca de 90 famílias descendentes, direta ou indiretamente, por meio de casamentos de escravos. Durante o período da escravidão, a ilha era mantida por seu dono como local de “engorda” de escravos antes de serem vendidos para outras fazendas.



Figura II.5.3.O-1 - Ilha da Marambaia – Mangaratiba, RJ.

Fonte: http://www.koinonia.org.br/uploads/foto1_1142.jpg

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ assegurou aos descendentes de escravos a posse definitiva de terras situadas na Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro. O julgamento foi concluído em dezembro, de 2009 quando a ministra Denise Arruda apresentou voto vista acompanhando os ministros Luiz Fux e Benedito Gonçalves, relator do caso. Fux destacou que um laudo solicitado pelo Ministério Público Federal atestou que os moradores da Ilha de Marambaia descendem, direta ou indiretamente, de famílias que ocupam a área há, no mínimo, 120 anos, por serem remanescentes de escravos de duas fazendas que funcionavam no local até a abolição da escravatura. Certo de que a área é remanescente de quilombos e que a posse é transmissível, o ministro entende que a posse dos quilombolas é justa e de boa-fé, o que não pode ser afastado pela alegação de domínio da União. (Fonte <http://www.inverta.org/jornal/edicao-impressa/438/especial/quilombo-e-a-defesa-de-suas-terras>)

No município do Rio de Janeiro, a Terra Remanescente de Quilombo Pedra do Sal, foi reconhecida em 20/01/2006. A Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, situa-se ao pé do Morro da Conceição, localizado na Zona Portuária, no bairro da Saúde (**Quadro II.5.3.O-2**). A Pedra do Sal, tombada provisoriamente em 23 de novembro de 1984, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, e definitivamente em 27 de abril de 1987, pela Resolução nº 23, publicada no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro, em 11 de maio do mesmo ano. Testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira e espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento da história do samba carioca. Outrora chamada Pedra da Prainha e, como nas redondezas se carregava o sal, popularizou-se como Pedra do Sal. Ali se instalaram os primeiros negros da Saúde, e as manifestações festivas do candomblé e das rodas de choro. Nas ruas tortuosas e becos que a envolvem, nasceram os ranchos e o carnaval carioca.



Figura II.5.3.O-2 - Casas populares da Pedra do Sal – Rio de Janeiro.

Fonte: site www.quilombopedradosal.org

Em 2008, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio de Janeiro (Incrá/RJ) tornou público o processo de regularização fundiária do território quilombola de Sacopã (Família Pinto), pela publicação de editais no Diário Oficial da União nos dias 1º e 28 de fevereiro no mesmo ano.

O Quilombo Sacopã representa um dos símbolos de resistência das inúmeras comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Localizado na Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, área urbana de alto valor imobiliário, é portador de um patrimônio singular, que foi construído ao longo de mais de 70 anos pela Família Pinto em meio a sua luta contra a especulação imobiliária, em conjugação com a proteção ambiental (**Figura II.5.3.O-3**). A comunidade apresenta uma área delimitada tem 23,9 mil metros quadrados, onde vivem oito famílias descendentes de escravos, totalizando 22 pessoas. Também serão beneficiadas outras quatro famílias, com 14 pessoas, que atualmente residem fora da comunidade mas que pretendem retornar ao grupo (Fonte: <http://www.geledes.org.br/>).



Figura II.5.3.O-3 - Vista do pico do Sacopã - Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.geledes.org.br/>

Caiçaras

Formados a partir de uma interação entres os elementos negro, indígena e branco, ao longo da história, os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato.

Essa cultura desenvolveu-se principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, mas também pode ser encontrada no litoral do estado do Paraná e no litoral norte de Santa Catarina.

É difícil determinar com exatidão quantas comunidades caiçaras estão dentro da Área de Influência do empreendimento, em função do tênue limite que separa suas comunidades das vilas e povoados pesqueiros litorâneos. A cultura caiçara encontra-se presente, em maior ou menor grau, conforme o caso, em muitas das comunidades litorâneas, o que abrange uma área estimada que vai de Iguape a Mangaratiba.

Algumas, no entanto, ainda preservam grande parte de seus traços característicos alguns municípios como Ilhabela, Ubatuba e Parati, que concentram a maior parte das comunidades caiçaras com suas características mais notadamente acentuadas. No caso específico deste estudo, será tratado os caiçaras da Ilhabela.

A circunstância de parcial isolamento geográfico da população caiçara, que, no litoral norte paulista, manteve-se até a abertura da BR-101, e, no litoral sul, prolongou-se por mais tempo, possibilitou a manutenção de procedimentos musicais e de linguagem.

Com o fim do Ciclo do Café, que ocorreu concomitantemente à Abolição da Escravatura em 1888, a larga maioria dos centros urbanos litorâneos da região sudeste do Brasil mergulhou em profunda crise econômica e social, seguida de significativo êxodo populacional, motivado pela absoluta falta de oportunidades. Crise que só não foi maior em Ilhabela, ao longo das primeiras décadas do século XX, em virtude do plantio comercial de cana-de-açúcar, que chegou a movimentar cerca de 30 engenhos produtores de aguardente.

A pesca era uma atividade essencialmente masculina, exceto no caso da pesca da tainha, que se constituía numa forma de pesca coletiva (arrasto de praia) de grande importância para as comunidades caiçaras.

Além da caça e o mergulho dos trapiches e pedras da costeira, para essas populações caiçaras, as formas de lazer e distração eram as festas, procissões, danças, alguns poucos jogos e os pasquins.

Dentre as festas de Ilhabela podem ser citadas a de São Pedro; a da Padroeira, Nossa Senhora D'ajuda e Bom Sucesso; e a maior delas, a de São Benedito, durante a qual acontece a Congada de Ilhabela (**Figura II.5.3.O-4**).



Figura II.5.3.O-4 - Congada de Ilhabela

Fonte: <http://www.feriasbrasil.com.br/sp/ilhabela/semanadaculturacaicara.cfm>

Em Ilhabela, até a década de 1960 os moradores dos diversos núcleos – ou comunidades – caiçaras espalhados pelo arquipélago, tinham como principal ocupação a agricultura de subsistência, tendo a pesca como segunda atividade. Em cada um desses núcleos havia, quase sempre, um morador que era proprietário do rancho, canoas e redes de pesca utilizadas para duas modalidades de pesca das quais a comunidade local participava em sistema de mutirão: o cerco de cardumes e arrasto de praia (**Figura II.5.3.O-5**).



Figura II.5.3.O-5 - Pesca Caiçara

Fonte: <http://ecoviagem.uol.com.br/blogs/expedicao-aguas-do-brasil/>

Ao se aproximar o momento do cerco ou do arrasto, os moradores, que geralmente estavam trabalhando na roça, eram chamados através do toque da buzina, um tipo de berrante pequeno produzido a partir do chifre de boi. O produto da pesca era dividido entre o proprietário ou “patrão” do equipamento e aqueles que ajudaram na faina de pesca, os “camaradas”.

No mesmo período (anos 60), com a possibilidade da venda comercial do pescado e o maior acesso a bens de consumo, os moradores dos núcleos caiçaras passaram à condição de pescadores-agricultores. A pesca comunitária praticamente deixou de existir e os gêneros alimentícios são adquiridos nos supermercados.

Com a especulação imobiliária voltada para a região e o vertiginoso aumento populacional verificado nos últimos 30 anos, foram muitos os que deixaram também de ser pescadores-agricultores, já que foram morar em grandes centros urbanos ou em áreas em processo de ocupação desordenada localizadas em São Sebastião, Ilhabela ou Caraguatatuba.

Espalhadas pelas ilhas de São Sebastião, dos Búzios e da Vitória existem ainda 18 núcleos de comunidades tradicionais caiçaras, onde cerca de 1,2 mil moradores vivem quase que exclusivamente da roça de subsistência e da pesca artesanal, cujo excedente é comercializado. Vivem, assim, em condições muito parecidas a de seus antepassados; verdadeira "mostra viva" de uma cultura passada, na definição dos estudiosos.

No Parque Estadual de Ilhabela e na Unidade de Conservação Marambaia em Mangaratiba no litoral sul fluminense encontram-se comunidades tradicionais de caiçaras, que vivem da pesca, pequenas monoculturas e artesanato.

Atividade Extrativista - Pesca Artesanal

Entre o vasto período que vai do século XVIII ao início do século XX, verificou-se no Brasil a formação de várias comunidades marítimas e litorâneas cujos membros viviam, sobretudo ou parcialmente, da atividade pesqueira. Trata-se de comunidades de pescadores artesanais que, no Litoral Norte estado de São Paulo, e parte do Rio de Janeiro (Litoral Sul Fluminense/Costa Verde), são

nomeadas de populações caiçaras. Essa população teve origem com a miscigenação entre índios, europeia e negra e tem uma cultura particular que a diferencia das comunidades moradoras no interior desses estados.

Pescadores artesanais podem ser definidos como aqueles que, na captura e desembarque de sua produção, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia (**Figura II.5.3.O-6**).



Figura II.5.3.O-6 - Pescadores artesanais.

Fonte; <http://ecoviagem.uol.com.br/blogs/expedicao-aguas-do-brasil/>

A captura da pesca artesanal é feita a partir de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é parcialmente destinada ao mercado, fazendo parte de sua subsistência, em determinados períodos.

Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem.

A pesca artesanal surgiu de uma falência na economia dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil Colônia e, também, devido à necessidade de exploração de outros meios que não fossem os recursos de flora e fauna litorâneas, como o palmito, a caxeta e os animais de caça.

Enquanto processo de trabalho, a pesca artesanal encontra-se em contraste com a pesca industrial por ter características bastante diversificadas, tanto em relação aos hábitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto à técnicas de pesca que utilizam.

Os dados apresentados em diversos estudos realizados nas comunidades da Área de Influência mostram que a atividade pesqueira é desenvolvida por diferentes gerações, mas com primazia dos pais de família.

O maior número de atividades secundárias, que também geram renda aos pescadores, principalmente as relacionadas ao comércio, a informática e ao turismo, pode ser um fator importante que esteja contribuindo para afastar a população local jovem da atividade pesqueira.

O conhecimento dos pescadores referente aos hábitat das espécies está relacionado com o tipo de ambiente em que os peixes são freqüentemente capturados. Na Área de Influência têm-se os ambientes marinhos, estuarinos, lagunares, mangues, entre outros. Os pescadores categorizam as diferentes distribuições espaciais como: "peixes do mar", "peixes do rio", "peixes do brejo", "peixes de água doce", "peixes de lagoa" e "peixes de mar e rio".

Quando estão atuando em territórios definidos como unidades de conservação (Parque Estadual de Ilhabela e Marambaia e a Comunidade de Pescadores Zacarias em área de APA Maricá – Barra de Maricá – por exemplo), seu conhecimento é usado nos planejamentos de manejo sustentável das unidades e da pesca artesanal no Brasil (Fonte: A Linguagem da Ciência, Vol. 4, maio de 2005).

A existência da prática de pesca artesanal nas comunidades estudadas se mostra como a resistência de um aspecto da cultura caiçara no litoral. O fato das comunidades pesqueiras artesanais de Ilhabela, Mangaratiba, Itaguaí, Rio de Janeiro, Niterói e Maricá praticarem diariamente as atividades de pesca, ainda que nas regiões mencionadas existam hoje em dia outras atividades rentáveis, demonstra que não somente os conhecimentos sobre o uso dos recursos naturais vêm sendo transmitido entre suas gerações, como também pode evidenciar a característica menos

impactante dos métodos de pesca artesanal ao ecossistema marinho, já que levantamentos de campo demonstram que as populações de pescadores conseguem retirar do mar, há mais de 5 gerações, o sustento de suas famílias.

Como exemplo de conflitos que possam ocorrer frente ao embate de duas culturas, tem-se na Área de Influência o caso de Maricá/RJ onde foi criada a Área de Proteção Ambiental de Maricá onde está incluída a comunidade antiga de Zacarias de pescadores artesanais, conforme mencionado no **item A**, deste Relatório.

Desde dezembro de 2006 a comunidade pesqueira de Zacarias está envolvida, mais uma vez, num complexo conflito socioambiental, envolvendo a restinga, a lagoa, o mar e o anúncio de implantação de um mega empreendimento imobiliário e turístico luso-espanhol, que compreende prédios de apartamentos, hotéis, campos de golfe, centro comercial, condomínios, marina para 1000 barcos e canal cortando a restinga (IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009).

II.5.3.P - Identificação e Caracterização de Tombamentos

Este item refere-se à identificação de bens tombados com valor histórico cultural; Reservas da Biosfera e Sítios do Patrimônio Mundial Natural. Embora não apresente vulnerabilidade aos impactos decorrentes do empreendimento, foi priorizada a identificação de bens tombados em função de sua importância natural, situados próximos a costa.

O patrimônio material protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes, e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O tombamento é um instrumento legal de proteção de bens culturais, criado em 1937, que possibilitou ao estado salvaguardar os bens móveis e imóveis considerados de interesse público em função de sua importância cultural ou natural. O tombamento pode ocorrer em três esferas: federal, estadual e municipal. O IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, é responsável pela preservação dos bens que compõem o acervo patrimonial, tangível ou intangível do país.

II.5.3.P.1 - Estado do Rio de Janeiro

Município do Rio de Janeiro

Sistema Serra do Mar/Mata Atlântica

A área tombada do Sistema Serra do Mar/Mata Atlântica estende-se pelos territórios de 38 municípios fluminenses. Com aproximadamente 656.700 ha, a Serra do Mar possui diversidade de formações geológicas recobertas por floresta tropical. A Serra do Mar recorta o litoral com escarpas abruptas, baías sinuosas, restingas, lagunas, manguezais e praias. Nesta paisagem, surgiram as primeiras cidades fluminenses, influenciando o modo de viver, os hábitos e costumes das populações locais (INEPAC, 2007).

Fortaleza São José: localizada entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro. Construído em 1578, é o terceiro forte mais antigo do país, tendo sido, de acordo com historiadores, fundamental na defesa da cidade do Rio de Janeiro contra a ação de corsários, no século XVI e XVII (IPHAN, 2007).

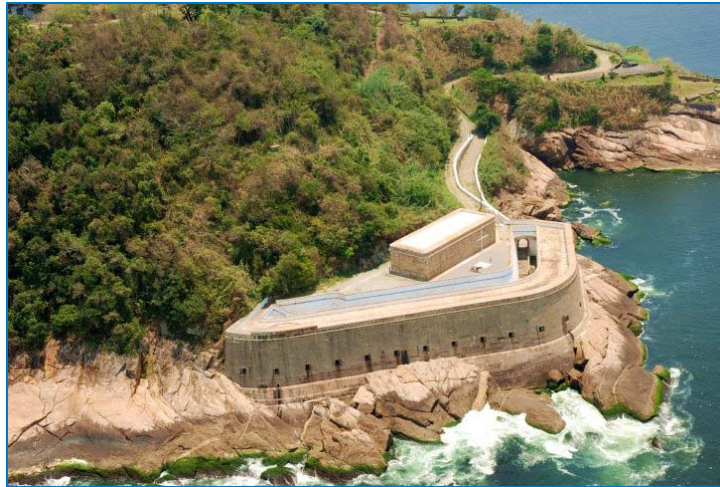


Figura II.5.3.P-1 - Fortaleza São José

Fonte: <http://www.urca.net/original/hist8.htm>

Morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão e Babilônia: formam o esporão sul da barra da Baía de Guanabara. Fazem parte da Serra da Tijuca ou Carioca, dela separado por vales e pela enseada de Botafogo. O conjunto forma volumes isolados, o morro Cara de Cão separado do conjunto Pão de Açúcar e Urca pela restinga, onde foi fundada a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, este por sua vez destaca do morro da Babilônia pelo vale da Praia Vermelha (IPHAN, 2007).

Prédio do Restaurante Albamar

Localizado na Praça XV, no Rio de Janeiro, sediou o primeiro mercado do Rio de Janeiro, projetado na primeira metade do século XIX pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, na beira da antiga praia de D. Manuel, junto do largo do Paço, para disciplinar o comércio de gêneros alimentícios – sobretudo peixe – na zona central (INEPAC, 2007).



Figura II.5.3.P-2 - Prédio do restaurante Albamar

Fonte: <http://www.cella.com.br>

Ilha Fiscal

Situada a Sudoeste da Ilha das Cobras a cerca de 1 km da costa do Rio de Janeiro, Ilha dos Ratos foi o primeiro nome dado à laje alta que aflorava ao largo da costa do Rio de Janeiro, não muito longe do antigo porto. Foi sucessivamente aplanada e aterrada até tornar-se uma superfície horizontal de contornos retilíneos. Em 1882, ao visitar o local, D. Pedro II percebeu as excepcionais potencialidades cênicas da ilha e encomendou ao engenheiro Adolfo del Vecchio o projeto de um posto aduaneiro (INEPAC, 2007).



Figura II.5.3.P-3 - Ilha Fiscal

Fonte: <http://www.lilianpacce.com.br>

Ilha de Brocoió

Vizinha da famosa Ilha de Paquetá, da qual dista apenas 300 m, possui aproximadamente 200.000 m². Sua primeira função teria sido a de abrigar um presídio de índios rebeldes. Posteriormente, abrigou uma caieira, fornecendo matéria-prima (cal) que, junto do óleo de baleia, servia de argamassa para as construções que proliferavam pela cidade do Rio de Janeiro (INEPAC, 2007).

Forte de São João

A primitiva Fortaleza de São João foi erguida por Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, em 1565. Ampliada e reformada ao longo do tempo, entrou em serviço em 1618, sendo palco de relevantes episódios da história do país, guarnecida por vários grupos de artilharia de costa até 1991. Atualmente ali funcionam o Centro de Capacitação Física do Exército e a Escola Superior de Guerra.

Forte de Copacabana

Inaugurado em 1914, no promontório da antiga igreja de Nossa Senhora de Copacabana, foi construído com o intuito de reforçar a defesa da Baía de Guanabara. A casamata conserva as características originais, com suas muralhas de 12 metros de espessura voltadas para o mar e armamento da fábrica Krupp. Foi palco de um dos mais relevantes episódios da história militar do país – “Os 18 do Forte”, ocorrido em 5 de julho de 1922. O forte abriga atualmente o Museu Histórico do Exército.



Figura II.5.3.P-4 - Forte de Copacabana

Fonte: http://www.turnaweb.com.br/arquivos/dicas/forte_copacabana

Forte Duque de Caxias

Construído entre 1776 e 1779, por ordem do Vice-Rei, Marques do Lavradio, o Forte do Vigia tinha a missão de alertar as demais fortificações da aproximação de embarcações inimigas e terminava sua linha de defesa com um portão de pedra até hoje existente na Ladeira do Leme. O Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ali serviu em 1789, como integrante da Cia. Dragões de Minas, que então guarnecia a fortificação. Reformado pelo Capitão Augusto Tasso Fragoso em 1895, passou a ter o nome de Forte do Leme. Em 1935 recebeu o nome de Duque de Caxias por Decreto de Getúlio Vargas.



Figura II.5.3.P-5 - Forte Duque de Caxias

Fonte: <http://static.panoramio.com>

Município de Niterói

Fortaleza de Santa Cruz

Localizada no bairro de Jurujuba na barra da Baía de Guanabara, a Fortaleza de Santa Cruz possuiu papel destacado na defesa territorial da colonização portuguesa. Cenário de momentos importantes da história militar e política, a resistência apresentada impediu invasões francesas e holandesas. A fortaleza serviu também de presídio. Em seu cárcere, estiveram figuras ilustres como José Bonifácio, Bento Gonçalves e Euclides da Cunha. Atualmente a fortaleza abriga o Museu Militar de Niterói oferecendo visitas guiadas aos visitantes (IPHAN, 2007).

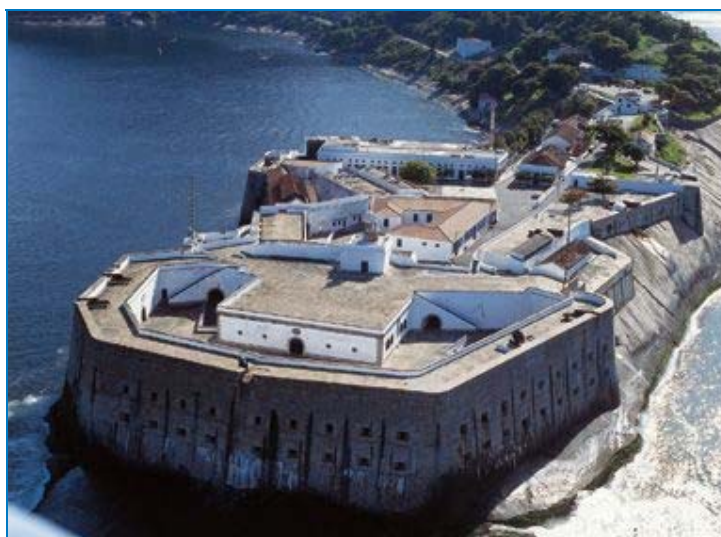


Figura II.5.3.P-6 - Fortaleza de Santa Cruz

Fonte: <http://www.hoteliernews.com.br>

Ilha de Boa Viagem

Marco natural e histórico de Niterói está situado na costa leste da Baía da Guanabara, ligando-se ao continente por uma ponte de concreto. O acesso à ilha ocorre por um portão de ferro que conduz à antiga escadaria de granito, pela qual se chega ao conjunto das edificações históricas. Sua estrutura sobre o mar inclui a Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída no século XVII, e as ruínas de um fortim que fazia parte do sistema defensivo da Baía de Guanabara. Além da função religiosa, a Igreja funcionava também como um espaço fortificado

para defesa da baía e como ponto de referência para as embarcações náuticas. Num plano mais abaixo, existe a segunda edificação mais antiga da Ilha: o fortim ou bateria da Boa Viagem (IPHAN, 2007).



Figura II.5.3.P-7 - Ilha de Boa Viagem

<http://static.panoramio.com>

Além desses bens tombados pelo INEPAC no município de Niterói, podem ser citados como patrimônio natural: a Ilha dos Cardos; as pedras de Itapuca e do Índio, no bairro de Icaraí, o canto sul da praia de Itaipu e as ilhas da Menina, da Mãe e do Pai.

Municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Maricá

De acordo com o cadastro de tombamento do INEPAC, acessado em março de 2010, o bem tombado de maior interesse refere-se ao Sistema da Serra do Mar/Mata Atlântica já tratado no município do Rio de Janeiro.

II.5.3.P.2 - Estado de São Paulo

Município de Ilhabela

Ilhas do município: em 06/05/85, visando conservar e proteger bens culturais e ambientais de interesse da coletividade, foi assinada a Resolução nº 40, pela qual ocorreu o tombamento de todas as ilhas pertencentes ao município de Ilhabela (Fonte: Ilhabela.org.com, acessado em 2010).